

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
DOUTORADO EM SOCIOLOGIA

RAMONILDES ALVES GOMES

**A QUALIDADE DE VIDA DAS FAMÍLIAS NO PERÍMETRO
IRRIGADO DE SÃO GONÇALO: ÉTICA E RACIONALIDADE**

RECIFE, JUNHO DE 2005

RAMONILDES ALVES GOMES

A QUALIDADE DE VIDA DAS FAMÍLIAS DO PERÍMETRO IRRIGADO DE
SÃO GONÇALO: ÉTICA E RACIONALIDADE

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para obtenção do título de Doutor em Sociologia, sob a orientação da professora Dra. Maria de Nazareth Baudel Wanderley.

Recife, Junho de 2005

Ficha catalográfica preparada pelo Serviço de Biblioteca

AG Alves Gomes, Ramonildes

2005 A qualidade de vida das famílias no Perímetro Irrigado de São Gonçalo: ethos e racionalidade

/ Ramonildes Alves Gomes. – Recife: UFPE, 2005.

100p. : il.

Tese (Doutorado em Sociologia). UFPE/PPGS/CFCH

Inclui bibliografia

1. Qualidade de vida 2. Sociologia rural 3. Perímetros irrigados I. Título

CDU:.....0

DEDICATÓRIA

A Maria Izabel e Cláudio Manoel meus filhos, que na inocência peculiar da idade, freqüentemente perguntavam, por que eu teria que escrever e pintar 'tantas letras'; a Kennedy meu esposo, pelo amor manifestado de formas diversas durante todos estes anos de união e parceria; a Alaíde minha mãe a quem devo minha existência e tudo o que sou; a Ramonilsom, Rosalia, Ramaildes, Raildes e Thiago meus irmãos e cunhados; Kaio, Igor e Matheus meus sobrinhos e de modo especial a José Ramon, sobrinho e afilhado que veio ao mundo durante a tese e que muito me emociona. A todos vocês que souberam compreender as minhas ausências dedico este trabalho, que não considero meu, mas nosso, nossa tese, pelo amor, carinho sempre compartilhados.

AGRADECIMENTOS

Neste instante, gostaria de destacar, com carinho o apoio e incentivo de pessoas e instituições que, de uma forma ou de outra, possibilitaram a construção desta tese.

Em primeiro lugar a Deus pela força sempre presente e luz constante em minha vida.

Às famílias colonas do Perímetro Irrigado de São Gonçalo que gentilmente, acolheram-me em suas casas e, por isso mesmo, tornaram-se sujeitos de uma realidade e informantes das situações analisadas neste trabalho, dedicando parte considerável do seu precioso tempo para falar das suas vivências e responder aos meus questionamentos.

À professora Maria de Nazaré Baudel Wanderley, pela amizade, carinho, incentivo, respeito, paciência e sábia contribuição como orientadora, além da confiança em mim depositada.

Aos colegas e professores do Centro de Saúde e Tecnologia Rural da UFCG, que assumiram atividades e apoiaram essa etapa da minha formação, de modo especial, a atual chefe do Departamento de Ciências Básicas, Profa. Nadege da Silva Dantas e ex-chefe. Prof. Gilmar Trindade.

À Rosa e Luana, minhas secretárias, amigas e fieis escudeiras que, com dedicação cuidaram dos meus filhos e da minha casa para que eu pudesse me dedicar à pesquisa.

Às amigas e amigos: Salete Barbosa, Alex Sandro, Márcio Rogers, Cristiano, Claudia, Genaro, Olga, Fernando Bastos, Marisa, Sel, André, Élvio e Patrícia com os quais frequentei aulas e bares. Com estes, compartilhei alegrias, angústias e dificuldades superadas graças ao carinho recebido. De maneira especial, destaco as amigas Mary, Magda Fernandes e Elba, colegas da turma de doutorado e com que formava “A Partilha”.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPE, com os quais realizei seminários e que me desafiaram a produzir textos, ampliando a compreensão dos processos sociais. E, em especial, aos professores Russel Parry Scott e Josefa Salete Barbosa Cavalcanti que muito me ajudaram na difícil tarefa de fazer a pesquisa.

Aos colegas professores, pesquisadores e alunos, das quatro Universidades – UFPE, UFCG, UFRN e UNICAMP que participam do Projeto CAPES/PROCAD “O Mundo Rural e as Ciências Sociais: Produção de Conhecimento e Formação de Pesquisadores”.

Aos amigos do PPGS da UFCG, em especial, os Professores Luis Henrique Cunha, Marilda Aparecida de Menezes, Edgard Afonso Malagodi, Lemuel Guerra Dourado e Jean Phillippe Tonneau com os quais tive a oportunidade de conviver, dialogar e compartilhar as angústias inerentes ao processo de construção deste trabalho.

Agradeço de maneira muito especial aos meus amigos e pesquisadores Dalva Maria da Mota e Luis Henrique Cunha pela leitura atenta e sugestões valiosas.

À minha mais nova amiga Albanita Guerra Araújo pela leitura cuidadosa e revisão da

redação, como também pelo apoio fraterno e calor com que me acolheu.

Aos técnicos e engenheiros do DNOCS de São Gonçalo, que contribuíram para a pesquisa de campo, facilitando o acesso às famílias colonas. Em particular, gostaria de agradecer a Dr. Arlindo, gerente do DNOCS e a Bel, assistente social que trabalha na área.

À Universidade Federal de Campina Grande, pelo apoio financeiro e pelo tempo de liberação, os quais permitiram que esta pesquisa se concretizasse.

À CAPES, pela bolsa via PICDT, sem a qual seria impossível viabilizar esse tempo de estudo.

Ao estímulo e à confiança da minha família em geral e, em particular, dos meus avós, que na simplicidade e sabedoria próprias da idade, sempre se mostraram interessados, sobre o meu estudo.

Por último, gostaria também de agradecer aos amigos que mesmo distantes, souberam transmitir-me energia e carinho:

Onaldo e Socorro Rodrigues

Olaff e Ivonete Bakke

Diércules e Márcia

Gilmar e Dodora

Janice Rodrigues

Edmar Brasileiro

Romilson Paes

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Ocupação dos lotes agrícolas	13
Quadro 2 - Distribuição dos estabelecimentos agrícolas por área.....	72

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Perfil Geral dos Informantes	14
--	----

LISTA DE FOTOS

Foto 1 - Açude de São Gonçalo.....	75
Foto 2 - IJAT	77
Foto 3 - COMECA	77
Foto 4 - Armazéns da CAMISG.....	78
Foto 5 - Escola Agrotécnica	110
Foto 6 - Igreja Evangélica -Núcleo I.....	111
Foto 7 -Igreja Católica - Núcleo I.....	112
Foto 8 -Quadra Dançante – Núcleo III.....	112
Foto 9 -Escritórios do DNOCS	113
Foto 10 – Festa do Coco – Setembro de 2003	122
Foto 11 - Casa padrão de colonos	142
Foto 12 - Casa de Colono com puxadas para casa dos filhos	143
Foto 13 – Poço Amazonas	147
Foto 14 - Motor Puxando água p/ irrigação.....	147
Foto 15 - Área da “favela”	149
Foto 16 – Lote com área improdutiva	154
Foto 17 - Área salinizada	159
Foto 18 - Lote	160

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização do Perímetro Irrigado de São Gonçalo.....	12
Mapa 2 – Mapa da região semi-árida	58
Mapa 3 – Perímetro irrigado de São Gonçalo.....	76

RESUMO

O objetivo desta tese é compreender e explicar os “indicadores” que as famílias colonas do Perímetro Irrigado de São Gonçalo (PISG) utilizam para avaliar a sua qualidade de vida. O estudo sugere que a qualidade de vida dessas famílias é definida por uma lógica que relaciona elementos de uma ordem moral, centrada no *ethos* do colono, definido por aspectos como: família, terra, trabalho aos elementos de uma razão prática representada pelo acesso à água, às políticas públicas e às condições para morar, trabalhar e oferecer oportunidades aos filhos. Para situar o tema da qualidade de vida na abordagem sociológica, privilegamos argumentos da economia moral, fundamentados na tese do Desenvolvimento como Liberdade de Amartya Sen (2000) articulada à categoria sociológica estilo de vida, cunhada por Bourdieu (1983) e associada à sociologia da família camponesa. A partir da experiência de vida como sitiantes e da relação com a família, com o trabalho da terra é que esse grupo pensa, organiza e dá sentido ao mundo social. Portanto, é a origem camponesa que vai estruturar a vida material e simbólica dessas famílias, influenciando a formação de uma identidade coletiva, que antecede e se sobrepõe à consciência individual, característica do homem moderno. Essa articulação possibilitou a formulação de um argumento capaz de explicar a complexidade das práticas inerentes ao estilo de vida do irrigante, sem romper completamente com o estilo de vida do camponês, ambos legitimadores de um conceito de qualidade de vida. Como estratégia metodológica, optamos por um estudo etnográfico, tendo como foco as trajetórias de vida narradas, as ações e as representações sociais observadas no próprio cotidiano das famílias. A pesquisa foi realizada no período de 2002 a 2004. Os dados foram analisados a luz do debate sobre as categorias *habitus*, estilos de vida e economia moral. Para nós, abordar a qualidade de vida, a partir desse referencial, permitiu concluir que este é um conceito que se expressa por um lado, num projeto de vida idealizado e, por outro, por carências e necessidades definidas na sociedade de consumo. Nesse sentido, o acesso à terra, à água e a melhores condições de vida conquistadas dentro do Projeto de Irrigação, não são os únicos bens valorizados pelas famílias na avaliação da sua qualidade de vida. Mais do que isso, para elas, é necessário que haja respeito aos valores e às disposições internalizadas. E mais, que seja assegurada a continuidade de um modo de vida, definido por uma ética da qual depende a sua felicidade.

Palavras-chave: qualidade de vida, sociologia rural, perímetros irrigados

ABSTRACT

The objectives of this study are to understand and explain the "indicators" used by the peasant families that live in the São Gonçalo Irrigated Perimeter to self-evaluate their life quality. The study suggests that the quality of life of those families is defined by a logic that relates elements of moral order, centered in the settler's *ethos*, and defined by factors such as family, land property and work, to elements of practical significance, such as access to water and government policies, life and work conditions, as well as the capability to provide opportunities to the family members. To place the life quality issue in a sociological perspective, arguments of the moral economy were emphasized, based in the Amartya Sen's (2000) theory of the Development as Freedom coupled with Bourdieu's (1983) lifestyle sociological category, and to the sociology of the peasant family. It is based on life experience as peasants, family relationships, and farming activities this group thinks, organizes and makes sense of the social world. Therefore, it is the peasant origin that shapes the material and symbolic life values of those families, acting on the formation of a collective identity that precedes and prevails over the individual conscience, characteristic of the modern. The articulation made possible to formulate arguments capable to explain the set of complex practices inherent to the lifestyle of these skilled peasants (irrigation techniques), but that at the same time keep them not far away from the typical rural lifestyle, both legitimators of a concept of quality of life. As a methodological strategy, this option for an ethnographical study focused on the described life paths, and the actions and social representations observed in daily activities of the families. Data collection extended from 2002 to 2004. Data were analyzed based on a discussion of *habitus*, lifestyles and moral economy categories. It was possible to conclude that quality of life expresses itself in a planned project of life, as well as the lack of some resources and the needs defined by modern society. Thus, the access to agricultural land, water and better life conditions as a result of the irrigation activity are not the only factors the families has used to evaluate their quality of life. Additionally, these families need to follow internalized values and regulations. Also, they need the continuity of their way of life, defined by ethic values in which their happiness depends on.

Key-words: quality of life, rural sociology, irrigated perimeter

RÉSUMÉ

L'objectif de cette thèse est de comprendre et expliquer les 'indicateurs' que les familles de colons du Périmètre Irrigué de São Gonçalo utilisent pour évaluer la qualité de leur vie. L'étude suggère que la qualité de vie de ces familles est définie par une logique qui conjugue des éléments d'ordre moral, centrés sur *l'ethos* du colon, celui-ci étant défini par des aspects comme : la famille, la terre, le travail, et les éléments d'une raison pratique représentée par l'accès à l'eau, aux politiques publiques et aux conditions de logement, travail e chances d'avenir pour les enfants. Pour situer le thème de la qualité de vie dans l'abordage sociologique, nous avons privilégié des arguments de l'économie morale, fondés sur la thèse du Développement avec Liberté d'Amartya Sen (2000) articulée avec la catégorie sociologique de style de vie, créée par Bourdieu (1983) e associée à la sociologie de la famille paysanne. C'est à partir de l'expérience de vie des colons comme *sitiantes* (petits producteurs) et de la relation avec la famille et avec le travail de la terre que ce groupe pense, organise et donne un sens au monde social. C'est donc l'origine paysanne qui va structurer la vie matérielle et symbolique de ces familles, et influencer la formation d'une identité collective qui antécède et se superpose à la conscience individuelle, caractéristique de l'homme moderne. Cette articulation a permis de formuler un argument capable d'expliquer la complexité des pratiques propres au style de vie de l'irrigant, sans qu'elles rompent totalement avec le style de vie du *sitiante*, légitimant tous deux le concept de qualité de vie. Comme stratégie méthodologique, nous avons opté pour une étude ethnographique centrée sur la narration des trajectoires de vie, les actions et représentations sociales observées dans le quotidien des familles. La recherche a été réalisée dans la période de 2002 à 2004. Les données ont été analysées à la lumière du débat sur les catégories *habitus*, styles de vie et économie morale. Aborder la qualité de vie à partir de cette référence nous a permis de conclure qu'elle s'exprime d'une part par un projet de vie idéalisé, et d'autre part par la satisfaction de carences et nécessités définies par la société de consommation. En ce sens, l'accès à la terre, à l'eau et à de meilleures conditions de vie conquises dans le Projet d'Irrigation ne sont pas les uniques biens valorisés par les familles dans l'évaluation de leur qualité de vie. Plus que cela, il est nécessaire, pour elles, que soient respectées les valeurs et dispositions intériorisées. Et plus encore, que leur soit assurée la continuité d'un mode de vie défini par une éthique dont dépend leur félicité.

Mots-clé : qualité de leur, sociologie rurale, périmètre irrigué

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	i
LISTA DE GRÁFICOS	i
LISTA DE FOTOS	i
LISTA DE MAPAS	i
R E S U M O	ii
A B S T R A C T.....	iii
R É S U M É.....	iv
S U M Á R I O	v
INTRODUÇÃO	1
Tema da tese.....	1
O RECORTE METODOLÓGICO	6
Construindo o objeto	6
Objetivos	7
Hipótese.....	8
O contexto empírico da pesquisa.....	11
Metodologia: estratégias e técnicas	17
A observação.....	18
As entrevistas.....	19
As categorias de análise e a análise de conteúdo	21
A estrutura da tese	24
CAPÍTULO 1	26
A QUALIDADE DE VIDA SOB DIFERENTES OLHARES	26
1.1 – Qualidade de vida: um tema em discussão na modernidade	26
1.1.1 – Qualidade de vida: uma abordagem aristotélica	30
1.1.2 – Bens e necessidades: sinônimos ou complementares?.....	36
1.2 – Qualidade de vida: um recorte sociológico	42
1.2.1 – Os estudos sobre qualidade de vida e os indicadores do nível de vida	42
1.2.2 – Os estudos sobre qualidade de vida no Brasil: perspectivas teóricas e metodológicas	47
1.2.3 – A qualidade de vida e a lógica camponesa.....	51
CAPÍTULO 2	56
A ORGANIZAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DO NORDESTE SECO: O CASO DO PISG	56
2.1 – Caminhando sertão a dentro: o Semi-árido, características e história	57

2.2 – Políticas de Irrigação no Nordeste.....	60
2.3 - O PISG.....	68
2.3.1 – São Gonçalo antes do PISG: ocupação e descrição da área.....	68
2.3.2 - O Projeto de Irrigação do DNOCS	73
CAPÍTULO 3	89
A VIDA NO SÍTIO E OS PROJETOS PARA O FUTURO	89
3.1 - A vida no sítio: família, trabalho e vida local.....	90
3.2 - As expectativas dos sítiantes em relação ao PISG	98
CAPÍTULO 4	103
DE SITIANTES A IRRIGANTES: A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO PROJETO.....	103
4.1 - Atores, concepções e tensões: as famílias colonas e o DNOCS	103
4.2 - Um novo modo de vida e a vida social no PISG.....	109
4.3 - A sociabilidade das famílias e o PISG como lugar de trabalho	124
CAPÍTULO 5	137
A REPRODUÇÃO DO PROJETO E A CONSTRUÇÃO DO FUTURO	137
5.1 - A trajetória do DNOCS no PISG: emancipação e abandono	137
5.2 - Nós e os outros: diferenciação e exclusão	140
5.2.1 - A diferenciação social: o sucesso para alguns	141
5.2.2 - A construção da periferia: os excluídos	149
5.3 - Resistência, adaptação e mudanças	153
5.3.1 - O trabalho incerto e o futuro das famílias	153
5.3.2 – A condição das mulheres.....	164
5.3.3 - O futuro dos jovens é o futuro do perímetro: migração e matrimônio	167
5.3.4 - Qualidade de vida, conflitos e valores.....	177
CONSIDERAÇÕES FINAIS	188
BIBLIOGRAFIA.....	198
ANEXO A	213

INTRODUÇÃO

Uma sociedade não pode criar-se, nem se criar sem criar ao mesmo tempo, alguma coisa de ideal criação não é para ela uma espécie de ato suplementar com o qual se completaria a si mesma uma vez constituída; é o ato pelo qual ele se faz e se refaz periodicamente (Emile Durkheim)

Tema da tese

Desde os tempos mais remotos, a preocupação com a conquista de uma vida “boa”, idealmente desejada para os indivíduos, tem se colocado como desafio, inquietando tanto cientistas, políticos e militantes dos movimentos sociais, quanto governantes, chefes de estado e gestores de políticas públicas. Em meio a tantas desigualdades sociais, refletir sobre a qualidade de vida pode parecer algo banal. No entanto, acreditamos que esta qualidade pode ser apreendida como objeto científico. Portanto, dissertar sobre este tema implica em estabelecer um diálogo com diferentes conceitos e entre áreas diversas do conhecimento.

O termo qualidade é, em si, passível de uma infinidade de interpretações, desde uma simples avaliação do senso comum até a compreensão e o domínio dos aspectos mais profundos, constitutivos de um determinado objeto ou situação concreta. Analisar a qualidade de alguma idéia, objeto ou situação pode significar inferir sobre o valor objetivo e a substância constitutiva desta. Mas, pode, também, implicar na apreciação subjetiva feita por um indivíduo num determinado tempo e espaço, com relação a certas noções ideais e ao universo cultural e moral de quem os aprecia.

Nessa tese, a questão que pretendemos descortinar origina-se no fato de que, tendo a vida social diferentes formas de manifestações, será mesmo possível estabelecer uma métrica padrão para inferir sobre a qualidade de vida? Até o momento acreditamos que não, embora, comumente as pessoas falem da qualidade de vida como um conceito naturalizado, aceito quase consensualmente como sinônimo de bem-estar ou de um padrão objetivo de vida, a que todas as pessoas devam chegar. A questão vista por esse ângulo indica que o estar e o sentir-se bem parecem ser uma medida, de certo modo, irreal, inatingível para a maioria das pessoas.

De fato, não há uma definição precisa, um patamar que estabeleça qual o padrão de vida ideal para todas as pessoas independentemente da realidade na qual elas estão inseridas. Nesse sentido, a contribuição desta tese é inserir o conceito de qualidade de vida no contexto real da vida coletiva, particularmente na vida das famílias colonas do Perímetro Irrigado de São Gonçalo (PISG), localizado no município de Sousa na Paraíba.

Em geral, as definições sobre qualidade de vida são avaliativas e julgadoras, no sentido de que elegemos um padrão de vida e procuramos aproximar a experiência concreta das pessoas desse padrão pré-estabelecido. Essa aproximação possibilita classificar a qualidade de vida em boa, ruim, regular. Outras vezes, as definições expressam um sentido normativo e disciplinador, porque quando se define que essa ou aquela forma de vida é a pior ou a melhor, na verdade, estamos determinando um modelo ideal de vida que todas as pessoas deverão perseguir para ter qualidade de vida, como se qualquer outra maneira de viver que fuja a esse modelo não tivesse qualidade. Enfim, todas essas avaliações desconsideram um princípio, que para nós é básico, de que a avaliação substancial sobre a vida de alguém deverá ser feita pelos próprios sujeitos da experiência.

Essa qualidade de vida idealizada, padronizada é de algum modo um conceito que se instaura na modernidade e que implica numa tendência de inclusão, cada vez maior, dos indivíduos na sociedade de consumo. Estamos falando de uma noção de qualidade de vida, definida a partir da sociedade ocidental e para um indivíduo que se pensa soberano, cujas necessidades, desejos e interesses são resultantes de um processo de interação relacional que se configura pela internalização do exterior no sujeito e pela externalização do interior, através da ação dos homens no mundo social.

Desse modo, procuramos avaliar a qualidade de vida a partir da compreensão de que este tema pode se constituir num objeto de investigação teórico-metodológica, cujo foco da análise são os processos históricos e sociais que ocorrem em espaços diversos, urbanos e rurais. Esses processos se refletem nas mudanças que transformam as sociedades tornando-as, cada vez mais, complexas, racionalizadas e criadoras de necessidades. Destacam-se aqui, alguns dos problemas que repercutem no cotidiano dos indivíduos, alterando, de maneira inexorável, a trajetória de vida dos homens e, portanto, a sua qualidade de vida. São eles: a degradação sócio-ambiental, a violência urbana e rural, a limitação do Estado no atendimento dos serviços sociais básicos como saúde, educação, habitação, saneamento básico e os conflitos étnicos e culturais.

Estes problemas provocam mudanças que têm desdobramentos epistemológicos, teóricos, metodológicos e políticos e que interessam tanto aos cientistas, acadêmicos, políticos, militantes como à sociedade em geral, na medida em que coloca limites às formas de organização dos homens, afetando o seu modo e estilo de vida. Assim, estudar a vida de famílias que vivem num meio rural, especificamente, num Projeto de Irrigação, no semi-árido paraibano é importante, na medida em que possibilita compreender os bens e serviços que esses indivíduos priorizam como fundamentais e indispensáveis para a sua qualidade de vida.

A pretensão, aqui, não é afirmar um conceito de qualidade de vida que seja único e inquestionável e traduzi-lo na forma de um índice. Contrariamente, a nossa intenção neste estudo é procurar identificar e articular meios que expliquem quais os princípios que fundamentam as escolhas desses bens. Fizemos isso, a partir de um estudo de caso, realizado no Perímetro Irrigado de São Gonçalo (PISG) e com as famílias colonas que lá residem.

Nem sempre os indicadores, utilizados para compor um índice, traduzem as necessidades e as expectativas que as pessoas têm sobre a sua própria qualidade de vida. A partir de um estudo etnográfico sobre o modo de vida das famílias do PISG, que teve como foco as trajetórias de vida narradas, as ações e as representações sociais observadas no cotidiano dos núcleos habitacionais ou agrovilas, constatamos que esta estratégia de pesquisa permitiu a compreensão de que é na vida diária que os grupos domésticos transformam necessidades em demandas e atribuem sentidos aos bens¹ que consomem, elegendo-os como necessários a uma vida boa, prazerosa e livre.

Consideramos, portanto, que a qualidade de vida na sociedade moderna está relacionada ao estilo de vida que identifica os grupos. Assim, os valores que orientam os projetos de vida, as escolhas e os sentidos atribuídos pelos indivíduos a determinados bens, resultam das disposições incorporadas no curso da vida e, nesse caso, são responsáveis pelas práticas sociais, pelas preferências e pela necessidade de consumir bens materiais e/ou simbólicos.

¹ Aristóteles (2003: 44) desenvolveu a seguinte análise para o termo bem: segundo ele, tanto é possível falar de “Bem” enquanto categoria de substância, como qualidade e ainda, como relação. Aristóteles explica que: “(...) na categoria substância, o bem é utilizado como predicado, na categoria qualidade, para fazer referência às diversas formas de virtude e, na categoria de relação, por exemplo, para explicar a oportunidade apropriada, o lugar conveniente, etc”.

Os informantes adotam como referência para fazer as suas avaliações a situação e o momento anterior da vida no sítio². Assim, privilegiam em suas narrativas aspectos como a família, o lugar, enquanto espaço de trabalho e de moradia, a realização pessoal, através do trabalho na terra e a possibilidade de dar continuidade a um projeto de vida, que envolve tanto o patrimônio quanto o grupo familiar.

Para as famílias, a valorização desses aspectos se traduz, concretamente, em dimensões como poder oferecer estudo aos filhos e, conseqüentemente, a chance de eles mesmos escolherem outros caminhos para realização profissional e pessoal, ampliando as possibilidades de melhorias das condições de vida do grupo³. Morar numa casa capaz de abrigar todos os membros, dispor de água, energia elétrica e transporte fazem parte do seu desejo. Como também ter um trabalho para assegurar a manutenção do grupo familiar e possibilitar o consumo de produtos das mais variadas linhas. Além disso, essas famílias querem sentir-se seguras e tranqüilas numa comunidade regida por instituições que se baseiam em relações fortes de reciprocidade, vizinhança e compadrio.

A origem e a vivência no sítio foram os pontos de partida para que as famílias pudessem avaliar a sua qualidade de vida no PISG. Assim, no projeto de irrigação, esta se define na comparação com a vida anterior e pelo acesso aos bens já citados que, de maneira direta ou indireta, possibilitaram a consecução de objetivos do grupo e por razões justificadas subjetivamente. De certo modo, a vinda dessas famílias para o PISG garantiu a sua permanência como agricultoras. Essa permanência implicou na continuidade de valores tradicionais, embora adaptados ao modo e ao estilo de vida do irrigante. Também, em relação à continuidade dessa tradição observamos que as famílias articularam o saber do sitiante, presente na própria maneira de viver, ao saber técnico necessário ao trabalho na agricultura irrigada.

2 O “sítio” que emerge nas falas desses informantes não tem, exatamente a mesma referência do sítio descrito por Klass Woortmann e Ellen Woortmann (1997) e, particularmente por Ellen Woortmann (1981; 1983), ou seja, “o sítio como categoria analítica que corresponde a uma parcela camponesa produtiva, composta de partes articuladas (espaço da moradia - casa e espaço da produção - roça) de propriedade do grupo doméstico e dos membros que dele descendem” (Woortmann E, 1981: 70). Para as famílias do PISG, em geral, o sítio é a referência do lugar de origem, onde os informantes e/ou seus antecessores viviam como proprietários (a maioria), ou na condição de moradores, arrendatários e parceiros (a maioria).

3 É importante esclarecer que, em diversos momentos do texto utilizaremos o termo “grupo”, algumas vezes para fazer referência ao grupo doméstico, ao conjunto de indivíduos que, vivendo ou não na mesma casa, possuem uma economia doméstica comum (Tepicht, 1973); (Galeski, 1979). E, outras vezes, dependendo do contexto da narrativa o termo grupo refere-se ao conjunto das famílias colonas que residem nos núcleos habitacionais e/ou agrovilas do PISG.

Nesse sentido, o estilo de vida influencia na organização e na qualidade das relações sociais. Mas, este não é o único fator determinante dessas relações. Elas são produzidas por agentes portadores de disposições culturais. A essa capacidade dos agentes Bourdieu (1983) vai denominar de *habitus*⁴ e definir como um conjunto de disposições éticas e estéticas identificáveis nos sistemas culturais. A qualidade de vida das famílias colonas, tal como procuramos traduzir, é representada pelo conhecimento praxiológico que reúne relações e aspectos de natureza objetiva e subjetiva, construídas num processo dialógico, entre as estruturas estruturantes e as disposições internalizadas. Dessa forma, a categoria *habitus* corrobora os nossos argumentos, na medida em que rompe as barreiras entre o mundo exterior e a individualidade interior e, orienta o agir cotidiano em direção às conquistas dos objetivos.

Portanto, a qualidade de vida das famílias do PISG longe de ser um padrão de vida abstrato, quase inatingível, é um projeto articulado por uma ordem moral, que agrega características do *ethos camponês* e da racionalidade do irrigante. Contudo, é importante esclarecer que o sentido dessa racionalidade não se refere, apenas, à utilização de métodos da moderna economia, mas, sim, a uma estratégia de reprodução do próprio campesinato, reconhecendo a importância do acesso ao mercado e a outras instituições econômicas. Ela é também moral, porque incorpora instituições e formas de relação com a terra tendo, como objetivo, melhorar o bem-estar das famílias camponesas, respeitando a heterogeneidade dos valores cultuados (Popkim, 1979: 2).

4 Por *habitus* entende-se, segundo Bourdieu (1983:16), “um sistema de disposições internalizadas, duráveis e intransponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, enquanto princípios geradores e organizadores de práticas e representações (...)”. O *habitus* é um sistema de disposições formado no curso da história coletiva e adquirido no curso das histórias individuais (Setton; 2000-2001.47-71).

O RECORTE METODOLÓGICO

Construindo o objeto

Ao aceitar a tese de que a qualidade de vida não é um conceito simples, que se reduz apenas a um índice, indiretamente afirmamos que é um conceito fundamentado num conjunto de elementos internalizados na trajetória de vida dos grupos. Desse modo, procuramos construir um trabalho de pesquisa que, respeitando o rigor exigido na elaboração do discurso científico, fosse capaz de entrelaçar fios da experiência e da vivência das famílias/colonas no PISG. Assim, na pesquisa de campo, desenhamos um trajeto que nos conduzisse ao conhecimento, à apreensão e à compreensão das informações para que depois pudéssemos interpretá-las e traduzi-las, enquanto objeto proposto e, conseqüentemente, objetivo pretendido.

Em 1999, iniciamos as visitas ao PISG, por ocasião de pesquisas que já vinham sendo realizadas pelo Centro de Saúde e Tecnologia Rural – CSTR, Campus VII da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, atualmente Universidade Federal de Campina Grande - UFCG. Estas pesquisas faziam parte de um conjunto maior de estudos que contemplavam trabalhos de iniciação científica, realizados por alunos de graduação, cujo objetivo era estudar as características dos solos, especificamente identificar níveis de salinidade e sodicidade, além de avaliar a capacidade de adaptação de certas espécies vegetais em áreas irrigadas do semi-árido.

Ao ingressar como docente no CSTR, nos integramos à equipe de pesquisadores (docentes e discentes) que realizavam estudos no Perímetro Irrigado de São Gonçalo com a finalidade de responder às questões colocadas pelos colegas pesquisadores, engenheiros e agrônomos, relativas à ausência de informações sobre o perfil da população do Perímetro Irrigado. Juntamente com o Professor e engenheiro florestal Dr Juarez Benigno Paes⁵

⁵ O projeto de pesquisa cujo título era: Análise dos efeitos da implantação do Perímetro Irrigado de São Gonçalo-PB, sobre às condições de vida dos colonos/irrigantes, teve vigência de 02 anos – fevereiro/2000 à fevereiro/2002, e foi financiado pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica PIBIC/CNPq/UFPB, o qual teve como beneficiário direto o aluno do curso de medicina veterinária, Francisco Roserlândio Botão Nogueira.

elaboramos um projeto de pesquisa para o Programa de Iniciação Científica com o objetivo de fazer um diagnóstico sócio-econômico e cultural sobre as condições de vida da população residente na área e beneficiária do Projeto de Irrigação.

No final do primeiro ano da pesquisa, a equipe já dispunha de informações gerais, relacionadas à caracterização física da área, ao processo de ocupação (seleção dos colonos), à origem da população, ao número de famílias, à saúde, à educação, às condições de moradia e infra-estrutura básica, às características dos lotes, às condições de produção e comercialização, assistência técnica e às possibilidades de acesso e absorção de novas tecnologias. Para a obtenção desses dados, foram aplicados questionários com os colonos. Sem descartar outras fontes de informação, fizemos também a pesquisa bibliográfica nas teses e dissertações produzidas sobre o Perímetro, assim como relatórios técnicos elaborados pela equipe do DNOCS.

O processo de aproximação com a população abriu caminho para realização de pesquisas futuras, uma vez que possibilitou conhecer as pessoas e fazer observações para além dos objetivos definidos, no projeto anterior, sobre a vida social naquele lugar. Essas observações reafirmaram a pretensão e o desejo de fazer um novo estudo, com cunho mais qualitativo. Nos primeiros contatos com a população, por ocasião das visitas feitas ao local, ficamos impressionados com os discursos e o semblante das pessoas, que deixavam transparecer a satisfação e o sentimento de realização por residir e trabalhar num Projeto de Irrigação. As impressões se tornaram inquietações e, posteriormente, foram amadurecidas e sistematizadas num projeto de investigação que deu origem à tese que ora se apresenta.

Objetivos

Por vezes, a discussão sobre a qualidade de vida é considerada secundária e menos importante, algo que só deveria ser feito depois que problemas sociais como a fome, as epidemias, o terrorismo, os conflitos religiosos fossem eliminados. Outras vezes, não exaurimos a discussão porque, logo a vinculamos aos aspectos subjetivos e culturais, que dificilmente poderiam ser analisados como objeto de estudo. Entretanto, refletir sobre a qualidade de vida não consiste apenas, na simples atribuição de adjetivos, a um determinado modo de vida, mas, implica em ter clareza das seguintes questões: quais são as condições básicas capazes de garantir uma vida digna aos indivíduos? e quem as determina? Além disso, debater sobre a qualidade de vida significa pensar medidas para eliminar a miséria, a desigualdade e as injustiças sociais.

Ter um conceito instrumental sobre qualidade de vida seria a base para a elaboração de indicadores que, certamente ajudariam a compreender a questão. No entanto, este conceito ainda é impreciso e complexo. Os estudos sobre qualidade de vida reforçam o enfoque da mensuração, a partir do qual essa questão pode ser definida por uma métrica e um padrão, que permitem avaliar o acesso que indivíduos e grupos têm aos bens e serviços, característicos da sociedade de consumo.

Contrariando esta tendência avaliativa, definimos que o objetivo dessa tese é compreender, a partir do julgamento feito pelos próprios informantes – as famílias colonas - os princípios que fundamentam a percepção delas sobre a qualidade de vida no Perímetro Irrigado de São Gonçalo (PISG), localizado no semi-árido paraibano. Com isso, evidenciaremos como processos sociais, modernos e globais são traduzidos localmente, influenciando na elaboração dos juízos de valor.

Ao descrevermos o PISG, afirmamos que, atualmente, o perímetro enfrenta dificuldades relacionadas à infra-estrutura física do projeto (canais, drenos e poços) e naturais relacionadas às condições edafo-climáticas, próprias das regiões áridas e semi-áridas: clima seco, temperaturas elevadas, alto índice de evaporação e chuvas irregulares. Todos estes problemas interferem nas etapas do processo produtivo e as condições de trabalho, comercialização e, conseqüentemente, sobre a sobrevivência das famílias.

Ante essa realidade desfavorável, formulamos algumas questões críticas que embasaram os objetivos da pesquisa e ajudaram a definir as hipóteses de trabalho: a) Entender em que medida uma vida de privação pode influenciar na escolha dos bens, que definem a qualidade de vida das famílias do PISG b) Que princípios, são utilizados pelas famílias na elaboração dos juízos que avaliam a qualidade das suas vidas? No contato inicial com os informantes, percebíamos que as pessoas falavam sobre algo que seria difícil representar quantitativamente. Na realidade, essas falas expressavam uma auto-avaliação das famílias sobre as suas vidas, considerando a precariedade da vida no sítio, a continuidade de um modo de vida (camponês) e a aceitação de um novo estilo de vida (do irrigante).

Hipótese

Portanto, considerando os enunciados acerca do conceito de qualidade de vida e a análise sobre a realidade do PISG, estruturamos a seguinte hipótese para orientar a construção dessa tese. Partimos do suposto que a qualidade de vida dessas famílias é definida pela articulação de valores e condições, que possibilitam a realização de um projeto de vida e a estruturação de práticas sociais, com objetivo de melhorar as condições de vida das próprias

famílias. Entre os valores destacam-se a indissociabilidade dos elementos terra, trabalho, família, presentes na tradição camponesa. E, quanto às condições, podemos citar os conhecimentos relacionados à formação do colono irrigante como: o acesso à água, ao saber técnico, a um novo modo e estilo de vida, do chefe de família, produtor e administrador do seu próprio lote.

A trajetória das famílias colonas, especialmente, a origem como sitiante vai revelar como os princípios terra, trabalho, família e água são produtores de valores sociais e de uma ordem moral que permite qualificar essas famílias como camponesas. Portanto, seus objetivos, quando inseridas num projeto de irrigação vai ser dar continuidade ao projeto camponês internalizado, na experiência e na vivência como sítiantes. Assim, para elas, a terra não representa apenas o lugar onde se realiza o trabalho, mas é a expressão de uma moralidade, o trabalho não constrói apenas mercadorias, mas, constrói valores e significados, e a família não é um grupo que produz simplesmente o valor trabalho, mas, o valor-família em si (Woortmann, K., 1990).

Podemos dizer, então, que a qualidade de vida dessas famílias é o resultado de uma combinação entre o modo de vida do camponês sitiante, marcado pelos valores mencionados anteriormente e o modo de vida do colono irrigante, idealizado e imposto pelo DNOCS, cuja pretensão era transformar famílias sítiantes em irrigantes, empreendedores, produtores de gêneros com alto valor de mercado e com conhecimentos e capacidade gerencial e de marketing.

A confluência de expectativas entre os projetos das famílias e os projetos do DNOCS, vai gerar tensões que, de modo dicotômico, perpassam os diversos planos dessa realidade. A partir de certo momento, o DNOCS avalia que o PISG foi um investimento em vão, na medida em que não houve aumento do emprego nas áreas de irrigação, nem de renda e a produção está sendo dominada pelos produtos agrícolas tradicionais (algodão, arroz, milho e feijão). Já para a maioria das famílias, o PISG representa uma conquista vitoriosa, porque conseguiram uma casa para morar num lugar tranquilo, uma terra para trabalhar e criar os filhos. Enfim, uma comunidade na qual se sentem seguras e amparadas.

A oportunidade de se tornar irrigantes permitiu o acesso das famílias ao mercado, aumentou a capacidade de consumo e possibilitou a realização de outros projetos, muitas vezes realizados fora do projeto de irrigação, mas, voltados para a melhoria das condições de vida dentro dele. Essa tensão explica uma trajetória de campesinidade, na qual as famílias tiveram

que se adaptar às circunstâncias históricas, econômicas, sociais e políticas para se tornarem colonas, sem romper necessariamente com uma ética camponesa.

Essa hipótese, em certa medida, está fundamentada na idéia dos modelos original⁶ e final, propostos por Hugues Lamarche⁷. Para esta situação específica, o modelo original – seria o modelo agricultura camponesa ou de subsistência, que está relacionado à origem dessas famílias, e o modelo final – que seria o modelo empresa familiar, relacionado à continuidade, ao presente e ao futuro das mesmas.

A partir dessa hipótese, procuramos estruturar as informações e os argumentos em três grandes eixos, seguindo os momentos da trajetória dos colonos, são eles: *A vida no sítio*, por um lado, marcada pela precariedade das relações e condições de trabalho, pela privação de bens e serviços e, por outro lado, por uma autonomia relativa para viver e produzir de acordo com os conhecimentos herdados e com a ordem moral que legitima e identifica o próprio grupo. *A vida no PISG – instalação e consolidação*, retratada pela expectativa da construção de um novo projeto de vida, pelas tensões entre o DNOCS e as famílias colonas durante a fase de implantação e consolidação do Projeto, a criação e a falência da Cooperativa, as distintas concepções de família e de trabalho, a vida social nas agrovilas e a relação campo-cidade. *A vida no PISG – crises e continuidades*, o processo de emancipação e o abandono do DNOCS, os processos de diferenciação entre as famílias, os novos valores e costumes, mudanças que afetam a vida social do grupo, principalmente dos jovens.

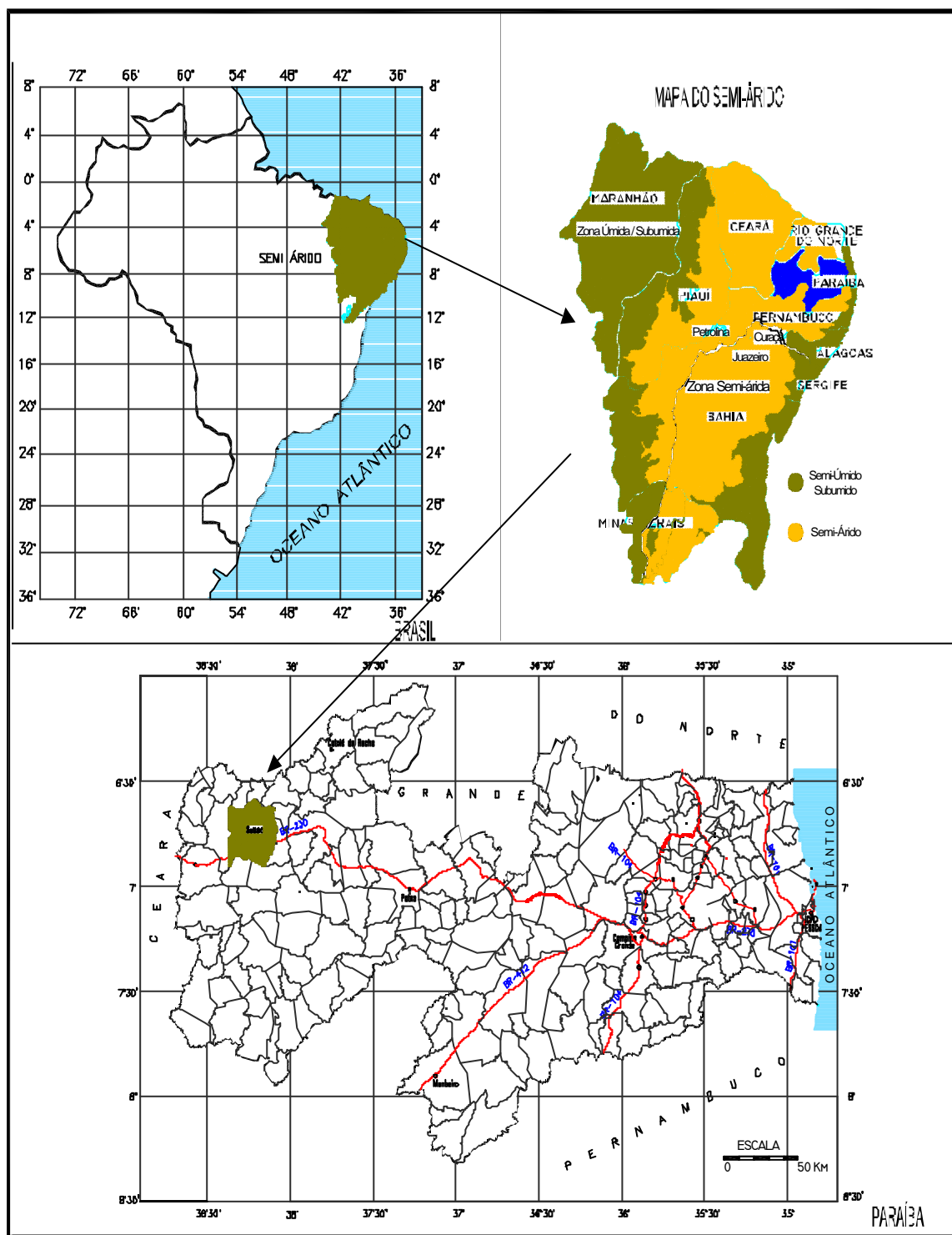
A tensão gerada, a partir das expectativas do DNOCS e das próprias famílias, far-se-á presente em todos os capítulos dessa tese, através das narrativas. Ao final, entendemos que tudo isto deve ser concebido como parte integrante de um conjunto para o qual não há um modelo universal, um tipo ideal capaz de contemplar as necessidades e os desejos de todas as pessoas e em todos os lugares, e por isso, sempre se faz necessário contextualizar.

6 Ainda que não tenhamos encontrado esses modelos na forma absoluta, utilizaremos as definições dos modelos descritos por Lamarche (1993:68) para agricultura camponesa ou de subsistência, definido “por uma forte predominância das lógicas familiares e uma fraca dependência em relação ao exterior”. E o modelo empresa familiar, “A organização do trabalho estrutura-se principalmente em torno da mão-de-obra, o patrimônio é uma noção exclusivamente familiar e o futuro da unidade de produção é pensado em termos de reprodução familiar”.

7 Os modelos - original e final - foram propostos por Hugues Lamarche em pesquisa comparativa internacional, cujo objetivo era compreender a adaptação da agricultura familiar a contextos econômicos, sociais e políticos em cinco países. Sobre a aplicação dos modelos Lamarche (1993;1994).

O contexto empírico da pesquisa

O PISG está localizado no município de Sousa, Estado da Paraíba. Possui uma área total de 4.100 ha e uma superfície irrigada de 2.364 ha. O Perímetro dista 15 km de Sousa, 30 km de Cajazeiras, 131 km de Patos e 440 km de João Pessoa (Mapa 1).



Mapa 1 – Localização do Perímetro Irrigado de São Gonçalo

No momento da instalação do Projeto, em 1971, foram selecionadas 477 famílias, que gradativamente foram assentadas em lotes que variam de 3,5 a 5,0 hectares. O processo de assentamento no PISG foi feito em três etapas de acordo com a construção da infra-estrutura e das agrovilas. Atualmente, segundo dados do relatório técnico do DNOCS de 2001, o Perímetro possui quatrocentos e setenta e oito lotes ocupados e dois ociosos, distribuídos entre produtores familiares/irrigantes e técnicos em ciências agrárias⁸ (Quadro 1).

Quadro 1 – Ocupação dos lotes agrícolas

Tipos de Ocupantes	Situação	Quantidade
Produtor Familiar	Quantidade	454
	Ocupados	452
	Desocupados	02
Engenheiro agrônomo	Quantidade	06
	Ocupados	06
	Desocupados	-
Técnico agropecuário	Quantidade	20
	Ocupados	20
	Desocupados	-

[Fonte: DNOCS, 2000]

Segundo dados do Censo de 2000, a população do PISG é superior a 3.654 habitantes. Para a realização deste estudo, elegemos como foco da investigação a família⁹, sendo esta compreendida pelos parentes reconhecidos pelo grupo, residentes ou não no mesmo domicílio. Tivemos como informantes 36 indivíduos das 14 famílias que compuseram o nosso universo.

Como as famílias do PISG são numerosas e extensas, constituídas por muitos membros, entre esses filhos, netos e agregados, foi necessário lançar mão de alguns critérios na

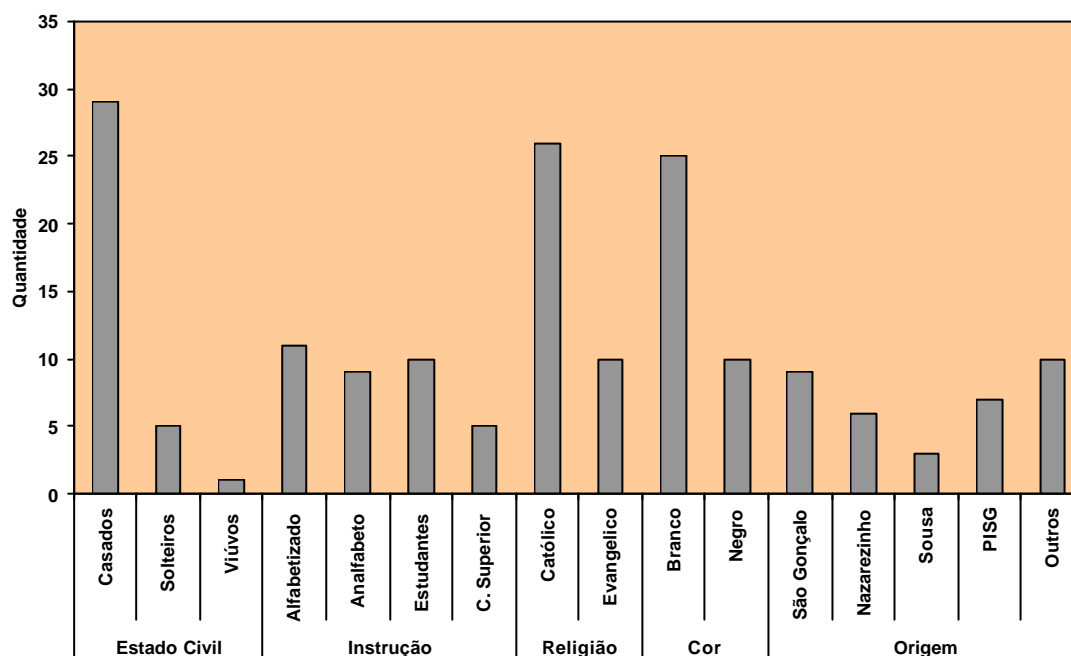
⁸ A Lei de Irrigação (Lei nº 6.662, de 25 de junho de 1979) previa que uma parte dos lotes, até 20% dos lotes fossem operados por técnicos em agropecuária, engenheiros e empresários.

⁹ Cada uma das casas é ocupada por indivíduos ligados entre si por laços de parentesco: pai, mãe e filhos, geralmente solteiros. Mas, curiosamente no Perímetro Irrigado de São Gonçalo, existem casas nas quais coabitam mais de uma família, ou seja, a família de origem e a família dos filhos casados, esposa, filhos ou filhas.

escolha dos informantes. Considerando, ainda, que há no Perímetro, três núcleos habitacionais ou agrovilas e que estes núcleos possuem diferenciações significativas, as quais influenciam na qualidade de vida das famílias, decidimos trabalhar com cinco famílias de cada um dos núcleos.

A maior parte das famílias colonas do PISG é proveniente das áreas rurais circunvizinhas. Para conhecer melhor essas famílias, faremos uma descrição gráfica dos seguintes critérios utilizados para identificar os informantes: Origem, idade, cor, religião e renda (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Perfil Geral dos Informantes



Quanto à origem, 09 pessoas, entre os informantes já residiam em São Gonçalo, 07 nasceram no PISG, 06 são de Nazarezinho, 03 de Sousa e 10 vieram de outras localidades. A idade dos informantes variou entre 48 e 76 anos para os pais de família e, entre 17 e 45 anos para os filhos. Quanto ao estado civil, 29 são casados, 06 solteiros e 01 viúva.

Embora seja polêmico trabalhar com a variável cor para a classificação dos informantes, definimos como parâmetro as características fenotípicas, isto é, os informantes que apresentavam cor de pele variando do moreno claro ao negro foram considerados negros, totalizando dez pessoas e, brancos, aqueles cuja cor da pele é clara, o que totalizou vinte e seis

pessoas. Na religião, apesar da emergência dos evangélicos, predomina o catolicismo com 26 adeptos, enquanto os evangélicos totalizam 10.

Em relação ao levantamento da renda familiar, constatou-se que esta varia, segundo os núcleos e foram encontrados os seguintes valores: no Núcleo I – de R\$ 600,00 a R\$ 3.000,00; no Núcleo II – de R\$ 180,00 a R\$ 1.600,00 e no Núcleo III – de R\$ 240,00 a R\$ 1.000,00.

As famílias colonas de São Gonçalo têm como característica o fato de serem numerosas e manterem laços extensos de parentesco. Em alguns casos, chegam a formar verdadeiras parentelas, ou seja, o tipo de família definida por Lía Fukui (1980 s/p) como: “(...) um grupo de parentesco de sangue, formado por várias famílias nucleares e algumas famílias grandes, vivendo cada qual em sua moradia, em geral, são economicamente independentes umas das outras, mantendo entre si uma teia de obrigações recíprocas”.

A pesquisa teve dois focos de investigação. O primeiro deles, com objetivo de perceber como as famílias organizaram suas vidas dentro da comunidade e, ao mesmo tempo, como elas agem na construção dos espaços no PISG. Sabemos que a qualidade de vida dessas famílias está intrinsecamente ligada às condições que asseguram a permanência do grupo, à proximidade e a sociabilidade da parentela¹⁰.

O segundo foco da investigação recaiu sobre o domicílio, a família como grupo de pessoas com laços de parentesco que residem na mesma casa. Fizeram parte do grupo de informantes as famílias dos colonos, selecionados pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). Nesse caso, foram incluídos, colonos que receberam lote, os que compraram benfeitorias e seus filhos. Em cada família, foi privilegiada a fala do pai, da mãe e de um dos filhos, independentemente do estado civil e do sexo. A única restrição imposta foi referente à idade pois foram considerados, apenas, os filhos com idade superior a 14 anos¹¹.

10 Martine Segalen (1996) define a parentela camponesa, como “uma constelação flexível de parentes com a qual podemos optar por manter ou não relações. A parentela camponesa determina redes que unem entre si os diversos grupos domésticos aparentados. Podemos representá-los como elos que vão de um lar a outro e ao longo dos quais circulam informações, entre ajuda, bens e serviços, mas também rivalidades e querelas”.

11 O motivo dessa restrição foi em primeiro lugar, para não ter que adentrar no universo lúdico e simbólico das crianças e adolescentes. Uma vez incluindo informantes dentro dessa faixa etária, seria necessário explicar e estabelecer comparações entre dois universos, adulto e juvenil; em segundo lugar, porque as impressões que marcaram a vida, no período da infância, seriam apreendidas na medida em que fosse resgatada a trajetória de vida dos informantes, fato que exigiria, portanto, as pessoas fazerem o caminho de volta ao tempo e ao espaço em que eram crianças ou adolescentes, assim como, ao tempo de solteiro, às brincadeiras, à casa dos pais e à vida antes de vir para o Perímetro.

O contato inicial com as famílias foi intermediado pelas assistentes sociais do DNOCS. Porém, nem todas as famílias contactadas, inicialmente, fizeram parte do grupo de informantes. Algumas delas tiveram que ser substituídas, porque as pessoas não se dispuseram a colaborar com o trabalho. Em outras famílias, não foi possível incluir os filhos pelo fato de serem crianças. Em uma família, especificamente, não conseguimos conversar com a esposa, por se tratar de uma pessoa com problemas mentais. Em algumas entrevistas, tivemos que conversar, simultaneamente, com o casal, ouvindo e registrando informações do homem e da mulher. Nestas entrevistas, as informações foram separadas no momento da transcrição das falas. E foram incluídos, entre os informantes, famílias de filhos e netos de colonos que invadiram uma área da Cooperativa.

O trabalho de campo foi realizado no período de um ano e quatro meses, iniciado em outubro de 2002 e finalizado em fevereiro de 2004, e foi sistematizado em três etapas. A primeira restringiu-se ao levantamento geral das informações, incluindo dados relativos à área, à população residente e aos dados físicos para escolha das famílias que seriam informantes; o número de unidades domésticas de cada núcleo; as relações de parentesco; a religiosidade e o nível de instrução. Procuramos identificar, também as lideranças locais, os problemas mais emergentes, os espaços e as formas de sociabilidade. Esta etapa inicial do trabalho foi intermediada pelos funcionários do DNOCS, especialmente, as assistentes sociais e um técnico que, ao percorrerem toda área do Perímetro, iam, ao mesmo tempo, revelando fatos e histórias sobre a construção do lugar, o universo cultural das famílias e da própria relação do órgão gestor do Perímetro com as famílias.

A segunda etapa foi marcada pelas viagens, pelas idas e vindas aos núcleos habitacionais, que tiveram o intuito de transformar o exótico em familiar, através do contato direto com as famílias. Este foi um processo denominado, carinhosamente, como “momento da paquera”, caracterizado pela conquista das pessoas que consistia numa observação totalmente assistemática, porém, com o objetivo de aproximação, sem que parecesse invasão. Era importante que as pessoas permitissem adentrar suas casas e participar com elas dos momentos reservados para as refeições e o repouso ao meio dia e à noite. Muitas foram as situações-problemas presenciadas e até compartilhadas, de discussões relativas à orientação dos filhos, aos conflitos de valores, às dores, às perdas, desentendimentos conjugais e fofocas de vizinhos.

A terceira e última etapa consistiu em encontrar o momento mais apropriado para registrar as informações, utilizando o gravador e a câmera fotográfica. Esta foi a etapa mais demorada e mais difícil, uma espécie de cena mais importante e, que tinha sempre o tom de

despedida, a certeza de que, tão cedo, a pesquisadora não voltaria a conversar com aquelas pessoas.

Durante o período de coleta dos dados primários, fizemos, paralelamente, o trabalho de busca de bibliografias, documentos e outras informações de fontes secundárias que ajudaram a sedimentar a base do que será descrito adiante.

Metodologia: estratégias e técnicas

Nas primeiras visitas ao PISG, quando ainda não tínhamos certezas dos instrumentos de pesquisa que seriam adotados na fase de coleta dos dados e informações, foram testados dois instrumentos: o questionário e a entrevista semi-estruturada. A idéia de utilizar o questionário justificava-se devido ao fato de que, muitos autores que abordam, centralmente, o tema da *Qualidade de Vida* em seus trabalhos adotaram esta técnica de pesquisa. São eles: Guerrero & Hoyos (1983), Alves (1986), Vieira (2000) e, mais recentemente, o próprio Banco Mundial, a partir do Relatório do Índice de Desenvolvimento Humano (RIDH), que também utiliza o questionário, para coletar informações e inferir sobre qualidade de vida.

O teste dos instrumentos revelou que o questionário praticamente induzia a resposta das pessoas, uma vez que os princípios utilizados para mapear a qualidade de vida das famílias eram sugeridos, nos indicadores pré-definidos e que se apresentavam explicitamente nas alternativas que compunham as respostas. Já a entrevista, ainda que fosse semi-estruturada, permitia explorar com uma maior profundidade, amplitude e liberdade as respostas. Além disso, era possível associar os gestos, as emoções e as omissões aos fatos verbalizados, ao contexto e aos princípios transfigurados nos valores atribuídos pelas pessoas a uma série de elementos materiais e imateriais que esboçam qualificativos sobre as suas vidas.

As dificuldades percebidas no uso desta técnica foram, basicamente, as intromissões das outras pessoas, vizinhos e familiares, muitas vezes, impondo momentos de pausas e interrupções verbais e até no próprio curso do pensamento e, por conseguinte, a quebra de raciocínio impossibilitando, assim, seguir o roteiro proposto.

Utilizamos, de maneira combinada, procedimentos de pesquisa que se inserem em abordagens qualitativas entre os quais, a observação, cujos detalhes foram registrados num diário de campo, as entrevistas semi-estruturadas com relatos orais, focados nas trajetórias de vida, gravadas e transcritas. Não sendo o uso da oralidade uma exclusividade apenas da História como afirmara Jacques Le Goff (1984: 236), a utilização de depoimentos orais revelou-se um caminho fértil aberto por sociólogos e antropólogos, entre estes, Edward

Thompson (1984) e Maria Izaura Pereira de Queiroz (1983). Desse modo, a trajetória de vida narrada pelos informantes foi um dos principais instrumentos metodológicos usados na construção desse trabalho, por entender que a trajetória é adequada aos estudos que se propõem a compreender e a traduzir um contexto vivenciado, especificamente, por um grupo de pessoas. Este caminho metodológico possibilitou fazer uma leitura das informações, combinando narrativas, comportamentos e representações, assim como a relação que os elementos desses campos mantêm entre si (Weber, 1996: 163-183).

A observação

A utilização de dois ou mais instrumentos de coleta de dados possibilitou uma construção mais flexível do próprio trabalho, tendo este contemplado, ao mesmo tempo, as impressões do pesquisador e as representações dos informantes. A técnica da observação foi usada, continuamente, durante todo tempo de realização da pesquisa de campo.

Entre os aspectos observados, destacaremos aqueles considerados mais interessantes para a compreensão da qualidade de vida das famílias do PISG. Para compreender os princípios que ancoram essa qualidade de vida, ressaltamos a sociabilidade nesses espaços como foco da técnica de observação. Como já foi mencionado, o trabalho de investigação teve dois focos de análise, a família e o PISG. Em relação ao lugar – O PISG, observamos a interação entre as famílias e entre as famílias e os órgãos executores de políticas públicas. Já em relação aos grupos familiares, observamos os processos de negociação dos projetos e a definição dos objetivos das famílias, a produção e transmissão de valores e a internalização da ordem moral do grupo.

Observamos ainda que os cortes temporais feitos pelas pessoas nas narrativas induziram a busca dos princípios que referenciam a sua qualidade de vida. Ao mesmo tempo, os fatos recortados denotam uma relação dualista entre o tempo do sítio – ‘quando eu trabalhava de morador, quando produzia na faixa seca, quando não tinha a terra e nem a casa’, e o tempo do PISG – ‘quando passei pra ser colono, quando comecei a trabalhar na irrigação, quando consegui ter um canto pra morar e trabalhar’.

Através da observação, identificamos também que as representações das pessoas sobre a qualidade das suas vidas são diferentes. Estas diferenças guardam particularidades justificadas pela própria trajetória de vida das famílias e singularidades individuais que se expressam nos princípios adotados pelos sujeitos da pesquisa. As situações observadas e que encheram os nossos olhos foram inúmeras e com significados diversos. Por isso, durante o período de construção do trabalho, foi necessário fazer opções e tomar decisões, tarefa nada

fácil, porém imprescindível, para evitar que, por um lado, houvesse distorções na retratação do quadro empírico que se pretende apresentar e, por outro, para não incorrer no erro de ampliar demais o universo de análise, o que comprometeria a objetividade do trabalho.

As informações apreendidas nas observações foram registradas no diário de campo. Este foi um instrumento auxiliar bastante valioso na pesquisa empírica. No diário foram arquivadas as primeiras impressões da vida local, além de informações relativas às atitudes dos indivíduos e à paisagem do Perímetro. Registramos, ainda, informações que podem ser classificadas como: públicas relacionadas às normas reguladoras da vida social local; confidenciais – aquilo que sendo público ou privado, pode ser mencionado, desde que seja resguardado o anonimato em torno de quem forneceu as informações; segredos – que são fatos e informações conhecidas pelo grupo, que não devem ser comentadas com estranhos e, por último, informações privadas - que dizem respeito à vida particular de cada família, aos princípios éticos que orientam as atitudes e o comportamento dos indivíduos de acordo com o esquema definido por H. Buford Jumber (1971: 43).

As entrevistas

Por definição, a entrevista se caracteriza pela apreensão das informações a partir das *falas das pessoas* (Minayo, 2004: 107). Optamos pela entrevista semi-estruturada, orientada por um conjunto de temas, com o intuito de compreender as informações, a partir de um processo de regressão investigativa que remonta à trajetória de vida dos indivíduos, aqui chamados de informantes. O objetivo era compreender, em profundidade, *os princípios, “indicadores” e outros referenciais cujos sentidos e significados traduzem a qualidade de vida das famílias/colonos do PISG.*

As conversas informais com as pessoas nos núcleos serviam como fonte de apreensão das informações. A entrevista propriamente dita, feita com uso do gravador simbolizava uma espécie de despedida, era um sinal de que a pesquisadora estava deixando aquele núcleo habitacional. Durante dezesseis meses, mantivemos contato permanente com as pessoas que residem nos três núcleos. Face à distância física entre um e outro, no momento de gravar as entrevistas, foi necessário particularizar as visitas, ou seja, ficávamos hospedadas por uma ou duas semanas na casa de uma das famílias dos colonos, sendo em um núcleo de cada vez, de acordo com a disponibilidade de tempo e a rotina de trabalho dos informantes.

Era importante observar o momento exato de fazer a abordagem com o gravador. Apesar de estas pessoas, já serem bastante acostumadas com a presença de pesquisadores, foi preciso cautela para não invadir os momentos de privacidade da família como: a hora quase

sagrada de assistir à novela, a “sesta”¹² depois do almoço, principalmente, das mulheres, nem atrapalhar as atividades nos lotes, visto que a maioria dos colonos utiliza a mão-de-obra familiar e os pais e os filhos homens ficam o dia todo ocupados com o trabalho nos lotes.

Não havia horário determinado para gravar as entrevistas. Este variava conforme a rotina de trabalho das pessoas. Por exemplo: os homens estavam sempre mais disponíveis no finalzinho da manhã, antes da hora do almoço, quando ficavam nos alpendres das casas fumando e descansando em cadeiras de balanço e no final da tarde, antes da hora do jantar, depois do banho, quando eles ficavam do lado de fora das casas, conversando com os vizinhos. Já as mulheres eram mais acessíveis, se dispunham a conversar a qualquer hora do dia, desde que não fossem impedidas de fazer *as obrigações*, quer dizer, conversavam enquanto cozinhavam, lavavam, passavam e costuravam. Nessas circunstâncias, a pesquisadora podia ficar do lado e conversar com elas sem problemas.

Já os filhos que trabalham nos lotes, obedecem à mesma rotina dos pais, sendo que os que estudam e trabalham, praticamente, não dispõem de tempo livre, o que dificultou encontrar uma hora disponível, para entrevistá-los. Algumas vezes, a única maneira de gravar uma conversa com eles era no próprio colégio. As filhas mulheres, da mesma forma que os homens, dividem o dia-a-dia entre escola e trabalho, fora ou dentro de casa, havendo mais facilidade de serem abordadas em casa.

Ao todo, conseguimos entrevistar trinta e seis informantes de quatorze famílias distribuídas, nos núcleos da seguinte maneira: no núcleo I – cinco famílias com quinze informantes; no núcleo II – quatro famílias com sete informantes; e, no núcleo III – cinco famílias com quatorze informantes.

Durante as entrevistas que se iniciavam com uma volta ao passado, o informante podia discorrer livremente sobre as situações que marcaram a sua trajetória de vida. No decorrer das entrevistas, as narrativas enfatizaram informações acerca da vida dos entrevistados, opiniões, valores, atitudes, processos de organização, reprodução e manutenção da família e do patrimônio. Tais temas, grosso modo, são denominados pelos cientistas sociais de dados subjetivos (Minayo, 2004:108). Nesse estudo, transformaram-se numa espécie de *mix*, entre o que é comumente aceito como qualidade de vida e o que as pessoas, através do processo de

¹² “Sesta” é um termo que define o descanso de depois do almoço. No Nordeste, também se utiliza muito as expressões “tirar um cochilo”, “tirar uma soneca”, sendo esta prática um hábito, um costume adotado pela maioria das pessoas.

imersão na sua história pessoal, são capazes de eleger como bens indispensáveis a uma vida com qualidade.

Com o intuito de atingir nosso objetivo, procuramos resgatar informações relacionadas à origem das pessoas: como era a vida dos seus pais, as atividades que desempenhavam, as condições de trabalho e moradia, as formas de sociabilidade. Enfim, desejávamos compreender as estruturas materiais e simbólicas responsáveis pela atribuição de sentidos e significados, a partir dos quais, são formulados juízos de valor que definem a qualidade da vida dos indivíduos e dos grupos. Amartya Sen (1996) assinala que essas estruturas adquirem visibilidade na compreensão do modo de vida, na cultura e nas razões práticas, refletidas nos valores mediante as atitudes e comportamentos dos informantes.

As entrevistas duravam em média de 2h ou 3h, sendo que algumas delas chegaram às 5h. Durante todo esse tempo, as pessoas, ao mesmo tempo em que forneceram informações imprescindíveis à elaboração dessa tese, viajaram pelos caminhos da memória, recordando fatos, pessoas, músicas e experiências que sedimentaram suas vidas. Portanto, a estruturação feita *a priori* em algumas situações foi modificada, tanto porque os informantes fugiam ao tema, como também, porque ao fazerem digressões verbais, no pensamento ou nas expressões faciais, elas introduziam elementos novos ao esquema previamente elaborado.

As categorias de análise e a análise de conteúdo

Ao assumir a pesquisa qualitativa como orientação para a pesquisa de campo, procurou-se apreender no conjunto das informações obtidas, em especial, nas narrativas, os valores sociais dos informantes, que algumas vezes, se revelaram contraditórios e em outras, convergentes. Bourdieu (1974:182) explica a importância de conhecer uma dada realidade pela compreensão do *habitus*, porque através dele, podemos compreender que, mesmo os indivíduos não tendo absoluta consciência, cada um é produtor e reproduzidor das suas ações, uma vez que possuem, internalizados, um conjunto de disposições transferíveis que explicam as experiências passadas e articulam preocupações futuras.

A escolha da família, como informante central nessa pesquisa e a busca da compreensão das relações interpessoais entre indivíduos e família, famílias e comunidade, remetem à análise de conteúdo, enquanto instrumento de análise dos dados. Isto é, “na medida em que os modelos culturais interiorizados são revelados nas entrevistas, eles refletem o caráter histórico e específico das relações sociais”. (Minayo, 2004: 113). Por isto, procuramos interpretar as narrativas, observando as especificidades do gênero, da geração, da origem e do

núcleo habitacional no qual o informante reside, exatamente, por entender que esse indivíduo, embora singular, reproduz o *habitus* de um campo social

Com base nas explicações de Minayo (2004) sobre a análise de conteúdo, entendemos que esta técnica propõe um olhar relacional acerca do discurso. Nesse caso, sobre as narrativas, articulando os significantes com as estruturas sociológicas. Esta técnica possibilita, ainda, ultrapassar o nível superficial e atingir um nível mais aprofundado acerca do objeto investigado.

Como diz Maluf (1999), quando privilegiamos a narrativa como instrumento para apreensão da realidade estamos valorizando a interpretação de um narrador, para quem o mais importante é a história da experiência individual, enquanto para nós o desafio é, ao reinterpretar e traduzir essa história, identificar as semelhanças e complementariedades entre o particular e o geral.

Os argumentos acima mencionados ajudam a esclarecer a maneira como foram construídas as categorias de análise que formam o mosaico deste trabalho. Analisando os relatos sobre as trajetórias de vida, percebemos que alguns aspectos emergiram e foram mencionados, reiteradas vezes, por indivíduos diferentes, ora motivados por aspectos diversos tais como a memória e as lembranças, ora construídos, exatamente, para satisfazer as expectativas do entrevistador. De toda forma, foi possível sistematizar as informações em categorias amplas, que agrupam os princípios relevantes para as famílias/colonas do PISG, sobre a sua qualidade de vida. Estas categorias são:

- ***Vida próxima da família***, que implica na certeza de que a família exerce um papel central na projeção daquilo que os indivíduos esperam da sua própria vida e do mundo. A família de origem, o núcleo responsável pela transferência de valores que são internalizados e orientam as ações das pessoas. Ao mesmo tempo, a família é o objetivo maior, pelo qual se deve lutar. Ela é, também, um meio para viabilizar essa luta. Além disso, garantir o futuro dos filhos é obrigação da família e é no futuro dos filhos que reside o sentido e o significado das conquistas da própria família. Acrescente-se, ainda, a importância da proximidade dos membros da família, no sentido de perpetuar a aceitação de valores morais como companheirismo, ordem, obediência, respeito, virgindade, casamento, enquanto bens indispensáveis à vida.

- ***Vida num lugar onde é possível morar e trabalhar***, que implica fazer referência à vida anterior, no sítio, para avaliar a qualidade da vida no presente - no PISG. O Projeto de Irrigação é avaliado em função de elementos como: paisagem, vizinhança, oportunidades, necessidades, sonhos e frustrações. Avalia-se o lugar também pelas pessoas que o fazem, analisando quem somos nós e quem são os outros. Distingui-se, ainda, a vida do campo da vida na cidade, as diferenciações entre os núcleos habitacionais, a relação da comunidade com os poderes públicos, através do acesso aos serviços e políticas públicas.
- ***Condição para realização (do colono/irrigante)***, que significa oportunidades para desenvolver aptidões e habilidades, ligadas ou não à agricultura; possibilidades de articular saberes advindos da tradição, como agricultores e filhos de agricultores e novos saberes próprios do produtor irrigante; relação com o Estado, através das políticas de crédito e assistência técnica para o meio rural; dinamismo nas atividades de produção e abertura para novos projetos.
- ***Estratégias de Continuidade e Reprodução***, que estão relacionadas às possibilidades reais de reprodução da família, do patrimônio, assim como o crescimento do lugar e a sustentabilidade das novas gerações. Para as famílias, estas possibilidades dependem de elas serem reconhecidas como proprietárias dos lotes e também da ampliação do Projeto de Irrigação.

Estas categorias emergiram dos relatos das pessoas, a partir da interferência de elementos provocativos, utilizados no transcurso do diálogo. Esses relatos trouxeram à tona, como numa teia, fios que entrelaçam a vivência da subjetividade, num contexto específico com um discurso articulado sobre o *dever*, a razão, a apreensão da técnica, as possibilidades e oportunidades idealizadas no plano real da vida, segundo Tedesco (1998) e Vieira (2000). Esses fios, ao se juntarem, deram sentido aos fatos e às opiniões emitidas.

É importante destacar também o papel da memória como recurso para captar informações. Na memória, são armazenados os fatos, as pessoas e as paisagens que acompanham toda a nossa vida, “definindo o que é comum a um grupo e o que o diferencia dos outros, reforçando os sentimentos de pertencimento e as fronteiras sócio-culturais” (Pollak, 1989). Essas informações transformadas em categorias, assumem formas e significados que explicam o modo de vida das famílias. A originalidade dos fatos, ações e comportamentos

descritos pelas famílias e sobre a qualidade e o estilo de vida no PISG, em certa medida se assemelham ao que Maria Dione Moraes (2000) chama de narrativas eclipsadas, isto é, uma leitura particular, não dominante e quase invisível acerca de um mundo concreto e simbolicamente retratado por quem o vivencia.

O processo de imersão na memória individual permitiu, de certa forma, apreender a memória coletiva. Halbwachs (1990) atenta para o fato de que é preciso situar, no momento do registro dessa memória, “a posição social dos informantes, o contexto presente, os lugares de onde o presente (re)elabora o passado, a imagem do tempo alterado e as visões de mundo”. Sabemos que, ao acessar a memória, os indivíduos utilizam filtros que permitem tanto idealizar o presente e o futuro, quanto omitir detalhes e fatos do passado. O trabalho com a memória permitiu realçar os princípios, cujo sentido qualificam a vida destas famílias.

Os aspectos que marcam as diferenças das falas entre homens e mulheres, jovens e velhos, não passarão despercebidos. Entretanto, como afirma Cyntia Sarti (2003: 20), essas diferenças aparecem na realidade das famílias pobres, entre as quais podemos incluir as famílias do PISG, fundamentalmente, como uma ordem moral do grupo. Optamos por fazer referência no texto ao grupo ou à família, ao invés de ao homem ou à mulher. Isso não implica deixar de perceber o dissenso que marca a individualidade de cada ser, mas, reforça o consenso determinante e predominante nas disposições e no modo de vida das famílias colonas.

A estrutura da tese

A tese está constituída por uma introdução, cujo texto contempla a apresentação geral dos objetivos e das dimensões teóricas e metodológicas do trabalho, além de cinco capítulos, conclusões e referências bibliográficas. No Capítulo I, procuramos fazer uma revisão crítica do conceito de qualidade de vida e definir os marcos teóricos da tese; no Capítulo II analisamos os aspectos históricos, sociais, políticos e econômicos que influenciaram o programa de irrigação no Nordeste e, em particular, a implantação do Perímetro Irrigado de São Gonçalo. Nos Capítulos III, IV e V sistematizamos a trajetória das famílias colonas em três momentos específicos: a vida no sítio, a vida no PISG – instalação e implantação e, por último, a vida no PISG – crises e continuidades. Nestes, estão expostos também os princípios, inerentes à sua qualidade de vida.

Os dados que serão apresentados foram analisados, utilizando a imaginação sociológica. Com o recurso dessa ciência pretendemos superar os desafios que, certamente, colocar-se-ão nos próximos capítulos, mediando um diálogo profícuo entre a teoria e os

imponderáveis aspectos da realidade empírica, e assim, daremos continuidade ao exercício da sociologia, como diria Wright Mills (1982).

CAPÍTULO 1

A QUALIDADE DE VIDA SOB DIFERENTES OLHARES

Uma sociedade não pode criar-se, nem se criar sem criar ao mesmo tempo, alguma coisa de ideal, criação não é para ela uma espécie de ato suplementar com o qual se completaria a si mesma uma vez constituída; é o ato pelo qual ele se faz e se refaz periodicamente (Emile Durkheim).

1.1 – Qualidade de vida: um tema em discussão na modernidade

A complexidade da sociedade moderna, pós-moderna ou tardia, como sugere Giddens (1991:10) acaba se consolidando, no século XX, com a sociedade da informação e do consumo, que se caracteriza, principalmente, por alterações profundas na subjetividade, nos estilos de vida e nos costumes habituais das pessoas. Estas mudanças imputaram à sociedade atual uma série de ambigüidades e descontinuidades que afetam, inclusive, a própria capacidade humana de fazer escolhas, tomar atitudes e atribuir valores, fazendo com que a noção de qualidade se torne, cada vez mais, complexa.

Para Jean-François Lyotard (1987) essa sociedade complexa e, por ele definida como pós-moderna, reduziu, no plano epistemológico, a capacidade explicativa das metas-narrativas e dos grandes discursos, face à emergência de uma pluralidade e heterogeneidade de reivindicações, que questionam a própria autoridade da ciência como expressão única da verdade.

Para Giddens (1991: 13), na modernidade tardia, à medida que as práticas sociais são alteradas, a informação é renovada, portanto a equação entre conhecimento, certeza e verdade é erroneamente interpretada. Uma das conseqüências da modernidade é a reflexividade do

conhecimento e a descontinuidade que invade todas as esferas da vida social, tornando, por vezes, incompreensíveis os valores e as qualidades atribuídas, especialmente aquelas fundadas na tradição como, por exemplo, a importância do parentesco e os sentidos atribuídos à terra e ao trabalho nas sociedades agrárias.

Como analisa Giddens (1991), ainda que nas civilizações agrárias, o distanciamento tempo-espaço seja, relativamente curto, comparado às sociedades industriais, as organizações e instituições existentes nessas sociedades já não são tão fechadas, rígidas e ortodoxas nas suas convicções, isto é, tendem a um certo descontinuísmo, pois a reflexividade afeta, principalmente, os modos de vida e as práticas cotidianas desvencilhando-as da tradição, sem que isto signifique necessariamente um abandono da mesma.

Aqui a tradição é entendida como substrato vivo de uma cultura que transcende a própria história. Popkim (1979), ao se debruçar sobre os *Villages*, no Vietnã, revela que os indivíduos das sociedades rurais ou agrárias não vivem, necessariamente, no isolamento, em uma sociedade fechada do período pré-colonial. Atualmente, os camponeses buscam fortalecer suas instituições, internamente, articulando a ordem moral e o mercado. Desse modo, acreditam que é possível preservar a tradição, sem deixar de reconhecer que existem estratégias de reprodução diversificadas e que incluem novas relações com o mercado e o acesso à informação. É nesse contexto que os valores internalizados na tradição de um modo de vida se tornam uma referência importante para a construção da identidade das populações rurais e para a sua inserção no mundo globalizado. Essa construção, por sua vez, é um processo marcado por práticas sociais, dinâmicas e plurais, que confrontam universalismos e localismos, homogeneidades e heterogeneidades.

Nessa confluência de idéias e conceitos, percebemos que o tema da qualidade de vida, nos últimos anos, tem sido abordado de diferentes formas e sentidos, servindo a uma diversidade de interesses econômicos, públicos e privados tornando-se, por assim dizer, um tema interdisciplinar. A necessidade de se ter alternativas capazes de melhorar a vida das pessoas, a fim de que um número cada vez maior alcance um nível de satisfação subjetivamente idealizado é um tema recorrente em diversos espaços e agendas. Este nível talvez seja a qualidade de vida. Autores como Cristovam Buarque (1993:157-165) assinalam que há a possibilidade de que o conceito de qualidade de vida seja um dos mais antigos e, ao mesmo tempo, um dos mais passíveis de críticas na modernidade, principalmente por causa da dificuldade que temos de precisá-lo.

Podemos dizer que o problema maior talvez seja o modo como a questão é colocada na modernidade, qualidade de vida, como um nível de bem-estar, onde todos devem ter a pretensão de chegar. Seria oportuno questionar antes, quem definiu que esse topo é o limite? Nós ousamos, aqui, sugerir que essa definição foi dada pela sociedade ocidental e a partir de critérios fundados na lógica do consumo.

Durante séculos, a qualidade de vida foi concebida como rotina, vida tranqüila, sem turbulências, picos ou curvas. No século XX, o conceito de qualidade de vida esteve associado ao consumo de bens e à tecnologia de última geração. Por isso mesmo, passou a ser uma utopia. Como afirma Buarque (1993: 157-158):

Mais recentemente, a humanidade teve o sentimento de que a utopia havia chegado, ainda que não para todos. O conceito de qualidade de vida foi substituído pelo de modernidade; o símbolo de qualidade de vida passou a ser menos o bem estar conseguido graças ao uso de bens do que o consumo do próprio bem e uso das máquinas de última geração. A contribuição de cada produto à qualidade de vida passou a ser definida não apenas pelo conforto que ele oferece, mas também, pelo grau de inovação que tem. O adicional de qualidade de vida que gera passou a ser identificado com o simbolismo do acesso a ele.

A utopia em torno da qualidade de vida consiste na crença de que será possível compatibilizar as necessidades de acesso à posse e uso de equipamentos e bens sofisticados pela técnica com a produção em massa desses mesmos bens. Acredita-se que a expansão da produção poderia significar o acesso de toda humanidade a todos esses bens. Contraditoriamente, a técnica não contribuiu efetivamente para a diminuição da desigualdade, apesar de ter impulsionado o crescimento e a acumulação. A técnica aliou-se à produção, criando uma série de outras necessidades e fez emergir uma crise no próprio projeto de civilização, transformando princípios éticos como a substituição do ter pelo ser, a forma pelo conteúdo.

A opção para solucionar a crise da invenção das necessidades que provocam esse caos social seria deixar de acreditar na igualdade e redefinir o conceito de qualidade de vida. Para Boaventura de Souza Santos (1997: 106-122), toda a humanidade está vivendo um dilema causado pelo imperialismo do consumo, e para escapar dele, só resta optar entre manter as

bases de uma qualidade de vida fundamentada na igualdade ou propor um novo padrão de qualidade de vida que elimine o *apartheid social*¹³. Esta situação emerge em divisões sociais configuradas das por antagonismos entre espaços, tempos e grupos. O Brasil é um dos países que não tem conseguido estabelecer bases mínimas para garantir a qualidade de vida da nossa sociedade, apesar dos instrumentos de avaliação mundial como o IDH pressionarem as nações do mundo para que promovam a oferta de serviços sociais, como medida para garantir a qualidade de vida e a inclusão social para todos os povos do mundo.

Nesse estudo, insistiremos na idéia de que a qualidade de vida não é um alvo a ser atingido, e sim, um nível de satisfação que se inscreve em contextos singulares e por atores ímpares. Desse modo, é preciso pensar outros meios para definir e avaliar essa qualidade de vida. Buarque (1993: 162-163) propõe pensar a qualidade de vida, na modernidade, a partir de uma base ética regida pelos seguintes aspectos: a democracia, a abolição da ‘apartação’, o equilíbrio ecológico, a descentralização, a eficiência econômica e a abertura internacional.

Concordamos com Buarque (1993) quanto aos pressupostos de qualidade de vida, anunciados por ele. Entretanto, os aspectos, anteriormente citados, referem-se a uma idéia específica de qualidade de vida, adequada para um contexto macro estrutural. É lícito afirmar que os princípios balizadores de uma ética para a qualidade de vida podem ser mais coerentes quando definidos em contextos micros, através da imersão no cotidiano e nas subjetividades que influenciam no comportamento e na maneira dos indivíduos agirem sobre o mundo. As metodologias adotadas para mensurar a qualidade de vida, na maioria das vezes, impedem, por exemplo, a superação da violência interior dos homens em relação ao mundo, compreendido, aqui, como a sociedade e o meio ambiente.

Barbosa (1996: 126), em sua tese de doutorado, assinala que a qualidade de vida pensada como melhoria significativa de vida, tanto no sentido objetivo quanto subjetivo do ser, não representa uma utopia. A autora acredita que a qualidade de vida começa a ser uma preocupação concreta quando se percebe que a maioria dos indivíduos não tem suas necessidades básicas atendidas, portanto é importante “diminuir as distâncias entre as necessidades e as possibilidades de satisfação”. Estudiosos que utilizaram a teoria das

13 A expressão ‘apartheid social’ foi utilizada por Buarque, para dar idéia de separação. Nesse caso separação de grupos em função do acesso aos direitos sociais. De um lado, os que têm direito à igualdade e cidadania: do outro lado, os que não têm direitos. Para melhor entendimento ver Buarque (1994: 17).

necessidades¹⁴ para equacionar a relação entre carências objetivas, subjetividades e qualidade de vida como, Amartya Sen e Martha Nussbaum (1998), admitem que a qualidade de vida esteja relacionada tanto aos indicadores objetivos (sociais) quanto subjetivos (os valores que os indivíduos atribuem às práticas sociais e cotidianas). Identificar e compatibilizar indicadores e necessidades é um problema cuja solução não depende apenas da escolha adequada dos instrumentos, mas também, da compreensão dos direitos universais e da concepção política frente ao desenvolvimento e a liberdade.

1.1.1 – Qualidade de vida: uma abordagem aristotélica

O recorte que será feito para entender qualidade de vida está, ontologicamente, fundamentado na idéia aristotélica de realização, finalidades e bens. Segundo Aristóteles (2003: 17), *o bem supremo é a felicidade*. Portanto, o bem viver e o bem agir implicam em ser feliz. Para este filósofo, uma noção possível de vida “boa” está relacionada diretamente ao prazer e à felicidade, sendo a felicidade, numa primeira interpretação, constituída pela honra, pelas virtudes e pelo juízo moral. Mas, para Aristóteles a felicidade depende também dos bens exteriores, “pois é impossível, ou pelo menos não é fácil, praticar ações nobres sem os devidos meios” (Aristóteles, 2003: 30).

O juízo de valor atribuído a um bem, ou bens, é intrínseco à natureza dos indivíduos, portanto, é desigual e não poderá ser tirado nem, tampouco, adquirido. Este conceito aristotélico de bens é discutido, pelo próprio Aristóteles, a partir da distinção de que existem bens que são “bons”, em si mesmos, como, por exemplo, a visão e a inteligência; e bens, que são “bons”, porque são úteis, como as ações nas quais desprendemos energias para realizá-las e que viabilizam outros bens, como por exemplo, morar próximo de alguém que constantemente nos auxilia em algum serviço. Mas, não são felizes, apenas, aqueles que dispõem de bens exteriores e úteis, porque a felicidade é um fim que está associado, exclusivamente, à virtude¹⁵.

Abordar a qualidade de vida por uma perspectiva mais subjetiva exige aprofundar o significado de conceitos, pouco utilizados pelas ciências sociais, mas comuns, na filosofia, na

14 A teoria das necessidades foi abordada a partir das análises por Agnes Heller (1986) no livro: Teoria das Necessidades em Marx.

15 Qualquer significado atribuído ao termo virtude incorpora a idéia de capacidade e potência internalizada. Para Aristóteles, significa o mesmo que disposições morais. Em outras palavras, seria a capacidade distintiva de fazer julgamentos e opções. Isto é, são as disposições que determinam a nossa posição em relação aos fatos, aos comportamentos e paixões. Ver Abagnano (2000:1003-1004)

ciência política e na economia moral, a exemplo da ética, das virtudes, das necessidades e dos bens. Desta forma, é valiosa a contribuição do pensamento de Aristóteles a este debate. Para ele, existem basicamente a virtude intelectual e a virtude moral. A primeira poderá ser adquirida com o acúmulo de conhecimentos no processo de aprendizagem formal. Já a segunda, é adquirida no próprio meio, através do *habitus*. Aristóteles divide, ainda, a virtude moral em paixões, faculdades e disposição.

O foco desse estudo será a compreensão dos princípios que orientam os juízos dos indivíduos frente às ‘paixões’¹⁶, permitindo que estes façam escolhas entre o que é bom e o que é mau, a partir da combinação de elementos como, interesses racionalizados e subjetividades. De modo prático, pode-se dizer que as disposições e virtudes possibilitam compreender os critérios que os indivíduos utilizam para avaliar qualitativamente um dado fenômeno ou objeto. No entanto, estes critérios funcionam como uma espécie de parâmetro, simplificando, numa grandeza escalar, os juízos e a percepção dos indivíduos em relação a um determinado referencial¹⁷.

Afirmamos que as disposições, por estarem relacionadas às virtudes morais, se transformam em capacidades que potencializam os indivíduos para o exercício de determinadas atividades e, conseqüentemente, aptos a fazerem escolhas, tendo em vista a maximização dos fins. A definição deste fim é, em parte, uma qualidade singular, por excelência, responsável pelas diferenças entre os seres, as quais se corporificam na capacidade de preferir objetos e coisas.

Esta capacidade de fazer escolhas é inerente, tanto aos indivíduos detentores, apenas do conhecimento prático, quanto àqueles que dominam o saber científico. Os indivíduos possuidores de sabedoria prática são, segundo Aristóteles, capazes de decidir sobre o que é bom para si, não apenas objetivando fins especificamente utilitários, mas, decidindo também sobre aquilo que é essencial e subjetivamente bom para sua vida. A representação das famílias do PISG sobre o que é importante para a qualidade das suas vidas é, evidentemente, baseada na vivência e na experiência que, nem sempre, confirma um conceito “universal e/ou global” de qualidade de vida, isto é, como se a qualidade de vida fosse uma verdade única. O saber

16 Paixão é uma expressão utilizada para dar idéia de algo que atrai, do gosto por um objeto, pessoa ou situação.

17 Para explicar o processo de construção dos juízos de valor que os indivíduos elaboram, privilegiamos algumas categorias que influenciam diretamente as escolhas feitas a partir desse julgamento. São elas: Disposição e Estilos de Vida – Bourdieu (1980), Cálculo Econômico - Chayanov (1985), Modo de vida - Klass Woortmann (1990) e Economia Moral – James Scott (1976).

prático estabelece o que é a “boa” vida, segundo preocupações e interesses experimentados pelos sujeitos que as vivem, o que confirma a relatividade desta definição.

As argumentações teóricas utilizadas nesse trabalho expressam uma tentativa possível para analisar a qualidade de vida, a partir de um estudo de caso no Perímetro Irrigado de São Gonçalo. Percorrendo a trajetória de vida das famílias colonas, entendemos que as disposições que fundamentam a ética sob a qual elas vivem, induzem à adoção e reprodução de pressupostos morais, referenciados nas expressões concretas de um modo de vida¹⁸ *sui generis*, que dialoga com modos de vida de outras sociedades.

A noção de qualidade de vida associada ao modo de vida coaduna-se com as teses desenvolvidas por Amartya Sen e Martha Nussbaum¹⁹ sobre uma nova ética moral e social para o desenvolvimento internacional. O objetivo de Sen (2000) é propor uma perspectiva normativa para analisar o desenvolvimento mundial, de forma a possibilitar uma intervenção mais coerente, através da formulação de políticas públicas para melhoria da qualidade de vida nas diferentes nações. A ontologia do conceito de qualidade de vida é esclarecida por ele:

As conexões aristotélicas são suficientemente óbvias (o enfoque de Aristóteles sobre ‘florescimento e capacidade’ relacionam-se claramente à qualidade de vida e às liberdades substantivas, como foi discutido por Martha Nussbaum). Há fortes conexões também com a análise de Adam Smith sobre as ‘necessidades e condições de vida’ (2000: 39-40).

A preocupação de Sen e Nussbaum (1996) é, indubitavelmente, com uma ética social para o desenvolvimento e tem origem no compromisso e nas preocupações que as ciências (economia, sociologia, filosofia, antropologia e demografia) têm com a busca de soluções para os graves problemas mundiais tais como: a fome, as doenças e as outras formas de privação que denunciam, concretamente, as deficiências, tanto técnicas e científicas quanto políticas, na concepção e formulação das políticas públicas voltadas para a solução das questões relacionadas ao desenvolvimento humano.

18 Entendemos “modos de vida” como uma categoria ampla que engloba outras categorias, como padrões de vida, habitação e organização familiar, práticas de produção e reprodução social. O modo de vida é uma ferramenta explicativa que articula condições de vida e práticas subjetivas. Para entender mais sobre a categoria modo de vida ver: Lobo (1992); D’Incao (1992) e Martins (1998)

19 Uma das teses mais importantes desenvolvidas por Amartya Sen e pela qual o autor recebeu o Prêmio Nobel de Economia, foi editada com o título Desenvolvimento como Liberdade (2000) pela Companhia das Letras. Uma revisão crítica da obra de Sen e Nussbaum pode ser lida no artigo de David Crocker (1993) na revista Lua Nova, nº 31, p. 99-133.

A retomada do diálogo entre economia moral e ética social, tendo como pressuposto a tradição aristotélica/marxista, apresentada por Sen e Nussbaum, provocou mudanças significativas no conteúdo dos estudos sobre o desenvolvimento. Martha Nussbaum (1988) faz uma analogia entre a tese de Amartya Sen sobre o desenvolvimento como liberdade e a tese de Aristóteles sobre a ética e conclui que a articulação entre elas pode ser entendida como uma “investigação moral aristotélica” (Crocker, 1993: 99-133).

Esta nova abordagem do desenvolvimento enfatiza uma dimensão mais valorativa do próprio conceito, reconhecendo a relação indissociável entre o desenvolvimento e os fins pretendidos, particularmente, quando este fim é a realização de uma vida melhor para os seres humanos. Por esta razão, segundo Sen e Nussbaum (1998:15), indicadores como o crescimento econômico e o PIB *per capita* nem sempre são adequados para avaliar o desenvolvimento, uma vez que nada revelam sobre fenômenos diversos, como, por exemplo, o bem estar e a qualidade de vida.

Para os adeptos desta perspectiva, o desenvolvimento deverá perseguir como objetivo principal a melhoria das vidas humanas em contextos diversos. Assim sendo, as ações para este fim deverão contemplar aquilo que os seres humanos podem (capacidade) e devem ser e fazer (funcionamentos). Esta é a defesa de uma ética social do desenvolvimento que se traduz em outras possibilidades de abordar temas como “subjetivismo e objetivismo, absolutismo e relativismo, essencialismo e anti-essencialismo, universalismo e particularismo”, além de contribuir para a superação das distâncias espaciais e culturais, através da criação de uma ética global (Crocker, 1993:102).

Compreender os bens necessários à melhoria de vida dos indivíduos implica na realização de pesquisas empíricas que valorizem a compreensão de aspectos, situações e fenômenos que impulsionam e/ou impedem o bom desenvolvimento. O “casamento” das ciências sociais com à ética torna-se, então, uma via de mão dupla no plano das trocas de informações conceituais. Por um lado, favorecendo a apropriação de conceitos pelas ciências sociais, tais como os conceitos de privações humanas e qualidade de vida e, por outro lado, as ciências sociais informam a ética porque certos fatos ocorrem no mundo e o que poderá ser feito para superá-los.

A interação entre elementos da teoria e da prática do desenvolvimento é tão importante para uma perspectiva de análise causal, quanto para a formulação de políticas públicas. A operacionalização desta interação dar-se-á pela superação da dicotomia entre absolutismo

(expressão da verdade a-histórica) e relativismo (verdades locais e regionais). Como assinala Amartya Sen em suas obras:

Qualquer teoria moral teria que começar com algum diagnóstico primeiro de valor... Concordo inteiramente que é preciso escavar em busca de fundamentos, mas há um problema substancial envolvido em decidir em que ponto parar a escavação (1984:310).

A distinção instrumental-intrínseco diz respeito à questão fundamental sobre o que é considerado como valioso em si mesmo e o que deve ser visto como importante somente porque contribui para outros objetivos mais básicos (1989: 772).

Existe, nesta maneira de pensar a ciência, o risco de cometer exageros, supervalorizando os valores culturais individuais ou locais. A questão é como conhecer a “capacidade de fazer” dos indivíduos. É necessário, antes, identificar o que é, essencialmente, valioso na vida de cada um. É preciso descobrir, inclusive, que coisas são intrinsecamente boas e não apenas, instrumentalmente valiosas para todos os seres. Uma maneira de ilustrar este dilema é pensar se bens, como alimentos ou renda são inteiramente bons ou valiosos, porque contribuem para conquistar outros bens, por exemplo: cidadania, participação social, autonomia, liberdade e outros.

Martha Nussbaum (1996: 318) sugere, como solução para o dilema citado, algo que ela própria chama de “equilíbrio reflexivo”, isto é, a relação entre o individual e o coletivo, entre os desejos e as crenças éticas. Outra possibilidade, segundo a mesma autora, seria uma investigação crítica compartilhada, que implicasse numa auto-validação de normas e racionalidades. Para isso, é necessário conhecer os princípios humanos que antecedem e justificam a atribuição de valores a determinados bens dentro de uma trajetória histórica.

Os princípios correspondentes às disposições valorativas de que fala Aristóteles referem-se ao conjunto de valores potencializados e distintivos que iluminam a identificação dos bens e mercadorias, intrinsecamente, valiosos. A economia, no início, tinha como preocupação estudar a avaliação das oportunidades que as pessoas têm para levar uma vida boa (Sen, 2000:40). Por isso, tem valorizado indicadores como a renda *per capita*, nas avaliações sobre a condição de vida das pessoas. Com base nesse indicador, argumenta-se que a perspectiva valorativa, baseada na ética não tem poder analítico, uma vez que é questionável

falar em “boa” vida, sem considerar a posse e/ou a possibilidade de desfrutar de um mínimo de bens indispensáveis às condições de vida desejáveis.

A escolha de indicadores é importante na avaliação do desenvolvimento, considerando a especificidade da economia moral. Sendo esta uma abordagem qualitativa, segundo Amartya Sen, subentende-se a necessidade de considerar a “variabilidade interpessoal”, ou seja, a variação dos bens numa escala igualmente diferenciada de valores e utilidades. Nesse sentido, é importante considerar essa variabilidade, quando a pretensão é focalizar as necessidades, sob pena de cair na armadilha de outros extremos, o convencionalismo e o relativismo cultural.

Consciente de que essa variabilidade existe, é importante considerarmos as especificidades culturais e reconhecer que estas exercem influência tanto nas soluções, que visam à satisfação das necessidades, quanto no valor incorporado a um bem. Crocker (1993:108) ressalta que existem, em diferentes contextos, núcleos culturalmente invariáveis, para os quais devem ser pensadas formas específicas de satisfação. No PISG, para exemplificar a necessidade de pensar essa variabilidade, registramos o valor imponderável atribuído à água.

O problema em definir um recorte, teórico e metodológico, para estudar a qualidade de vida das pessoas consiste exatamente em compatibilizar bens e necessidades, uma vez que esta não é uma atribuição feita isoladamente, isto é, os meios são sempre valorados em função dos fins. Segundo Rawls (1978), os bens primários são recursos úteis, imprescindíveis para a conquista de bens secundários e diferenciados que os indivíduos desejam ter. Pensar os desejos e necessidades individuais em relação às capacidades suscita outro questionamento que *é o da liberdade que as pessoas realmente desfrutam para escolher o tipo de vida às quais elas têm razão para dar valor* (Sen, 1996: 46).

É oportuno assinalar nessa discussão que a capacidade por si só não é condição suficiente para que todos os indivíduos desfrutem da liberdade e possam fazer escolhas. Por exemplo, quando nos referimos à ‘capacidade’²⁰, pensando a realidade concreta de um indivíduo portador de alguma deficiência física, constatamos que, ter uma renda elevada e alimentação adequada não são condições suficientes para que este indivíduo converta essa capacidade em funcionamento, ou seja, naquilo que ele quer fazer, porque existe aí um aspecto contingencial limitante, a deficiência.

20 O termo *capacidad*, bastante utilizado por Amartya Sen (1996, 2000, 2001) representa uma mudança na natureza do enfoque avaliativo, uma vez que a capacidade de uma pessoa inclui. “*Las características personales y los arreglos sociales*”. Para entender a liberdade de um indivíduo, é necessário, questionar a vida pessoal e as metas pessoais.

Outro aspecto criticado por Sen, presente na teoria de Rawls, refere-se às variações interpessoais dos fins. Quando comparamos duas pessoas com as mesmas capacidades e com os mesmos objetivos, imaginamos, em princípio, que elas chegaram aos mesmos fins. No entanto, as estratégias e táticas, por elas utilizadas, poderão levá-las a resultados diferentes, donde se pode concluir que ambas fizeram uso diferenciado da sua liberdade de escolha.

Sen (2000:139-140) contra-argumenta afirmando que capacidade implica ser livre para escolher entre alternativas (combinações e funcionamentos). Por isso, não existe unanimidade quanto aos valores atribuídos. Afirma, ainda, que a opinião de Rawls acerca dos bens primários, nem sempre, está contemplada numa doutrina abrangente. Ocorre que, num grupo de pessoas, mesmo que todas elas disponham de bens primários, ainda assim, umas podem conseguir menos que outras, independentemente da abrangência dos bens que desejem. Isto porque, a capacidade representa as disposições pessoais e os bens primários são, apenas, meios para conquistar a liberdade num conjunto de relações variáveis.

O diálogo teórico entre Sen e Rawls revela a dificuldade inerente ao processo de definição dos critérios que orientam as escolhas dos bens, como construir uma escala de classificação para os bens, definindo-os em primários ou secundários, reais ou abstratos, individuais ou coletivos. Acreditamos que essa classificação depende daquilo que se considera importante e prioritário para ter uma vida sem privações. Ainda nessa discussão, percebemos que é difícil distinguir entre os bens que satisfazem aos apelos do consumismo e os bens que são, realmente, necessidades. É esta dificuldade que discutiremos no próximo item.

1.1.2 – Bens e necessidades: sinônimos ou complementares?

As necessidades, em certo sentido, se constituíram num dos pilares das análises marxistas. Marx (1962) ao analisar a economia política conclui que a definição das necessidades está associada à própria definição de valor de uso, isto é, “*algo para satisfazer as necessidades humanas, de qualquer ordem que elas sejam*”. Para ele, “as necessidades do trabalhador aparecem como limites da riqueza e são analisados como tais”. Agnes Heller (1974) explica esse conceito a partir da interpretação de Marx e acrescenta que, na sociedade capitalista. Para ela, não interessa saber qual o tipo de necessidade; o importante é que a necessidade de satisfazê-las tornou-se o eixo orientador da produção de mercadorias. E, nesse sentido, o valor de troca precede o valor de uso.

A preocupação de Marx, evidentemente, não era com o conceito de necessidades, ou exatamente, a que elas se referem. O fato é que, de certa forma, a noção de necessidades está

associada a outras questões com as quais Marx se preocupou tais como: mais valia, valor de uso, mercadoria, objetivos da produção. O que, para nós, é significativo na análise desenvolvida por Agnes Heller (1974: 77) é a analogia que ela faz entre a historicidade destas necessidades e a sua relação com a tradição e as práticas de uma determinada sociedade.

Observa-se a alusão feita às necessidades em duas teses marxistas. A primeira refere-se à acumulação capitalista e a segunda, à produção de mais valia. Heller (1974) conclui que o aumento da produção de riquezas e a divisão do trabalho concorrem para o aumento das necessidades e, conseqüentemente, das diferenças, entre as quais a privação de capacidades. Segundo Amartya Sen (2001) esta privação se traduz claramente na perda da qualidade de vida e, por vezes, na pobreza (Heller, 1974).

A análise de Heller (1974) sobre as afirmações feitas por Marx acerca do fim último da sociedade capitalista é de que o objetivo maior dessa sociedade se encerra na produção e na valorização do capital e não na satisfação das necessidades. Interpretando esses argumentos à luz do pensamento de Amartya Sen, podemos afirmar que existe uma relação quase direta, entre necessidades e perda de capacidades e que esta relação não significa uma redução do conceito de necessidades a necessidades puramente econômicas.

Na sociedade capitalista, o trabalho, desde sempre, foi considerado uma necessidade vital, inclusive, para satisfação das necessidades de outros homens. Heller (1974: 26) comenta que as obras de Marx (1968; 1969) tendem a apresentar as necessidades como categorias extra-econômicas e histórico-filosóficas, semelhante às categorias antropológicas de valor. Para os objetivos desta tese, é importante reter a compreensão das necessidades sociais como bens valiosos, virtuosos, que são apropriados num campo permeado por valores e significados. Necessidade social não é uma categoria alienada, mas uma categoria interpretável racionalmente a partir da superação da própria alienação.

A definição de necessidade social que satisfaz os objetivos deste trabalho não corrobora para uma *fetichização*²¹ do próprio conceito, mas, consiste na idéia marxista de necessidade social como necessidade de toda sociedade. Marx (1985: 255-256) assinala que: “(...) necessidades sociais é um dos mecanismos que regula o princípio da demanda, sendo esta demanda influenciada também pela relação entre classes sociais diferentes e por suas respectivas condições econômicas...”. Desta interpretação, emerge um questionamento relativo

21 Marx, em O Capital (1985), analisa a fetichização das necessidades, como sendo um processo quase exclusivista de valorização do capital incorporado a ele.

à autenticidade e à identificação das necessidades pois, de fato, as necessidades sociais refletem os interesses e as demandas dos homens particulares. Marx lembra ainda, que a discussão sobre as necessidades remete à discussão sobre as diferença entre necessidades reconhecidas e não reconhecidas, principalmente, porque nem sempre as demandas representadas são demandas da classe operária. Agnes Heller (1974: 78) levanta a seguinte questão: "Pero quién debe decidir cuáles son las verdaderas necesidades de los hombres?" e responde: "seran unicamente los representantes de las denominadas necesidades sociales", e novamente voltamos ao dilema do reconhecimento das necessidades, que na modernidade vai se confundir com o desejo do consumo e determinar a qualidade de vida ideal para todas as pessoas.

Marx considera importante discutir a diferença entre necessidades reconhecidas e não reconhecidas, já que esta discussão possibilita uma reflexão sobre a gênese das necessidades individuais, como necessidades socialmente produzidas e, ao mesmo tempo, humanas e particulares. Daí que, sendo humanas, pode-se dizer que são também progressivas e ilimitadas. O limite desse progresso avassalador, segundo Durkheim, vai ser estabelecido pelas instituições sociais, e na ausência delas, configura-se o estado de anomia da própria sociedade.

Para além do conceito de necessidades, é preciso pensar nas soluções para satisfazê-las, considerando que nem sempre esta satisfação depende, apenas, de condições econômicas. Ora, se as necessidades são produzidas socialmente, isto significa que a sua satisfação depende de existirem instituições sociais capazes de viabilizá-las e da renda do trabalho, como recurso para operacionalizar essa satisfação, especialmente, a satisfação das necessidades coletivas, não reconhecidas²².

O debate que Amartya Sen (1999; 2000) lança, a partir da tese do desenvolvimento como liberdade, é aqui interpretado como um conjunto articulado de princípios orientadores do que seria uma vida boa e digna para os indivíduos e grupos. Na verdade, essa articulação ocorre entre uma racionalidade como uma consistência interna de escolha e uma racionalidade como maximização de auto-interesse. Neste ambiente dialógico, os argumentos teóricos durkhemianos sobre o processo de anomia moral e jurídica, recorrentes na vida econômica, são utilizados para explicar que, em geral, a consciência moral é uma prescrição normativa anterior à lei e, segundo o próprio Durkheim (1984: 8), imprecisa e inconsistente, porém influente e

²² Para entender a diferença entre necessidades reconhecidas e não reconhecidas podemos dizer que as necessidades não-reconhecidas são os meios para satisfação das necessidades reconhecidas que são os fins.

determinante na vida coletiva. Neste sentido, a anomia moral é o resultado da desordem causada pela incompatibilidade entre a consciência moral e a norma. No mundo racionalizado pelo cálculo econômico, os conflitos que decorrem do estado de anomia provocam um estado de guerra crônica entre os homens, culminando com a conquista da liberdade e do direito de escolha.

Em todo o texto, há referências diretas e indiretas à noção de igualdade, liberdade e justiça. Mas, afinal, o que isto tem a ver com qualidade de vida? Há muitas razões que justificam a alusão feita aos termos citados. Uma delas é o fato de que, numa sociedade estratificada, a liberdade, a justiça e a igualdade são direitos que estão na base dos princípios éticos necessários à dignidade humana. Infelizmente, estes direitos não estão ao alcance de todos.

Sem dúvida, muitos indivíduos e grupos, pela condição de pobreza e privação de outros recursos, estão impossibilitados de desfrutar da liberdade. Poderíamos pensar essa questão também no sentido inverso, a ausência destes direitos sela o destino dos indivíduos, condenando-os a uma vida de privação. Amartya Sen (2001: 82) ao analisar a relação entre pobreza e privação de capacidades²³ e argumenta:

Assim, é importante não só levar em conta o fato de que, na escala de utilidades, a privação dos persistentemente destituídos pode parecer abafada e silenciada, mas também favorecer a criação de condições nas quais as pessoas tenham oportunidades reais de julgar o tipo de vida que gostariam de levar. Fatores econômicos e sociais como educação básica, serviços elementares de saúde e emprego seguro são importantes não apenas por si mesmos, como pelo papel que podem desempenhar ao dar às pessoas a oportunidade de enfrentar o mundo com coragem e liberdade. Essas considerações requerem uma base informacional ampla, concentrada particularmente na capacidade das pessoas escolherem a vida que com justiça elas valorizam.

No texto acima, o autor procura explicar que qualidade de vida implica articular, além das capacidades, os funcionamentos, isto é, tudo aquilo que os indivíduos consideram

23 O termo capability, cunhado por Amartya Sen adquire aqui um sentido não utilitário, ou seja, “(...) uma referência às liberdades substantivas – capacidades – de escolher uma vida que se tem razão para valorizar” (Sen, 2001: 94)

importante fazer e ser. Neste sentido, qualidade de vida adquire o status de um conceito enraizado nos princípios aristotélicos, capazes de refletir as várias coisas que uma pessoa pode considerar valiosa para fazer, ser ou ter. A combinação destas duas premissas vai, segundo Sen (2001), justificar estilos de vida diversos. É evidente que esta é a parte mais difícil, quando se trata do exercício avaliativo, mas é também a maneira mais coerente de dar visibilidade e compreender as escolhas que as pessoas fazem por um ou outro projeto de vida. Na maioria das vezes, as pesquisas escondem, nos resultados apresentados em forma de índice, especificidades e peculiaridades inerentes às avaliações subjetivas que as pessoas fazem.

Considera-se desnecessário entrar no debate acerca das alternativas e metodologias empregadas na avaliação das capacidades e funcionamentos, porque o que mais interessa neste ponto é a liberdade de escolha facultada aos indivíduos, ou seja, as oportunidades reais. É preciso reconhecer, também, que muitas vezes os indivíduos fazem escolhas e não conseguem tirar delas muito proveito. Outra situação comum é quando o indivíduo não possui nenhum bem material, casa, carro, terra, nada e é, circunstancialmente, levado a valorizar certo bem, porque este foi o único acessível.

É importante observar, que na questão entre bens e necessidades existe a opção de escolha e a liberdade que os indivíduos dispõem. Uma situação é ter entre o que escolher (escolha de bens) e outra situação é não ter opções de escolha e aceitar a única alternativa (necessidade). Como no exemplo do jejum analisado por Sen (2001: 96):

Jejuar, quando se tem opções de escolha (comer ou não) não é a mesma coisa que passar fome. Contrariamente, quando não há meios para satisfazer a necessidade de comer o indivíduo é forçado a passar fome. Portanto, ter a opção de comer faz com que jejuar seja o que é, uma escolha.

Ante a diversidade de opções possíveis, os indivíduos são influenciados nas suas escolhas e, por essa razão, ocorre o dilema da atribuição de valores. Amartya Sen (2001) afirma que é muito difícil solucionar o impasse da atribuição de valores. Mesmo que a solução seja a abertura de um leque de indicadores, ainda assim, será muito difícil obter um consenso, especialmente, quando o foco da análise é a vida dos pobres. A diversidade interpessoal de aspectos como sexo, idade, talentos natos, base comum dos bens possuídos, não revela muito sobre a qualidade da vida que uma determinada pessoa leva.

Os critérios utilizados para abordar a qualidade de vida, baseados na noção de justiça social são bastante divergentes, o que dificulta, ainda mais, a escolha de princípios e

indicadores. A adoção de um destes critérios reflete diretamente na orientação e no planejamento de políticas públicas de combate às desigualdades e na conquista de um padrão de vida. Em geral, privilegia-se a renda como indicador básico, mas, é necessário entender que a conversão da renda em capacidades depende, também, das diferenças individuais e das características específicas, por vezes, naturais (seca, inundações, terremotos, etc). Todos estes aspectos interferem na avaliação da pobreza real e na identificação do tipo de privação que afeta uma determinada comunidade.

Quando se utiliza a renda para fazer uma avaliação, é interessante considerar que existem estratégias desiguais na distribuição e apropriação da renda dentro de um mesmo grupo familiar. Muitas vezes, um membro acaba se beneficiando mais que outro dessa renda. A causa dessa desigualdade se explica em função de doenças físicas ou psicológicas, dispersão e falta de objetivos. No resultado final de uma avaliação deste tipo, constata-se que as condições que impedem um indivíduo, particular, de desenvolver suas potencialidades e funcionamentos não aparecem.

Ainda com relação a essas abordagens, é preciso considerar que “a privação relativa de rendas resulta em privação absoluta de capacidades” (Sen, 2001:34). Se a pessoa é pobre numa região rica, onde o custo de vida é elevado, ela está em desvantagem comparada aos outros pobres que vivem em regiões pobres, porque os pobres terão sempre que dispor de mais renda para adquirir mercadorias. Esta relação desencadeia um processo de exclusão dos pobres à medida que outros direitos também serão negados, como a participação social.

Analisar a pobreza, considerando as capacidades, ou seja, aquilo que os indivíduos podem, mas não têm a oportunidade de fazer, possibilita ampliar o entendimento das causas da pobreza. Contudo, não podemos afirmar que ter acesso aos serviços de saúde e educação de qualidade sejam condições suficientes para elevar diretamente a qualidade de vida. Para Amartya Sen (2000), de fato, estes serviços são importantes porque potencializam as pessoas para a aferição de rendas que poderão livrá-las da pobreza. Um exemplo desta relação é a trajetória de desenvolvimento de alguns países asiáticos²⁴ que, ao investirem numa base social mais igualitária, proporcionaram oportunidades de desenvolvimento econômico à maioria da população.

²⁴ Amartya Sen (2000:113) cita o exemplo de países como Coréia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Cingapura entre outros do Leste e Sudeste Asiático que lograram êxito na difusão de oportunidades econômicas, graças a uma base social que proporciona sustentação adequada, como altos níveis de alfabetização e educação básica, bons serviços gerais de saúde, reformas agrárias concluídas etc.

É preciso atentar também para a armadilha da posição oposta, ou seja, não fazer uma relação direta, entre não ter renda com a privação de capacidades. De toda maneira, propor política pública, tomando como referência apenas a matriz das privações, significa confundir os meios com os fins. Pensar a qualidade de vida como política pública implica perceber a necessidade de assegurar, às pessoas, a liberdade para viver a vida em plenitude, incluindo a liberdade e a emancipação a que elas têm direito. Nesse sentido, analisaremos algumas perspectivas acerca de como abordar a qualidade de vida, utilizando as lentes da sociologia.

1.2 – Qualidade de vida: um recorte sociológico

Para compreender quais os elementos implícitos e explícitos nos discursos e na vivência cotidiana das famílias colonas do PISG e que traduzem a qualidade de vida delas, optamos por fazer uma revisão dos trabalhos já realizados em diferentes áreas, da ecologia à sociologia rural. O resultado desta nos levou a concluir que a compreensão da qualidade de vida, hoje, se impõe como um problema teórico, metodológico e político, no sentido de que é necessário focalizar as necessidades que asseguram a satisfação dos indivíduos e grupos, em contextos sociais específicos. Essa revisão possibilitou, também, decidir entre as opções teóricas e metodológicas que melhor satisfazem aos objetivos desse estudo.

1.2.1 – Os estudos sobre qualidade de vida e os indicadores do nível de vida

Os estudos especializados sobre qualidade de vida surgiram a partir da necessidade de entender os problemas decorrentes da urbanização e da emergência das sociedades industrial e pós-industrial. Otávio Velho (1973) assinala que nos primórdios da sociologia urbana, fortemente influenciada pela Escola de Chicago, esta disciplina teve como objetivo a necessidade urgente de enfrentar problemas práticos, surgidos e/ou intensificados com a industrialização e que modificaram o cotidiano das cidades.

Georg Simmel (1973: 12) ao estudar as ocupações urbanas, aprofundou nos seus estudos a noção de cultura, criticando a valorização desmedida dos aspectos materiais da vida. Em seus argumentos, Simmel apelava às explicações e análises calcadas na "psicologia de massa". O início do século XX foi o período fértil desses estudos, quando a cidade, a metrópole, emergiu como local privilegiado para se estudar a humanidade. Janowitz (1967) apud Carmo (1993: 18) afirma que os teóricos desta época, entre estes Paul Lazarsfeld (1993) ficaram fascinados pela complexidade da vida urbana. Bastante influenciados pelo positivismo instrumental, os adeptos dessa corrente do positivismo estavam convencidos de que era necessário descobrir modelos de regularidades capazes de explicar a aparente confusão que

havia tomado conta das cidades. Neste momento, destacam-se os estudos de Robert Ezra Park (1973) sobre o processo de organização da cidade, especialmente a organização física do meio.

Na década de 60, René Dubos (1972:37) retoma algumas idéias de Simmel (1973), principalmente, aquelas que criticam o progresso e as conseqüências do desenvolvimento tecnológico. Para Dubos²⁵, a questão da qualidade de vida aparece como contraponto da noção de progresso que considera, apenas, o materialismo, a abundância dos bens e as mudanças no padrão de vida, sem considerar o nível de satisfação e os desejos dos indivíduos.

Analisar a qualidade de vida como contraponto da noção de “progresso” serviu para revelar que aspectos de caráter subjetivo e imaterial constituem outra face do conceito de qualidade de vida. A partir da década de 1970, intensificaram-se os esforços empreendidos pela academia e institutos de pesquisas oficiais, utilizando os indicadores sociais para quantificar a qualidade de vida. No Brasil, podemos citar a fundação SEADE, o DIEESE, a FGV e o IBGE, entre outros. A maioria das pesquisas realizadas, nesta época, teve como objetivo principal avaliar a percepção individual e grupal do bem-estar. Após as avaliações, os resultados eram agrupados, produzindo uma série de indicadores sociais, que possibilitavam a formulação de “*surveys*”. Mesmo assim, o problema de como medir a qualidade de vida persistia.

O tema da qualidade de vida, na atualidade não possui uma conceituação precisa, sendo, por vezes, confundido com alguma construção tautológica, utilizada por diversas ciências. Ao mesmo tempo, trata-se de uma questão abrangente e unificadora, permitindo relacionar “(...) as necessidades humanas, os ambientes individuais e sociais, e o desenvolvimento humano” (Carmo, 1993: 38).

Dado o caráter abrangente da questão, a qualidade de vida não pode descartar a melhoria das condições de vida do homem. Pensar essa condição, na sociedade moderna, é uma via de mão dupla: de um lado, a qualidade da vida humana e a natureza e do outro, a evolução tecnológica e a possibilidade de apropriação racional dos recursos naturais, sem que isto implique o comprometimento das condições de sustentabilidade (Cruz,1985: 34).

25 Dubos (1972: 32), nesta obra, aborda a questão do “desencantamento do mundo” para explicar que a prosperidade e o conforto propiciados pela industrialização, nem sempre asseguram saúde e felicidade. Para este autor, há elementos do progresso material que prejudicam a qualidade de vida, por exemplo, a poluição visual e sonora, a fumaça, os gases etc (CARMO, 1993: 22).

Na década de 1990, Alfred K. Roche chama a atenção para a importância da cultura na discussão sobre qualidade de vida e meio ambiente e afirma que:

(...) a predominância de uma racionalidade 'prática' ou 'utilitarista' faz com que a qualidade de vida seja determinada na contemporaneidade pela capacidade social ou individual de incrementar seus benefícios potenciais, independentemente de suas conseqüências reais para a comunidade dos seres humanos (1990: 77).

As análises de Roche (1990) são confirmadas na postura assumida, atualmente, pelos governantes, que passam a avaliar a qualidade de vida, utilizando indicadores objetivos e quantificáveis, os quais “inferem e mensuram” os sucessos ou insucessos da aplicabilidade dos recursos públicos. As metodologias, em geral, desconsideram a realização e a felicidade dos homens. E conclui o artigo afirmando que tem prevalecido nos aspectos teóricos e metodológicos, o entendimento de que a qualidade de vida pode ser conhecida a partir da elaboração de modelos matemáticos, baseados em índices relativos capazes de inferir sobre uma maior ou menor qualidade de vida.

Ante esta posição, vale ressaltar que os índices desconhecem o fato de que, na vida prática, os indivíduos buscam, consciente ou inconscientemente, a felicidade pessoal. E esta, na maioria das vezes, depende tanto das condições de vida objetivas e da satisfação material, quanto das escolhas e valores subjetivos.

Economistas, filósofos, sociólogos, antropólogos, entre outros pesquisadores têm demonstrado interesse pelo desenvolvimento como alternativa para compreender os elementos pertinentes à qualidade de vida. De fato, superar a situação de penúria experimentada por milhões de indivíduos e diminuir as "distâncias" econômicas e sociais, entre as diferentes nações, a fim de que todo o planeta se torne um imenso mercado consumidor e sem fronteiras, provocou a emergência de um novo debate acerca do desenvolvimento mundial (Matos, 2002 e Santos, 2002). Este debate tem problematizado o reconhecimento da importância central do ser humano para o desenvolvimento. E deveria refletir-se, imediatamente, na formulação de políticas públicas para promoção e distribuição mais equitativa dos benefícios do crescimento econômico global.

Amartya Sen (1999: 9) justifica a necessidade de pensar o desenvolvimento como liberdade, argumentando que os conceitos de direitos humanos e liberdade estão alicerçados no

raciocínio lógico da economia utilitária. Para este autor, a idéia geral do bem-estar tem priorizado a realização de oportunidades e vantagens de uma pessoa, ou seja, o auto-interesse.

Entendemos que desejar ou ter acesso a bens materiais não é uma finalidade em si, mas é uma condição para se alcançar outros bens, menos objetivos, igualmente indispensáveis ao bem-estar. Esta discussão precede a noção de ética, que orienta o modo de vida das pessoas. Para Amartya Sen (1999: 19), a ética pode contribuir para a economia na avaliação da realização social, ajudando a pensar sobre, “(...) qual é a finalidade de alcançar o bem para o homem (...)”. Essa é uma questão fundamental para a economia moderna do bem-estar, porque amplia a discussão, impedindo que o conceito de bem-estar seja reduzido, apenas, à satisfação imediata. Portanto, a ética é uma dimensão fundante do que seja o bem²⁶.

A qualidade de vida, aqui, será discutida a partir de uma combinação entre bens materiais que incorporam ou não valor econômico e bens, cujo valor incorporado é totalmente subjetivo, isto é, que fazem parte das virtudes, valores internalizados nas práticas cotidianas e culturais da existência concreta. A origem deste debate encontra-se na relação entre as teorias éticas e a experiência humana da vida concreta. Martha Nussbaum (1996: 319) comenta que, no fundo, este desconforto resulta da necessidade de se obter um cálculo utilitarista das satisfações, ou ainda, decorrente de preocupações kantianas com os princípios universais de ampla generalidade, que desconsidera nomes, contextos, histórias e pessoas.

A ética que está na base do conceito de virtude é uma tentativa de articular a teoria com as circunstâncias atuais da vida humana, considerando sua multiplicidade, variedade e mutabilidade. As discordâncias que existem em relação à ética aristotélica, como elemento capaz de explicar as virtudes, ressaltam que ela representa uma apologia ao relativismo, aceitando que o bem ético pode ser definido pelo próprio local, pelas tradições e razões práticas de cada sociedade.

O problema em discussão é como objetivar ou sistematizar, a partir de uma multiplicidade de contextos culturais, um discurso universal sobre o que significa uma vida “boa” para os homens. Para Nussbaum (1996: 329), se os contextos são múltiplos, as narrativas são diversas e refletem as experiências concretas dos indivíduos. Assim, a ação virtuosa é uma resposta para as circunstâncias da vida. E as virtudes não são escolhas

26 Palavra empregada tanto no sentido objetivo Bem = valor, como no sentido subjetivista Bem = virtude cunhado por Aristóteles, e por S. Tomás D'Aquino, para explicar a teoria do critério de preferências entre os vários bens baseados na noção do valor ético. Sobre este conceito ver (ABBAGNANO, 2000: 107-109).

totalmente livres, elas estão relacionadas às concepções normativas, construídas no fluxo da história dos homens. Segundo Durkheim (1970: 38), as ações e, conseqüentemente, as representações, estão sempre articuladas aos fenômenos anteriores que emergem da trama das relações, envolvendo os indivíduos e se impondo às suas vidas, antes mesmo de se tornarem conscientes e responsáveis.

Talvez seja realmente contraditório analisar a qualidade de vida sem garantir a liberdade de agência²⁷, a autonomia, o livre arbítrio, uma vez que, na realidade de um Projeto Público de Irrigação, os indivíduos, desde o início, estão relativamente presos a uma teia de reproduções. Entretanto, é preciso atentar para a natureza dessa reprodução. O ponto de partida da tese aristotélica da “boa” vida é a interpretação cultural, ou seja, uma hermenêutica da cultura²⁸. Sahlins (2003:164), ao interpretar os escritos de Marx em A ideologia Alemã, afirma que:

Foi o próprio Marx quem ensinou que os homens nunca produzem absolutamente, isto é, como seres biológicos em um universo de necessidades físicas. Os homens produzem objetos para sujeitos sociais específicos, no processo de reprodução de sujeitos por objetos sociais.

Os filósofos helenistas²⁹ também acreditavam que as construções sociais, ao longo do tempo, vão moldando a conduta das pessoas dentro de um cenário cultural mutável. Dessa maneira, entendemos que a “boa” vida ou a vida feliz não pode ser pensada como um fim imediato, mas como ação, movimento em construção, cujo objetivo é o próprio viver.

De certo modo, a economia moderna rejeita a noção da boa vida, fundamentalmente porque se, por um lado, era possível falar de bem-estar, por outro, não é possível comparar o bem-estar de uma pessoa com o de outra. Esta impossibilidade redundaria nos limites do chamado “Ótimo de Pareto” ou eficiência econômica³⁰, que implica em aumentar a capacidade

27 Liberdade de agência é uma categoria analítica, utilizada por Amartya Sen (2000: 33), para indicar a liberdade potencial que toda pessoa deve ter para, na condição de agente, cuidar da sua própria vida e influenciar na construção da sociedade que ela escolheu para viver.

28 A dialética entre cultura e racionalidade prática teorizada por Marshall Sahlins (2003: 167) justifica os indicadores e bens que as pessoas e, especificamente, as famílias/colonas utilizam para avaliar a vida que possuem. Para Sahlins (op.cit), “(...) a ordem cultural é sedimentada a partir da influência recíproca de homens e grupos agindo diferentemente na lógica objetiva de suas situações materiais (...)”.

29 Segundo Marilena Chaui (1998:110), consideram-se helenistas, os seguintes filósofos: Heráclito de Éfeso, Parmênides de Eléia e Demócrito de Abdera.

30 Sobre o Ótimo de Pareto ver o livro “Sobre Ética e Economia” de Amartya Sen (1999: 45-59).

das pessoas sem, contudo, reduzir ou minimizar a capacidade de nenhuma outra. Segundo esta lei da economia, a qualidade de vida transforma-se numa realidade utópica, inatingível na sociedade moderna. Entretanto, a aproximação com o real possibilita compreender que a ética e o *habitus* são internalizados pelos indivíduos num campo concreto, que proporciona o acesso ao conhecimento de bens virtuosos em diferentes realidades.

1.2.2 – Os estudos sobre qualidade de vida no Brasil: perspectivas teóricas e metodológicas

O levantamento bibliográfico revelou que grande parte dos estudos sobre qualidade de vida, no Brasil, foram realizados na Universidade Federal de Viçosa (UFV), Minas Gerais, e organizados na forma de dissertações de mestrado, nas áreas de sociologia rural e extensão rural, sob a orientação dos pesquisadores Sólton Guerrero e Luis Eduardo Acosta Hoyos. Em seu conjunto, os estudos apresentados seguiram, basicamente, a mesma perspectiva conceitual, isto é, do desenvolvimento calcado no modelo de equidade, voltado para a promoção humana, exceto o trabalho de Rodrigues (1980), que privilegiou a perspectiva teórica da estratificação social. Tais estudos se caracterizaram por utilizar metodologias quantitativistas para inferir níveis diferenciados de qualidade de vida. A qualidade de vida do homem rural é compreendida como o conjunto de aspectos básicos de sobrevivência e bem-estar dos produtores e de suas famílias, refletida na própria heterogeneidade da sociedade, sendo esta específica de cada camada social.

Guerrero e Acosta Hoyos³¹ inovaram os estudos sobre qualidade de vida, não, apenas, no campo teórico, mas também na adoção de um modelo estatístico de avaliação. Dentro dessa proposta metodológica, os aspectos avaliados foram reunidos em dois grandes grupos: indicadores condicionantes de qualidade de vida - que compreendem os fatores determinantes da pobreza que impedem as pessoas de alcançarem um nível melhor de vida e os elementos inerentes à qualidade de vida – que são os critérios percebidos a partir das necessidades humanas objetivas.

31 No artigo intitulado “Qualidade de Vida: opção teórica e metodológica”, os Professores Sólton Guerrero e Luis Eduardo Acosta Hoyos (1983) definiram que a qualidade de vida da população rural pode ser representada pelos seguintes índices: índice de habitação, de bens básicos, de uso da previdência ou acesso aos serviços de saúde, de integração cívica, de lazer, de instrução ou grau de escolaridade, renda monetária líquida, das condições de higiene, de consumo calórico e o índice de consumo protéico ou nutrição.

Para operacionalização desse modelo, os indicadores foram transformados em índices compostos. Segundo os autores, estes índices são capazes de determinar os parâmetros da qualidade de vida da população rural. A maioria dos trabalhos sobre esse tema, desenvolvidos na UFV, denota o perfil quantitativista que, durante décadas, foi a marca das pesquisas desenvolvidas por aquela instituição de ensino. Entretanto, os pesquisadores que seguiram esse perfil não se furtaram em reconhecer os limites desse tipo de metodologia, inclusive, pela impossibilidade de apreender informações de caráter mais subjetivo, que remetem à análises qualitativas.

É importante destacar, também, a importância de algumas pesquisas realizadas nas duas últimas décadas - tanto no âmbito acadêmico, quanto nos órgãos gestores de políticas públicas - com o objetivo de avaliar os impactos econômicos, sociais, políticos e ambientais dos assentamentos de reforma agrária existentes no Brasil. Essas pesquisas fazem, repetidas vezes, alusão ao termo qualidade de vida. Algumas delas se destacaram pela abrangência nacional - como o I Censo da Reforma Agrária no Brasil (Schmidt, et al., 1998) e, mais recentemente, a pesquisa que analisou os impactos regionais dos assentamentos (Leite, et al., 2004) - ou pelo caráter polêmico de seus resultados (Castro, 1992) e das metodologias adotadas (Neves, 1995; Ieno Neto e Bamat, 1998 e Veiga, 1995; 2002).

É importante ressaltar que, muitas vezes, indicadores, utilizados para mensurar a qualidade de vida das famílias que vivem no meio rural não conseguem, de fato, traduzir a realidade vivenciada cotidianamente pelas mesmas famílias.

Pesquisadores que dedicaram seus estudos à compreensão da organização social dos assentamentos, entre os quais destacamos Bergamasco (1990), D’Incao (1991), D’Aquino (1992), Norder (1997) e Ferrante (s/d) chamam a atenção para o fato de que, ao avaliar a qualidade de vida nos assentamentos, é preciso considerar, nas análises, as relações sociais geradas internamente. Para os pesquisadores citados, essas relações estão diretamente ligadas aos aspectos da vida cotidiana e ao modo de vida construído pelos sujeitos na inter-relação de pensamentos, que Bourdieu (1996) chama de “a rota do tempo”.

A pesquisa realizada por Teresinha D’Aquino (1996), no Assentamento Fazenda Reunidas possibilitou uma revitalização do conceito de qualidade de vida. Segundo a autora, a experiência dos assentados revelou que a qualidade de vida deles se define pela mediação entre as condições de vida antes e depois do assentamento. Portanto um referencial teórico possível para explicar a representação desse viver deve englobar o “novo modo de vida” e o “estilo de vida” internalizado.

Dando seqüência à perspectiva teórica defendida por Teresinha D'Aquino (1996), o trabalho de Vieira (2000: 29) confirma, empiricamente, que *a qualidade de vida da população do meio rural está fundamentada num modo de vida permeado pelas representações de uma vida construída sobre a terra*. Portanto, para explicar a representação social da qualidade de vida das famílias do Assentamento Fazenda Reunidas – SP, D'Aquino e Vieira utilizaram a categoria estilo de vida, cunhada por Bourdieu (1983), associada à sociologia da família, como assinala D'Aquino (1996: 11):

...caminho em busca de um referencial teórico que permita trabalhar com a construção do 'novo modo de vida' no meio rural, combinando o conceito de 'estilo de vida' de Bourdieu com uma sociologia da família concebida como o lugar em que as classes trabalhadoras constroem sua identidade e subjetividade no cotidiano da vida no assentamento. Isso me remete à reunião dos fragmentos da vida cotidiana, retalhos no modo de vida em construção, interpretados a partir da memória grupal. De fato, alimentar-se, vestir-se, habitar, produzir e reproduzir objetos que o consumo devora são hábitos que fazem parte do cotidiano vivido de maneira quase que inconsciente, que ganham um significado diferente quando realizados num espaço 'vazio' de vida social a que se atribui o significado de um 'novo espaço' conquistado na luta.

Diversos autores utilizaram os modos de vida como lentes para focar determinadas realidades. Para nós, esta é uma categoria ampla e útil para compreender a qualidade de vida, especialmente, num contexto que tem a família como centralidade, na medida em que permite romper com a dicotomia entre condições e práticas subjetivas e, ao mesmo tempo, articula aspectos relativos às condições de vida e estratégias de sobrevivência com a ordem moral e simbólica, imanescentes às formas de reprodução social e às práticas cotidianas de indivíduos e grupos (Lobo, 1992: 7-15).

Os argumentos de D'Aquino sugerem que a qualidade de vida da população do meio rural poderá ser um fator resultante da relação entre estilo de vida e modo de vida. Portanto, é um conceito que considera tanto o foco da produção e reprodução da vida material, social e ideológica, como também certa herança cultural internalizada, explicada pelo próprio *habitus*.

A partir dessa referência teórica, D'Aquino (1992: 75) levanta as seguintes questões:

Mas que estilo de vida é esse? O estilo de vida camponês? Plantar para comer, criar seus porcos, suas galinhas, sua

vaquinha de leite são evidentemente parte dos sonhos dos trabalhadores assentados em busca de sua autonomia. Entretanto, em que medida esse sonho é exequível no mundo dominado pelo mercado capitalista?

O modelo teórico utilizado por D'Aquino e Vieira (2000), fundamentado no conceito de estilo de vida³² de Bourdieu (1974, 1989), é uma categoria que explica a complexidade das práticas sociais, construídas e internalizadas pelos agentes, num determinado campo social. Neste sentido, o estilo de vida faz parte das estruturas constitutivas do mundo social. Sendo este campo³³ heterogêneo, dele emergem desejos e escolhas que são plurais, cuja origem se explica pela interação com diferentes mundos. O estilo de vida se manifesta no comportamento simbólico e na sociabilidade dos indivíduos, percebido na interação que se processa através do olhar, da fala, das crenças e na vivência cotidiana. Observamos, então, que o estilo de vida tem um caráter distintivo afirmado pelos grupos na individualidade e nas barreiras simbólicas que justificam os gostos.

Além de Bourdieu, sociólogos como Simmel (1977) e Giddens (1994) também formularam explicações sobre a categoria estilo de vida. Estes a compreenderam muito mais como uma estratégia de diferenciação individual frente ao fenômeno da homogeneização social. Para Bourdieu (1976), o estilo de vida é uma característica distintiva de grupos e indivíduos. Já as interpretações de Simmel e Giddens estão centradas em elementos teóricos específicos, sendo o estilo de vida uma categoria complementar, uma vez que, abre a possibilidade de um diálogo constante entre os estímulos do campo e o comportamento simbólico dos indivíduos.

Considera-se que a qualidade de vida na sociedade moderna está relacionada ao estilo de vida que identifica os grupos e ao *habitus* que influencia na internalização das disposições, na medida em que, a escolha de valores e projetos de vida resulta dessas disposições incorporadas e responsáveis por certas práticas sociais, pelas preferências e, até, pelo consumo de bens materiais e/ou simbólicos.

32 A categoria estilo de vida perpassa, praticamente, todas as obras de Pierre Bourdieu. Entretanto, o significado, que mais se aproxima dos objetivos pretendidos com esse estudo, pode ser visualizado nos seguintes textos: “Condição de classe e posição de classe”. In: A economia das trocas simbólicas (1974); La distinction (1979) e “Espaço social e gênese das classes”. In: Poder Simbólico (1989).

33 Campo é uma das categorias centrais na obra de Bourdieu (1989) e significa o lugar ou lugares (sub-campos), onde se apreendem as necessidades específicas dos agentes em lutas e conflitos por posições, recursos, legitimidade, status, delimitados por esferas possíveis, nas quais os agentes atuam de acordo com os interesses em jogo (Tedesco, 1998).

A teoria do *habitus* implica um sistema aberto, produto da história e atualizado na medida em que é afetado por experiências novas. Esse entendimento do *habitus*, explica, por exemplo, as diferenças presentes nos discursos dos indivíduos de um mesmo grupo sobre a qualidade de vida, ressaltando a condição de gênero e de geração. As impressões advindas dessa condição resultam das experiências internalizadas no curso da história individual, em decorrência da apropriação de diferentes espécies de capital.

Bourdieu, através das categorias já citadas, possibilita compreender a parte subjetiva da qualidade de vida dessas famílias, principalmente, os aspectos representados pelo próprio estilo de vida e pela satisfação das pessoas em relação ao presente, à avaliação e ao julgamento feito sobre o passado e às expectativas em torno do futuro. Através da análise das trajetórias de vida dos informantes, percebemos que o modo de vida presente, marcado pela situação do colono irrigante está, para essas famílias, atrelada ao passado como sitiante, o que remete a uma discussão acerca de uma racionalidade camponesa, enquanto princípio orientador dessa qualidade de vida.

1.2.3 – A qualidade de vida e a lógica camponesa

A maioria dos trabalhos³⁴ nacionais e internacionais que abordam a organização social dos camponeses e se debruçaram sobre a trajetória desses grupos ao longo da história e em diferentes contextos, segue tendências teóricas, que procuraram enfatizar uma ou outra das dimensões fundamentais do campesinato, ora visto a partir do seu cálculo econômico específico, ora como um modo de vida ou ainda sob a ótica da ordem moral.

Alguns destes trabalhos, produzidos a partir de contextos empíricos diversos e bastante diferentes da realidade latino-americana, se constituíram em teses que influenciaram fortemente a produção brasileira sobre os problemas do mundo rural. Nesse estudo, sentimos a necessidade de retomar algumas dessas teses e, a partir delas, compreender o modo como as famílias colonas do Perímetro Irrigado de São Gonçalo idealizaram um modelo de vida e, ao mesmo tempo, utilizaram categorias morais e subjetivas para avaliar a própria vida em curso.

Theodor Shanin (1980) afirma que para utilizar o conceito de camponês, é necessário situá-lo analiticamente, isto é, definir o que se pretende qualificar exatamente. Aqui, por

³⁴ Quando nos referimos às teorias do campesinato, estamos nos referindo aos modelos teóricos formulados sobre as sociedades rurais, os atores e as especificidades inerentes ao contexto de cada continente. Como a bibliografia é muito extensa e por demais conhecida, não achamos conveniente citar nomes.

exemplo, interessa analisar os aspectos presentes no modo de vida camponês e que influenciam o estilo e a qualidade de vida das famílias irrigantes do PISG. Para Redfield (1946), o camponês preserva características essenciais que os identificam em todo o mundo. Essas características definem um *ethos* que acompanha a trajetória dessas famílias, do sítio ao perímetro irrigado. Portanto, a idéia de que “em todo agricultor há um camponês adormecido” (Jollivet, apud Wanderley, 2002:186), nos permite afirmar que o projeto de vida assumido pelas famílias do PISG é uma inflexão histórica, que confirma o quanto esse camponês está ‘acordado’ nesses irrigantes.

A tese chayanoviana da família camponesa como unidade de produção e consumo, nos ajuda a analisar o sentido da produção para as famílias colonas. Chayanov (1985), um dos principais líderes daquela que ficou conhecida, na Rússia, como a “Escola da Organização da Produção”, defendia a autonomia dos camponeses na gestão dos recursos disponíveis. Para esse autor, o sucesso e o desenvolvimento dos estabelecimentos geridos pelo grupo familiar dependem da própria capacidade desse grupo de se adequar às inovações do mundo moderno e à racionalidade econômica das práticas de exploração agrárias.

Em face da própria formação, Chayanov privilegia o enfoque econômico e, nesse sentido, acreditamos que é possível fazer uma analogia, afirmando que é também uma lógica econômica que orienta os objetivos das famílias colonas em querer assegurar a condição do grupo como produtores (através do trabalho) e consumidores (através do acesso aos bens e aos serviços). Para Chayanov, o modo de vida camponês assim como os conceitos de avaliação subjetiva e balanço trabalho consumo, são importantes para explicar a organização social e os processos de diferenciação, que levam em conta o ciclo de vida da família. Esta abordagem chayanoviana do campesinato nos ajuda a entender o tipo de racionalidade que orienta o modo de vida das famílias colonas do PISG.

Chayanov (1985:10) analisa nas relações de parentesco o tipo de sociabilidade que permeia as relações entre grupos de camponeses, além da divisão do trabalho familiar e do princípio da indivisibilidade dos resultados da produção. Com base nesse princípio, entendemos que as decisões tomadas pelas famílias no PISG, principalmente, em relação à organização do trabalho e à divisão de tarefas nada têm de contingenciais. Contrariamente, estas são orientadas por mecanismos de avaliação subjetivos, cuja prioridade é a satisfação das necessidades da própria família.

Szurek, apud Abramovay (1992: 55) conclui que determinadas atitudes tomadas pelos camponeses na Polônia, refletem princípios de uma racionalidade que parece ser puramente

econômica. No entanto, estão fundamentadas em objetivos pré-estabelecidos e com intuito de maximizar os benefícios e minimizar os custos envolvidos em suas ações. Foi essa mesma lógica que motivou as famílias sitiantes a ingressarem num Projeto de Irrigação. Seu ingresso, ao contrário do que se pode imaginar, não significou uma ruptura absoluta em relação ao modelo original, de que fala Lamarche (1993), e sim, a continuidade de um projeto de vida que estrategicamente se adapta a um contexto, produzindo um novo ator social que, como diria Lamarche, no modelo final, pode ser um empresário, um empresário familiar ou um agricultor familiar moderno.

Em qualquer desses atores, outras manifestações de troca passam a fazer parte das práticas sociais das famílias, mas, necessariamente não implicam numa ruptura absoluta com a trajetória camponesa, no sentido da perda da identidade do apego aos valores que formam o *ethos* desse grupo. Para Bourdieu, essa capacidade de adaptação e incorporação de um novo meio de vida se justifica no próprio *habitus*, que por ser histórico é também referenciado por estratégias e práticas.

A identidade camponesa consiste, portanto, na ordem moral e na cultura que os diferenciam de outros grupos, e se expressa no jeito de falar, andar, vestir e comportar-se. Estes elementos são, em si mesmos, parte de uma tradição que pressupõe papéis, uma orientação moral e uma racionalidade específica. Nessa tradição, encontram-se os valores que definem e qualificam a vida dos camponeses. Cria-se um abismo entre a sociedade moderna e a tradicional, caracterizada, especialmente, pelos interesses e pela concepção da vida com um conjunto integrado (Bailey, 1979).

Wolf (1970) assinala que o campesinato, na sua percepção do mundo reconhece a importância da dimensão econômica para assegurar o seu modo de vida, mas, está a meio caminho, entre as sociedades complexas e a sociedade moderna. Neste sentido, o *habitus* camponês que se faz presente no cotidiano das famílias colonas do PISG faz do colono um sujeito em processo de conversão, cujas manifestações se processam tanto entre as famílias que integram a parentela, como entre famílias que são vizinhas, a partir das práticas de reciprocidade e do compadrio que não se explicam, apenas, pelas trocas econômicas, mas por relações que envolvem trocas de favores e ações solidárias, as quais ressaltam o conteúdo moral presente no modo de vida das famílias.

Woortmann, K (1990) ressalta que há diversas lógicas, a partir das quais se pode entender o camponês. Para ele, em qualquer dessas lógicas, econômicas ou culturais, não podemos perder a visão do conjunto das categorias, terra, trabalho e família, que estão

estritamente vinculadas a valores, indissociáveis e integrantes da ética camponesa. Estas categorias são expressões de uma moralidade e uma disposição internalizada. Por isso mesmo, é difícil separar nas narrativas as referências feitas a uma ou a outra categoria.

Para as famílias do PISG, todas estas categorias possuem componentes ideológicos, que não são considerados pelos agentes modernizadores, nesse caso, pelo DNOCS. Na maioria das vezes, a visão dos técnicos sobre a qualidade de vida social que as pessoas devem procurar atingir num determinado território é orientada para apropriação e distribuição eficaz dos recursos, mas, apenas, no sentido da eficiência econômica. Os indivíduos portadores de uma identidade camponesa possuem uma visão das condições de vida no meio rural que não nega as dificuldades da vivência, as inseguranças e os riscos. Entretanto, é a confiança nas disposições internalizadas e no conhecimento adquirido e herdado na própria tradição que alimenta e motiva esses camponeses para continuarem acreditando no ethos do grupo.

O que há de singular na relação entre qualidade de vida e lógica camponesa são os princípios que subjazem às decisões assumidas por essas famílias, isto é, princípios que consideram centralmente as especificidades e necessidades da comunidade moral – no mínimo, a família, os sentidos do trabalho sobre a terra e as possibilidades de dar continuidade ao projeto de vida idealizado pelo próprio grupo familiar. Mesmo que sejam tomadas decisões em função do mercado, certamente essas decisões refletirão, em alguma medida, a posição do grupo doméstico (Cunha: 2002).

Percebemos que essa racionalidade camponesa se materializa no modo e nas condições de vida das famílias do PISG representados, simbolicamente, pela passagem da condição de sitiantes (sem terra) para a condição de colonos, proprietários de um lote e de uma casa para morar e trabalhar. Portanto, a escolha desse modo de vida, do colono irrigante, implicou diretamente em ter autonomia, ainda que relativa, sobre o processo produtivo, ter a oportunidade de planejar o futuro dos filhos, ter acesso ao mercado, assim como aos serviços e bens públicos como, por exemplo, saúde e educação.

Popkim, (1979) analisando a origem e a organização dos *Villages*, no Vietnã, ressalta que estes se assemelham às corporações fechadas, alimentadas por divisões que colocavam em oposição às elites agrárias e os camponeses simples. Este processo de cisão opunha, diretamente, os camponeses aos mercados, tendo como resultado o enfraquecimento da capacidade de reprodução dos camponeses por causa das perdas materiais do grupo.

O camponês, hoje, está apto a definir relações contratuais no mercado competitivo, impondo condições que, sem romper com as tradições, possibilitam a incorporação de novos *habitus* para maximizar seus interesses num curto prazo. Exemplo disso é a adoção de um sistema de irrigação que assegura a sobrevivência da família, do trabalho, da inclusão social, do aumento da renda e de uma autonomia relativa, além da apropriação de bens, como a casa e o lote.

Consideramos que essa racionalidade camponesa é moral, sem perder de vista a necessidade de planejar o uso dos recursos. Desse modo, é interessante focalizar as relações entre a economia e o *ethos camponês* enquanto instituição social. Sabendo que o sentido dessa racionalidade não se reduz à utilização de métodos da moderna economia, mas, sim, a uma estratégia de reprodução que reconhece a importância do acesso ao mercado e a outras instituições econômicas (Popkim, 1979: 2). Ela é moral, porque a relação que estabelece com as categorias terra, trabalho e família é dotada de sentido e expressa uma qualidade - a camponêsidade. É uma ordem mais holista do que individualista, onde terra não é mercadoria, e sim patrimônio, família não é apenas grupo doméstico, e sim, uma unidade de força de trabalho e o trabalho não representa, apenas, uma estratégia de provisão, e sim, a expressão de uma moralidade que constrói a família enquanto valor (Woortmann K, 1990).

Portanto, a qualidade de vida dessas famílias será traduzida, aqui, no contexto da construção de um modo de vida, pautado num novo estilo de vida que, por um lado, reflete a continuidade da tradição camponesa e, por outro, o projeto de desenvolvimento idealizado pelo DNOCS. Como objeto de análise, a qualidade de vida das famílias do PISG será avaliada a partir da trajetória de vida narrada pelos informantes e da representação social das práticas cotidianas.

Henry Lefebvre (1991: 28) analisa o cotidiano, a partir de tudo aquilo que abrange os aspectos da vida, quer dizer: “o econômico, o psicológico, o biológico, assim como o alimento, as vestes, os móveis, as casas, as oportunidades, a vizinhança, os arredores e os desejos”. É evidente que nem todos estes aspectos serão avaliados, com a devida profundidade, mas o ponto de partida será determinado pela força com que os fatos e as situações revelam sua importância no decorrer da narração, uma vez que, segundo Halbwachs (1990) o ato de lembrar, só se dá onde existe sentido para lembrar.

CAPÍTULO 2

A ORGANIZAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DO NORDESTE SECO: O CASO DO PISG

A mais grave e repelente falácia sobre o Nordeste seco ocorre quando se pretende ensinar o nordestino a conviver com a seca. Trata-se de atitude pretensiosa que atinge em cheio a dignidade de uma das populações rurais mais briosas e sofridas de todo o país. Habita ali a mais importante massa dos camponeses residentes do Brasil, distribuídos pelas faixas de transição climáticas (agrestes), os pequenos celeiros de produção agrícola (brejos) e as grandes extensões de pecuária pobre e extensiva. Mais do que qualquer outro contingente demográfico do nosso interior, esta população forma um povo e uma cultura amarrados à rusticidade da vida econômica e social nas caatingas, Encontramos uma centenária cultura popular de raízes lingüísticas centradas em fundamentos ibéricos e aperfeiçoadas ao calor das forças telúricas e ameríndias, em um ambiente físico e humano que não reservou lugar para os fracos e acomodados (Ab'Saber 1987).

O lugar onde se vive, quase sempre é apresentado nas pesquisas como um indicador de habitação. Quando este lugar é um espaço que foi pensado e construído por atores com expectativas e projetos diferentes, torna-se imprescindível conhecer suas características físicas e econômicas, assim como a história da sua ocupação. No estudo que realizamos no Perímetro Irrigado de São Gonçalo percebemos que para as famílias que lá construíram suas vidas, aquele é um espaço para morar e trabalhar. E nesse sentido torna-se uma dimensão importante para compreender a qualidade de vida das famílias colonas.

O objetivo desse capítulo consiste em analisar os processos sociais que concorreram para a organização sócio-econômica do Nordeste seco e para implantação do Perímetro Irrigado de São Gonçalo (PISG). Para isso, tentaremos inicialmente, compreender os problemas específicos da região semi-árida e reconstruir os passos históricos da Política de Irrigação adotada no país para a região.

2.1 – Caminhando sertão a dentro: o Semi-árido, características e história

O Nordeste, além de ser uma região castigada pela seca, superpovoada e a mais pobre do país é, também, um centro produtor importante para a economia nacional, contribuindo inclusive, com produtos que ajudam a equilibrar a balança comercial. Entre esses produtos destacam-se: o açúcar da cana, o álcool, o petróleo e, mais recentemente, a fruticultura da região dos vales nordestinos – Açu, Apodi e São Francisco.

Além das áreas castigadas pelas secas, o Nordeste possui também, faixas de terra conhecidas por regiões *abrejadas*³⁵, de ilhas úmidas e solos férteis, que são os brejos locais. Essas áreas, segundo Manoel Correia de Andrade (1998: 34) caracterizam-se por um maior índice pluviométrico, pela existência de *filetes d'água perenes ou subperenes* e por uma temperatura amena que diminui a intensidade da evaporação. Estes fatores, em seu conjunto garantem a produção de quase todos os tipos de frutas próprias dos solos tropicais úmidos, além de produtos que diversificam a economia e a cultura local como: mandioca, inhame, batata-doce, macaxeira, jerimum, feijão, milho, fava, entre outros.

O Nordeste é conhecido também por ter a maior parte do território inserido na área que compreende o semi-árido. Segundo Furtado (1964: 97) ela é caracterizada pelos seguintes aspectos físicos:

(...) uma extensa chapada cristalina, de altitude variável entre 200 e 1.000 metros. Se bem que a precipitação seja relativamente elevada, a evaporação é sempre de 2 a 4 vezes maior que a precipitação, e a retenção de águas subterrâneas muito limitada. A semi-aridez do clima é agravada por secas periódicas que, por vezes, se prolongam por 2 ou 3 anos (...)

35 Manoel Correia de Andrade (1998) acrescenta que os brejos podem ser classificados em brejos de vales, brejos ciliares e brejos de pés de serra cada um destes brejos apresenta características físicas, sociais e econômicas específicas. Sobre esse assunto ver (Andrade, 1998: 34, 35).

Nessa extensa faixa do território nordestino desenvolveu-se uma economia baseada na pecuária bovina, cuja base de sustentação consistia no fornecimento de animais de tração e de corte para os engenhos de açúcar do litoral. Dessa economia, também foi possível extrair o couro para exportação.

De fato, a área que compreende o Nordeste seco é da ordem total de 700 mil km² (Mapa 2) Nessa área, caracterizada por uma extensa faixa seca, ocorrem problemas de ordem natural relacionados ao solo e ao clima. Entre esses problemas, destacam-se a escassez de água e a baixa umidade. Nessa faixa seca, predominam a vegetação do tipo caatinga e o risco constante da salga, tanto na água dos reservatórios quanto nos solos. O resultado de todos estes problemas é o comprometimento das atividades agrícolas, sobretudo, da agricultura de subsistência predominante nos sertões.



Mapa 2 – Mapa da região semi-árida

Analisando especificamente o semi-árido, Andrade (1994) ressalta que o planejamento de qualquer ação para o desenvolvimento dessa faixa de terra não pode deixar de considerar suas características físicas e naturais e, conseqüentemente, o fenômeno da seca. No Nordeste, em particular, o trópico semi-árido se caracteriza por apresentar duas estações bem distintas: uma seca ou de verão, na qual chove muito pouco; e uma úmida ou de inverno, no decorrer da qual se verificam precipitações de chuvas. Os níveis de evapotranspiração, nessas condições, são bastante elevados. Os solos são, em geral, rasos, ondulados, muitas vezes pedregosos,

erodidos e de baixa fertilidade. A vegetação predominante é um tipo de cobertura vegetal, formada de plantas conhecida como xerófilas (Carvalho, 1988), que é também uma característica do sertão.

A caatinga reduz sua atividade vital e no período seco, algumas árvores perdem completamente a folhagem e secam os galhos, como se tivessem morrido, mas, logo ao cair das primeiras chuvas, rebrotam e se preparam para reter água, transformando a paisagem cinza, novamente em floresta verde. Segundo Ab'Saber (1987:14) a área denominada de sertões³⁶ corresponde exatamente à extensão de terra que se encontra *embutida, entre chapadas ou largos desvão de maciços antigos* que atinge os estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco, Bahia, médio/inferior São Francisco, sul-sudeste do Piauí.

O processo de ocupação do sertão foi motivado pela busca de terra e água para a pecuária. Em face dos aspectos naturais já mencionados, predominou no sertão a pecuária extensiva, sendo necessários em média 10 *hectares* para manter uma cabeça de gado (Furtado, 1964:172). As sucessivas secas, que aconteciam a cada decênio, gradativamente, dizimaram o rebanho, dificultando ainda mais a situação econômica e social dessa área.

Em períodos distintos da ocupação e do desenvolvimento desse território³⁷, a população sertaneja migrou para diversos recantos, aproveitando as oportunidades de emprego e trabalho que surgiam em épocas e lugares distintos: Amazônia, São Paulo, Goiás, Brasília e, dentro da própria região, nas cidades metropolitanas. As pessoas se deslocaram, individualmente ou em grupos, geralmente, do sertão em direção ao brejo, zona da mata ou litoral, nos diferentes Estados.

Para fixar esse contingente no seu local de origem, algumas medidas assistenciais foram empreendidas pelo governo federal, entre estas as frentes de trabalho, a distribuição de cesta básica durante o período de estiagem e o Programa de Irrigação. Entretanto, nenhuma delas produziu os resultados esperados, por não terem gerado condições auto-sustentáveis de trabalho, nem elevaram o padrão de vida dessa população. Para compreender os meandros da

36 Toda esta área é, indubitavelmente, atingida pela ocorrência de estiagens, este período das estiagens é marcado pelo fenômeno cíclico das secas, que geram descontinuidades na produção rural e deixa sem trabalho aqueles que não têm acesso à terra, relegando-os à condição de retirantes.

37 Sem entrar na discussão, hoje bastante aprofundada do que seja território, adotarei a definição utilizada por Ricardo Abramovay (1998): “um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico”. Essa definição reforça a idéia de território como espaço de pertencimento que contemplaremos em diversos momentos deste estudo.

construção do Perímetro Irrigado de São Gonçalo é necessário descortinar os processos econômicos, sociais e políticos que justificaram o Planejamento de um Programa de Irrigação no Nordeste.

2.2 – Políticas de Irrigação no Nordeste

Celso Furtado (1964) assinala que o sertão é, de fato, uma meso-região cujas especificidades a diferenciam das demais. Destacamos, aqui, o caráter das chuvas sertanejas que obedecem a regime diverso daquelas que se precipitam na zona da mata e no agreste. Estados como o Ceará (94,8%), a Paraíba (97,6%) e o Rio Grande do Norte (92,0%), estão quase totalmente imersos no Polígono das Secas, com uma paisagem do tipo caatinga cobrindo, praticamente todo o território (Andrade, 1998:39).

A busca de terra e água para o gado levou o homem a atravessar a caatinga, apropriando-se das terras cedidas pelo sistema de “sesmarias”. Durante muito tempo, a economia predominante no sertão era a pecuária extensiva. Mas, a periodicidade das secas provocou o seu declínio. Apesar das secas terem uma ocorrência cíclica, as suas repercussões sociais, nesse período eram limitadas, uma vez que o contingente humano na região era rarefeito.

A introdução e expansão do algodão por longas extensões da caatinga, aliada ao crescimento da demanda mundial por esse produto, contribuíram para que o algodão se firmasse no sertão como economia, atraindo mão-de-obra para essa área. Dessa forma, o latifúndio pecuário evoluiu para uma economia mista, sustentada pelo binômio algodão-pecuária, como explica Furtado (1964:173):

O algodão não apenas criava uma fonte de renda monetária ao proprietário, mas também proporcionava a semente, cuja torta era excelente fonte de proteína para o gado. Por outro lado, a mão-de-obra que trabalhava no algodão deveria plantar, para o seu próprio sustento, “legumes”, nome que o sertanejo dá a tudo que tira da terra para comer. E essas culturas de subsistência, feita a colheita, proporcionavam palha para o gado, o que também vinha em benefício do criador.

O binômio algodão-pecuária modificou a feição da economia sertaneja e transformou as secas num problema social, cujas dimensões ainda são incalculáveis. O trabalhador que fora seduzido pelo algodão fixou-se no latifúndio, plantando o algodão em regime de meação,

sendo o plantio financiado pelo proprietário a juros exorbitantes. Além do problema do financiamento da produção, o algodão cultivado no sertão apresentava rendimentos muito baixos. Por isto, a cultura do algodão para se desenvolver necessitava do apoio da agricultura de subsistência. De outro modo, não havia como o trabalhador sertanejo suprir suas necessidades.

Assim, cada trabalhador, que também era um morador, tornava-se responsável pela produção de alimentos e quando essa combinação entre produção de alimentos e cultivo do algodão não era suficiente para manter o sustento da família, a alternativa era a migração. Frequentemente, as secas ameaçavam esse equilíbrio e, desta forma, de um problema natural a seca transforma-se na causa de uma das maiores calamidades nacionais (Furtado, 1964).

Para satisfazer as necessidades dos criadores e acreditando que a alternativa para o sertão semi-árido seria a retenção de água, através da chamada política de açudagem ou solução hidráulica, o governo emvidou esforços para construção de açudes de pequeno e médio porte.

A Política de Açudagem teve início no Nordeste no século XIX. Segundo Otamar de Carvalho (1988: 205), em 1832, o governo da província do Ceará instituiu benefícios para a construção de açudes particulares. Parte das despesas relativas à construção desses açudes era paga pelo Estado, segundo percentuais que giravam em torno de 50% dos dispêndios totais. Os açudes construídos através dessa parceria ficaram conhecidos como “açudes de cooperação”. Nos tempos do IFOCS chegou-se, inclusive, a estimular, através de premiação, os proprietários que, utilizando a mão-de-obra disponível em suas dependências e com os recursos do Estado, construíam açudes em suas terras, o que resultava num duplo privilégio, concedido pelo Estado, aos médios e grandes proprietários do semi-árido nordestino.

Mas o discurso governamental de que a água era o elemento que mais emperrava o desenvolvimento da irrigação no semi-árido se sobrepunha à concentração da terra nas mãos dos grandes proprietários. A água acumulada seria utilizada, inicialmente, para suprir as necessidades do consumo animal e humano, contudo, posteriormente, se pensou em aproveitar parte deste volume de água para irrigação. Em 1877-79, a política de construção de reservatórios passa a ser denominada de solução hidráulica. Além da mudança no nome, a solução hidráulica propõe a criação de uma base técnica mais ampla para agricultura, mediante a execução de pesquisas que já vinham sendo desenvolvidas pelo IFOCS. Todas essas medidas fortaleceram, ainda mais, o poder e o interesse dos grupos econômicos e políticos da região. Burszty (1984: 71) e Carvalho (1988: 222) assinalam que as grandes obras hidráulicas se

transformaram em verdadeiros instrumentos para continuidade as relações clientelistas e de dependência, reforçando num certo sentido o poder dos coronéis, que se materializava pelo poderio econômico.

De fato, esses reservatórios deram uma maior estabilidade à pecuária, mas não viabilizaram a agricultura irrigada, tampouco beneficiaram a produção de alimentos que abasteceriam a população nos períodos da seca. Para Celso Furtado (1964: 176), o excesso de população existente no sertão nordestino era mais um fator que se colocava como entrave ao desenvolvimento dessa área e explica:

O problema social do sertão resulta do excesso de população que ai continua a acumular-se apoiado em uma oferta de alimentos totalmente instável. (...) o baixo nível de sua produtividade e a vulnerabilidade da produção de alimentos são incompatíveis com a atual densidade da população (...)

Ante essa realidade, o Governo Federal decidiu criar organizações especializadas com objetivo de combater os efeitos das secas. No entanto, políticos e lideranças locais procuravam desviar o foco da questão em benefício próprio. Os grandes criadores reduziam os problemas provocados pelas grandes estiagens aos prejuízos e perdas do rebanho.

O fato é que as poucas obras de irrigação, realizadas em decorrência da solução hidráulica, foram construídas nas terras de grandes proprietários. Esse feito concedeu ao governo federal as honras de ter consolidado o latifúndio pecuário. Os pecuaristas do sertão pressionavam o Governo Federal também para que “empregasse” a população vítima das estiagens, evitando assim a dispersão da mão-de-obra. O resultado dessas medidas foi um aumento considerável da densidade populacional na região.

Para Celso Furtado, em face dessa demanda populacional, promover uma melhor distribuição da renda da terra não solucionaria o problema da economia do sertão. Seria mais interessante reconstruir, sob novas bases, a economia agrícola, de modo a criar possibilidades reais para que as famílias trabalhadoras pudessem obter condições de vida mais dignas.

Para Manoel Correia de Andrade (1988), nunca houve realmente uma política de caráter social capaz de beneficiar a massa sertaneja com as obras e investimentos públicos. Desde 1882, a irrigação já era apontada como uma alternativa de combate à seca, por cientistas estrangeiros que visitavam ou trabalhavam no Nordeste, pesquisando ou construindo açudes.

A partir de 1907, com a criação do Instituto Federal de Obras Contra as Secas – IFOCS teve início uma série de estudos (geológicos, hidrológicos, botânicos, geográficos e mineralógicos), com objetivo de detectar as grandes bacias dos rios temporários, onde fosse viável a construção de barragens e grandes açudes com capacidade de armazenar água.

A construção de açudes foi assumida totalmente pelo Estado que, com essa política, embora de forma assimétrica, atendeu a diversos interesses. De um lado, satisfazia aos objetivos dos grandes proprietários, ao assegurar a valorização das suas terras; de outro lado, satisfazia aos menos favorecidos, mediante a criação de condições mínimas para assisti-los nos anos de seca (Carvalho, 1988: 210).

Após a seca de 1932, constatou-se que, além da construção dos reservatórios de água, era necessário criar infra-estrutura que permitisse fazer o escoamento dos flagelados para o litoral ou para as áreas úmidas, inclusive para socorrê-los nos períodos de estiagem. A partir daí, teve início uma política de construção de estradas e de rodagens. Guimarães Duque (1953) sugeria que, além dessas ações, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, órgão que sucedeu o IFOCS “deveria ter uma preocupação agrônômica mais firme e que promovesse o desenvolvimento da agricultura irrigada à jusante dos açudes, ao mesmo tempo em que nas áreas não irrigadas deveria ser incentivado o cultivo de gramíneas e xerófilas, sobretudo” (Andrade, 1994: 119).

A política de irrigação foi objeto de diversos estudos, dentre os quais destacamos: Bursztyn (1984), Carvalho (1988) e Mota (1990). Com base nessa literatura, analisaremos alguns fatos que marcaram a política de irrigação no semi-árido do Nordeste, mas que antecederam a implantação dos Perímetros Irrigados.

Em 1945, através do Departamento Nacional de Obras Contra Secas (DNOCS) teve início, de maneira mais sistemática a irrigação no Nordeste. Nesse período, as ações do órgão enfatizavam a construção de barragens e a perfuração de poços. Até 1959, quando foi criada a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), até então a ação do Estado priorizava a construção de açudes, mas sem qualquer ligação com o desenvolvimento da irrigação³⁸.

38 No início do século XX, havia uma questão social-técnica que dificultava o desenvolvimento da irrigação no semi-árido. Tal problema consistia na subordinação do processo técnico da irrigação ao armazenamento de água em grandes açudes. Os estudos realizados por Guimarães Duque, através do IAJAT, reiteram a necessidade de se construir reservatórios no Nordeste, assim como de acumular água.

A situação de calamidade provocada pela seca de 1958 contribuiu para que o Governo Kubitschek nomeasse um Grupo de Trabalho com o objetivo de estudar a problemática da região Nordeste – O Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), coordenado por Celso Furtado. Em documento³⁹, o GTDN reiterou que o problema da região não era, apenas, de ordem física, mas também de ordem social, ou seja, derivava muito mais do despreparo da sociedade para enfrentar o impacto das secas. Assim, para solucionar o problema das áreas semi-áridas e áridas, o Grupo propôs o desenvolvimento de uma agricultura de plantas adaptadas às condições climáticas, por exemplo, o algodão mocó e a substituição das culturas do sorgo, do milhete e do amendoim pelas culturas do feijão, do milho, do arroz e de frutíferas. Culturas que abasteceriam o mercado local nos anos de chuvas normais e no período da seca (Andrade, 1994).

Estas propostas, de certo modo, já induziam a um melhor aproveitamento dos solos para irrigação. O GTDN sugeria a irrigação, não como solução definitiva para o problema da água, mas como uma política concreta que possibilitaria dinamizar a economia das áreas menos favorecidas e mais castigadas pelas estiagens.

Algumas teses do GTDN se incorporaram à SUDENE, através do seu primeiro Superintendente o economista Celso Furtado. A partir do I Plano Diretor, a superintendência passou a atuar em algumas frentes. Por um lado, no atendimento às populações flageladas pelas secas e por outro lado, manteve a linha do GTDN no sentido de propor ações anti-secas e políticas para definir e organizar a unidade de produção e agropecuária típica.

Para a SUDENE, o desenvolvimento do Nordeste dependia, fundamentalmente, da implementação de medidas capazes de reestruturar as atividades produtivas da região e de ampliar a ocupação da força de trabalho urbana e rural (Queiroz, 1993). A partir de 1964, com a instalação dos governos militares, a política de desenvolvimento para o Nordeste, no que se refere ao setor agrícola, se inscreve nas orientações mais gerais da política de modernização do país, que muitos definiram como uma modernização “conservadora”. Sobre as características dessa fase, vejamos o que escreve Otamar de Carvalho (1988: 233):

No entanto, o problema social consistia em pensar a construção de açudes como um fim. Quanto ao problema técnico, está relacionado ao fato de que as inovações tecnológicas inerentes à irrigação implicavam em custos financeiros, até então desconhecidos. Atualmente, os projetos de irrigação enfrentam o problema de que por serem os reservatórios pequenos e os índices de evaporação elevados, a água necessária à irrigação rapidamente se esgota. Sobre o assunto ver Otamar de Carvalho (1988).

39 Uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste, a qual consistia num estudo detalhado da região e sugeria, ao mesmo tempo, uma série de medidas visando minimizar a distância que separava o Nordeste do restante do país.

Em vista do caráter autoritário do regime instaurado em 1964, reforçam-se as alianças das oligarquias rurais com o Estado, porém conciliando os interesses dos grupos mais tradicionais aos dos que tratam de se modernizar. E, mais importante do que tudo, as políticas de combate às secas começam a ser reorientadas no sentido de garantir ao governo central maior legitimidade e poder na região mediante a concessão de privilégios extraordinários aos grandes proprietários da terra.

Se a modernização reformista não foi capaz de alterar substancialmente a estrutura de apropriação e utilização dos meios de produção no Nordeste, seja em relação ao semi-árido ou aos seus outros espaços, ecológica e economicamente diferenciados, pela violência com que foi posta, a modernização que se seguiu à fase de auge da SUDENE, por seu caráter conservador, só iria reforçar as alianças entre os poderes locais e regional com o poder nacional.

Os incentivos governamentais para promover a modernização, revelaram-se insuficientes na medida em que as forças políticas e econômicas, ou seja, as oligarquias locais continuaram investindo na exploração de atividades agrícolas e na pecuária de baixíssima produtividade. Desse modo, podemos afirmar que, de fato não houve uma modernização no sentido do que pretendia o Estado, uma agricultura tecnificada e com alta produtividade.

A partir dos anos 70, a SUDENE anuncia medidas⁴⁰ visando impedir a construção de açudes, especialmente, aqueles feitos em regime de cooperação, acreditando que a construção dessas obras representava um apoio à velha estrutura que havia, anteriormente, se apoderado do DNOCS. Apesar de o regime militar autoritário, predominava na SUDENE um espírito de união, que tentava promover o progresso da economia regional como um todo e do semi-árido em particular, priorizando o fortalecimento da irrigação pública nas áreas das bacias dos açudes públicos.

40 Essas medidas estavam definidas na Lei nº 5.508, de 11/10/68 que aprovava o IV Plano Diretor da SUDENE (1968-73).

Para Otamar de Carvalho (1988: 221), de fato, as intenções por parte do Governo Federal, de redefinir a economia primário-exportadora, nunca foram muito claras. Para esse autor:

A consideração dos problemas da seca, no tocante a sua solução, continuaria, pois, sendo, uma responsabilidade do capital comercial do Nordeste, vale dizer, das classes conservadoras e do estado imobilista da região que assentavam seu poder no latifúndio pastoril e nos pequenos estabelecimentos agropecuários da zona Semi-Árida. Povoados por não menos de dois terços dos produtores rurais dessa zona, a exploração desses estabelecimentos era dedicada às atividades de manutenção dos pobres e de sustentação dos ricos (para os padrões locais) – o algodão e as lavouras alimentares básicas.

O Plano de Irrigação, encaminhado pela SUDENE, tomou como base as pesquisas feitas pelo DNOCS nas Bacias dos Açudes e nas Margens do Baixo e Submédio São Francisco. Em relação ao semi-árido, o DNOCS dispunha de informações acerca das bacias hidrográficas das seguintes localidades: Langá e Parnaíba, no Piauí; Curu, Acaraú e Jaguarabi, no Ceará; Piranhas e Apodi, no Rio Grande do Norte; Piranhas e Paraíba, na Paraíba; Moxotó, Pajeú, em Pernambuco; Vaza Barris e Itapicuru, na Bahia e São Francisco nas áreas do submédio e baixo vale, que beneficiavam os estados de Alagoas, Sergipe e Bahia.

A irrigação pública no Nordeste foi planejada sem que houvesse qualquer mudança na estrutura das relações de produção, tampouco na repartição dos benefícios sociais. Apesar de no Plano Jurídico, através do Estatuto da Terra, mencionar a reforma agrária, “o processo de modernização da agricultura no Nordeste foi conduzido mantendo inalterada a estrutura-fundiária” (Carvalho, 1982: 251-259). O IV Plano Diretor da SUDENE (1969-73) defende expressamente “o fortalecimento da irrigação pública nas áreas das bacias dos açudes públicos, sob a jurisdição do DNOCS e, nas margens do São Francisco, a cargo da Superintendência do Vale do São Francisco - SUVALE” (Carvalho, 1988: 235).

No início dos anos 70, é elaborado o I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) pelo Governo Médici. Este plano contempla o Plano de Irrigação Nacional (PIN) que propunha irrigar 130.000 *hectares* durante o período de 1975-1979 (Bursztyn, 1984). Através do Plano de Integração Nacional (PIN), o governo federal alocou recursos necessários à implantação do

Programa e foi com o Plano Plurianual de Irrigação (PPI) que teve início, efetivamente, a agricultura irrigada no Nordeste.

A irrigação é o ponto central dessa política, cujo objetivo principal é a criação de projetos de assentamentos e de produção agrícola em lotes familiares, sob a coordenação do DNOCS e o incentivo à exploração do Vale do São Francisco pelas grandes empresas. No caso dos Perímetros Irrigados do DNOCS, a intenção do Estado é transformar as unidades familiares do semi-árido numa “classe média rural” (MINTER, 1982). Já na região do Vale, o Estado assume o papel do patrocinador do grande capital (Bursztyn, 1984: 80).

Em documentos oficiais, tanto a SUDENE quanto o DNOCS afirmavam que a irrigação pública seria capaz de aumentar a renda, a produção, a produtividade e o emprego no Nordeste semi-árido. Entretanto, não esclareciam sobre as possibilidades reais de transformação dessa agricultura, uma vez que o pacto estabelecido entre os poderes local e regional com o poder central, de certo modo inviabilizava o “desenvolvimento” da agricultura moderna.

Para entender o significado do Programa de Irrigação para o Nordeste, é preciso atentar para as especificidades dos contextos: o dos perímetros irrigados, situados no sertão e sob a responsabilidade do DNOCS e o da irrigação na região dos vales úmidos, coordenados pela CODEVASF. Nesse estudo, o foco da nossa análise serão os perímetros irrigados da região semi-árida do Nordeste.

Esses perímetros gerenciados pelo DNOCS, são organizados pelo modelo da grande irrigação pública⁴¹, caracterizada pela construção das obras de engenharia, incluindo estradas, canais secundários de irrigação e drenos, tudo isso com recursos governamentais. E o cultivo das terras beneficiadas, feito por parceleiros, denominados irrigantes ou colonos, que são selecionados pelo Estado (Carvalho, 1988: 349). De acordo com a Lei de Irrigação o DNOCS dividia a população beneficiária nas seguintes categorias de produtores: os colonos (ou

41 Otamar de Carvalho (1988: 348), assinala que os tipos de irrigação implantadas no Nordeste podem ser incluídas nos seguintes domínios: I- *a grande irrigação* pública ou privada, II- *a pequena irrigação* em pequena escala, que também pode ser pública ou privada, mas em terras com que medem até 100 hectare e III- *a irrigação não-convencional*, implica qualquer esforço que se faça no semi-árido para utilizar os recursos de água de superfície e subterrânea.

pequenos produtores), os pequenos e médios empresários e os empresários agroindustriais⁴² (Queiroz, 1993).

Geralmente, os lotes agrícolas dos Perímetros Irrigados gerenciados pelo DNOCS medem entre 3,5 e 5,0 hectares. Esse tamanho da área dos lotes é, segundo Otamar de Carvalho (1988), justificado pelo fato de que possibilitaria a instalação de um maior número de famílias, a exemplo do Perímetro Irrigado de São Gonçalo, onde foram assentadas 477 famílias. Para entender o PISG, faremos a seguir uma análise descritiva dos processos sociais que convergiram para construção desse espaço.

2.3 - O PISG

2.3.1 – São Gonçalo antes do PISG: ocupação e descrição da área

Na época pré-colonial, a região do Alto Piranhas, assim como o sertão paraibano era habitada por índios da nação Cariri, uma tribo numerosa que ocupava quase todo o interior do Nordeste, desde Paraguaçu, na Bahia, ao Itapicuru no Maranhão (Almeida, 1978: 20). Gadelha (1986) afirma que o município de Sousa era habitado pelos índios Icós Pequeno ou Icozinhos. Moreira e Targino (1997) confirmam que não só o município de Sousa, como todo o território do Vale do Rio do Peixe e Conceição do Piancó era habitado pelos Icós.

As razões que conduziram o desenvolvimento econômico do interior nordestino nos ajudam a entender a ocupação do sertão da Paraíba. Historicamente, este foi colonizado a partir de duas entradas. A primeira comandada por Theodósio de Oliveira Ledo, que partiu do aldeamento Cariri de Pilar, seguindo ao longo do curso do Rio Paraíba, até alcançar o Rio Taperoá. Ele atravessou o planalto da Borborema, chegou ao vale do Rio do Peixe. Em 1697, Theodósio de Oliveira Ledo foi nomeado capitão-mor dos sertões de Piranhas e Piancó. A segunda entrada, comandada pelos prepostos da Casa da Torre, partiu das margens do Rio São Francisco, na Bahia, para alcançar os territórios de Pernambuco, Paraíba, Ceará, Piauí e Maranhão. No século XVII, a Casa da Torre tornou-se a detentora das sesmarias nos vales dos rios Piancó, Piranhas e Peixe (Freitas, 1999: 55).

Durante os séculos XVIII e XIX, a pecuária foi se consolidando e propiciando o florescimento de diversos aglomerados urbanos, dentre os quais, o povoado de Jardim do Rio

42 Vale dizer que em todos os Perímetros administrados pelo DNOCS, a presença de empresas só é registrada nas terras do Projeto Baixo Açú, no Rio Grande do Norte, conforme analisa Carvalho (1988).

do Peixe, atual Município de Sousa que, em 1854, passou à categoria de cidade. O povoamento da cidade de Sousa ocorreu em função da instalação da fazenda de gado nas ribeiras do Peixe e Piranhas. Curiosamente, quando a área de São Gonçalo foi apropriada pela Casa da Torre, o capitão Basílio Rodrigues de Seixas obteve a sesmaria, sob alegação de já viver há mais de 20 anos no sítio São Gonçalo.

A agricultura praticada no sertão, desde o início, cumpria a função de atender à subsistência dos moradores das fazendas de gado. Eram o vaqueiro e sua família quem cuidava dos pequenos roçados, que mais pareciam manchas restritas em meio à vasta caatinga. Moreira e Targino (1997) ressaltam que a presença desse tipo de agricultura praticada no sertão pode ser explicada pelas distâncias que o separam das áreas produtoras de alimentos, pela possibilidade de reduzir os custos de reprodução da força de trabalho e pelo aproveitamento do restolho das culturas alimentares na complementação da alimentação para o gado.

Manoel Correia de Andrade (1998: 93) assinala que o algodão era cultivado no Nordeste desde o início da colonização. Portanto, era uma cultura bem adaptada às condições edafo-climáticas da região. Mesmo com a consolidação da pecuária, continuou sendo cultivado e, posteriormente, consorciado com a agricultura alimentar. Uma das conseqüências desse consórcio foi o aumento da exploração econômica do solo sertanejo e uma maior fixação da população na região, apesar da vulnerabilidade das culturas alimentares à seca.

Em toda a área que fica no entorno do município de Sousa, praticamente não havia terras devolutas e ociosas, sendo quase todo o território ocupado por grandes rebanhos bovinos. Na extensão de terra que compreendia a “Data” de São Gonçalo situavam-se as seguintes fazendas: Paquetá, Grossos, Várzea do Meio, Cezário, Jurema, Quandú, Boiandeira, Exu, São Gonçalo, Humaytá, Pau de Leite e Serra Talhada. A vegetação característica dessas fazendas era variada, embora viesse, desde algum tempo, sendo devastada para dar lugar à agricultura.

Apesar de bastante rudimentar, a agricultura praticada nas fazendas foi, gradativamente, modificando a paisagem do sertão paraibano, onde surgiram as manchas úmidas nas quais se fazia a agricultura de vazante⁴³. Era essa agricultura que supria as necessidades da população que habitava as fazendas e os sítios.

43 Vazantes são áreas úmidas que se formam no leito dos rios e à margem dos açudes. Depois da enchente, o rio vai retornando ao seu nível normal e na época da estiagem permanece úmido durante

A área onde hoje está situado o PISG, com os lotes agrícolas, canais, drenos e os núcleos habitacionais corresponde basicamente às terras antes pertencentes ao sítio Cajá e que foram, gradativamente indenizadas pelo DNOCS para a instalação do Projeto São Gonçalo que teve início em 1933 com a implantação de um Posto Agrícola, isto é, uma espécie de “viveiro” de espécies nativas, sediado junto ao açude de São Gonçalo.

Em 1940, após a criação do Posto Agrícola de São Gonçalo o diretor-chefe do Posto, Engenheiro José Augusto Trindade decidiu criar o Instituto Experimental da Região Seca, primeira instituição de pesquisas a funcionar nas áreas secas no Brasil, que depois foi transformado no Instituto Agropecuário José Augusto Trindade – IAJAT (Queiroz, 1993). Nessa área do DNOCS⁴⁴, denominada de acampamento federal ficavam as sedes das seções: (Seção de Agronomia, Seção de Horti-Pomi-Silvicultura, Seção de Zootecnia, Seção de Fitossanidade –Ecologia e Botânica, Seção de Cooperação ou serviço de cooperação externa e Seção de Administração do Açude). Além destas, foram construídas na área do acampamento os setores responsáveis pela prestação dos seguintes serviços: Laboratórios, Serviço Mecânico, Serviço Médico Social, Serviço de Conservação e Serviço de Vigilância. Como instalação do DNOCS, mas não administrado diretamente pelo órgão, havia ainda o Hotel Catete e a Cooperativa de Consumo, com padaria, açougue e cinema. E as casas onde residiam os engenheiros e técnicos que trabalhavam no projeto.

A Bacia Hidráulica do açude era formada por uma faixa seca, explorada por culturas de sequeiro: feijão, milho, fava e uma faixa úmida, que surgia à medida que baixava a água do açude e onde eram realizados os “cultivos de vazante”: mandioca, macaxeira, jerimum, batata doce, arroz e uma pequena variedade de hortaliças.

A exploração dessa área era feita em regime de Cooperação interna e externa. A primeira forma de cooperação consistia numa espécie de produção compartilhada entre o próprio IJAT e as famílias arrendatárias, também conhecidas por “vazanteiras”. Em geral, eram pequenos produtores familiares que exploravam lotes do próprio Instituto, com área média em torno de hum hectare (Queiroz, 1993: 82). Os vazanteiros pagavam a água, as sementes selecionadas e o aluguel de máquinas fornecidas pelo IJAT com 25% da produção, em gêneros.

meses (Cunha:1998).

⁴⁴ Segundo informações do Engenheiro responsável pelo PISG no período em que iniciamos a pesquisa, Dr. Arlindo, as atribuições do IJAT eram: a construção da infra-estrutura hidráulica, o controle da distribuição da água e à exploração econômica da Bacia do açude São Gonçalo, à montante da barragem, e da Bacia de Irrigação de São Gonçalo, a sua jusante.

Já a cooperação externa visava à introdução de culturas irrigadas nas propriedades particulares. Apesar das facilidades concedidas pelo Instituto, para que os proprietários abolissem o sistema de parceria em suas terras, estes demonstraram pouco interesse pela irrigação. E a partir de 1950, por razões diversas, entre as quais, falta de verbas e desestímulo do pessoal do DNOCS, a atuação do IJAT, assim como o “Projeto São Gonçalo”, entraram em declínio.

No final da década de 1960, no contexto da *Revolução Verde*, o DNOCS encomendou à HIDROSERVICE – Empresa de Engenharia, um estudo, com intuito de recuperar a Bacia de Irrigação de São Gonçalo. O relatório apresentado pela empresa era bastante amplo. Aqui, nos deteremos às informações⁴⁵ pertinentes ao contexto que deu origem ao Perímetro.

Na área de cooperação externa, as terras eram de propriedade particular e, em 1968, havia nessa área 182 propriedades, as quais ocupavam uma área total de 4.768 ha, incluindo terras irrigadas e não irrigadas. A infra-estrutura de irrigação dessas terras foi construída também com recursos públicos, através do DNOCS. Na área de cooperação interna havia 386 ha, que eram explorados, conjuntamente pelos vazanteiros e pelos técnicos do IJAT.

Portanto, antes da construção do PISG, a maior parte da área de São Gonçalo era ocupada por proprietários, o que caracterizava certa concentração da propriedade da terra, como podemos observar no quadro abaixo: (Quadro 2).

Os dados da HIDROSERVICE (1969) demonstram que do número total de estabelecimentos, 72,3% possuíam área inferior a 10 ha, portanto eram pequenas propriedades, segundo os critérios de classificação adotados pelo DNOCS. Essas propriedades ocupavam apenas 19,4% da área agrícola total. Os estabelecimentos com área entre 10 e 50 ha, que eram considerados médias propriedades, correspondiam a 22,8% do número total de estabelecimentos e ocupavam 33,3% da área agrícola, e por último, os estabelecimentos com área superior a 50 ha, ou seja, grandes propriedades correspondiam a apenas 4,0% do número total de estabelecimentos, todavia, ocupando 47,3% da área agrícola total.

45 As informações apresentadas neste item foram extraídas de duas fontes bibliográficas: O relatório HIDROSERVICE (1969) e a dissertação de mestrado de Freitas (1999).

Quadro 2 - Distribuição dos estabelecimentos agrícolas por área

Grupos de Área	Estabelecimentos		Área	
	Número	%	Hectares	%
Hectare				
Menos de 2	26	21,14	28,10	1,67
De 2 a 5	38	30,89	122,70	7,29
De 5 a 10	26	21,14	175,40	10,42
De 10 a 15	14	11,38	165,30	9,82
De 15 a 20	4	3,25	66,00	3,92
De 20 a 30	2	1,63	47,20	2,81
De 30 a 50	8	6,50	282,20	16,76
De 50 a 100	2	1,63	142,70	8,48
De 100 e mais	3	2,44	653,70	38,83
Total	123	100,00	1.683,30	100,00

[Fonte: **HIDROSERVICE, (1969)**]

A maioria dos estabelecimentos (48,8%), era explorada em regime de parceria; o restante era explorado pelos proprietários, que utilizavam mão-de-obra dos moradores. Havia, ainda, a exploração feita através dos contratos de renda, pebs parceiros, arrendatários, arrendatários-parceiros⁴⁶ e administradores. Os parceiros e arrendatários-parceiros ocupavam, principalmente os pequenos estabelecimentos.

A força de trabalho predominante na área do DNOCS era familiar, mas estas famílias também utilizavam a mão-de-obra “dos empregados”, elementos externos à família que eram contratados apenas em determinadas épocas do ano, especialmente nos períodos de colheita. Vale dizer que estes contratados, em geral, eram remunerados em dinheiro, em gêneros ou num sistema misto, dinheiro e gêneros. Muitas dessas pessoas contratadas moravam nas casas que ficavam nos domínios dos pequenos sítios, nos arredores da área do DNOCS.

46 Segundo FREITAS (1999: 95), o “arrendatário-parceiro” se diferencia do “parceiro” pela obrigação que o arrendatário tem de pagar ao proprietário uma determinada quantia em dinheiro. Além de entregar parte da produção a este último.

No início da década de 1970, a reestruturação dos Projetos Públicos de Irrigação foi o principal objetivo do Governo Federal, no que se refere ao desenvolvimento do setor agrícola no Nordeste. Claramente, a pretensão do Estado com estes Projetos Públicos era reduzir a vulnerabilidade da agricultura às condições naturais, integrar a agricultura regional ao processo mais amplo de modernização da agricultura brasileira (Graziano da Silva, 1988).

A recuperação da Bacia Hidroagrícola de São Gonçalo e a conseqüente implantação do Perímetro Irrigado teve início com a desapropriação das terras da bacia de irrigação, que não eram de propriedade do DNOCS, seguido de um processo de desestruturação do sistema tradicional de produção e da remoção da população local (Queiroz, 1993: 63). Uma parte das terras ocupadas pelo PISG já era de propriedade do DNOCS, embora fosse explorada por arrendatários que, por sua vez, não apresentaram resistência à implantação do Projeto, tendo em vista que esses rendeiros seriam beneficiados, posteriormente. Já os grandes proprietários receberam indenizações compatíveis com o valor das terras desapropriadas. Após a etapa de desapropriação, o DNOCS iniciou a implantação propriamente dita do Projeto de Irrigação.

2.3.2 - O Projeto de Irrigação do DNOCS

Como já mencionamos, a implantação dos Perímetros Irrigados no Nordeste constava, em detalhes, num dos capítulos do I Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND). O DNOCS e a CODEVASF eram os responsáveis diretos pela construção e implantação dos Perímetros Irrigados, no semi-árido e no Vale do São Francisco respectivamente.

O objetivo do DNOCS era, por um lado, a criação de projetos de assentamento e de produção de tamanho familiar e por outro, transformar as unidades camponesas em produtores capitalistas (Bursztyn, 1984: 80). Então, pela primeira vez o Estado propunha ações com o intuito de fomentar o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, numa região tradicionalmente marcada pelo conservadorismo das oligarquias. Concretamente, estas ações foram postas em prática, através da construção dos perímetros irrigados que compreende as seguintes etapas:

Desapropriação das terras irrigáveis; em seguida, são executados trabalhos de sistematização do solo, de construção dos canais de irrigação e da rede drenagem; uma vez feito isso a terra é subdividida em lotes, segundo a capacidade produtiva média de uma família; finalmente, é implantada a infra-estrutura necessária à ocupação dos lotes (construção de

habitações, rede elétrica, vias de comunicação, comércio, escolas, instalação para administração e para as atividades coletivas, etc). O passo seguinte é a seleção das famílias que deverão ocupar os lotes irrigados, segundo a nomenclatura oficial, os “produtores dos perímetros”, são chamados “colonos ou irrigantes”... (Bursztyn, 1984, 81)

O território de São Gonçalo apresentava uma configuração que favorecia a construção de projeto de irrigação. A recomendação técnica previa a construção de um sistema composto por duas barragens; uma grande, que fecharia o boqueirão de Piranhas na Serra de Santa Catarina, Município de Cajazeiras e uma barragem menor, destinada a ser o açude distribuidor do sistema de irrigação do Alto Piranhas.

A idéia seria de aproveitar a boa localização para a construção de uma barragem, oferecida pelo boqueirão de São Gonçalo, perfeitamente adequada à área cortada pelo rio Piranhas, à jusante da área onde foi construído o açude de São Gonçalo. Ante as condições naturais, estimava-se haver em torno de 10.000 ha de terras propícias à irrigação e, aproximadamente, um volume hídrico potencialmente suficiente para irrigar 9.000 ha, além de ótimas condições geomorfológicas para a construção das barragens. O projeto do açude de Piranhas previa uma capacidade de armazenamento de 590 milhões de m³ d'água, enquanto o de São Gonçalo teria capacidade para 75 milhões de m³ d'água.

Em 1936, o açude de São Gonçalo foi inaugurado com capacidade de armazenar 44.600,000 de m³ d'água, pelo então Presidente da República Getúlio Vargas. Nesse mesmo ano, foi concluída a barragem de Piranhas, com capacidade de 255 milhões de m³ d'água (Foto 1).



Foto 1 - Açude de São Gonçalo

Posteriormente, foram construídas as redes de canais secundários, que levariam a água até às unidades de produção. O sistema de irrigação foi projetado para funcionar por gravidade, através do método de irrigação por inundação e por sulcos. Paralelamente à construção dos canais foi construída a rede viária - estradas e rodagens que dão acesso ao Perímetro (Mapa 3).

Foram também perfurados poços amazonas com a finalidade de rebaixar o nível do lençol freático. Parte da área utilizada no projeto de irrigação foi sistematicamente desmatada para facilitar a distribuição da água, reduzir os riscos de salinização dos terrenos e aumentar a eficiência da irrigação. Desde o início da construção do Projeto, foram identificadas áreas salinizadas dentro do projeto. Nesse momento, o DNOCS adotou medidas como arações, subsolagens, lavagens e a incorporação de corretivos químicos e orgânicos, para recuperar essas áreas (Freitas, 1999: 105).

Gonçalo e a COMECA, que é a Cooperativa dos Técnicos e Empresários de São Gonçalo, além dos laboratórios, da casa de hóspede e o Hotel Catete, (Foto 2, 3 e 4).



Foto 2 - IJAT



Foto 3 - COMECA



Foto 4 - Armazéns da CAMISG

Como já foi descrito na metodologia dessa tese, a área total do PISG é de 4.100 ha, sendo a área irrigável de 3,229,00 ha, e em operação 2.412 ha. A área em operação é dividida em 477 lotes agrícolas, cada um possui uma área média de 4,29 ha que é servido por um canal e um dreno parcelar e uma estrada.

A colonização da área foi amplamente divulgada em rádios e jornais, sem contar com *o boca a boca*, através dos muitos agricultores que já trabalhavam nas vazantes do açude e nas obras de construção do Projeto. A história de que *o governo estava distribuindo terras e casas*, rapidamente se espalhou por toda a região do alto sertão. Os homens pernoitavam em frente ao escritório do DNOCS, em São Gonçalo. A procura era tanta que as pessoas chegavam a formar filas com mais de duas mil pessoas. O procedimento inicial consistia em preencher uma ficha cadastral com as seguintes informações: idade, estado civil, origem, grau de escolaridade e objetivo ou interesse do candidato.

Após ter concluído a construção da infra-estrutura, o DNOCS iniciou o processo de seleção propriamente dito, que incluía os seguintes critérios objetivos⁴⁷:

47 Segundo a Portaria MINTER 02.01.1976, contida nos arquivos do BNB/ETENE, os critérios de

“Idade – os candidatos devem ter menos de 45 anos; capacidade de trabalho – tanto física como moral; estado civil – somente os homens casados podem ser candidatos; número de filhos – pelo menos dois, de maneira que a unidade familiar possa contar com um número de braços capaz de assegurar uma alta produtividade de terra; dedicação exclusiva – os candidatos, uma vez aceitos, não podem ter outra atividade além da de colono; conhecimento de agricultura – apenas candidatos já tendo trabalhado na agricultura seriam aprovados; proximidade – seria dada prioridade aos candidatos que já habitassem na área desapropriada para instalação do ‘perímetro’; alfabetização – não se aceitariam os analfabetos” Bursztyn (1984: 81)

Através da técnica de entrevista o DNOCS podia fazer também uma análise subjetiva dos candidatos. Estes deveriam ser submetidos a uma entrevista com uma assistente social do DNOCS, na qual seriam verificados, dentre outras coisas, o “espírito empresarial” e o senso de responsabilidade de cada um.

Mas, além dos critérios objetivos e da análise subjetiva feita pelas assistentes sociais, outros elementos definidos como prioridades sociais foram considerados no processo de seleção dos candidatos, são eles: a) os proprietários atingidos pela desapropriação; b) os chefes de famílias mais numerosas. Apesar de rígidos, os critérios formais adotados pelo DNOCS, para a seleção dos colonos foram desvirtuados, no sentido que o perfil dos selecionados não era coerente com os critérios de seleção objetivos. As informações contidas nas fichas cadastrais dos colonos revelam que, por exemplo, a maioria dos selecionados era analfabeta e estava bastante habituada a produzir em área de sequeiro. Era uma espécie de saber-fazer característico desse grupo de sitiantes e que, naquele momento, foi considerado menos relevante para o DNOCS. E hoje, é o que fortalece as explicações sobre as causas do ‘insucesso’ do projeto, segundo avaliação do órgão.

Sendo assim, muitos agricultores que residiam na área de São Gonçalo deixaram de ser selecionados porque não atendiam aos critérios objetivos já mencionados. Segundo informações de um colono; *ficou muita gente de fora. Gente que era daqui da irrigação, que até se mudou, dispersou-se por aí. Enquanto isso, veio mais gente de fora do que foi aproveitado do pessoal local.* Muitos proprietários das terras indenizadas também deixaram de

seleção para entrada das famílias nos Projetos de Irrigação eram os seguintes: a) ter a agropecuária como atividade exclusiva; b) ter idoneidade comprovada; c) ser chefe de família; d) ter idade entre 19 e 60 anos; e) ter condições físicas e mentais para o trabalho.

ser selecionados para o Projeto de Irrigação de São Gonçalo. Alguns não o foram por opção própria, por considerarem as normas impostas pelo DNOCS muito rígidas, *semelhantes ao cativeiro dos tempos da escravidão*; outros por não preencherem os critérios definidos na seleção.

A alternativa para muitos dos que não foram selecionados foi ficar na área de São Gonçalo, no acampamento federal, trabalhando nas obras do Projeto. Assim, tiveram preferência no processo de seleção os candidatos que possuíam alguma experiência com operações bancárias ou práticas cooperativistas, o que, provavelmente, facilitaria a absorção das inovações tecnológicas.

A partir do processo de seleção, o DNOCS já se colocava numa posição de superioridade em relação aos irrigantes. Esta hierarquia manifestava-se nos saberes, sobrepondo o saber técnico ao saber do sitiante, nascido na região e acostumado a lidar com as condições do ambiente. E, através da imposição de um conjunto de normas, que regulavam a vida social e todas as etapas do processo produtivo. Pelos critérios oficiais, a pretensão do DNOCS era selecionar agricultores e capacitá-los para o uso de práticas agrícolas mecanizadas, *transformando-os em colonos irrigantes, agentes modernizadores da agricultura*.

Após a seleção foi divulgada uma lista por escrito, contendo os nomes das pessoas selecionadas. No PISG, cerca de 33% dos colonos, contemplados com lote, atenderam aos critérios de prioridade social. A partir daí, se iniciava uma segunda etapa deste processo, que era a entrevista domiciliar, feita por uma equipe de técnicos vindos do Recife, composta por sociólogo, psicólogo, engenheiro agrônomo e economista do DNOCS. A visita domiciliar, segundo os colonos, tinha o objetivo de conferir a veracidade das informações declaradas no momento do preenchimento da ficha cadastral. Nas visitas, avaliava-se, também, a aptidão, o interesse e a vocação dos candidatos. Em alguns casos, especialmente, quando os agricultores trabalhavam como moradores, os patrões poderiam prestar informações, verbais ou por escrito, como se fosse uma carta de apresentação do candidato.

Concluída esta parte, o candidato era convidado a se apresentar ao DNOCS, em dias e horários previamente agendados, para receber o contrato de concessão de uso⁴⁸, que consistia

48 Segundo as Normas de Colonização descritas no Manual de Ocupação Especial, Brasília (1979, apud Queiroz, 1993: 65), quando se encerrava o período de duração do Contrato Experimental, assinava-se o Contrato de Promessa de Compra e Venda, com duração de 25 anos, no máximo, para ser efetuado o

num contrato experimental, autorizando a ocupação do lote e da casa numa das agrovilas, ou núcleos habitacionais, para uso e sem qualquer pagamento por um período de cinco anos. Ao receberem o contrato de concessão de uso, o colono era informado sobre a quantidade de terra que ele poderia cultivar, quais os produtos que deveria plantar, quando colher e a quem deveria vender seus produtos (BIRD/Banco Mundial; 1983). Vencido o período do contrato experimental, as famílias recebiam o contrato de promessa de compra e venda e, a partir desse passavam a pagar parcelas anuais, durante vinte cinco anos consecutivos para, finalmente, receberem o título de propriedade ou escritura definitiva.

O colono selecionado para ocupar um lote no PISG se deparava com uma série de normas pré-determinadas, cabendo a ele seguir prontamente o modelo de comportamento social, econômico e tecnológico formulado pelo DNOCS. A pretensão desse órgão era a formação de um agente produtor com uma mentalidade produtivista, capaz de absorver os mecanismos de uma racionalidade econômica, assentada na concorrência e com pleno domínio dos conhecimentos técnicos inerentes às práticas de irrigação.

Qualquer que tenha sido a origem dessas famílias, a experiência da vida no sítio sitiante, na condição de morador, meeiro, parceiro ou arrendatário foi o ponto de partida para a construção de expectativas e de um projeto de vida. Ainda que essas pessoas não tivessem a noção do que seria viver num projeto de irrigação, elas sabiam, certamente, qual o tipo de vida que não queriam para si. Aqueles que se tornaram colonos, porque eram herdeiros das terras indenizadas, avaliam que a oportunidade de viver numa área irrigada foi importante para melhorar as condições de vida da família.

O DNOCS exigia do colono um comportamento exemplar, sob a alegação de expulsá-los do projeto, caso manifestasse um mau comportamento ou fosse acometido de alguma doença que o impedisse de realizar as atividades previstas. No entanto, os colonos que se enquadravam no modelo de comportamento social, tecnológico e econômico formulado pelo DNOCS tornavam-se uma espécie de colono-modelo e passavam a receber um tratamento especial tanto em termos de assistência técnica como de prioridade na comercialização da produção.

pagamento do lote. A escritura definitiva do lote é o documento que reconhece a posse definitiva da área ocupada, portanto, deverá ser entregue depois de cumpridos todos os contratos anteriores. Atualmente, as famílias do PISG aguardam o título de propriedade que concede a eles o direito de vender, penhorar ou hipotecar o lote.

No que se refere à assistência técnica, os perímetros eram privilegiados. O DNOCS e a EMATER, através de uma equipe de técnicos (agrônomos, veterinários, operadores de máquinas agrícolas etc), que dispunham de máquinas, veículos e recursos para prestarem assistência técnica. Além dessa forma de assistência, o Perímetro contava com uma equipe de assistentes sociais que faziam o acompanhamento cotidiano das famílias que incluía mudanças nos hábitos domésticos e sociais (higiene, gestão do orçamento, estrutura de consumo, lazer, etc). Constata-se que o objetivo dessas ações era promover mudanças no comportamento das famílias, na qual a busca por melhores condições para produzir é um imperativo da ética do grupo familiar e não, apenas, do interesse de acumular (Bursztyn, 1984).

Assim, para o DNOCS, ser colono implicava assumir uma consciência de valorização do produtivismo e uma postura que perpassa as relações sociais pautada no individualismo. Segundo Bursztyn (1984), o individualismo do colono aparece de diversas formas: individualismo fruto da concorrência própria do mercado, individualismo em relação aos vizinhos que também são colonos, fruto da concorrência interna e finalmente, o individualismo da própria estrutura familiar, que impede a divisão do lote e da casa com parentes, mesmo que sejam filhos ou netos.

Como estratégia para capitalizar os colonos e viabilizar a comercialização da produção, o DNOCS decidiu criar uma Cooperativa. E, em 1973 foi criada a Cooperativa Agrícola Mista dos Irrigantes de São Gonçalo LTDA (CAMISG), tendo como função, por intermédio do DNOCS, repassar o crédito bancário e orientar as atividades de comercialização, a compra de insumos industriais e a administração dos irrigantes. Costa (1984: 117), assinala que a CAMISG foi criada de cima para baixo, sendo os colonos obrigados a se filiarem porque esta era uma exigência para que eles pudessem permanecer no Projeto.

Sem conhecer a dinâmica de uma Cooperativa, os colonos entendiam que esse era um meio seguro de captar os recursos necessários para investir na produção. Os colonos produziam com a garantia de entregar a produção a um terceiro, nesse caso, a CAMISG – Cooperativa Mista dos Irrigantes de São Gonçalo, para que esta comercializasse. Após a entrega da produção, os colonos recebiam o pagamento na forma de parcelas⁴⁹. Como a

49 “Parcelas” era o acerto de contas quinzenal feito em dinheiro entre a Cooperativa e os colonos. O valor das parcelas era pago mediante a entrega da produção e depois de feita a pesagem do produto. Além da parcela, a Cooperativa fornecia também sementes, maquinários, tratores, adubos e fertilizantes, Dispunha de técnicos e transporte para escoar a produção. Com a falência da Cooperativa, todas essas facilidades acabaram, ficando os colonos nas mãos dos agiotas, para subsidiar a produção e dos atravessadores, para comercializá-la.

maioria dos cooperados era analfabeta, tornava-se difícil para eles compreender os cálculos, como podemos perceber na narrativa abaixo:

(...) quando a gente começou é como eu lhe disse, a gente só produzia, aí de ano em ano era feita conta, aí o que a gente produzia deixava lá e de lá tirava o do consumo, esse era o que a gente trazia como que já fosse comprado. Era um negócio assim esquisito, era da própria produção da gente vinha pra casa, mas, colocado em riba da conta da gente, aí quando era no final do ano fazia conta e ficava recebendo as parcelas (Sr C. Neto., 66 anos – colono)

A cooperativa, ao mesmo tempo, que funcionava como um “subsetor” do DNOCS era também, um instrumento de coerção do Estado que, impondo seu controle ao irrigante, viabilizava o projeto de “modernização” da agricultura. Embora, alguns lotes tenham sido entregues aos irrigantes com 1,0 ha de banana já plantado, a maioria dos colonos chegou ao PISG sem condição de fazer nenhum investimento. Desse modo, nos primeiros meses das famílias no perímetro, a cooperativa teve que fazer um adiantamento de recursos via empréstimo, para viabilizar a residência delas no Projeto.

Uma das normas básicas da Cooperativa era que todo processo de comercialização deveria ser feito por intermédio dela. Se o colono decidisse vender parte da produção a outros, seria expulso do Projeto. Grosso modo, o resultado desta pressão foi uma adesão forçada dos colonos ao trabalho cooperado, sem que tivessem internalizado e amadurecido, dentro de si, a parceria, a confiança e o companheirismo para empreenderem uma ação coletiva dessa natureza. Além disso, a Cooperativa representava, em certa medida, uma substituição das relações tradicionais de reciprocidade por relações instituídas de “pseudoconfiança” e entre pessoas, muitas vezes, desconhecidas. Portanto, era compreensível que os colonos desconfiassem da idéia de participarem de uma Cooperativa.

A orientação do DNOCS quando a gente chegou aqui era a seguinte: o DNOCS quando a gente veio, que era selecionado, a gente vinha fazer o estágio de 15 dias, aí já aquelas doutoras falava que só ficava aqui se fosse associado à Cooperativa, porque eles já queriam criar a Cooperativa, né?, aí a gente dizia é tá certo, aí a gente foi se associou na cooperativa. Nesse tempo, o DNOCS ajudava muito a gente, nesse tempo tinha muita máquina lá e trator, eu gostava, tinha caminhão, eu gostava muito no tempo que o DNOCS tava aí, e, aí a gente só plantava uma cultura mando pelo DNOCS, o que o DNOCS

quisesse que a gente plantasse, era o que a gente plantava se ele dissesse que era pra gente plantar arroz, tinha que plantar arroz, se dissesse pra plantar tomate, tinha que plantar tomate, banana tudo, era mando por ele... (Sr.M.A.da S., 75 anos – colono).

Trabalhar, produzir e comercializar através de Cooperativa era, para essas famílias, um costume novo. Mesmo assim, todos os colonos aceitaram as normas e assumiram esta nova situação. Observamos na narrativa que o apoio da Cooperativa, sob a administração do DNOCS, ajudou as famílias a construírem esse novo lugar, o PISG. A Cooperativa, assim como o DNOCS, dispunha de pessoal técnico qualificado para dar assistência aos colonos nos lotes. A Cooperativa também se encarregava de contrair empréstimos junto aos bancos a fim de melhorar as condições de trabalho dos cooperados.

No início da década de 80, em meio a problemas financeiros, o DNOCS deu início ao processo de auto-gestão da CAMISG, entregando a administração da Cooperativa aos colonos (Queiroz, 1993:122). Nesse momento, a CAMISG dispunha de um patrimônio significativo, incluindo-se maquinários pesados (tratores e despoldadeiras de arroz), uma frota de carros, caminhões e carretas e, ainda, adubos, sementes, agrotóxicos, fertilizantes. Acrescente-se a isso, um grupo de funcionários especializados aptos a assistir os cooperados nas suas necessidades e uma fazenda no Piauí, a qual ninguém soube informar quantos hectares possui.

Os colonos, nas narrativas, reconhecem que não estavam preparados para assumir este processo. Mesmo assim, tomaram, para si, a responsabilidade de administrar a Cooperativa. No início dos anos 80, houve redução dos recursos federais destinados à manutenção do PISG e os irrigantes insatisfeitos com a postura do DNOCS à frente da Cooperativa, começaram a vender sua produção aos atravessadores locais. Em 1982, a CAMISG passou a ser gerida por uma diretoria eleita e composta pelos próprios irrigantes. Juntamente com os bancos, a diretoria passou a fazer investimentos, aplicações e outras transações, como a compra dessa propriedade no Piauí. Usando o nome dos sócios cooperados, a diretoria da CAMISG contraiu diversos empréstimos.

A partir desse momento, sucedeu-se uma série de desmandos administrativos, a exemplo do desvio de empréstimos. A situação da Cooperativa foi se agravando e depois de alguns anos foi decretada a sua falência. As investigações para apurar as causas da falência apontam, como culpados, a gerência do Banco do Nordeste e alguns dos diretores da Cooperativa, que foram responsabilizados pelos problemas que levaram a Cooperativa à bancarrota. Ante esta situação, os colonos mostraram-se impotentes no sentido de encaminhar

alguma solução. Atualmente, os colonos estão impedidos de pleitear crédito bancário, o que restringe a produção.

Logo que a Cooperativa decretou falência, os credores trataram de saldar parte das suas dívidas, apossando-se dos bens. As famílias, até hoje, afirmam não entenderem como a CAMISG chegou a esta situação. Os informantes revelaram que, inúmeras vezes, os diretores chegavam às casas dos sócios, à noite, para colher assinaturas, alegando que eram necessárias para receber algum recurso dos bancos. Sem saber ler e, em alguns casos, sem conseguir enxergar bem, os colonos assinavam documentos, cujo teor desconheciam. Atualmente, a Cooperativa e, por conseguinte, todos os colonos, associados são inadimplentes junto ao Banco do Nordeste e ao Banco do Brasil, como assinala a narrativa que segue:

Crédito aqui acabou, devido aos problemas da cooperativa se isolou, nós estamos isolado do planeta terra, nós como agricultor. Tem que resolver os problema do Banco com a Cooperativa, porque o maior problema de São Gonçalo hoje, aqui, é todo mundo endividado em Banco, sem saber o que fazer e o pior de tudo é que ninguém se endividou por conta própria é tudo enrolada de banco com a Cooperativa, má administração é tanta coisa e envolveu toda sociedade. Hoje, são mais de mil famílias aqui, tudo complicada por causa disso e entra ano e sai ano ... a maioria num sabia nem a causa, né?, Porque hoje está nessa situação, a maioria do povo daqui era tudo analfabeto, um povo, um pessoal tudo criado em pé-de-serra, beira de açude essas coisas, num tiveram acesso a estudo chegou numa certa idade sem saber lê, sem nada, aí tudo que vinha aceitava, assinava e hoje só uma intervenção federal mesmo pra vê. Na federal, já tá os processos mais é muito difícil, é gente grande envolvido, peixe grande envolvido a dívida também muito alta (J.R., 37 anos – filho de colono)

Segundo relato dos colonos, a falência da Cooperativa abalou profundamente as condições econômicas, sociais e morais das famílias. Um elemento interessante para pensar a importância da CAMISG, tanto para o Perímetro, quanto para o município de Sousa, são os dados da Junta Comercial do próprio município e da Recebedoria de Rendas do Estado confirmando que, no início da década de 80, quando o Projeto estava em pleno funcionamento, produzindo, comercializando e exportando para outros estados da região Nordeste, o município de Sousa chegou a ser a terceira receita em contribuição de ICMS do Estado da Paraíba. No entanto, depois da falência as famílias tiveram que criar estratégias para financiar a produção. Aquelas que não dependiam inteiramente da Cooperativa se adaptaram mais facilmente à nova

realidade; para outras, a saída encontrada foi tomar dinheiro emprestado aos agiotas, alguns dos quais são colonos, que gozam de melhor situação financeira e que, por disporem de mais recursos, exploram, através da agiotagem, aqueles que não possuem meios para custear a produção.

Segundo os informantes, algumas atitudes tomadas pelo DNOCS nunca foram muito explicadas, uma delas está relacionado à criação de animais no Perímetro. No primeiro momento da ocupação do Projeto, era proibida a criação de animais, uma vez que não havia áreas nos lotes disponíveis para estas atividades. Num segundo momento, com a criação da Cooperativa Mista dos Irrigantes de São Gonçalo – CAMISG, o DNOCS decidiu liberar a prática coletiva da pecuária numa determinada área da Cooperativa e sob o controle desta. Esse trabalho de pecuária era feito em regime de mutirão cada colono teria que deixar as atividades no seu lote para dedicar algumas horas do dia às atividades de pecuária, o que gerou muito descontentamento por parte dos colonos.

Os argumentos utilizados pelo DNOCS para convencer os colonos a participarem desse sistema não eram suficientemente convincentes. O DNOCS alegava que o Banco não financiava um sistema individual de criação, o que forçava os colonos a aceitarem o trabalho coletivo. A estratégia utilizada pelo DNOCS, nessa situação, influenciou para que os colonos se tornassem avessos à experiência do mutirão. Já as práticas espontâneas de ajuda entre as famílias, como os empréstimos de ferramentas e equipamentos domésticos são percebidas pelos informantes como algo positivo.

Com a Cooperativa, praticamente, sem funcionar, os colonos se tornaram ainda mais dependentes dos atravessadores. A crise que se abateu sobre a CAMISG, culminando com sua falência, foi interpretada por alguns colonos como a conquista de uma suposta “autonomia”, ainda que relativa e precária. O fato é que, simbolicamente, estes puderam decidir sobre a sua produção, podendo organizar o lote e comercializar os produtos com quem quisessem, assim como, destinar 20% da área dos lotes aos cultivos de subsistência e criar duas vacas, em média, para assegurar o consumo do leite da família.

No entanto, para outros, a falência da Cooperativa representou a volta aos tempos da dependência, sendo essa manifestada na relação entre os colonos e os “agiotas”, indivíduos que emprestam dinheiro a juros exorbitantes, para financiar o plantio e os “atravessadores”, que determinam o preço dos produtos, e conseqüentemente, desvalorizam o trabalho.

Atualmente, além desse problema, as famílias enfrentam outras dificuldades, como a incidência de pragas e doenças que atacam os principais cultivos e assolam o projeto; o

problema de saís nos solos, que permaneceu sendo um fator limitante da produção e o problema da insuficiência dos recursos hídricos para manter as culturas irrigadas. Todas estas questões prejudicam as condições da produção e, por conseguinte, a qualidade de vida das famílias.

A falência da Cooperativa e o conseqüente endividamento dos cooperados têm sacrificado a maioria das famílias. Sem possibilidades de investir e dinamizar as atividades produtivas, as condições de trabalho no PISG se tornam muito difíceis. Mas, apesar da experiência de trabalho no sistema de Cooperativa ter frustrado as expectativas de muitos dos cooperados, outros colonos, apoiados em aspectos mais subjetivos, recordam com saudades os tempos bons da Cooperativa, por exemplo, o dia em que iam receber as “parcelas” Era o dia do grande encontro, quando todos se reuniam, conversavam, brincavam uns com os outros e compartilhavam as dificuldades enfrentadas no trabalho e na nova vida nos núcleos.

Os colonos avaliam que, além das perdas materiais, a falência da Cooperativa provocou desgaste nas relações de amizade e confiança entre as famílias, ameaçando a própria sociabilidade do grupo. Sem confiança torna-se, praticamente, impossível qualquer movimento na direção de uma ação coletiva mais eficaz para o grupo. As famílias, neste caso, tiveram que pensar e agir individualmente, o que dificulta a formulação das demandas e, conseqüentemente, a solução dos problemas.

Analisando os critérios de seleção concluímos que a pretensão do DNOCS, desde o início era transformar famílias habituadas à agricultura de subsistência, que utilizavam técnicas rudimentares, em agricultores especializados, que passariam a adotar de modo intensivo, técnicas modernas, adaptadas aos novos rumos da produção de frutas para o mercado. Para concretizar esse projeto, como já afirmamos, o DNOCS desconsiderou os conhecimentos que as famílias traziam consigo. Como se fossem seres sem história, nas quais seria projetado um novo estilo de vida.

A divergência de expectativas e interesses do DNOCS e das famílias sitiantes provocou uma tensão especial que se instalou, desde a colonização da área, perpassando o cotidiano das famílias. Esse processo de estilização que consiste na interiorização objetiva das condições de existência, começa a adquirir um novo sentido a partir do nome – colono, irrigante – um termo que subentende a incorporação de papéis e status.

Mas, para aqueles sitiantes que não tinham terra e viviam sem perspectivas, a possibilidade aventada pelo DNOCS representou a concretização do sonho de ter terra e água para trabalhar. Entretanto, como poderemos analisar nos capítulos seguintes, de modo algum

esse sonho implicava numa ruptura com um passado orientado pelos valores de uma ética camponesa. Nesse sonho estava incluído o fortalecimento de aspectos como a família e o trabalho. Assim como, as possibilidades para reproduzir e dar continuidade aos valores que traduzem a qualidade de vida das famílias colonas do PISG.

Como anunciamos na hipótese deste trabalho, a qualidade de vida dessas famílias é definida no curso de uma trajetória, que reforça a continuidade dos valores e de uma ordem moral internalizada na vivência como sitiantes e ao mesmo tempo, na capacidade de adaptação dessas famílias ao um novo estilo de vida, inerente à condição de irrigantes. Assim sendo, é necessário descrever as características do sítio, enquanto espaço de vida social.

CAPÍTULO 3

A VIDA NO SÍTIO E OS PROJETOS PARA O FUTURO

Quando aqueles com quem estive dialogando nestes dias passam comigo de uma lógica de ordem econômica (a de valor de uso) para a de uma ordem ética (a do uso como um valor) é sobre estes fundamentos que eles parecem falar. (...) a todo o momento relaciona de muitas maneiras mediações de transações vividas intensamente dentro de um micro universo cotidiano em que o eixo social é a família, cujos membros de uma prática quase tudo fazem e em nome de quem a cada dia tudo se faz (Carlos Rodrigues Brandão, 1999: 168).

O objetivo deste capítulo é analisar a organização interna do sítio como espaço social, de onde veio a maioria das famílias colonas. A experiência de vida, caracterizada por um passado como sitiante, permitiu que as famílias colonas internalizassem elementos de uma lógica simbólica, de natureza camponesa. E é a continuidade dessa experiência que os sitiantes vão buscar no modo de vida como colono irrigante, através de um novo equilíbrio, mantendo a relação entre família, propriedade e trabalho, porém, re-significando esta tradição camponesa (Wanderley, 2003), nesse novo espaço - o PISG.

Por essa razão, muitas famílias – vindas, especialmente, dos sítios Exu, Cajá, Paquetá ou Assento da Pedra - enfatizam em suas narrativas que *aqui é o lugar onde eu nasci e me criei*. O sítio que emergiu da memória destas famílias é um lugar lembrado pelas dificuldades, retratadas em expressões como, *seca, tempo escasso, consumo limitado, incertezas, inseguranças e subserviências*. Mas também, onde era possível botar um roçado, produzir e criar o necessário para a sobrevivência do grupo. Assim sendo, o sítio, presente na memória

das famílias, é um lugar marcado por contradições, precariedades, e por razões práticas, que no PISG vão definir a qualidade de vida das famílias.

3.1 - A vida no sítio: família, trabalho e vida local

Desde o início da pesquisa, tínhamos consciência de que o recurso da memória poderia ser uma ferramenta útil para obter as informações sobre a vida das famílias do PISG, mas também uma armadilha, na medida em que os dados revelados são provenientes de uma seleção de elementos significativos, desvelados no emaranhado de fios que fazem parte de uma trama social, que é a própria vida dos informantes. É exatamente a partir de um fragmento de memória que daremos início à análise dessa trajetória.

Os meus pais moravam aqui mesmo, nessa área de São Gonçalo e é nessa área que nós estamos hoje. Isso aqui nos tempos de meus pais se chamava Sítio Cajá é... (responde bem pensativo como se estivesse revivendo a infância) Sítio Cajá. Então isso aqui era muito desabitado, nessa época tinham aproximadamente 50 a 60 proprietários. Esses proprietários eram donos dessa área de irrigação todinha, salvo uma área que era do DNOCS, específica do DNOCS e que ficava aqui em São Gonçalo. Mas, aqui pra baixo, tudo era de proprietário. Meu pai tinha 25 braças de largura, naquele tempo chamava-se braça né? E a propriedade do sítio Cajá era do rio à central que é mais ou menos uma extensão de uns 03km né?, Naquela época só se plantava arroz e muito pouco, naquela época não tinha mangueira, não tinha coqueiro, as culturas permanentes não tinha nada, só banana assim mesmo banana maçã. Pois bem, então aconteceu o mal do Panamá e essa banana desapareceu da irrigação. Aí, foi introduzida a banana nanica, então todo mundo começou a plantar a banana nanica. Aí foram se evoluindo e surgiu Seu Ticha e Dona Amélia, que era um dos proprietários mais antigos, eles fizeram um sitiozinho de mangueira, de coqueiro e foram modificando a situação da cultura do sítio deles (...) (Sr. L.R., - Primeiro colono selecionado para o PISG)

Todo esse processo de construção teve início no Sítio Cajá, uma área que pertencia a uns 50 ou 60 proprietários. Este terreno correspondia à maior faixa de terra que foi desapropriada para a construção do Projeto e de onde se originaram algumas das famílias que fizeram parte do grupo de informantes desta pesquisa. Na maioria das falas, a referência feita ao sítio está relacionada, exatamente, ao Sítio Cajá, de propriedade do Sr. João Casé. Como já o dissemos, muitas famílias vieram de outros sítios que ficam na área rural dos municípios

circunvizinhos, entre estes, Pombal, Santa Cruz, Nazarezinho, Marisopólis, São José da Lagoa Tapada e o Lastro.

Naquela época, segundo relato transcrito do colono, o arroz era a cultura predominante em São Gonçalo, não havia ainda o plantio de frutíferas. A única cultura permanente era a banana maçã. Esta espécie foi acometida por uma praga conhecida como mal do Panamá, que inviabilizou o seu cultivo, razão por que, em seguida, foi iniciado o plantio da banana nanica. Anos depois, na década de 40, um casal, conhecido por Seu Ticha e D. Amélia, resolveu fazer um sítio de manga e coqueiro, o que modificou o tipo de cultura praticada naquela área, ou seja, foi introduzida a fruticultura, embora, esta não fosse irrigada.

Dos sitiantes que já viviam em São Gonçalo, poucos eram pequenos proprietários das terras. A maioria, no entanto, trabalhava como, moradores, parceiros, arrendatários. A condição de morador, parceiro ou arrendatário implicava na existência de um patrão, para cuja lavoura deveria ser dada prioridade, em detrimento da própria roça.

Trabalhando alugado ou como morador, não havia como planejar o futuro, porque, a qualquer momento, a família poderia ser expulsa daquela terra. Geralmente, a pressão para deixar a terra acontecia em consequência da morte dos patrões ou por ocasião da venda da terra e/ou dos animais. Muitas vezes, a relação de compadrio, entre o morador e dono da propriedade, era uma estratégia para criar laços e afinidades, em virtude dos quais, a dispensa do morador era adiada ou evitada, como narra um informante:

Hoje, na época que nós estamos, pode dizer que não tem mais patrão, porque os patrões não considera mais. É melhor trabalhar no lote. Mas, o dono da terra que nós trabalhava de morador era muito bom, era desses ricos sem bondade. Eles gostavam da gente e às vezes dizia: 'cumpadre, sua família quem criou a minha e eu criei a sua também. Nós só se separa se for por morte, se eu morrer você me enterra, e se você morrer eu lhe enterro, nós num vamos se separar nunca, porque eu num posso botar pra fora, porque já é muitos anos que vocês moram comigo, são quase donos da terra, vocês já podem me mandar'. Dizendo naquelas brincadeiras, e assim aconteceu... . Quando papai morreu, mamãe veio morar na rua, tinha uma casa na rua. Também ela já tava doente. Ficou melhor pra se tratar, inda hoje é assim (F. M. Silva., 74anos – esposa de colono)

O compadrio significava uma maneira de ampliar as redes de solidariedade. Quando o patrão e o empregado se tornavam compadres, esse compromisso implicava também na criação de laços que, de certo modo, asseguravam a permanência do empregado e de sua família naquela propriedade, mesmo que o patrão viesse a enfrentar dificuldades financeiras. Nos estudos feitos por Woortmann (1995) e Godoi (1999), a relação de compadrio implica também na incorporação de um sentimento de proteção e pertencimento por parte do afilhado e de sua família em relação ao padrinho. Essa situação é ilustrada em certas expressões que identificam as pessoas: *Francisco de João Casé*.

Em geral, as relações de trabalho experimentadas no tempo do sítio, baseadas na subserviência, possuíam uma dinâmica que levava os sitiantes a organizarem primeiro o que pertence ao patrão e, só depois, fazer algo por si. Garcia Jr. (1988), ao analisar a condição de “sujeito” do sitiante paraibano, em oposição à do agricultor “liberto” afirma que as expressões “sujeitos e libertos”, originalmente, refletem a oposição, material e simbólica, presentes nos discursos dos trabalhadores rurais. Ao descreverem suas trajetórias sociais, esses indivíduos revelam as mudanças ocorridas no modo de residir, nas relações de trabalho e nos espaços sociais, recorrendo sempre a expressões sujeitos e libertos para indicar as posições sociais dos agentes.

De modo amplo, pode-se dizer que a relação de sujeição significa uma forma de dominação permanente do patrão sobre o morador e a disponibilidade constante do morador para com o patrão. O liberto é uma espécie de reconversão da posição de sujeito, que tem início com o aparecimento do sindicalismo e de um novo contexto institucional, que possibilita aos moradores liberarem-se das obrigações e da submissão dos senhores.

Palmeira (1997) analisa o significado das relações entre casa e trabalho na Zona da Mata de Pernambuco e explica que o sistema de moradia não está relacionado, apenas, ao fato de residir e trabalhar num mesmo lugar. A moradia é uma maneira específica de se relacionar com o proprietário, que inclui as condições da casa, o usufruto de um terreiro e a autorização para botar um roçado, dividindo o tempo entre o trabalho no engenho e a sua própria roça.

Além da moradia, o arrendamento foi outra relação de trabalho experimentada pelos sitiantes. Segundo Heredia (1979), na Zona da Mata pernambucana, o arrendamento era estabelecido, geralmente, por dois anos. Diferentemente da renda, o foro, que era outro tipo de contrato, baseava-se no pagamento anual feito ao proprietário. De qualquer modo, a grande diferença, entre essas relações de trabalho é que o foreiro e o rendeiro conservam sua condição

de “libertos”, enquanto que o morador e o trabalhador assalariado são considerados “sujeitos”, subjugados ao patrão, sem oportunidades e sem perspectivas de futuro.

Nesses sítios, muitas vezes, confunde-se a idéia do patrão com o padrinho ou o quase parente. O patrão é o dono da propriedade, uma espécie de protetor. Geralmente, o morador podia plantar o necessário para a subsistência da sua família e criar pequenos animais, mas deveria, primeiro, cuidar da propriedade e dos interesses do proprietário (patrão) e só depois poderia dedicar-se ao seu roçado. Caso houvesse algum acordo entre o patrão e o empregado sobre pagamento ou remuneração, este poderia ser adiantado e descontado no dia do pagamento.

Na condição de morador, estas pessoas ganhavam pouco e não possuíam casa nem terra. *Ninguém pegava em dinheiro*. Já quando trabalhavam como diaristas, o pagamento era praticamente imediato. Tão logo terminasse o serviço, o patrão pagava o valor acordado. Em qualquer dos contratos, era necessário trabalhar, obrigatoriamente, todos os dias para ganhar *ao menos o de fazer a feira*. Observemos a narrativa:

O patrão, que eu morei com ele, melhor do que ele não tinha. Podia ter igual. Num era homem que vivia olhando pro que a gente fazia, tomando o que era da gente, não. Mas, por exemplo, trabalhava a semana todinha. Do sábado pro domingo fazia a feira. Na segunda-feira, ia começar a mesma coisa. Num sobrava nada, nem tinha um legume em casa pra comer, se precisasse dum remédio tinha que falar adiantado que em dinheiro mesmo não pegava. Era o da feira e mal, tinha que trabalhar mesmo, se falhasse um dia num dava pra fazer a feira... Hoje em dia não, hoje em dia a gente trabalha, tem dificuldade, mas, sempre é melhor, porque o que a gente pega é da gente. Trabalha lá no que é da gente mesmo, né?, Onde a gente criou os filhos tudinho. Se fosse como antes eu não sei como era não, eu acho que já tinha era morrido (C.N., 66 anos - colono)

Entre os sitiantes de São Gonçalo, além da morada, outras formas de relações de trabalho foram vivenciadas por estas famílias, como a meia e a renda. A meia consistia num tipo de contrato, no qual a exploração da terra era feita pelo trabalhador e metade do que era produzido entregue ao patrão. No caso da renda, o contrato era feito nos seguintes termos: o trabalhador tinha o direito de explorar a terra, produzir e ‘lucrar’ nela por um período de dois, três ou cinco anos. Ao final deste tempo, o rendeiro teria que pagar o valor acordado, em contrato, ao proprietário da terra, além de devolvê-la nas condições em que lhe foi entregue.

Observemos a narrativa de um informante sobre a experiência de arrendamento feita por seu pai:

Eu nasci no sítio Pedrecal dos Mendes, né. Meu Pai fez uma renda nesse sítio em 35. Até 35, ele morava com os Mendes. O meu pai, quando eu era pequeno, aí ele fez essa renda. Aí, a gente veio pra o Juazerinho aí aconteceu que os donos do Juazerinho, que é o Pai de Pedroza, ele faleceu aí ficou pra dois o pedaço de terra lá, que era Pedroza e Beata, que era a mulher de João Raimundo. Aí ficou. Esse Pedroza era um rapaz solteiro e eu tinha uma irmã também solteira, aí aconteceu dele casar com a minha irmã. Aí meu Pai, no ano de entregar a renda, meu pai morreu... Essa renda era assim: você arrenda uma propriedade por tantos anos. Eu não lembro o total em dinheiro, que eu era criança nessa época, nem o ano. Eu sei que completava a renda em 42. Em 42 ele já ia entregar a renda né. Aí ele morreu. O menino já tinha casado com a minha irmã. Aí eu fiquei, eu já tava lá, aí fiquei com ele, me casei aí fiquei com ele. Até vim pra cá fiquei trabalhando com meu cunhado (Sr. M. A. de Sousa., 75 anos colono)

As condições de vida (habitação, educação e saúde) dessa população dos sítios, eram marcadas pelo baixo padrão. Em geral, as casas eram de taipas, chão batido e sem saneamento, não dispoñdo de água encanada, nem energia elétrica. Escolas, praticamente não existiam na região, o que explica o índice de analfabetismo superior a 40%, então registrado. A taxa de mortalidade infantil foi estimada em 205 por mil. (Fonte: Queiroz, 1993).

Com frequência, aconteciam mortes, principalmente, de crianças recém-nascidas. As causas dessas mortes, nem mesmo as mães souberam responder. Algumas ainda explicaram que as causas mais comuns foram: o nascimento dos dentes, dor de barriga, ou porque a criança havia nascido laçada. Na maioria das famílias vindas dos sítios, a quantidade de filhos vivos e criados corresponde a 50% do número de vezes que essas mulheres e mães de família engravidaram. Segundo relato de uma informante: *nasceram 12 filhos e morreram 06 de nascimento de dente, morreram tudo novinho.*

Nos sítios, as famílias eram geralmente nucleares e numerosas, formadas pelo pai, pela mãe e por doze, quinze, até dezoito filhos. A demanda de trabalho exigia o sacrifício de todos os braços do grupo doméstico. Diante desse contexto, ainda que houvesse escolas, o trabalho árduo da roça, no sertão árido, aliado às dificuldades geográficas (rios, morros, distâncias e a escuridão da noite) e as irregularidades de chuvas, inviabilizava o estudo dos filhos. Talvez, por essa razão, o estudo dos filhos tenha se transformado num objetivo a ser perseguido.

Percebemos nas narrativas que o estudo, para essas famílias, é a expressão de um bem desejado por todas e importante para sua qualidade de vida.

A gente sempre pensou em dá estudo aos filhos né, Mesmo depois de casado eu inda tentei com eles, mas não quiseram mais não. E já depois de casado num ia forçar né?D. Neves continua: Só a minha filha mais velha é formada, em professora né. Mas, esse que veio aí e outro que tá em casa, depois de casado inda estudaram, mas depois disse que num tinha condições de trabalhar e estudar. Mas, assim mesmo antes deles casar só ia pra roça de meio dia, porque eu dizia: 'você tem que estudar'. De manhã ia pra roça, a tarde já não ia mais. Porque eles estudavam em Sousa, ia cuidar em fazer uma tarefa, fazer uma coisa e eu disse: 'depois de casado vocês podem continuar estudando, que o que eu puder fazer eu faço. Mas, não quiseram de jeito nenhum (Sr. C., N 65 anos – colono)

No sítio, a base econômica era a policultura de subsistência. Plantava-se no sequeiro, o que, segundo as famílias, era inseguro, pois, deixava-as vulneráveis às mudanças do clima. Nessa situação, elas teriam que plantar apenas no período de inverno (das chuvas), e armazenar em silos e depósitos o máximo que podiam, porque, nos meses e anos seguintes poderia se instalar uma nova seca. Como todo camponês, esses sítiantes também apresentam uma economia, cuja racionalidade está baseada no “aprovisionamento”, que como explica Pietrafesa (1999: 91), tomando como base a leitura de Shalins (1970), ou seja, o provisionamento é uma forma de produzir que não se restringi apenas à produção para uso, mas também, produzir para trocar e para obter direto e/ou indiretamente os bens que não produzem.

Nos períodos de estiagem, não havia água suficiente para atender às necessidades domésticas (lavar, cozinhar, limpar a casa e fazer a higiene pessoal) nem para manter a “miunça”, animais de pequeno porte, cuja carne servia de mistura para complementar a dieta alimentar. Animais de grande e médio porte como gado, caprinos e ovelhas, criavam-se em quantidade bastante reduzida, porque além da falta de água, havia também a dificuldade de conseguir grãos, ração e pastos para alimentar os animais. No tempo da seca, *andava-se léguas em busca de alguma área verde e de cacimbas ou poços que tivessem uma sede d'água ou qualquer sinal de umidade.*

Mesmo assim, quando o ano era bom de inverno, não significava, necessariamente, que a colheita estava assegurada, uma vez que os reservatórios de água eram pequenos, por isso, era necessário racionar o uso da água para suprir a carência nos longos períodos de estiagem. E quando chegava a seca, a alternativa era a migração para os centros urbanos ou o alistamento nas chamadas frentes de trabalho, *a emergência*.

Como já o afirmamos, as relações de trabalho se caracterizavam pela exploração e subserviência e em casa, as privações eram muitas. Segundo os colonos mais antigos, *o pior mesmo era trabalhar e nunca ter nada*. O ‘lucro’ obtido com a venda dos produtos pertencia sempre ao patrão, não havia como pensar na criação dos filhos, nem como planejar o futuro, oferecer-lhes oportunidades para desenvolver habilidades, aptidões e construir seu próprio destino. Nesse sentido, o trabalho na irrigação abriu os horizontes dessas famílias. Observemos a narrativa abaixo:

Olhe, mudou porque é o seguinte, eu trabalhava no Maranhão era muito bom, mas, por outro lado, a agricultura de sequeiro é uma agricultura que além de não ter valor tá entendendo é uma cultura incerta, especialmente, nas épocas difíceis. Então, o seguinte à cultura irrigada é uma cultura certa, você tem seu pão certo, tá entendendo, porque tendo água tá tudo certo. Eu é como eu já lhe disse, eu me sinto bem sucedido graças à Deus, não tenho do que reclamar não. Eu tô muito feliz, Deus nunca me deixou faltar o necessário, a roupa, a alimentação. Meus filhos, hoje se num estudaram até onde eles quiseram é porque não quiseram. Mas as minhas filhas as mulheres só tem uma que não fez pedagógico, as outras todas fizeram e não continuaram a estudar porque não quiseram. Os homens inda estudaram até o 2º grau. Hoje, é que eu vejo que a vocação deles é roça mesmo. É tanto que todos eles trabalham na agricultura (Sr. L. R., - Colono)

Na maioria dessas famílias sitiadas, o chefe não tinha condições de prover o sustento. A grande maioria não tinha acesso ao crédito bancário. Sem terra e sem capital para investir em outro sistema de produção, as famílias praticavam predominantemente a agricultura de subsistência, utilizando, basicamente, a força de trabalho familiar. As técnicas utilizadas caracterizavam-se por um incipiente grau de mecanização, o que resultava em pouca rentabilidade.

As mulheres e os filhos então ajudavam trabalhando na roça, dividindo o tempo entre o trabalho da casa e o roçado, onde faziam o serviço maneiro: limpar o terreno com a mão, plantar e colher. No tempo do sítio, a terra era boa e a produção diversificada, dispensando o uso de agrotóxicos. Havia uma interação baseada no *afeto da terra*⁵⁰ que mantinha o equilíbrio entre a natureza e os homens. Essa interação foi ressaltada, positivamente, pelas famílias que enfatizaram as “boas” qualidades dos solos, dos frutos e até do clima, apesar das estiagens.

Apesar dos profundos limites ao exercício das atividades na roça, esses agricultores, enquanto moradores e rendeiros, podiam, mesmo que precariamente, tomar iniciativas relativas ao processo produtivo, priorizando sempre o plantio daquilo que era necessário para satisfazer as necessidades de consumo do grupo familiar. Nesse caso, os produtos cultivados eram: o feijão, o milho, a mandioca, e as culturas de vazante. E apesar das dificuldades, criavam a “miunça”: galinhas, porcos, bodes, que serviam de “mistura” para as refeições mais reforçadas nos fins de semana ou quando recebiam visita.

No sítio, com formas e arquiteturas diferentes, existia o espaço da reza, da escola, da cura, do lazer, tudo isto vivido “numa proximidade máxima da natureza” e numa distância relativa entre as casas dos parentes e vizinhos. Entretanto, a sociabilidade definida pelo prazer da interação era muito forte, porém bastante limitada ao espaço interno do sítio. Mas, o sítio longe de ser uma cápsula protetora do camponês, que o condena a levar uma vida miserável, é um espaço legítimo de reprodução de uma ordem moral relativamente endogâmica, que prioriza o bem-estar do grupo, o que não exclui sua participação no mercado, especialmente nos mercados locais das feiras livres, onde sua presença é particularmente visível.

As características da sociabilidade no sítio, descritas pelos informantes, guardam grande semelhança com aquelas registradas nos trabalhos sócio-antropológicos realizados por Maria Izaura Pereira de Queiroz (1973), Antônio Cândido (1964), Lia Fukui (1979), Klass Woortmann (1988), Carlos Rodrigues Brandão (1995) e Ellen Woortmann (1997). Em todos eles, a vida social no sítio é retratada como um lugar em que a família está diretamente integrada à lógica simbólica do trabalho, sendo este lugar constituído por um conjunto de espaços articulados entre si.

50 No texto utilizamos a expressão “O afeto da terra”, que corresponde ao título de um dos livros de Carlos Rodrigues Brandão (1999: 63), por entender que ela traduz o significado da terra e do trabalho na roça para aqueles que dela tiram os meios da sua sobrevivência. Assim, ao perguntar a um informante do bairro Chapéu Grande por que ele já aposentado, dedicava horas do dia a trabalhar no quintal ou mesmo no terreno dos outros? Brandão afirma que obteve a seguinte resposta: ‘ eu planto porque fiz isso a vida toda e tomei gosto pelo ofício’.

Ante essa realidade, a vinda para o PISG resultou em profundas e significativas mudanças na situação econômica, cultural e simbólica das famílias selecionadas para o Projeto de Irrigação. Estas mudanças permitiram que, de fato elas pudessem desenvolver, mais amplamente, capacidades e potencialidades, assim como construir argumentos embasados em princípios que definem a sua qualidade de vida, como revela a narrativa que segue:

Eu me inscrevi pra ser colono, aí nós viemos em dezembro. E aqui melhorou muito a vida, graças à Deus e vem melhorando, pelo menos as meninas são tudo empregada, me ajudam muito também. Eu sou aposentado, a velha também e tamo com a vida ganha. Graças à Deus tem o lote, tem uma casa, crio um gadozinho... (Sr. A. G. da Silva., 72 anos – colono)

Nossa hipótese inicial, a esse respeito, é de que estes sitiantes escolheram se tornar colonos irrigantes, num processo de “negociação” com o Estado, em troca da obtenção de bens materiais e simbólicos, da garantia do acesso à terra, à moradia, à infra-estrutura de irrigação e aos serviços sociais. Pode-se, assim, de uma certa forma, afirmar que, para as famílias, esse negócio por um lado, envolvia a proteção do Estado e o reconhecimento público dos colonos irrigantes como sujeitos de direitos. Por outro lado, as famílias acreditavam na possibilidade de através do seu trabalho dar continuidade ao projeto camponês, ainda que o contexto fosse um perímetro irrigado. Tudo isso representava um “negócio”, no sentido analisado por Klaas Woortmann (1990).

Na qualidade de agente, os chefes de família fazem escolhas e tomam decisões baseadas no sentimento de autoconfiança no saber do grupo, como também, num certo cálculo prevendo finalidades e objetivos, o que se revelou na decisão de se tornar irrigante. Estes sitiantes fizeram essa opção, motivados pela possibilidade de melhorar as condições de vida da família e com o esforço dela própria. Claramente, representado pelo desejo de ter um pedaço de terra, onde pudessem planejar o futuro, dando continuidade tanto ao grupo familiar, quanto ao patrimônio. As expectativas das famílias, numa vida nova e dentro de um espaço como um Projeto de Irrigação será objeto de análise no próximo item.

3.2 - As expectativas dos sitiantes em relação ao PISG

Nos trabalhos etnográficos realizados por Brandão (1995), Woortmann (1997) e Queiroz (1973), o sítio é um espaço simbólico no qual os homens constroem uma forma original e livre de viver. Para as famílias do PISG, como já o descrevemos, o sítio é um espaço de contradição: por um lado, ele é gerador de estruturas e valores tradicionais que merecem ser

preservados (honra, obediência, respeito, espírito coletivo, solidariedade); por outro, é a expressão concreta da subordinação e da insegurança, traduzidas pela vulnerabilidade constante a que eram submetidos as famílias, ora por causa das estiagens, ora por causa da expansão da grande propriedade.

Para a maioria dos colonos no PISG, a experiência como sitiante, anterior à instalação no Perímetro, foi o ponto de partida para a idealização de um projeto coletivo cujo significado só pode ser compreendido mediante a análise da própria trajetória de vida, como o revela a narrativa que segue:

Meus pais já são daqui de São Gonçalo, eu nasci aqui e me criei aqui, casei aqui também, em 58. Aí foi nasceu 02 filhos aqui Marília e Nita, aí os outros já nasceu lá, no sítio. Aí vim de lá pra cá, lá trabalhava em roça era um pedacinho de terra nosso, aí quando ele passou pra ser colono nós vendemos. Lá era um pé de serra. Aí quando João passou pra ser colono viemo pra qui pronto, aqui é outra vida, é o céu, porque aqui fiquei perto da família também, olhe se eu tivesse ficado lá num tinha me aposentado né?, E hoje já sou aposentada, foi tudo bem facinho, criei meus filhos tudo aqui, desde pequeno levando tudo pra o lote, hoje já são tudo criado. Lá no sítio era desabitado, esquisito num tinha nada não, só tinha só as casas sem nada, num tinha né energia, escola, num tinha igreja perto, num tinha posto de saúde, num tinha benefício nenhum, pois é. Agora têm as coisas, mas melhor num é? Nós fomos criadas trabalhando, desde pequeno trabalhava, naquele tempo era muito atrasado, aqui melhorou a vida da gente 100%, ganhei minha casa e acabei de criar tudo, tanto pra mim como pro meu irmão que mora aqui também. Olhe, antes a gente vivia na área de sequeiro, mulher era muito ruim, num era assim não, a casa da gente era bem pequenininha, João já reformou o piso e melhorou né? Porque lá a gente num tinha nada, uma situação melhor pra educar a família, ter onde os filhos trabalhar, é isso ai né? (...) (D. M. A., 65 anos – esposa de colono)

Nesta narrativa, a informante descreve o sítio onde viveu a infância, a adolescência e os primeiros anos de casada e, no decorrer da sua fala, ela atribui características ao sítio, que servem, ao mesmo tempo, como parâmetro de comparação para avaliar o significado da vinda da família para o PISG. Se no sítio não havia escolas, energia elétrica nem igrejas, no PISG os filhos poderiam estudar, as casas dispunham de conforto. Se no sítio não havia segurança em relação ao trabalho, nem

quanto ao futuro, no PISG o trabalho na terra era uma certeza e a aposentadoria uma realidade concreta. Estas possibilidades adquiriram relevância em função das oportunidades de melhoria das condições de vida conquistadas pelo grupo familiar a partir da vinda para o PISG.

Para a maioria das famílias, sair do sítio para ingressar no Projeto de irrigação representava a possibilidade de deixar de ser sujeito e tornar-se liberto. Nesse caso a obtenção do lote agrícola e do lote habitacional, ainda que tenha implicado num processo difícil de adaptação a um novo estilo de produzir e viver, significava garantia de sobrevivência e segurança para a maioria das famílias.

Dessa forma, podemos compreender em que medida a ordem moral e o *ethos* dessa família colona são constituídos por dimensões, ao mesmo tempo, racional, cultural e subjetiva. Essas dimensões justificam algo que temos chamado de *as razões da aposta*, ou seja, os elementos que revelam como e por que esses sitiantes quiseram se tornar colonos/irrigantes. Mesmo sendo diferentes, essas razões adquirem visibilidade nas frases proferidas pelos informantes para explicar as motivações que os levaram a ingressar no Projeto de Irrigação: *eu desejava me tornar proprietário; eu queria mudar de vida; eu queria era deixar de ser empregado*, e a mais citada delas, *eu queria oferecer uma vida melhor para meus filhos*.

Esses querereres, em seu conjunto, simbolizam um projeto de vida idealizado que pressupunha a continuidade de valores, legitimadores da ética camponesa peculiar nessas famílias sitiantes. Indicam também a adequação dessa ética a um modo de produzir moderno, orientado por uma noção de progresso, planejado e levado a cabo pelas políticas do DNOCS, para um Projeto de Irrigação - o Perímetro Irrigado de São Gonçalo.

Em diversos estudos sobre o campesinato do Nordeste, a família camponesa é concebida como um conjunto integrado de membros que são, ao mesmo tempo, produtores e consumidores. Entre estes: Heredia, (1979) e Garcia Júnior (1975).

No trabalho de dissertação que deu origem ao livro “A Morada da Vida”, Beatriz Heredia reafirma a impossibilidade de separar, em termos analíticos, unidade de produção e unidade de consumo. Observamos, entretanto, que para a autora produção e consumo não são termos neutros. A distância que os separa implica em significados diversos: a posição dos membros, a relação casa-roçado, as esferas e competências masculinas e femininas. Esta concepção de família reproduz uma idéia de responsabilidade, na qual a maioridade dos

homens está atrelada ao fato de poder constituir sua própria família, quando preparados para prover o consumo socialmente necessário ao grupo.

Afrânio Raul Garcia Junior (1975), analisa os processos de expropriação aos quais as famílias dos trabalhadores rurais são submetidas, em virtude do regime de trabalho imposto pela *plantation* canavieira. Para este autor, é importante compreender essa família como unidade de produção e consumo para entender as transformações ocorridas na "pequena produção", caracterizadas pela cultura de subsistência. Neste ambiente, as tarefas agrícolas eram realizadas com uso da força de trabalho familiar e para produzir o consumo desta mesma unidade. Porém, na grande propriedade essa realidade muda: o proprietário, ao se apropriar da força de trabalho do grupo doméstico, modifica as bases do consumo, assim como o poder e a autoridade dentro do grupo.

Ellen Woortmann (1995) na obra "Herdeiros, Parentes e Cumpadres", afirma que as análises sobre o campesinato e a família camponesa no Brasil, de fato, privilegiaram o grupo doméstico como unidade de produção e consumo. Mas a autora propõe outra perspectiva de análise, baseada na compreensão das relações que interligam os grupos domésticos, tendo como suposto o respeito aos valores e a reprodução do *habitus* por sucessivas gerações. Para a autora são essas relações que justificam a importância da família para a condição camponesa.

As análises feitas por Woortmann (1995) sobre o modo de vida e as formas de organização de famílias camponesas no Nordeste e no Sul revelam que, para ambas, a família pode ser definida como um espaço social, cujas relações entre *herdeiros, parentes e cumpadres* orientam e tornam indissociáveis as lógicas econômicas, culturais e morais. Seus membros são, portanto, parceiros de uma racionalidade, cujo interesse maior é a reprodução do grupo.

Essa independência relativa deve-se ao fato de que a autoridade moral atribuída à família, nesses grupos, faz dela a responsável direta pela geração e reprodução de disposições que integram o *habitus*. Utilizando estratégias diversas, a família projeta em seus membros sentimentos que asseguram a formação de um substrato que define a própria existência, através do processo de internalização dos valores e objetivos do grupo. Identificamos esse substrato nos fios da memória que ligam a situação presente à trajetória das famílias. Esse movimento de ligação ora é sincrônico, ora diacrônico, tornando difícil distinguir a natureza das afirmações, ou seja, em que medida elas expressam o pensamento individual ou coletivo (Antuniassi, 1998: 199).

Apesar dos profundos entraves à continuidade de uma forma de vida camponesa dentro do um perímetro irrigado, essas famílias preservaram os seguintes princípios de campesinidade: a indissociabilidade entre os elementos terra, trabalho e família e os elementos da cultura específicos do estilo de vida desses sujeitos; a relação tempo-espaço, o ritmo da vida orientado, naturalmente, pelo calendário da produção e a sociabilidade do grupo, partilhada com parentes e vizinhos (Woortmann, 1995).

O objetivo do trabalho do DNOCS junto às famílias tinha como prioridade transformar os camponeses sitiados em produtores modernos, portadores de um estilo de vida baseado em modelos, costumes e hábitos de outras culturas. Assim, os Perímetros Irrigados foram implantados, obedecendo a uma lógica de desenvolvimento, definida por uma política macro, cujos projetos técnicos, econômicos e sociais minimizaram a importância da cultura local, o modo de vida e os saberes dos agricultores. Assim, todas as etapas de implantação do Projeto vão ser marcadas por tensões, como observaremos no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 4

DE SITIANTES A IRRIGANTES: A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO PROJETO

Quem sabe de onde os vários traços de sensibilidade provêm? Por trás de um homem e de sua natureza entendem-se os ancestrais como um leque, ou como a cauda de um pavão. A cada vez, no próprio gesto e no olhar, em toda decisão que ele toma, ela saca das reservas ou dos deficits do passado (Osbert Sitwell, 1944)

4.1 - Atores, concepções e tensões: as famílias colonas e o DNOCS

Os projetos de irrigação implantados no Nordeste pelo DNOCS, de modo geral, beneficiaram as famílias dos agricultores sitiantes, com ou sem terra que foram assentadas para se tornarem colonas⁵¹. Como já afirmamos, a política adotada pelo DNOCS tinha como objetivo *a criação de uma mentalidade empresarial entre os pequenos produtores, mediante a criação de estímulos à produção irrigada*⁵².

Nesse sentido, os objetivos do DNOCS vão se confrontar com as expectativas das famílias beneficiárias, especialmente nos aspectos relacionados à natureza do modo de produzir, baseado na agricultura de sequeiro tradicional e nas relações de produção, assentadas

51 Entre todos os Projetos de Irrigação implantados e gerenciados pelo DNOCS, apenas no Perímetro Irrigado do Projeto Baixo Açú, no Rio Grande do Norte, contata-se a utilização de lotes por empresas.

52 MINTER/SUDENE. Plano Integrado para o Combate Preventivo aos Efeitos das Secas no Nordeste, 1973.

no uso da mão-de-obra familiar prevaletentes. Percebemos que apesar dos critérios de seleção adotados pelo órgão, a ausência de um elo entre os interesses dos atores envolvidos no Projeto vai gerar tensões que afetam tanto o projeto de autonomia idealizado pelos colonos, quanto às expectativas do próprio DNOCS, de que as famílias aceitassem sem resistência o novo modo de vida e as normas impostas pelo órgão.

Para o DNOCS, essas normas expressavam as condições para que o projeto de irrigação atingisse o objetivo definido na política. Portanto, ser agricultor não era o único critério para que os agricultores selecionados se transformassem em empresários. Era necessário construir um novo *habitus*, um conjunto de estruturas e disposições que deveriam ser, antes, internalizadas pelas famílias, para que elas pudessem adquirir essa nova cultura, que, na visão do DNOCS, incluía a aceitação de um conjunto tecnológico para a agricultura e uma visão empreendedora para os camponeses.

Assim sendo, a vida das famílias no Perímetro passou a ser regulada por um regime que os colonos denominam de “tutela do DNOCS” e que traduz a postura paternalista, adotada pelos funcionários e administradores do Projeto. Os informantes revelaram que a preocupação e o cuidado do DNOCS, em promover o bem-estar das famílias era uma estratégia para atrair os irrigantes. Já os técnicos, afirmam que esse tratamento dispensado às famílias fez com que elas ficassem “mal acostumadas”, acomodadas, esperando que o DNOCS resolvesse todos os seus problemas. No entanto, paralelamente a esse paternalismo, constata-se uma postura autoritária que subordina o colono às regras e decisões superiores, principalmente face às tarefas relacionadas ao processo produtivo.

Para que essas regras fossem cumpridas, as famílias selecionadas passaram por treinamentos (estágios), cujo objetivo era instruir os sitiantes sobre a nova maneira de produzir, residir em agrovilas, ter vizinhos, respeitar horários e aproveitar os espaços da casa e da roça. Além de orientar a convivência social das famílias, o DNOCS impunha certas restrições. Por exemplo, não era permitida a criação de animais soltos (galinha, bode, pato). Argumentava-se com as famílias que todo esse disciplinamento era necessário para que os colonos, ex-sitiantes se tornassem irrigantes.

Dessa forma, o DNOCS, enquanto um dos executores da Política Pública de Irrigação no Nordeste, não utilizou estratégias de negociação para adequar o estilo de vida dos sitiantes ao novo estilo do irrigante. Contrariamente, o DNOCS trabalhou no sentido de regular o funcionamento, não apenas, do processo produtivo, mas também, da vida social dentro dos núcleos, conforme revela um informante:

O cabra pra entrar pra ser colono tinha que estagiar 15 dias, o cabra num bebia, num jogava aqui. O chefe daqui, antigamente, se descobrisse que o cabra tava com uma garrafa de cana dentro de casa..., Antigamente num tinha geladeira, num tinha nada, tinha um pote, sabe o que é uma manilha? Aí sabe o que era que o cabra fazia pegava um pote botava dentro da manilha botava a manilha em cima, enchia o pote d'água, botava a garrafa de cana dentro da manilha ali pro cabra nem sonhar, porque se o chefe soubesse que o cabra bebia cachaça, roubava troço daqui pra casa..., eles tinham um carro velho que dizia: 'olhe encha esse carro e vá rodar enquanto o carro tiver óleo, é pra deixar solta lá... só deixe de rodar quando o óleo se acabar, que num é pra ficar essa gente aqui dentro não'. Aqui num se criava cachorro, porco num criava, num criava gado solto, mais hoje essa pracinha aí é grosso de gato, cachorro e o que acontece hoje, nesses barracos que tem aqui, tô canso de vê o chefe saí parecendo um tramboião aí no meio da rua, bebendo mais tudinho, sei que aí tá um negócio muito difícil de controlar, né (Sr. J. G., 66 anos – Colono)

Maria José Carneiro e Monte Môr (1981) analisam a postura inicial do DNOCS, também conhecida por “tutek” e afirmam que esta expressão explica, em parte, o comportamento paternalista e ditatorial assumido pelo órgão. Segundo as autoras, justificava-se o regime de tutela em função das dificuldades enfrentadas pelas famílias, no início do Projeto, as quais, para serem superadas exigiriam que elas adquirissem um sentimento de autoconfiança, confiança no trabalho dos técnicos executores da política, através da substituição da figura do patrão-protetor, que nesse caso não era mais o proprietário da terra, mas, o próprio DNOCS.

Após os treinamentos, muitas pessoas resistiram à idéia de trabalhar e viver num Perímetro Irrigado, temendo que o regime de trabalho fosse semelhante a um “cativeiro”⁵³.” Em

⁵³ A expressão “cativeiro” foi utilizada também por Lygia Sigaud (1979), para traduzir o sentimento dos trabalhadores das fazendas de cana, da Zona da Mata pernambucana, em relação ao regime de trabalho a que eram submetidos, caracterizado pela ausência de direitos e de uma legislação que os amparasse. José de Sousa Martins (1979) utiliza a expressão “cativeiro” para analisar as condições de trabalho pré-capitalistas, vivenciadas pelos colonos das fazendas de café no Estado de São Paulo. No trabalho realizado por Carneiro (1981:49) no PIG, a autora conclui que “o cativeiro é uma situação em que o trabalhador só recebe alguma roupa e comida como pagamento pelo seu trabalho”. Woortmann, K. (1990: 43) ao analisar a organização social do sitiante, mesmo não sendo o tipo de sitiante que aderiu ao projeto de irrigação em São Gonçalo, faz uma analogia entre esta organização e o cativeiro, e conclui que “o sujeito que trabalha alugado é um cativo porque não controla o processo de trabalho e porque este é organizado sob as ordens de um patrão e não pelos princípios do parentesco e sob o ‘governo’ do

algumas narrativas, os colonos mencionaram o termo “cativeiro” para definir o que se comentava na época da colonização, como revela a narrativa:

Aí eu vim direto me inscrever. Muita gente num queria vim, diziam ‘lá é um cativeiro’, aquela história toda de pé-de-serra. Cativeiro, quer dizer, é trabalhar de escravo, trabalhar sujeito, mas eu digo ‘rapaz de qualquer maneira nós somos escravos, a liberdade da escravidão existiu, a princesa deu, vamos dizer assim, aos negros, ao escravo que ninguém era negro, chamava negro porque era pobre, mas se fosse o negro rico é branco (risos!!!), mas deu a liberdade. Mas a escravidão não acabou, nós continua sendo escravo, mesmo que num queira, a gente somos escravo do trabalho’. De fato, muitos caboclinhos, geniosos no estágio deixaram. Os estágios eram dano explicação sobre o trabalho e a convivência que ia ter aqui, como era,. aí meu pai disse: ‘meu filho você acha rim aqui, pior é lá’, eu digo: ‘meu pai pior é a gente passar fome esperar por um inverno, porque lá tem água’, porque minha vantagem era na água, lá tem água todo tempo, a gente tendo água, fogo e sal num morre de fome e pode até pegar um meio, graças a Deus, de dá o estudo aos meus filhos (Sr. L.D., 67 anos – colono)

Além das técnicas, as famílias colonas tiveram que se adaptar também a um novo estilo de vida, que se expressa principalmente pelo acesso aos bens de consumo duráveis, aos meios de comunicação (televisão, rádio, telefone), pela oportunidade de adentrar os espaços urbanos, freqüentar escolas na cidade, ter contato com outros agentes (gerentes de banco, compradores em geral e representantes das agroindústrias). Tudo isso ampliou o ciclo de relações das famílias, contribuiu para modificar o estilo de vida e a visão de mundo, a partir de uma cultura adquirida. Estas mudanças se refletiram nas condições de vida, mas também num novo jeito de produzir, que é parte de uma cadeia de transformações compreendidas pela gestão e organização do trabalho, pelo uso intensivo da terra, de capital e, sobretudo, pela introdução de tecnologias que vão modificando as relações sociais no interior da família.

As famílias passaram também a ser beneficiadas com crédito agrícola e assistência técnica, ainda que, subordinadas ao DNOCS, às agroindústrias e às cooperativas, cuja organização e relações produtivas se diferenciavam das relações experimentadas anteriormente nos sítios. No PISG, as decisões sobre o processo produtivo cabiam exclusivamente ao

DNOCS. Essa realidade frustrava as expectativas dos colonos, em relação ao fato de se tornarem autônomos, de não viver sob a tutela de um patrão.

A figura constituída por atores, como o proprietário-patrão, demonstra que para as famílias colonas de São Gonçalo, a vida de sujeição assumiu outra configuração no PISG. O patrão deixou de ser o dono da propriedade e passou a ser o DNOCS, a quem as famílias passaram a obedecer, a respeitar e a agradecer. Ao incorporar esse papel, o DNOCS usava da autoridade para definir sobre o processo produtivo e a vida social das famílias, modificando os costumes e os hábitos cotidianos, os horários e as tarefas.

A idéia do DNOCS era, gradativamente, abandonar o papel de tutor e assumir a postura de gerente do Projeto. Essa transferência de papéis começou quando os colonos assinaram o contrato de compra do lote, financiado em longo prazo (20 anos), pelo DNOCS. Em seguida, fez-se a transferência da gestão da Cooperativa aos associados e a transferência da gestão dos recursos hídricos aos usuários. Podemos dizer que o afastamento do DNOCS deveria se consolidar com a “emancipação”⁵⁴ do Projeto, embora, na prática, tal processo esteja se concretizando na forma de abandono, como analisa um informante:

No começo, o DNOCS ajudava, principalmente, no trabalho. O DNOCS tinha técnicos, tinha trator, logo no início, pra começar tinha lote desses que dava até a banana já plantada, né? A nossa mesmo ele deu plantada, ninguém pagava nada, até dois anos eles num cobrava nada, aí quando colocou a cooperativa, aí foi o atraso nosso. Olhe, a cooperativa, o DNOCS sustentou ela, assim, dois anos, num sabe, De dois a três anos, o DNOCS deu gado, deu tudo prontinho, aí quando a cooperativa pegou a desandar um pouco, aí, quando o DNOCS percebeu que a Cooperativa tava desandando, ele aí passou pro associado administrar... (Sr. J.G., 66 anos – Colono)

O trabalho do DNOCS, no Projeto de Irrigação, embora, voltado para o desenvolvimento e organização da comunidade, não procurou estimular o saber-fazer dessas famílias, tampouco as práticas tradicionais de solidariedade já experimentadas. O paradoxo dessa situação consiste no fato de que, mais adiante, o próprio DNOCS, praticamente, obriga as famílias a ficarem sócias da Cooperativa, sem que antes pudessem ter convivido e adquirido confiança umas nas outras. Como já o afirmamos, o trabalho associativo e cooperado foi a

54 O processo de emancipação dos Perímetros Irrigados será analisado no próximo capítulo.

alternativa encontrada pelo DNOCS para organizar os colonos e captar recursos para impulsionar a produção. Todavia, a concepção do órgão sobre esse processo era meramente burocrática, sem o devido respeito às práticas de trabalho coletivo conhecidas.

O DNOCS mais interessado nos resultados do trabalho com a irrigação, que na qualidade de vida das famílias propriamente dita, acreditava que a eficiência dessas famílias dependia da formação da identidade do irrigante. Para forçar a aceitação desta identidade, o DNOCS exigia o envolvimento da família em todas as etapas do processo de produção. Ser irrigante, para o DNOCS significava ter domínio sobre as técnicas empregadas na agricultura irrigada. Já para as famílias, tornar-se irrigante era uma estratégia racional para realização do projeto de vida do grupo. Assim, a incorporação dessa identidade era uma escolha que não deveria significar uma ruptura, mas a continuidade de um estilo de vida camponês, internalizado na vivência nos sítios e pés de serra.

Como já o afirmamos, as intenções do DNOCS divergiam das expectativas das famílias. Os interesses estavam voltados mais para a organização e expansão da produção e menos para a satisfação e o bem-estar das famílias. As ações voltadas à promoção do desenvolvimento da comunidade procuravam orientar a família para uma divisão interna grupo doméstico, a partir da realização das tarefas, tentando diluir a idéia do grupo familiar camponês e da interdependência do grupo comunitário – as famílias colonas. Entretanto, as famílias resistiram e cada vez mais, buscaram o fortalecimento de uma economia moral⁵⁵, construída na própria vivência. Este era o alicerce que garantiria o sucesso e a conquista dos projetos do grupo. Portanto, a decisão de ir ou não para o lote, plantar uma ou outra cultura, eram questões que necessariamente deveriam ser tomadas coletivamente pelo DNOCS e pelas famílias, considerando o saber-fazer e a razão prática do grupo.

Maria de Nazareth Baudel Wanderley (2003: 47) assinala que o agricultor familiar, e entre estes o colono/irrigante, é, de fato, um ator social presente no mundo moderno. A autora lembra Marcel Jollivet quando este diz que “no agricultor familiar há um camponês adormecido”, e complementa a análise, afirmando que há no agricultor um camponês acordado. Portanto, estes colonos, na condição de atores não são, simplesmente, reprodutores dos projetos do Estado, mas articuladores de uma lógica que combina duas dimensões: uma

55 A expressão economia moral está relacionada ao quadro de análise utilizado por James Scott (1976:184), para traduzir um conjunto normativo que define a orientação moral de um grupo social – o camponês, ou seja, essa moralidade reflete tanto elementos ideológicos quanto o acesso e uso dos recursos.

cultural relacionada à tradição de um modo de vida e outra, estrutural, dada pela necessidade de se adaptar às condições modernas de produzir e viver.

Por isso, estes atores em determinados momentos, apresentam resistência no sentido de não permitir alterações que afetam os seus valores mais subjetivos e, em outros, se adaptam com mais facilidade às novas lógicas econômicas e sociais. Para entender melhor este quadro, analisamos a trajetória das famílias e a incorporação das novas práticas que traduzem o novo estilo de vida, melhor dizendo, o estilo de vida do irrigante. Faz parte deste estilo, o significado das relações familiares, tanto consangüíneas quanto vicinais, que vai sendo construído no dia-a-dia das próprias famílias. Esse significado é mediado pela necessidade do trabalho pesado da roça, pela própria construção do local e pelo esforço requerido para a realização dos projetos coletivos (da família), individuais (de cada membro) e da comunidade (o núcleo habitacional), que se manifestam nas formas de pensar próprias do senso comum e da vida cotidiana.

4.2 - Um novo modo de vida e a vida social no PISG

O espaço do PISG vai ser responsável, ao mesmo tempo, pela produção de um estilo de vida e de uma identidade que não se dissociam do modo de vida, nem da lógica do trabalho, tampouco da família e do lugar, mas, articula dimensões indissociáveis de um *ethos* internalizado na continuidade da história particular das famílias, antes sitiantes e que se tornaram colonas. Aqui, é importante destacar que a continuidade desses valores é vivida de maneira conflituosa, dado que se confirma na representação social das famílias sobre a organização do espaço.

O território conhecido como Perímetro Irrigado de São Gonçalo - PISG adquiriu identidade, propriamente dita, a partir do momento em que foi ocupado pelas famílias. O DNOCS, seguindo um projeto padrão de construção para os Perímetros Irrigados, distinguiu o espaço do trabalho do espaço da casa, ou seja, as agrovilas ou núcleos habitacionais e os lotes agrícolas ou a roça.

Em 1971, teve início a ocupação dos Núcleos Habitacionais pelas famílias. O modo como o PISG foi ocupado, sobretudo a ocupação residencial, desde o início, denotava, certa estratificação legitimadora de uma suposta hierarquia. Na parte alta do Projeto, ficam as espaçosas e confortáveis casas dos técnicos de nível superior e dos administradores do Perímetro; no acampamento federal, localizada em nível intermediário entre a parte alta e os núcleos habitacionais, residem os técnicos de nível médio, a grande maioria já aposentada,

com filhos e netos que moram também nas instalações do Projeto. E na parte mais baixa estão os núcleos habitacionais⁵⁶, onde residem as famílias colonas. Os núcleos ou agrovilas dispõem de uma infra-estrutura composta pelas residências dos colonos, por cinco escolas de ensino fundamental, duas localizadas no núcleo I, duas no núcleo II e uma no núcleo III. Possui, ainda, três postos de saúde, um em cada núcleo, três centros administrativos ou associação de moradores, estes sem sede própria. Além dessas áreas residenciais, existe ainda uma área conhecida por “favela”, a qual será analisada mais adiante, bem como a Junta de Usuários de Água de São Gonçalo (JUSG), os laboratórios e os escritórios do DNOC, localizados na área do acampamento federal, conhecido como distrito de São Gonçalo (Foto 5).



Foto 5 - Escola Agrotécnica

Atualmente, os núcleos disponibilizam à população local vários serviços: atendimento médico-odontológico, inclusive em domicílio; ambulância (com exceção do núcleo III), ônibus escolar, espaços de lazer e estabelecimentos comerciais. Em todos os núcleos, existem Igrejas,

⁵⁶ Em São Gonçalo, há três agrovilas I, II e III onde residem as famílias dos colonos e que, portanto, ficam separadas do lugar do trabalho, a roça ou lotes agrícolas, que são divididos em setores e ficam relativamente distantes das casas.

Católicas e Evangélicas das diversas doutrinas e cada núcleo dispõe de um espaço de lazer, denominado quadra⁵⁷ e estabelecimentos comerciais⁵⁸. (Fotos 6, 7, 8 e 9).

A idéia do DNOCS para organizar a comunidade se impunha desde as construções. Ao ingressarem no PISG, as famílias passaram a residir nos núcleos habitacionais. Segundo o DNOCS, nos núcleos deveriam ser instaladas apenas as moradias dos colonos e os equipamentos coletivos necessários: escolas, postos de saúde e postos telefônicos.



Foto 6 - Igreja Evangélica -Núcleo I

⁵⁷ A quadra é, na verdade, um espaço cercado de palha de coco, descoberto e com piso de cimento, com uma construção nos fundos que serve para guardar freezer, fogão e funciona como bar quando acontecem os bailes, serestas e forrós.

⁵⁸ Embora, no início, tenha sido proibida a instalação de bares e casas de comércio, hoje existe nos núcleos, principalmente na área da “favela”, uma série de estabelecimentos que suprem as necessidades do consumo local, mercadinhos, farmácia, salão de beleza, panificadoras, lanchonetes e postos de venda de gás de cozinha.



Foto 7 -Igreja Católica - Núcleo I



Foto 8 -Quadra Dançante – Núcleo III



Foto 9 -Escritórios do DNOCS

Para Wolf (1970), as construções materiais e/ou simbólicas fazem parte de um “novo estilo de vida”, na medida em que modifica as relações sociais. Nesse sentido, os prédios e as construções servem para explicá-las, regulá-las e justificá-las. No PISG, o tamanho padrão das casas ocupadas pelas famílias colonas é de apenas 05 cômodos: 02 quartos, 01 sala, 01 cozinha e 01 banheiro.

No início, os lotes agrícolas eram abertos, praticamente sem cerca, o que inviabilizava a criação de animais. Em quase todos eles, os colonos construíram um quarto bem pequeno para guardar ferramentas, equipamentos, adubos e tudo o que utilizam no trabalho da roça. Alguns lotes agrícolas, especialmente, os que foram entregues na primeira etapa, já possuíam 01 ha devidamente plantado.

As famílias selecionadas para o Perímetro Irrigado de São Gonçalo eram numerosas, constituídas de 10, 15 e até 18 filhos estendendo-se, frequentemente, para além da família nuclear - pai, mãe e filhos - sob a forma de parentelas, representadas por gerações de famílias descendentes dos primeiros colonos, ou seja, as famílias dos filhos e dos netos. No entanto, atualmente, observam-se modificações importantes no perfil demográfico das famílias descendentes, principalmente a diminuição no número de filhos, o que torna mais rara a existência das tradicionais famílias numerosas.

Tendo em vista o perfil das famílias, o tamanho padrão das casas, para a maioria das famílias era insuficiente. A casa é, por sua vez, um espaço simbólico que representa o templo

sagrado onde são produzidas disposições que permitem aos indivíduos julgar e atribuir significados aos bens e signos culturais. Portanto, ela não pode ser pensada, apenas, na dimensão da moradia, mas “como uma dimensão central de um domínio cultural e um mapa simbólico de representações ideológicas” (Woortmann, 1982: 110-150).

Por isso, há a necessidade de fazer reformas nas casas. Estas reformas foram feitas, tanto na estrutura interna quanto externa, englobando: ampliação dos cômodos das salas e cozinha, construção de mais um quarto, dispensa, alpendre, jardins e garagem, troca de material do piso, teto, louça dos banheiros e pias. O tipo de reforma e o material utilizado são elementos que vão confirmar a diferença entre os colonos em “bem sucedidos” e os que “não-prosperaram”⁵⁹, e ainda, entre os colonos e os “favelados”⁶⁰. No próximo capítulo discutiremos mais essas diferenças entre os tipos de colonos.

Esse novo jeito de morar modificou a vida privada das famílias e a rotina do sitiante cedeu espaço à rotina do irrigante. Esta se manifestava na regulação do tempo, dos hábitos e costumes das famílias, visando, exclusivamente, atingir as metas de produção. E, assim, a percepção do saber, do tempo e dos espaços, tal como fora internalizado pelo sitiante, são reorientados na vivência do trabalho. O conhecimento sobre os fenômenos naturais é apreendido na interpretação das suas manifestações, por exemplo, na variação entre frio e calor, na composição de nuvens nos céus de setembro a outubro e numa infinidade de referenciais herdados dos antepassados. Este acervo valioso passa a ser substituído por conhecimentos inovadores, que organizam a vida familiar e comunitária (C. R.Brandão, 1999).

Naquela época, diariamente, os homens e as mulheres trabalhavam em casa e na roça. No fim da tarde, ao retornarem da lida, as mulheres iam para a cozinha cuidar do jantar, enquanto as crianças brincavam umas com as outras na frente das casas, jogando bola, contando estórias. Após o jantar, homens e mulheres, parentes e vizinhos, sentavam-se para aquela conversa costumeira, contar causos, piadas, estórias de “trancoso” e jogar cartas, enquanto observavam as crianças brincarem. Nos primeiros anos como irrigantes, ninguém

59 No capítulo V, analisaremos as implicações do processo de diferenciações dos colonos em “bem sucedidos e que não prosperaram” na representação que os grupos fazem da sua própria qualidade de vida. Os termos “bem-sucedidos”, “colonos que não-prosperaram” e “favelados”, tal como já definimos anteriormente são utilizados para identificar os tipos de família que habitam no PISG

60 Vale ressaltar que o termo favelado é utilizado pelas famílias colonas do PISG para identificar as famílias que residem na periferia dos núcleos. Sobre as características e as condições de vida dessas famílias “faveladas” falaremos no próximo capítulo.

possuía TV, mas os informantes avaliam que, naquele tempo, era tudo mais divertido e as pessoas eram mais felizes, como afirma uma informante:

Ah! era uma alegria muito grande aqui, muito divertido, porque no início mesmo, todo mundo se conhecendo, os vizinhos, eu achava antes muito melhor que hoje. Assim, a convivência das pessoas num é, porque saia, sentavam no terreiro à noite pra conversar, depois que chegavam da roça até 08 horas, ficavam conversando, jogavam baralho, no fim de semana. Hoje a gente num vê, se eu disser que vejo isso mais é uma coisa muito difícil num tem mais essa... são todos nas suas casas, assistindo televisão, mas antes não, é tanto que antes também nem havia televisão aqui, quando construíram o núcleo depois foi que uns dois colonos compraram. A gente ia assistir era uma novidade, mais era muito boa a convivência da gente, era melhor nessa época (F.S.S., 37 anos – filha de colono)

A moradia é um espaço marcado por especificidades econômicas e culturais. O lugar onde moramos traduz elementos da nossa identidade, assim como as preferências, os sonhos, os ideais e as necessidades. Foi desse modo que as famílias colonas revelaram, em suas narrativas, como a experiência coletiva, vivida por elas na construção do PISG, transformou-o num lugar “legal”, onde as famílias podem ao mesmo tempo trabalhar e viver.

Michael de Certeau (1994: 201), analisa a relação entre espaço e lugar, a partir da seguinte distinção: “Um lugar é a ordem (seja qual for), segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência. O Espaço é um cruzamento de móveis”. O lugar é, em si, impessoal, frio, moradia de ninguém e, ao mesmo tempo, de todo mundo. Nesse estudo, o PISG é um espaço onde as pessoas, em movimento, realizam, criam e transformam. Como resume Michael de Certeau (1994: 201), “o espaço é um lugar praticado”, espaço geograficamente delimitado, regulado, onde são realizadas práticas e operações específicas que representam o ideal de mundo dos indivíduos, simbolizado também pela cultura material.

Um espaço que se transforma na morada de alguém, José, Maria, Pedro ou Antônia, é algo qualitativamente, estilizado pela experiência da cada um deles com o mundo que os cerca. Assim, analisar o PISG enquanto espaço de tensão, não se resume à descrição de uma paisagem exótica, no sentido que analisa Levi Strauss, mas, trata-se de olhar um lugar com espaços distintos, permeados pelas experiências dos homens.

O PISG é um lugar onde, apesar das adversidades naturais (solo, clima, água) e econômicas, as pessoas afirmam que se pode ter uma vida com qualidade e onde é possível ser feliz. Ao falar sobre o lugar, os informantes fazem avaliações objetivas e subjetivas, de acordo com a experiência de vida e com as relações sociais que se processam.

As mudanças identificadas nas condições de infra-estrutura dos núcleos habitacionais (padrão das casas, equipamentos coletivos etc), são bens, até hoje valorizados pelas famílias e percebidos por elas como indicativos da sua qualidade de vida. Após 30 anos de ocupação da área, o aumento da pressão demográfica concorreu para aumentar a demanda pela terra, pelos serviços e pelos bens coletivos, como espaços de lazer e esporte. No entanto, faltam mecanismos de articulação da própria comunidade para que esta estabeleça uma agenda de prioridades, como se pode observar na narrativa abaixo:

Aqui falta muita coisa, eu acho que primeiro, os governantes deveriam ver que nós temos um potencial grande no local. O local tem um potencial riquíssimo, a cultura que pode ser explorada, a religiosidade pode ser explorada, assim como as plantações podem ser exploradas. Então, eu acho que os governantes precisam investir, fazer um investimento maior, no sentido de proporcionar lazer, promover a própria cultura, porque isto sim poderia gerar mais empregos tanto diretos, como indiretos lá. A comunidade sabe que falta isso, mais se priva, se acomoda, precisa desse tipo de alerta. Muita gente já está despertando, claro que isto é não no sentido total. Mas, muitos já estão indo lá na rádio, denunciar, tá faltando isso, tá faltando aquilo, eu vejo muito isso (A.A.A., 21 anos – filho de colono)

No início, ter a família numerosa foi importante para estruturar a vida no PISG, porque havia muito trabalho. Limpar o terreno até deixá-lo totalmente “situado” era uma empreitada que exigia esforço, dedicação e cooperação de todos. Com o passar dos anos, essa família, que já era numerosa se multiplicou, dificultando ainda mais a satisfação das necessidades de todos.

Hoje, embora, no PISG não exista um tronco familiar único de origem e pertencimento, a sociabilidade das famílias guarda semelhanças com a parentela do “Véio Vitorino”, analisada por Emília Pietrafesa de Godói (1999) e com a “Família Pereira”, estudada por Maria Helena Antuniassi (1998). Essas semelhanças adquirem visibilidade nos laços de proximidade e consideração entre os parentes consangüíneos e vizinhos. Outra característica da semelhança entre as famílias do PISG e as parentelas citadas é a existência de um domicílio central, geralmente de propriedade da família ancestral que lidera a parentela e

em torno do qual vivem os demais grupos familiares (as famílias dos filhos e netos dos colonos). Estas permanecem ligadas entre si afetiva e moralmente, mas com relativa independência econômica (Segalen, 1996: 41).

O tipo de parentela que existe no PISG constitui-se, geralmente, de um grupo de três, quatro, às vezes, cinco famílias. Cada uma administra seu domicílio independentemente da outra. No entanto, a boa condição de vida de algumas famílias é atribuída à interdependência econômica e moral dos membros. A existência de redes de ajuda é um elemento expressivo na economia moral desse grupo, manifesta-se no trabalho da roça, através do coletivismo da mão-de-obra familiar, no trabalho da casa, através da ajuda e da cooperação das avós e tias, que cuidam dos netos, para que as filhas possam trabalhar; dos filhos e netos (homens e mulheres) que sempre ajudam os pais, avós e tios no serviço do lote e no trabalho doméstico, além de prestar-lhes assistência direta, em caso de doença e, companhia, nas situações em que estes precisam se deslocar.

Observamos que o costume de realizar trocas, entre famílias de um mesmo grupo, favorece a melhoria das condições de vida da parentela como um todo. Essa é uma das situações que evidencia a permanência dos valores camponeses, agora, articulados à lógica do irrigante, presentes num mesmo ator – a família colona. Isto é, enquanto o DNOCS estimulava a individualidade das famílias, cada uma trabalhando por si, as famílias reproduziam na vida social da comunidade os costumes da tradição como sitiantes.

A proximidade do grupo e a união das famílias em torno de um projeto que represente o desejo de todos são aspectos importantes para compreender a qualidade de vida e a sociabilidade das famílias do PISG. Carlos Rodrigues Brandão (1999: 145) analisando as manifestações do “afeto da terra”, faz as seguintes afirmações sobre a importância do espaço:

Para as pessoas que não são ‘empregadas dos outros’, nem dentro e nem fora dos bairros, aqueles que ‘bem ou mal’ (expressão comum para adjetivar o estado atual da qualidade de vida dos sitiantes) conseguem viver nas suas terras, no seu sítio, com a sua família e do seu trabalho, eis um modelo de vida camponesa considerada: “livre”, autônoma, ‘sadia’, dura, mas ‘digna’ harmoniosa, “tranqüila”, socialmente solidária e “feliz”. Os adjetivos entre aspas são palavras usadas com frequência para descrever a “vida na roça”, vivida e/ou idealizada tal como eles se representam experimentando-a e, pouco a pouco, vendo perderem-se as condições oportunas de sua reprodução.

A família, como um valor, adquiriu visibilidade na obra de Bourdieu (1979: 1)⁶¹, não só pela sua função na reprodução do *habitus*, mas também pela responsabilidade desta na transmissão de conhecimentos formadores de um *ethos*, que permite aos indivíduos agirem com uma razoável probabilidade de sucesso. Portanto, as dificuldades e os desafios que se colocaram para as famílias do PISG, no início do Projeto, reafirmaram a importância e o valor imponderável da família para a qualidade de vida do grupo, simbolizado tanto pela sua importância enquanto força de trabalho, quanto pela ordem moral que representa. Desse modo, a família colona, em seu conjunto, apresenta uma dinâmica definidora das estratégias de sobrevivência e das práticas sociais do grupo (Sarti, 2003).

A capacidade de superar as dificuldades, em certa medida, se assenta na confiança depositada no grupo doméstico (pais, filhos, agregados e vizinhos), cada um fazendo sua parte para viabilizar a construção de um projeto coletivo, cujo objetivo era a garantia de um futuro melhor para todos. Por exemplo, os filhos, fossem homens ou mulheres, desde os sete anos de idade, como era de costume, iam para o lote ajudar na lida; se estudassem à tarde iam para o lote no período da manhã, mas era necessário conciliar estudo e trabalho.

Eu sempre ia pra o lote, tirava palha de banana, colhia feijão, acompanhava meu pai, onde ele se encontrava eu tava com ele... Eu era mais apegada a ele, ele se acordava 5h, aí, eu me acordava juntamente com ele, só que as meninas também iam, eu até tenho marcas olhe aqui, isso foi assim, quando eu fui tirar uma palha de banana eu vi uma cobra, eu lembro muito disso, aí quando eu puxei, ela veio diretamente pra cima do meu dedo. E isso aqui foi descascando coco, eu tava no lote aí inventei de descascar, pai tava trabalhando, aí eu tava com sede, tirei um coco e comecei a descascar, aí a raçadeira pegou mesmo em cima. Agora, assim, depois de grande..., quando eu estudava pela manhã eu ia pra o lote à tarde, e de noite eu tava em casa, e quando estudava à tarde, ia pela manhã, mas eu sempre fui... (L. B., 23 anos – filha de colono)

Esta maneira peculiar de organizar o cotidiano, satisfazendo e acomodando as necessidades de todos (pais e filhos), reforça os argumentos de que as situações difíceis foram, na verdade, substrato para a construção da identidade do colono irrigante do PISG. Essa

⁶¹ Aqui fazemos referência especificamente a obra “O Desencantamento do Mundo: Estruturas Econômicas e Estruturas Temporais”, no qual o autor apresenta os resultados de pesquisas etnográficas e estatísticas realizadas na Argélia entre 1958 e 1961.

identidade, segundo revelam as narrativas dos filhos, é constituída por subjetividades, valores e princípios éticos alicerçados numa vivência pragmática.

As dificuldades inerentes a esta vivência foram sentidas principalmente no início da vida no PISG, no intervalo entre o tempo necessário para situar alguma cultura no lote e a obtenção da primeira safra. A insegurança desse momento talvez, seja resultado do impacto natural da transição de uma vida, assentada na precariedade e na sujeição, que caracterizava a condição de sítante, para a vida de proprietário, ainda que, sob a tutela do DNOCS. Muitos colonos afirmaram que, diversas vezes, pensaram em desistir. Nestes momentos, o valor-família (enquanto substrato que unifica) e a presença ativa da mulher (mãe e companheira que edifica sua família) foram determinantes na decisão de permanecer, como se pode observar na narrativa abaixo:

Toda vida nós fomos vivo assim pra trabalho. Ele queria desistir, eu disse não, vamos enfrentar, nós num já começamos, nós num vamos deixar, agora nós vamos se arranjar debaixo de uma ponte porque nem patrão nós tem mais. Aí foi, chegou lá, teve dos doutor mesmo que deu conselho a Chico pra gente deixar. Aí foi ele disse 'eu vou embora', aí eu disse não, eu num vou não, eu num vou não, porque eu num vou morar debaixo da ponte. Nós num tinha o que comer mais, o que nós tinha já tinha gastado tudo lá, tudo plantado de banana, era só esperar. Mas, quando foi no primeiro ano nós num tivemos lucro não, num foi? (pergunta D. N ao marido), no segundo ano foi que nós viemo ter um lucrinho. Aí já ficamos feliz, porque já tinha tido aquele lucro, já dava pra nós comprar roupa pros menino, pra nós, comida... (Dona. N., 56 anos – esposa de colono)⁶²

A importância dessas mulheres, mães de família, foi decisiva na trajetória de vida do grupo doméstico. Apesar da inegável autoridade masculina sobre os demais membros, mulher e filhos, a presença ativa das mulheres influenciou na decisão dos maridos de irem para o Projeto, permanecerem e se tornarem irrigantes. É nesse sentido que podemos afirmar que o projeto camponês é coletivo, constituído pelos sonhos e desejos dos pais, das mães e dos

⁶² É importante retomar algumas características da família rural no Nordeste para compreender a forte influência, exercida pelas mulheres, em determinadas situações. Praticamente, todos os estudos, que tiveram a família rural nordestina como foco de análise, são unânimes em defini-la como patriarcal, extensa, monogâmica e autoritária. Entre estas características, atentamos para o patriarcalismo e a autoridade.

filhos. Geralmente, na maioria das famílias sertanejas, as decisões competiam ao pai, fazendo com que a figura paterna reunisse numa só pessoa, ao mesmo tempo, o papel de juiz e promotor dos destinos de todos os que estão a sua volta.

Uma informante, que é professora num colégio da cidade e convive diariamente com os jovens e com os pais, fez a seguinte avaliação dessa combinação entre o lugar, os valores e os sistemas culturais:

Eu acho, a gente vê assim que a família aqui no perímetro ela é bem mais unida, à maioria né, porque sempre têm aquelas que não se unem né, mas, eu acho isso porque eu trabalho com outras famílias em colégios particulares. E eu acho assim, porque a gente vê a gente que trabalha com dois tipos de família, a família da zona rural e a família das áreas urbanas. Primeiro, porque a da zona rural é mais apegada aos pais né, os pais inda têm aquela cultura anterior, aqueles valores já as da zona urbana eu num digo que sejam todas, mas, em geral são mais liberais, abertas, individualistas, mais consumistas. Aquilo os pais vão mais pela parte do consumismo se o filho não quiser fazer determinada coisa diz: 'não mas eu dou isso, faça' A gente vê muito isso nas escolas o incentivo ao consumismo, é um valor que permanece nos lares é como se fosse uma troca assim, você faz isso que eu lhe dou aquilo (F. S. S., 37 anos – filha de colono)

Os informantes, tanto os jovens, quanto as pessoas de mais idade, mencionaram a necessidade de criar espaços de lazer dentro dos próprios núcleos. Para as famílias de São Gonçalo, esses espaços se constituem em referências culturais, que ajudam a internalizar o gosto pelo lugar e o sentimento de pertencimento, responsáveis pela formação do *habitus* e das *disposições*. A ausência desses espaços compromete a qualidade de vida das famílias, na medida em que ameaça o bem-estar das pessoas, ainda que a definição de “estar bem e de satisfação” sejam relativizadas. É preciso entender que, quando falamos de bem-estar, não nos referimos às condições que asseguram a satisfação das pessoas, mas de algo não mensurável, relacionado à subjetividade individual e interpessoal (Praag, 1986).

Os jovens ao reivindicarem espaços de lazer, elegendo-os como um bem importante para sua qualidade de vida, na verdade, reforçam o argumento de que a qualidade de vida compreende um “padrão” fundamentado na lógica de consumo da cultura ocidental, que, devem existir também nos espaços rurais. O desejo de poder usufruir desses ambientes, encontrados na cidade, não significa uma negação da paisagem dos núcleos ou da comunidade

na vida desses jovens, mas, sim, reconhecer que é preciso romper com imagens pré-concebidas como atributos do rural e do urbano. Essa comunidade não consegue preencher a necessidade imanente de novas formas de relações sociais, (Branco, 2003: 82).

Para alguns jovens, deixar o campo e ir para a cidade simboliza a quebra dos laços de dependência e a criação da própria individualidade. Muitas vezes, nessa individualidade se incorpora um novo corpus de valores. Giddens (1991) explica que, nem sempre o rompimento com certa ordem – nesse caso a ordem moral da família colona - significa abandono da tradição, mas uma estratégia de continuidade que possibilita a reprodução dessa cultura.

A valorização dos costumes, calcados na tradição do sitiante pelas famílias, evidencia-se no desejo de alguns jovens. Ao internalizar o sentimento de pertencimento ao lugar e ao grupo familiar, a necessidade não é, apenas, de espaços de lazer, mas, de espaços que sejam adequados ao estilo de vida da comunidade e que reforcem a cultura local, aproximando cada vez mais as pessoas da comunidade, de que são exemplos as festas religiosas, as festas de batizado, aniversários, casamentos, como revela a narrativa:

A minha diversão é mais assim, quando tem uma festinha com amigos mesmo, sabe. Uma confraternização, um aniversário, eu num gosto muito assim de badalar não, eu num badalo não, carnaval, essas coisas eu num gosto muito de sair não, minha diversão é mais festinha em casa de amigos mesmo, junta um grupo de amigos a gente senta, conversa, toma uma cervejinha e pronto à diversão é essa e às vezes. Aqui é uma casa que é muito movimentada, eu acho que já deu pra perceber, geralmente, no domingo, é cheio aqui, a gente senta aí fora conversa, às vezes a gente senta aí em baixo nesse pé de ficus, a gente fica jogando conversa fora (M.C., 30 anos – filha de colono).

Para esses jovens, a festa do coco, (Foto 10), que tradicionalmente se realiza em São Gonçalo, deveria ser feita nos núcleos, num sistema de rodízio. Mas, segundo os organizadores (DNOCS, SEBRAE e a Prefeitura Municipal), os núcleos não oferecem a infra-estrutura necessária para receber os turistas. No entanto, é, em torno do coco, produto cultivado pelas famílias, que se constrói toda a simbologia da festa. Verificamos que como estratégia de retaliação, as famílias fornecem o produto, algumas chegam até a montar barracas, mas poucas participam, alegando que, se este evento acontecesse nos núcleos, certamente seria compartilhado por toda comunidade.

Para outros informantes, principalmente “os crentes”, evangélicos, a paisagem dos núcleos, juntamente com os costumes, deveria ser cristalizada de acordo com uma imagem do rural, pré-concebida por eles mesmos - um rural bucólico, pacato, sem movimentação. Na visão dessas pessoas, o lazer deve se restringir, apenas às atividades religiosas. Por isso, a criação de espaços de lazer ou a re-criação desses espaços dentro dos núcleos é vista pelos evangélicos como algo negativo, significando a introdução de novos hábitos concebidos por eles como próprios da cidade e prejudiciais à vida social num Perímetro Irrigado.



Foto 10 – Festa do Coco – Setembro de 2003

Mas, esta idéia de que, no campo, a única forma de lazer deve ser a religião não condiz com o pensamento da maioria. Desse modo, cada vez mais, aumentam as construções dos bares e sinucas nos núcleos e as piscinas nos lotes. Isso acontece, particularmente, nos núcleos I e II, porque, como afirmam as famílias, lá *circula mais dinheiro*. A esposa de um colono narra suas impressões sobre a existência desses ambientes nos núcleos:

Eu achava aqui dentro melhor do que hoje, sinceramente, eu vou lhe dizer por quê: ‘antigamente, aqui dentro era um lugar que você num via o que você vê hoje, bares por todo canto, aqui era uma moral muito grande’. Eu achava bom aqui, mas deixaram aí... E às vezes eu digo: ‘cadê o DNOCS que num olhou isso aqui’, tem qualidade de toda espécie aqui, e eu sei que num é muito bom para os filhos da gente, né?, Porque a gente quer criar direitinho (Dona F. S., 38 anos – esposa de colono).

A maioria dos informantes, especialmente, os chefes de família afirmam que o PISG, enquanto um espaço construído para morar, é uma dimensão importante da qualidade de vida dessas famílias, pela tranquilidade, pelo sossego, pela possibilidade de trabalhar com prazer e tirar desse trabalho o sustento da família, aspectos estes que são peculiares ao mundo rural. Então, quando a informante diz: 'é preciso entender que aqui é um perímetro irrigado e não uma cidade', para ela, o lugar do Perímetro é um território construído a partir de uma identidade concebida. O lazer e as estratégias de ocupação reivindicadas devem ser condizentes com o estilo de vida daqueles que dão vida ao local.

Pelas narrativas, percebemos que a referência feita aos espaços, como quadra de esportes, praças e clubes recreativos é significativa e valorizada, porque são também mecanismos que ajudam a fortalecer a sociabilidade das famílias, na medida em que promove o entrosamento dos colonos, através de uma partida de futebol, das atividades sociais e recreativas e, até mesmo, do contato entre os jovens que ficam mais à vontade para conversar, caminhar e até namorar.

A religião é um elemento importante na cultura e que influencia a vida social das famílias no PISG. Dentro do Perímetro, entre outras funções, ela ocupa os vazios deixados pela ausência de espaços de lazer, atraindo, principalmente, os jovens, através dos grupos de jovens. Além do trabalho religioso, propriamente dito e recreativo, estes grupos, atuam no sentido de ajudar na solução de problemas familiares, no combate ao alcoolismo, desentendimentos entre pais e filhos. Essa análise da religião adquire visibilidade na expressão utilizada por uma informante: *pra se divertir a única coisa que a gente faz é ir pra igreja*, ou seja, o momento da *reza*, as novenas e adorações são situações festivas, quando se veste a melhor roupa, para rezar, mas também para paquerar, conversar, encontrar os compadres, vizinhos e parentes.

Entretanto, como a vida em comunidade impõe limites aos seus membros individuais, esses espaços não agregam a população na sua totalidade. As pessoas mais velhas e os católicos lembram, com saudades, o tempo em que praticamente só havia uma religião nos núcleos, a católica. Segundo elas, nesse tempo as pessoas eram mais unidas.

Mas, como analisa Douglas e Isherwood (2004: 40), se lembrarmos como uma comunidade funciona perceberemos, que ela também possui mecanismos de censura, de exclusão, mas, nem por isso deixa de ter interesses comuns. Portanto, atualmente, há nos núcleos, uma quantidade significativa de famílias adeptas de outros credos. Embora a convivência seja pacífica, entre os grupos religiosos e as pessoas se respeitem, percebemos que

existe uma espécie de superposição de valores. A igreja, independentemente da orientação, católica ou evangélica preenche os vazios e torna-se um elemento de referência que confere status e diferencia as pessoas, conforme constatamos nas narrativas que enfatizam o aspecto da religião:

Ultimamente teve uma grande adesão pra outra religião e acho que é fase, sei lá, é muitas pessoas trocando de religião. Isso aconteceu porque aqui não existe quase protestante, logo quando a gente chegou aqui era umas quatro ou cinco famílias, hoje tá demais, demais um grande número, acredito quase 50% da comunidade mudou de religião, uns são protestantes, outros num tem religião mais houve aquela mudança, num sei se o povo vai se cansando com a mesma coisa, quer experimentar coisas novas, sei lá. Isso causa assim, até certa distância entre essas pessoas, porque, infelizmente, a pessoa ainda tem aquela visão de discutir religião, e isto divide a comunidade e distancia as pessoas, é isso que eu observo; geralmente, quando as pessoas mudam de religião, aí já se distanciam daquele grupo que ela participava certo, tem uma visão que deve andar só com aquelas pessoas sei lá, mais é, mais ou menos, neste estilo que funciona, são grupos totalmente separados apesar de só termos 02, os católicos e os protestantes, mais eles são bem distantes, mas, não vivem em atritos (M.C., 30 anos – filha de colono).

Observamos, na narrativa, que a religião é um elemento distintivo para as famílias que convivem dentro do Perímetro, mas não é o único. As diferenças de status e poder aquisitivos são “marcações”⁶³ na pequena comunidade. Este cenário é perceptível, por exemplo, nos núcleos I e II, onde existe um ambiente mais favorável ao surgimento de questões como fofocas, picuinhas e indiferenças que, de uma forma ou de outra, são internalizadas negativamente pelas pessoas, passando a fazer parte dos costumes da comunidade. Essas questões reforçam a vitalidade das comunidades, os núcleos, de fato, formam uma comunidade, porque faz parte da sua sociabilidade a vivência dessas práticas.

4.3 - A sociabilidade das famílias e o PISG como lugar de trabalho

⁶³ O termo ‘marcação’ tem um significado específico na antropologia dos bens de consumo, analisada por Mary Douglas e Baron Isherwood (2004), que significa tudo aquilo que põem em relevo o caráter social da demanda revelado pelos bens.

A diminuição da força de trabalho humano na agricultura mundial e brasileira é uma realidade incontestável. Esse movimento inelutável, que implica na substituição do trabalho humano pela tecnologia, tem como causas: a ampliação das vantagens comparativas, através da substituição do trabalho humano pela tecnologia, o aumento da produção e da produtividade; o apelo da indústria, o acesso aos serviços na cidade, a falta de apoio governamental para os programas de desenvolvimento rural. Em São Gonçalo, as pretensões das pessoas, especialmente dos mais jovens, em seguir carreiras alheias à agricultura são evidentes, seja como estratégia familiar, seja como objetivo pessoal (Mota, 2003:47). Mas, essa diminuição da ocupação humana na agricultura, no entanto, não significa necessariamente que o trabalho tenha deixado de ser uma dimensão central, principalmente para entender a auto-avaliação que as pessoas fazem da sua própria qualidade de vida.

Como as condições naturais no sítio eram adversas, o trabalho no perímetro irrigado foi mais um elemento a confirmar a viabilidade da aposta feita pelas famílias, ao deixar o sítio para viver no PISG. Submetidas a um clima de tensão, provocado pelas exigências do DNOCS para que internalizassem a cultura do produtor moderno, tecnicamente preparado para um mercado, as famílias aceitaram as inovações propostas. O acesso dessas famílias às políticas públicas possibilitou a melhoria das condições de suas vida, especialmente no que se refere à saúde e à educação. Entre outros aspectos, essas melhorias são simbolicamente representadas no fato das famílias colonas terem se tornado uma coletividade visível, numericamente importante e representativa.

Tornar-se colono irrigante fez emergir nessas famílias a esperança de realizar os sonhos e projetos do grupo familiar. Diversas vezes, ouvimos declarações do tipo: *no início, foi difícil, pensamos até em desistir, mas, não havia mais um lugar pra voltar, não havia mais patrão, nós tinha que continuar e acreditar, graças a Deus deu tudo certo*. Estas declarações revelam que, apesar das dificuldades enfrentadas no presente, ainda assim, valeu a pena ter ido para o PISG. Em outras palavras, é como se as famílias considerassem o fato de que antes, a maioria não tinha nada, hoje tem onde morar, trabalhar e viver.

Os processos pelos quais as famílias adquiriram o status de irrigante guardam semelhanças com certos ritos de passagem, marcados por testes de resistência, sofrimento e dor. O que caracterizou a transformação do sitiante em irrigante foi basicamente o modo coercitivo com que o DNOCS impôs normas e regras de convivência e conduta às famílias. Um dos informantes narrou, com detalhes, este processo que para eles, ao mesmo tempo, que é coercitivo, tem o sentido de uma formação profissional e, portanto, os dignifica e envaidece:

Outra grande coisa também era que pra você ser um colono cê tinha que ter um ensinamento, tinha um treinamento, ninguém entrava assim como tava pensando porque era terra do governo... eles pegavam assim, juntava aquela ruma de gente e fazia muitos tipos de coisa que a gente notava que muitas vezes, a gente nem pensava que aquilo ali fosse cair ali... Na realidade da situação que você fosse ficar, vamos supor, como era que eu me dava com os outros entendeu. Às vezes combinava assim, pegava o cara e fechava ele assim, né? Muitas vezes, fazia com que aquela pessoa entrasse, numa roda e perguntava: 'você foi inscrito se por acaso você num passasse o que era que você faria pra entrar aqui?' ali eles viam, né?, Mas, aí uma pessoa depois perguntava: 'e se o doutor disse que você num plantasse isso e você plantou consorciado feijão, macaxeira, batata doce...', realmente num era pra ser o que era que você faria? Porque se você que foi por sua cabeça, porque você achava que esse agrônomo num tava certo, Oxente, se uma pessoa colocasse na cabeça, eu vou plantar batata teto ou outra cultura que num fosse a realidade do que o técnico tava mandando ele podia ficar, mas ele era mais exigido e por muitas vezes, muitos bonito desse num ficou, ficou não, porque ele foi aquela pessoa que num aceitou, aquela norma, aí muitos foram embora porque num aceitaram, né? aquela norma (Sr. A.A. de S., 56 anos – colono)

Aprender a lidar com a terra faz parte das disposições internalizadas pelos sitiantes e que permanecem no *ethos do colono*. Tedesco (1998: 58) analisando os colonos gaúchos, que para ele são camponeses, assinala que “o *ethos* do colono se projeta nos vínculos entre a identidade e as perspectivas a realizar, entre razão e moral”. Isto é, este *ethos* funciona como elemento de mediação, que tanto limita quanto auxilia no discernimento das ações e condições sociais dos indivíduos.

A organização do trabalho no lote, a experiência com irrigação e a relação com as políticas públicas influenciaram a formação da identidade de colono. Carneiro e Monte Môr (1981) denominam colonos os irrigantes do Perímetro Irrigado do Gurguéia – PIG que residem na colônia e que, por sua vez, corresponde à área onde o DNOCS construiu as casas das famílias selecionadas para o Projeto de Irrigação.

Já Ellen Woortmann (1995), esclarece que são denominados colonos os grupos de imigrantes, cujas famílias, na situação empírica estudada pela autora, descendem de alemães, de holandeses e de ingleses, geralmente, de um tronco comum de parentesco. Além da condição de descendência, o espaço social da colônia é definido mais em função dos valores e da cultura socializada, do que das estratégias de produção e consumo.

Tedesco (1998) afirma que o camponês se define por um *ethos*, sendo este fundamentado na ligação entre propriedade, família e trabalho. Vale salientar que esta ligação tem um sentido moral, uma vez que o *ethos* é uma virtude que caracteriza o espaço social e as estratégias de reprodução familiar do colono.

No PISG, podemos dizer que colono é o sujeito articulador de uma ordem moral e ética que se revela na vida social dos núcleos, assim como na sociabilidade dos vizinhos e parentes, fortalecendo a identidade das famílias como colonas. A relação entre essas ordens constitui o alicerce da família colona e explica sua relação com o mercado e a multiplicidade de atitudes e narrativas que expressam a visão de mundo dessas pessoas que é compreendida como o conjunto de princípios que influenciam os juízos dos colonos acerca da realidade que os rodeia e da sua própria vida. Esses julgamentos são tanto objetivos quanto subjetivos, apoiados na ética do trabalho. O trabalho na agricultura e a terra são, para essas famílias, um bem que incorpora, em si, valores econômicos, culturais e simbólicos.

Pelo trabalho, ficam asseguradas a sobrevivência da família e a reprodução do patrimônio, que possibilita a continuidade das gerações futuras, a honra e a formação do caráter dos filhos. Saber lidar com a terra é um aprendizado para toda vida, é a certeza de uma vida sem privações, porque da terra se tira o necessário para sobreviver, como narra um colono:

Eu, aqui, não me dei mal de jeito nenhum, alguém pode dizer que se deu, mais eu num digo isso de jeito nenhum. Sabe por quê?, porque a pessoa que vive trabalhando pra os outros, nunca veve sossegado, eu num trabalhava na minha roça, eu trabalhava pro meu patrão..., quando eu morava lá fora eu num tinha nada e aqui num me falta nada, Graças a Deus, eu tô muito bem. Eu nunca gostei de morar na cidade, eu tenho um bocado de amigo, colegas meus que venderam seus lotes e foram pra rua e se deram mal, tão passando pelo uma vida eu mesmo num quero não, sair daqui quero de jeito nenhum (Sr.O.L., 76 anos – colono)

Para muitos colonos, o sentido da realização está relacionado à concretização de sonhos e objetivos, por vezes, audaciosos, como por exemplo, ter um carro, deixar um lote para cada um dos filhos. Para outras, a realização se resume à possibilidade de conquistar os objetivos perseguidos pelo grupo. Na maioria das vezes, esse objetivo é simplesmente um modelo de vida particular. Em se tratando das famílias do PISG, um parâmetro de comparação

utilizado para afirmar sua realização é a relação com o tempo em que trabalhavam na faixa seca.

Ser administrador, empreendedor na sua própria terra, significava para as famílias produzir a cultura que considerasse adequada, utilizando o saber que já dominavam e a experiência como sitiante. Para o DNOCS, ser gerente e administrador de um lote implicava, grosso modo, em não contratar mão-de-obra e envolver cada vez mais os membros do grupo familiar. Um colono não deveria, segundo o DNOCS, intervir no lote do outro, cada um cuidava do que era seu. Os colonos não esconderam as insatisfações em relação ao tipo de produto que se elegia como prioritário.

Assegurar o alimento da família é um dos aspectos mais importantes na tradição camponesa. Por isso, a preocupação das famílias colonas com o que deveria ser cultivado primeiro. Para elas, a prioridade era a obtenção dos alimentos que constituíam a dieta básica do grupo. Já o DNOCS determinava que fossem plantadas culturas de irrigação, principalmente, frutíferas, como caju, coco, goiaba, melão, melancia, banana e tomate. Priorizar essas culturas, que não faziam parte da dieta do sertanejo, era algo incomum para os colonos.

No PISG, as famílias passaram a produzir em lotes agrícolas que ficam separados das casas, dependendo do setor onde o lote está localizado, a distância entre a área de trabalho e a casa chega a dois, ou até três quilômetros. Assim, no perímetro, o espaço real e simbólico da casa e da roça foi alterado, configurando um novo jeito de morar. Esta alteração é uma das características desse “novo estilo de vida”.

Quando a casa e a roça ocupavam o mesmo espaço, as mulheres trabalhavam mais, preparando comida e servindo água e café para os trabalhadores. Além disso, havia um trânsito maior de pessoas estranhas pelos cômodos da casa, sem contar com os mosquitos que estavam sempre em volta. Já para os homens, a diferenciação entre os espaços criou uma série de dificuldades. Segundo eles, o trabalho na agricultura teria um rendimento maior se a família pudesse morar no lote. Assim, poderiam criar animais e *botar roçado* no quintal, como era de costume no sítio.

Se a liberdade no sítio estava relacionada ao fato do trabalhador poder botar um roçado e nele cultivar os produtos para alimentar o grupo, no PISG, essa liberdade deve ser relativizada. O colono, apesar de dispor de um lote, é obrigado a cultivar produtos para o mercado e comprar no mercado os produtos que integram a dieta alimentar da família. No PISG, toda produção deveria ser obrigatoriamente entregue à Cooperativa, não tendo mais o colono a liberdade para comercializar, como revela a narrativa:

Hoje, tudo do lote é pra casa, antigamente num era não, a gente num trazia nada, quando tinha a cooperativa a gente era cativo da cooperativa, levava tudo e entregava lá e de lá ia trazendo aos poucos. Eu não achei vantagem em cooperativa não, eu achei foi um grande prejuízo, o sistema, que era pra funcionar tudo bom, mas no papel, mas na prática, nada bom, só trouxe prejuízo porque o que era bom era esse negócio de empréstimo no banco a gente só fazia assinar o papel e o dinheiro ia receber em materiais, adubo, dinheiro não, recebia tudo em bens e insumos (Sr L.D., 67 anos – colono).

Percebemos que, da maneira de pensar a produção até a continuidade do patrimônio, a prioridade para as famílias é o bem-estar do grupo. Independentemente da geração a que pertençam os interlocutores, a experiência e a vivência da construção de um projeto de vida coletivo, iniciado com a vinda para o PISG, reiterou a importância do valor-família.

À semelhança do que viviam no sítio, as narrativas revelam que, no início da vida no Projeto, havia o envolvimento e a cooperação de todos os membros da família no trabalho. As mulheres e as crianças iam para o lote nas primeiras horas do dia, acordavam às 4h da madrugada, tomavam o café preto e saíam; os homens carregavam nas bicicletas as crianças menores, que ainda não andavam; essas crianças, quase bebês, ficavam durante todo o dia, deitadas ou sentadas dentro das redes, embaixo das árvores, enquanto os pais e os outros irmãos cuidavam da lida do dia. As mulheres conduziam os filhos maiores. Nos braços e na cabeça, elas levavam os mantimentos para fazer a merenda e o almoço; levavam também a água de beber e a garrafa de café, como narra uma esposa de colono:

Eu caí de dentro com os meninos tudinho. Criei debaixo de uma mangueira. Meus filhos mais velhos criei tudinho Tem prova lá, eles pequenininho, de madrugada Chico levava eles numa bicicleta, eu levava a feira e as rede deles na cabeça, daqui pro lote, de pés era..., eu e esse vizinho aí, saía de 4h:30, o lote é daqui a três quilômetros, ia de pés (Dona. N., 56 anos – esposa de colono)

Situação semelhante foi narrada por outros informantes. No primeiro e segundo anos, praticamente, nenhuma das famílias teve 'lucro', porque era necessário fazer a limpa da terra, preparar o solo para o plantio, esperar o tempo da colheita para depois negociar. No entanto, mais de trinta anos se passaram e este cotidiano, que aproximava família e trabalho, também sofreu alterações. Por um lado, a mão-de-obra teve sua importância diminuída em função da introdução de novas tecnologias, mas, por outro lado, as mulheres e os filhos dos colonos

tiveram acesso à escolarização, permitindo que eles fossem sendo dispensados das atividades no lote e pudessem seguir outras profissões. E, às vezes, profissões que exigiam alguma especialidade, como as do funcionalismo público: professora, enfermeira, merendeira e motorista. Estas atividades significaram também alternativas para complementar a renda familiar.

Entre os colonos as relações de trabalho sempre foram pagas, nada era feito gratuitamente. E, no início do Projeto, os informantes afirmaram que havia necessidade dessa cooperação, uma vez que a maioria das famílias trazia filhos pequenos, às vezes, com idade inferior a cinco anos. Alguns informantes narraram com tristeza que, em alguns casos, a produção chegava a se perder no campo por falta de mão-de-obra para fazer a colheita. No entanto, a convivência das famílias dentro dos núcleos e longe do controle do DNOCS é marcada por experiências de trocas e reciprocidades entre os vizinhos.

Sobre as questões assim de vizinhança uns com os outros, por exemplo, ali eu tenho aquele vizinho, ali esses dois, isso aqui é o seguinte qualquer um de nós aqui que sentir necessidade de uma coisa, numa doença ou numa coisa, eu já possuí carro, aquele ali tem, aquele tem, só é eu chegar e dizer que tô precisando, qualquer coisa, qualquer um vai é só dizer que tá precisando qualquer um vai. Outra coisa quando adocece um, tem um microfone acolá se ele num tiver com que, e num só é colono não, ali é qualquer pessoa, o menino anuncia pedindo ajuda de vez em quando um vai deixar uma ajuda. Isso é muito importante você se sente apoiado no meio de uma comunidade. Isso é muito difícil em outras áreas né, pois é, é muito difícil, então você se sente de casa, você se sente no meio de uma grande família, isso aqui é assim (Sr L.R., - primeiro colono do PISG)

O trabalho na terra, enquanto disposição, implica em ter domínio de certos conhecimentos, através do senso prático, tais como: conhecer as condições meteorológicas favoráveis às chuvas, saber plantar, adequando a cultura ao solo, ter o domínio de todas as etapas do processo produtivo, limpar, brocar, preparar a terra, adubar, pulverizar, irrigar, colher, armazenar e comercializar. Tudo isso constitui a herança, o bem maior aprendido por todos e que deve ser repassado de geração a geração.

Assim sendo, o costume de, desde pequeno ir para a roça, é comum a todos. Entretanto, este aprendizado não elimina a necessidade e a importância do estudo formal. Na maioria das famílias, os filhos são orientados para conciliar o trabalho na roça com o estudo,

dividindo o horário e as funções entre todos os membros do grupo familiar, homens e mulheres. Enquanto uns vão para a escola pela manhã, outros vão para a roça e, no período da tarde, trocavam as atribuições, como já o mencionamos.

As narrativas dos filhos revelam que o trabalho na roça nunca foi forçado. Ele se insere na ordem moral, através de um contrato, baseado na colaboração entre os membros participantes da coletividade. Nesse, não há necessidade de designar quem faz o quê. Estas funções são internalizadas através dos valores que orientam a consciência, o espírito de cooperação e a reciprocidade e fazem parte das práticas cotidianas das famílias. Portanto, as tarefas, mesmo árduas, são feitas voluntariamente e com prazer.

Eu aprendi trabalhar no lote vendo meu pai trabalhar, e toda vida eu gostei de ir pra o lote mais ele. Eu lembro que quando eu era menor, eu ficava chorando pra ir, ele levava e eu ficava prestando atenção, aí aprendi como irrigar, como trabalhar. Mas, logo quando você é pequeno você não pega nos serviços, assim tão pesado e não é difícil não, aí vai aprendendo né (A.F. L., 17 anos – filho de colono)

As atividades e os instrumentos utilizados eram peculiares à idade de cada pessoa: pai, mãe e filhos. Uma das informantes, ao narrar sua trajetória de vida, revelou que o pai preparava um *bornazinho*, para cada filho. O *borná* era uma espécie de sacola que as crianças usavam pendurado nos ombros; era utilizada para catar algodão. Na época da colheita de tomate, era necessário improvisar e adaptar os instrumentos, ou seja, o pai preparava um *cestinho* de fibras de agave, tudo pequeno, compatível com o tamanho das crianças. As atividades realizadas pelos filhos não tinham significado do trabalho no sentido formal do vocábulo e, sim, do compartilhamento de um conhecimento, que servia de aprendizado para os filhos tomarem gosto pela “lida”, como revela a narrativa:

Pra o lote a gente ia pequenininhos, porque mãe ia, e a gente também ia, pra ajudar certo, todos nós trabalhamos desde pequeno, mas nunca teve isso de dizer hoje num vai pra o colégio porque vai trabalhar não. Primeiro, ele (o pai) queria que a gente estudasse, aí depois, se desse, era que ia pra roça então, e nunca foi forçado não, nunca ele forçou, a gente ia sim, porque mãe ia, aí levava a gente, ia pra ajudar, mas trabalhava. Papai preparava lá... É porque antes a gente colhia, catava o algodão aí tinha aquele... era um borná que eles faziam, fazia um borná pra gente catar e colocar os capuxus de algodão dentro, certo, cada um ia com seu cestinho

catando tomate era assim, aí as coisas que eu digo que ele preparava era isso, pequenininha, que desse pra cada um fazer⁶⁴. Era bornozinho, cestinho aí a gente catava feijão tudo era no borná (F. S. S., 37 anos – filha de colono)

Na medida em que o trabalho da roça era ensinado, as estratégias utilizadas na transmissão desse saber aproximavam e uniam o grupo familiar. A infância era um tempo em que o lúdico (as brincadeiras) se confundia com o aprendizado de uma ordem moral, que marcaria a trajetória dos indivíduos.

Os pais sistematizavam a transmissão desse saber entre os sexos da seguinte maneira: aos filhos homens era ensinado o trabalho na roça, enquanto as mulheres seguiam os ensinamentos da mãe, cuidavam da casa e dos irmãos menores, mas, isso não significa que as meninas eram excluídas da 'lida' e da roça.

Impedidos pelo DNOCS de contratar trabalhadores e sem condições financeiras, todos os membros das famílias tinham, necessariamente, que se envolver no trabalho do lote e realizar, sozinhas, todas as etapas do processo produtivo. No início, a maioria contava apenas com quatro mãos (do homem e da mulher); as relações entre os gêneros dividiam as atividades entre o que era permitido ao homem e à mulher. As mulheres limpavam, plantavam, adubavam e colhiam; cabia aos homens brocar, arrancar toco, pulverizar, fazer queimada e comercializar.

Afrânio Garcia (1990: 139) explica que o grupo doméstico trabalha e se esforça primeiro, com o objetivo de suprir as necessidades de consumo da família, depois para ocupar todos os membros do sexo masculino com o trabalho da roça e, também, para pagar trabalhadores alugados. Desse modo os filhos poderiam dedicar-se ao trabalho externo. Para a família camponesa o trabalho fora do lote é importante para socializar os filhos e dar-lhes autonomia no futuro, na medida em que podem ficar livres "do cabo da enxada".

A contratação de trabalhadores diaristas para auxiliar no período da colheita era uma prática comum para essas famílias no tempo do sítio. Além dessa proibição, os colonos também eram pressionados a plantar produtos que, segundo o DNOCS, agregariam mais valor de mercado. Os colonos não esconderam as insatisfações em relação às prioridades de cultivo definidas pelo DNOCS. Na narrativa que se segue, observamos que, para eles, a prioridade deveria ser aquilo que se come e não o que serve para vender.

64 A informante ficou muito emocionada ao contar essa história, rindo e com os olhos muito brilhantes, lembrando dos detalhes que marcaram a sua infância.

O que plantar toda vida era decidido pelo DNOCS, perguntava chegava e dizia você vai plantar aqui, o arroz separado e tudo era orientado (Sr. A. A. de Sousa 57 anos – colono)

Compatibilizar os valores implícitos nos objetivos e nas formas de trabalho, próprias de um Projeto de Irrigação, com valores de um projeto sedimentado numa ordem moral foi uma situação difícil e complicada, que resultou em perdas não-materiais, cujo dano afeta diretamente a qualidade de vida das pessoas. A experiência da Cooperativa é um bom exemplo para ilustrar essa situação, na medida em que o processo de falência e o conseqüente endividamento dos colonos, representou para estes uma agressão à moral e à honra das famílias. Estas, falam muito envergonhadas do fato de serem devedoras, ainda que, de uma dívida não contraída intencionalmente por elas. Ante esta situação de endividamento, os colonos sentem-se como se tivessem enganando alguém.

Outro aspecto, decorrente desta dívida, é a inadimplência e o nome dos associados listados nos sistemas de proteção ao crédito, ficando, assim, impossibilitados de pleitear qualquer recurso ou financiamento junto às instituições financeiras, bancos e programas de crédito disponibilizados pelo governo em qualquer nível, federal ou estadual, como o Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar - PRONAF, seguro SAFRA etc.

Desde o início, o valor conferido pelas famílias a certos aspectos do seu modo de vida vem confirmando a tese de que a qualidade de vida não está condicionada apenas à dimensão objetiva, que compreende a satisfação das necessidades imediatas dos indivíduos. No universo pesquisado, a maioria dos informantes afirmou que a qualidade de vida, no PISG, é boa. Nessas afirmações são feitas alusões a adjetivos como: sossego, segurança e amizade. Isso revela o significado de um tipo de sociabilidade baseada na transmissão de valores, numa forma de educação transmitida aos filhos, além, é claro, dos aspectos objetivos, como clima, paisagem e condições de vida, como se pode vê na narrativa abaixo:

Atualmente eu estudo em Patos né?, Mas, ainda hoje eu sinto falta daqui, é tão provável que todos os finais de semana eu estou em casa. E como eu me sinto bem de respirar aquele ar puro, de chegar à noite naquela brisa, de andar naquelas ruas calmas que lhes dá até tranqüilidade. Eu tenho como se fosse um refúgio, eu me realimento. E eu acho tão interessante, porque lá existe a partilha no meu ponto de vista, um vizinho vai lá na semana santa, troca a comida, faz um bolo lá pra o aniversário do filho manda um pedaço, existe muito isso existe muita essa troca, ajuda. Isso é tão provável que, muitas vezes

quando se tem pessoas necessitadas na comunidade, se tem um serviço de som na comunidade e o serviço de som serve como meio de comunicação pra fazer um apelo na comunidade, uma pessoa que tá necessitando, quem tiver um real manda, quem tiver um quilo de alimentos, então têm pessoas que hoje passaram por cirurgias custeadas pela própria comunidade (A.A.A., 21 anos – filho de colono)

Os juízos conferidos pelas famílias a sua própria realidade, reforçam os argumentos de que, a qualidade de vida para ser compreendida, precisa ser confrontada com a cultura e com a vida social. Por isso, é importante saber como as pessoas se organizam em comunidade e de que maneira bens como o trabalho podem comunicar os valores e a ordem moral do grupo.

No PISG, percebemos que durante certo tempo, os pais influenciam diretamente no destino dos filhos, no sentido de inculcar-lhes valores e comportamentos de uma ética, sob a qual eles foram criados e que acreditam ser boa para as suas vidas e as dos seus filhos, como o trabalho e a terra. Mas, essa influência vai até certo limite. Os diferentes caminhos profissionais e as opções de vida, assumidas pelos filhos dos colonos, tais como ser padre, artista plástico, comerciante, jornalista, auxiliar de enfermagem, professora, entre outros, contradizem o senso comum de que, na família camponesa todos os membros são submissos à autoridade da figura paterna.

Nas famílias do PISG, a consciência da autodisciplina e do respeito à figura paterna manifesta-se tanto na vivência, quanto no pensamento e no discurso dos indivíduos. Portanto, ainda que o pai expresse decisões, traduzindo a vontade de todo o grupo, sua autoridade sobre os filhos permanece num plano inconsciente e simbólico (Bourdieu, 2002: 84-85).

Segundo Queiroz (1965: 92), na família camponesa, a separação entre universo masculino e universo feminino se dá pelo fato de que, em circunstâncias excepcionais, a mulher assume o lugar e as funções do homem, diferentemente do que ocorre com a família burguesa, em que o universo masculino é considerado superior ao universo feminino, como mostra a narrativa:

Naquele tempo, era tudo assim nera, família grande, era um rebanho, aí depois Chico morreu e deixou o mais novo com três anos, aí acabei de criar, já tá com 22 anos o caçula que eu tenho, mas, eu vivia bem ele ajudava com os meninos pode perguntar os vizinhos aí dividia tudo, ele nunca empatou de ir pro lote, agora quando ele morreu é que eu assumi tudo (Dona L. F. S., 66anos – viúva de colono)

Segundo Lia Fukui (1972: 227), apesar da autoridade do pai, nas famílias camponesas homens e mulheres dividem as atividades entre a casa e a roça, tendo como eixo de orientação a consciência da mútua responsabilidade. As atividades domésticas são divididas entre os sexos. Enquanto os homens se encarregam de prover a casa, a mulher administra e cuida dos filhos. Percebemos que no PISG, em face das determinações do DNOCS, as famílias tiveram que modificar a organização do trabalho naquilo que se refere ao universo e ao domínio do que é masculino e do que é feminino⁶⁵. Esta mudança revela-se numa espécie de hierarquia de importância que torna o espaço do homem superior ao da mulher.

O trabalho na agricultura irrigada, da maneira como se processa no PISG, reforça o pertencimento das pessoas a uma mesma rede de relações sociais no interior do Projeto. Contudo, esse pertencimento não implica no confinamento dessas pessoas ao espaço do PISG. Mas, de fato, a interação entre os membros do grupo familiar é importante para a realização do trabalho, uma vez que as motivações aliadas ao desejo de satisfação das pessoas em fazerem coisas juntas se reflete na sua qualidade de vida (Mota, 2003:232).

A realização do colono inicia-se no ato de fazer a terra produzir. Esta é uma dimensão básica para a qualidade de vida dessas famílias, porque no instante em que se tem acesso à terra, o saber herdado na tradição passa a ser exercitado. E a partir daí, outras necessidades, como trabalho, sobrevivência e moradia são superadas. Portanto, tornar-se colono implicou na aquisição de um status simbolicamente representado, não apenas no fato de deixar de ser empregado, mas, sobretudo, de poder administrar o patrimônio da família e com a própria família, como mostra a narrativa que segue:

Olhe, o colono veio pra qui num foi pra trabalhar. Veio aqui um gerente do DNOCS e disse que 'ele não queria que o colono trabalhasse, ele tinha que fazer a administração dele', e não botar funcionário permanente, botar assim, pra ajudar porque era pra família ficar como responsável, mas eles diziam: 'quem tivesse a família mais pouca era melhor do que muita', eles orientavam, mas, nós já trazia a família crescida nera, porque olhe o DNOCS ele plantou bem direitinho né, hoje tá desandado porque a senhora sabe tem muita diferença, né?, Onde tem 400 ou 500 família, aqui, implantada, tem gente

65 García Jr (1983:122) assinala que o trabalho da roça desempenhado por homens, mulheres e crianças, seguia uma lógica própria de divisão que evidenciava a autoridade patriarcal. Segundo o autor "... cavar covas, operação feita com enxada, é tarefa masculina. Depositar as sementes na cova e cobri-la de terra com o pé é tarefa feminina, podendo ser feita também pelos filhos e filhas menores".

aqui de toda qualidade, tem gente desmantelado, tem gente mais organizado, porque até numa casa quando se tem 10 filhos tem gente de todo jeito, né? (Sr. J.G., 66 anos – colono)

Para a maioria das famílias do PISG, a realização pelo trabalho inclui a possibilidade de acumular recursos e multiplicar os bens, como aconteceu com os colonos “bem-sucedidos”. Muitos desses colonos fizeram outros investimentos como: imóveis, comércio e fábricas. Assim, esses colonos passaram a dispor de outras fontes de captação de rendas e recursos. Apesar de continuarem residindo nos núcleos e produzindo nos lotes, observamos que estes colonos confirmam a existência de um incipiente processo de diferenciação. Mesmo não tendo elementos que nos permitam afirmar que esta diferenciação seja decorrente de alguma forma de exploração pelo trabalho ou de acumulação, o fato é que, alguns desses colonos “bem-sucedidos” são os mesmos que praticam agiotagem e que são donos de casas de comércio como: padaria, mercadinhos e farmácia dentro dos núcleos.

No entanto, não identificamos nenhuma situação em que o colono mesmo tendo outros empreendimentos e adquirido certo padrão de vida tivesse abandonado o trabalho no lote. Contrariamente, muitos colonos até justificaram essa ambivalência de atividades como uma estratégia para equilibrar as receitas. Por exemplo, quando o preço do coco cai, o dinheiro dos alugueis complementa as despesas do lote.

Percebemos, então, que apesar das tensões vivenciadas pelas famílias e da postura reguladora do DNOCS, o trabalho na agricultura irrigada propiciou a melhoria das condições de vida para a maioria. Hoje, a maior preocupação delas é, por um lado, com o futuro do projeto de irrigação e, por outro, com a reprodução dos seus projetos de vida que inclui a sobrevivência dos seus descendentes, filho e netos e a permanência do patrimônio, aspectos que serão analisados no próximo capítulo.

CAPÍTULO 5

A REPRODUÇÃO DO PROJETO E A CONSTRUÇÃO DO FUTURO

Mesmo com as inovações, evoluções e novas sociabilidades em relação ao local, ao lugar comunitário e à cidade, a família, como (re)produtora dos meios sociais e culturais, tende a preservar, contudo, preservar não significa ausência de alteração, muito menos purismo; organiza-se num outro patamar, levando em conta o passado, porém alterado pelas condições sociais presentes (Tedesco, 1998, 121).

A possibilidade de continuar e permanecer num lugar representa, para as famílias do PISG, mais uma dimensão importante para compreender a qualidade de suas vidas. Quando falamos de continuidade, nos referimos às condições que se têm para garantir, no presente e no futuro, a reprodução social e material das famílias. Entre essas razões, destacamos o papel central do trabalho na terra, através do qual os indivíduos se realizam e elaboram juízos sobre a própria vida. Assim, neste capítulo, analisaremos a importância da relação entre os recursos materiais e a realização dos projetos humanos, individuais e coletivos, como condição para a satisfação das necessidades do grupo.

5.1 - A trajetória do DNOCS no PISG: emancipação e abandono

Como dissemos anteriormente, o DNOCS foi o órgão responsável pela execução da política de irrigação no semi-árido nordestino. Portanto, competia a ele construir a infraestrutura dos perímetros irrigados, colonizar as áreas de irrigação e implementar os Projetos. Nesse momento, daremos prioridade à análise da última etapa do processo de implementação

da política de irrigação, denominada de emancipação⁶⁶. Analisaremos os encaminhamentos dados pelo órgão para concluir esse processo, que é percebido pela população como abandono.

O afastamento do DNOCS da execução do projeto era algo que deveria ir ocorrendo gradativamente, à medida em que as associações e/ou cooperativas fossem se fortalecendo. De acordo com o discurso oficial, o processo de emancipação consistia em repassar para as famílias dos agricultores, através de convênios com o DNOCS, o controle das atividades relativas ao funcionamento dos projetos de irrigação e os respectivos encargos de sua manutenção.

Enquanto o processo de emancipação não se consolidava, deveria permanecer sob a responsabilidade do DNOCS: a reabilitação da infra-estrutura dos projetos, o repasse das máquinas, implementos, veículos, materiais de instalação disponíveis, como também, a prestação de assessoria técnica e a fiscalização dos referidos convênios (Queiroz, 1993: 40). Portanto, a emancipação não deveria significar, simplesmente, uma transferência de atividades para as famílias, e sim, que as famílias estavam aptas a assumir o efetivo exercício das atividades do projeto.

Mas, na realidade, a emancipação não tem correspondido ao que foi proposto no discurso oficial. Segundo os colonos, a emancipação tem significado uma reação administrativa do órgão, decorrente da falta de recursos institucionais e dos limites que se colocam ao exercício das práticas de assistência aos perímetros. A partir do ano de 1991, o DNOCS passou a priorizar a emancipação e acabou por transferir responsabilidades para as famílias, independentemente de terem completo domínio da situação da cooperativa e da Junta dos Usuários de Água de São Gonçalo (JUSG).

Constata-se que o DNOCS não conduziu adequadamente o processo de emancipação, na medida em que os órgãos governamentais federais, estaduais e municipais não integram as suas ações no PISG, nem assumem obrigações para com a população do Projeto, este anacronismo transforma-se em entraves para a melhoria das condições de vida das famílias.

Nos anos, em virtude da crise institucional que se abateu sobre o DNOCS, com ameaça constante de extinção, o PISG não tem recebido recursos para trabalhar e fazer manutenção nos equipamentos de infra-estrutura do projeto. Com os colonos inadimplentes

⁶⁶ Para conhecer com mais profundidade o processo de emancipação dos perímetros públicos de irrigação, ver os trabalhos de Graziano da Silva; Kageyama et all (1988) e Vilela (1991).

por causa da falência da Cooperativa, o Perímetro deixa de ser um contribuinte forte para o município e, como dizem as famílias, o Projeto fica entregue à própria “sorte”. Segundo os colonos, pode-se dizer que o PISG está abandonado. O contato com o poder municipal só acontece no período que antecede as eleições, por ocasião da corrida pelos votos. Os chamados cabos eleitorais, geralmente na pessoa de alguma liderança comunitária, exercem o papel de mediador, fazendo a ponte entre os secretários municipais, o prefeito e os núcleos. Neste momento, as tradicionais práticas eleitoreiras se repetem, promessas e compromissos são firmados em troca de votos. Mas, passado este período, novamente, os núcleos caem no esquecimento dos gestores, como anuncia um informante:

Crédito aqui acabou-se, porque devido aos problemas da cooperativa se isolou, nós estamos isolado do planeta terra, nós como agricultor. Não existe relação do PISG com Sousa. Sousa pra começar num tem mais governante. Sousa tá uma verdadeira vergonha, politicamente, a imoralidade é grande, o descaso é total. Se tivesse um incentivo municipal aqui, na região era importante demais, até uma água que a gente tinha aí foi desviada, se essa água tem caído dentro de São Gonçalo vindo de Coremas..., a transposição, em vez de ter ido pras Várzeas de Sousa. Hoje, Sousa, eu acredito, já teria voltado a crescer, economicamente e em função da agricultura, porque hoje o que vale pra pobre é agricultura, num tem esse negócio de fome zero, de governo, isso aí num vale nada, isso vai é criar mais ladrão, mais assassino e vagabundo (J.R., 36 anos – filho de colono)

A presença do DNOCS no Perímetro, atualmente, é parte de um jogo perverso. Por um lado, porque mantém as famílias presas a uma situação, na medida em que ainda não foram entregues os títulos de propriedade e, por outro lado, o DNOCS não realiza um trabalho mais sistemático no sentido de preparar a população para a eminente emancipação do Projeto. De certo modo, as narrativas corroboram a tese da inoperância do DNOCS nas áreas de irrigação:

A gente praticamente, não tem assistência, às vezes, eu me pergunto assim, pra que existe DNOCS. Num vejo sentido, num tem muita assistência não, porque aqui era pra ter o quê? O apoio de um técnico no lote, dificilmente vem, porque no início era assim, vinham os técnicos, andava nos lotes, orientava os colonos. Hoje, praticamente, eles estão se ausentando, existe lá só pra parte burocrática, fornecer documentos quando tá precisando, tem cadastro anualmente, os colonos vão lá, às vezes, quando tem reunião os colonos nem vão. Se você

presenciar uma reunião dos colonos com essa questão do DNOCS e da Cooperativa... Eu acho que é porque o pessoal já tá descrente, muitos anos, aí você vai ficando descrente num é, mas num existe muito apoio não, já existiu, hoje não, não sei por que, mas, é muito distante (M.C., 30 anos – filha de colono)

O DNOCS, hoje, limita-se a assessorar as famílias, fornecendo declarações, documentos para viabilizar a aposentadoria e sucessão do lote, assim como preparar relatórios técnicos. Tudo o que se refere à oferta e à promoção de políticas públicas nos núcleos é de responsabilidade do Município, que, por sua vez, não assume o Projeto como extensão do território da cidade. Desta forma, a população dos núcleos fica desprezada e sem receber quaisquer benefícios públicos para a construção e/ou ampliação das obras comunitárias de que tanto necessitam, tais como: quadra de esportes, praças, saneamento básico.

O governo federal também não cumpre a função de gestor e executor de uma obra por ele mesmo empreendida. E, sob a alegação de que o Perímetro já está em fase de emancipação, afasta-se cada vez mais das atividades. A Cooperativa não funciona e a JUSG justifica que os recursos, tanto materiais quanto técnicos, são insuficientes para atender às demandas das famílias colonas. Além disso, os recursos naturais (terra e água) são limitados e escassos, enquanto as famílias são numerosas.

Apesar dessa realidade, as famílias afirmam que o PISG é um local tranquilo, onde as pessoas interagem umas com as outras. E, é também, uma comunidade plural, onde os atores, cada vez mais, se relacionam com instituições e serviços que ampliam as relações de conhecimento. A união do grupo, aliada às dificuldades do processo de adaptação, acabaram por gerar, nessas famílias, um sentimento de pertencimento que funciona, inclusive, como mecanismo de resistência, que fortalece o desejo do próprio grupo de permanecer.

5.2 - Nós e os outros: diferenciação e exclusão

Os caminhos trilhados pelos informantes com o recurso da memória, muitas vezes, os conduziram por vielas, cujos sentidos superam as falas e o próprio texto narrado. Assim, destacamos nessa análise algumas categorias de referência, construídas pelas famílias, no curso das suas vidas e que expressam o significado dos valores e disposições que explicam as diferenças entre as pessoas, decorrentes, principalmente do sucesso de uns e do fracasso de outros.

5.2.1 - A diferenciação social: o sucesso para alguns

No início da colonização, no PISG, não eram nítidos os estratos que distinguiam as famílias. Em pouco tempo, o padrão das casas, a localização do lote, a capacidade empreendedora dos colonos, a proximidade do açude, transformaram-se em elementos que informavam sobre essas distinções.

Se alguns colonos traziam família numerosa, outros trouxeram só um ou dois filhos. Essa diferença também contribuiu para gerar distinções que se expressam no cotidiano dos núcleos e na sociabilidade das famílias. Rezava o contrato experimental assinado pelos colonos, que não era permitido a eles fazer nenhum tipo de transação, como: ceder, arrendar, emprestar, transferir, vender, hipotecar ou alienar o lote sem o devido consentimento do DNOCS. Na prática, muitos destes expedientes foram utilizados, sem que o DNOCS tomasse conhecimento e, ainda, quando o tomava, na maioria dos casos, acabava por homologar a transação, gerando, assim, insatisfações e queixas na relação entre os colonos e o órgão gestor. Alguns colonos declararam que o próprio DNOCS chegou a fazer trocas de lote agrícola. Este dado da troca de lotes é importante, para explicar casos isolados de colonos que se tornaram “bem sucedidos”, diferentemente de outros que “não prosperaram”.

Essa classificação dos colonos em bem sucedidos e os que não prosperaram é mencionada também por Maria José Carneiro e Monte-Môr (1981), entretanto Cunha (1998: 112) propôs uma definição abstraída da própria linguagem dos colonos. Os bem-sucedidos – os colonos que, durante a sua trajetória no Perímetro, foram capazes de manter o lote e de adquirirem bens de consumo duráveis, imóveis, carros entre outros, e que, ainda, no geral têm outro tipo de renda não agrícola, a exemplo de aluguéis de imóveis. Os que não prosperaram – são os maus administradores, que não viabilizaram a produção, não obtiveram renda suficiente para pagar os empréstimos contraídos via cooperativa, cultivar o lote, ou mesmo, suprir as necessidades da família.

Marcel Bursztyn (1984) ao analisar os Perímetros Irrigados de São Gonçalo e de Sumé, ambos na Paraíba, conclui que a família selecionada para ocupar um lote, já encontrava as regras do jogo estabelecidas, cabendo a ela seguir ou rejeitar. Aquelas que se adaptavam às imposições do DNOCS tornavam-se, então, uma categoria social diferenciada das demais, eram os privilegiados, portanto, recebiam todo tipo de incentivo e assistência. Segundo Bursztyn (1984: 83), a filosofia de trabalho adotada pelo DNOCS baseava-se no tradicional *slogan* coronelista “aos amigos pão, aos inimigos pau”.

As famílias, de maneira geral, fizeram reformas, e novas construções, modificando a arquitetura original dos domicílios. Mas, o padrão da moradia, o tipo de material utilizado nessas construções, os móveis e utensílios domésticos, sobretudo, os eletrodomésticos e aparelhos eletrônicos são referenciais distintivos que identificam as famílias como “bem sucedidas” e aquelas que “não prosperaram” (Foto 11).

As primeiras reformas tiveram como objetivo ampliar o tamanho das casas para oferecer conforto ao grupo doméstico. Independentemente da condição do colono, as reformas e adaptações no padrão de construção das casas é uma situação recorrente na vida das famílias. (Foto 12). Mas, para aquelas que “não-prosperaram”, as reformas e construções são feitas para abrigar as famílias dos filhos que se casaram. Isto é, os pais constroem “parede e meia”, a casa para um filho ou filha, de um lado, depois do outro, depois nos fundos, e, por último, acima, são as chamadas puxadas⁶⁷.



Foto 11 - Casa padrão de colonos

⁶⁷ As construções, denominadas de “puxadas”, assemelham-se aos vagões de trem. Como podemos constatar na imagem, foram feitas, principalmente pelos colonos que “não prosperaram”. São construções para os lados e/ou para os fundos das casas, com três ou quatro cômodos, que servem para abrigar os filhos casados.

Para as famílias, a condição da moradia e o padrão de construção são elementos que influenciam na avaliação que as pessoas fazem da qualidade de vida delas, mas também, representam status, sucesso e realização. No período em que estivemos na área, as mulheres e, em alguns casos, os homens, nos convidavam para entrar e caminhar pelos ambientes, mostrando com orgulho os detalhes das reformas e os móveis comprados. Contrariamente, as famílias que não puderam fazer nenhum tipo de reforma se preocupavam em justificar o porquê de não terem conseguido fazê-las.



Foto 12 - Casa de Colono com puxadas para casa dos filhos

Nos filhos mais jovens, era visível a expressão e o sentimento de vergonha quando a casa não tinha uma aparência bonita, paredes limpas, nem uma mobília luxuosa para mostrar. Muitos jovens se preocuparam em explicar o problema, argumentando que a família não vivia bem, porque o pai havia se desviado das atividades, abandonado o lote por causa da bebida. Na opinião desses filhos, aspectos como o alcoolismo, explicam porque o grupo não conseguiu se sobressair e melhorar as condições de vida. Observamos que algumas vezes essas explicações, expressavam certo tom de revolta, como ilustra a narrativa abaixo:

Eu acho que meu marido é alcoólatra, ele não se controla é muito ignorante se você visse antes, quando a gente chegou aqui eu passei uma temporada bem, bem mesmo. Logo quando nós chegamos, nós se aperriemos, sem nada, minha roupa era

um vestido de saco, mas, eu era feliz porque eu tinha paz na minha vida. Nós ia pro lote, trabalhava, os meninos, eu deixava com Lucelita a mais velha, ela já era maiorzinha aí nós ia de carroça que nem eu te falei com o bucho pela boca. Aí, montava na carroça e desabava pra o lote. Quando chegava lá ficava em cima dessa carroça, tangendo os jumentos e ele quebrando o milho, aí quando ele recebeu umas mangueiras de uns doutor que foram dando a mão, aí aja amigo, aja amigo, chamando ele, que era um frete, sei que nessas viajinha nesses fretes ai, quando deu fé ele danou-se a chegar bebo, aí tu sabe bebo como é né?, aí começou o dismantelo, começou o destruimento. Olhe eu já tive vida boa, mas também, já teve dia que eu desejava me matar, tirar minha vida de tanto fragelo, de tanto apêrreio. (Dona M. D., 55 anos – esposa de colono).

A narrativa revela problemas de natureza subjetiva, relacionados aos vícios e que desencadeiam conflitos que afetam determinadas famílias. Os vícios, principalmente, o alcoolismo, de certo modo, segundo os informantes explicam o insucesso de algumas famílias, porque impediu que estas fizessem melhor uso da oportunidade que se lhes apresentou com a conquista do lote. Analisando as oportunidades oferecidas às famílias que ingressaram no PISG e a teoria da capacidade e dos funcionamentos de Amartya Sen (1996: 32), concluímos que a entrada num Projeto de Irrigação foi a base, a partir da qual as famílias poderiam alcançar a qualidade de vida e o bem-estar.

Contrariamente, as famílias tidas como “bem-sucedidas”, depois de anos trabalhando, conseguiram acumular recursos e fazer outros investimentos, como por exemplo, comprar imóveis de aluguel e estabelecimentos comerciais (padaria, farmácia e mercadinhos) dentro e fora dos núcleos. O resultado desses investimentos é, de certo modo, uma minimização das atividades agrícolas e, conseqüentemente, mais economia de mão-de-obra e trabalho.

Uma característica dos colonos “bem-sucedidos” é que estes, por disporem de mais recursos, estão sempre dispostos a comprar terra, valendo-se do argumento de que os lotes adquiridos representam a segurança dos filhos e genros. Assim, quando alguma família anuncia que deixará o Perímetro, esses colonos imediatamente estabelecem um preço para as “benfeitorias” que, na prática, é o próprio lote. Assim, curiosamente, encontramos colonos que possuem três, cinco e até dez lotes.

Para os colonos que “não prosperaram”, o lote é a alternativa concreta para garantir o futuro dos filhos, embora, na maioria dessas famílias os filhos insistam na migração como solução para resolver o problema da falta de terra e de trabalho. É evidente que muitos filhos

de colono justificam a opção de migrar, por livre e espontânea vontade. Outros, porém, migram porque não têm como permanecer no Perímetro. O resultado dessa migração involuntária, é que as pessoas não se adaptam ou não conseguem arranjar emprego na cidade e aí retornam, passando a fazer uma espécie de migração sazonal, isto é, migram apenas em épocas determinadas para trabalhar e conseguir algum dinheiro, depois retornam ao Perímetro e voltam a migrar quando o dinheiro acaba.

Morando tão próximas, as famílias que antes eram constituídas pelo pai, mãe e os filhos solteiros, tiveram que acomodar outros membros dentro do mesmo lote habitacional transformando-se numa família extensa, como revela a narrativa que segue:

Olhe, aqui é sempre que nem eu aqui. Olhe, a casa de meu sogro é aqui pegada a minha. Sempre mora assim, um mora dum lado, tem casa de colono que têm três filhos morando pegado, um morando dum lado e outro morando do outro, outro mora dentro do muro; é tudo perto, porque nem tem lote mais pra fazer casa e já aproveita o espaço, né?, A parede de um já diminui aqueles tijolos pra fazer, já faz pegado pra diminuir a despesa, sempre é assim e um já fica com o filho do outro, minha sogra mesmo fica com o meu, isso já é uma forma de ajuda (L.G., 28 anos – filha de colono).

Além da falta de terra, o acesso aos recursos naturais, como a água é outro aspecto que cria diferenças entre as famílias. A escassez de água não afeta todos os irrigantes na mesma proporção. A localização do lote, mais ou menos próximo ao açude é um fator que influencia na capacidade das famílias de se beneficiar desse recurso. A diferença entre as famílias e entre os núcleos, tendo como causa a água, ocorre pelo fato de que a proximidade do reservatório, o Açude de São Gonçalo, acaba favorecendo as atividades em determinado setores, como é o caso dos setores que ficam nos núcleos I e II, que asseguram, por um período mais longo, a umidade dos solos, um volume maior de água nos canais e drenos e, ainda, o favorecimento do próprio lençol freático. Por essa razão, a alternativa de perfurar poços artesianos e amazonas, na maioria dos lotes que ficam nesses núcleos, tem surtido efeito satisfatório embora, evidentemente, outros problemas tenham surgido em decorrência dessas perfurações, entre estes a erosão (Foto 13 e 14).

Já as famílias que residem no núcleo III, são bastante afetadas com o problema da escassez de água. Na maioria dos lotes deste núcleo, por razões já citadas, a irrigação

praticamente não acontece. Além disso, os poços e cacimbões dos setores que ficam nesta área não têm uma vazão d'água boa. E ainda, os lotes deste núcleo foram os últimos a serem entregues, portanto, não restava mais nenhuma opção de troca de lote para as famílias.

Atualmente, salta aos olhos, por exemplo, a diferença quanto ao padrão de vida, entre as famílias do núcleo III e as famílias dos dois outros núcleos. É no núcleo III onde se constata a ocorrência do maior número de migrações e também de venda de lotes. Nesse núcleo, há poucos estabelecimentos comerciais e também não houve dinamismo nas atividades ligadas à agropecuária. Os recursos que circulam provêm de remessas de dinheiro, enviadas pelos filhos que migraram, assim como, das aposentadorias, pensões e dos empregos públicos no Estado ou no Município. Vejamos a narrativa que segue:

Tem uma parte do meu lote que é improdutivo. Lá num dá nada porque num tem água pra irrigar são 3,0 ha e 8.500m são quase 4,0 ha o meu lote, aí só tem 1,5 hectare produzindo, o restante num produz nada, desde 1990 pra cá que eu num plantei nada, porque num tem inverno pra plantar, os inverno tudo fraco. Eu plantei uma vez no inverno arrisquei e perdi, aí pronto de lá pra cá eu num plantei mais não, mas, agora em janeiro eu vou vê se eu arrisco de novo. Porque também se a gente for esperar a irrigação de 60 em 60 dias, ai num dá não, num tem condições não. Por causa do problema da água tá quase todo mundo parado, quem tem uma areazinha de coco tá se mantendo, e quem num tem ... tem muitos deles aí que num tem nada, um pingo d'água a senhora num vê nada verde no lote. Essa região aí do outro lado, naquela região nossa ali, tem muitos pais de família que eu num sei como é que vive, sei não (Sr. L S. de A., 57 anos – colono)



Foto 13 – Poço Amazonas



Foto 14 - Motor Puxando água p/ irrigação

Indignadas com essa situação, as famílias acusam os políticos e os governantes locais de serem insensíveis aos problemas causados pela escassez de água. A solução definitiva para esse problema, segundo elas, é a transposição da água do reservatório de Coremas ou do Rio São Francisco para o açude de São Gonçalo. Portanto, atualmente, a falta de recursos hídricos é um grave problema para a qualidade de vida das famílias, porque prejudica diretamente a sua sustentabilidade econômica.

Apesar das dificuldades naturais e estruturais que atingem o núcleo III, constatamos que, em todos os núcleos existem as associações de moradores, mas, segundo as próprias famílias, nos núcleos I e II, estas não desempenham nenhuma função efetivamente, a não ser em momentos específicos e por razões contingenciais, como a reivindicação da água tratada ou da transposição da água de Coremas para o açude de São Gonçalo. Já o núcleo III, que é visivelmente o núcleo mais carente, a associação possui uma agenda de reivindicações de bens coletivos, como: saneamento básico, quadra de lazer, terrenos para construção de moradia, programas de combate às drogas, alcoolismo etc, como narra o presidente da associação:

A gente tá querendo que os poderes públicos dê mais atenção a nossa comunidade que são praticamente..., é quase esquecida e a gente tá sempre batalhando prá que possamos dar um futuro melhor aos nossos filhos. Temos sonho aqui de a gente levantar uma quadra de esporte, inclusive com recursos da comunidade, pra que os jovens possam freqüentar o esporte pra num tá freqüentando outras coisas. Então a gente tá com um projeto... pra dar continuidade numa quadra dançante que a gente tem aí, a gente vai fazer um ginásio de esporte aqui, que vai ficar a mesma quadra e no mesmo instante fica o ginásio, então eu vejo que aí é um futuro que vai dar prioridade pra os jovens, pra que ele possa trabalhar e durante o dia ou estudar, e a noite bater seu esportizinho e ter um lazerzinho mais adequado pra ele (F.L., 42 anos – filho de colono e Presidente da associação de moradores do Núcleo III).

O núcleo III possui, ainda, um fundo solidário para atender aos associados nas situações emergenciais de privação, como pagamento da energia elétrica do lote, consultas e exames médicos, transporte de alguma pessoa, entre outros serviços. De certa forma, a falta de recursos que aflige a maior parte das famílias desta área é compensada pelo espírito de associativismo e solidariedade. Ressalta-se que, se nos outros núcleos, a presença da favela é um fato relevante para as famílias, no núcleo III, a população sequer permitiu que lá se estabelecesse tal situação, ou seja, simplesmente lá não existe a chamada área da “favela”. Sobre esse fenômeno falaremos no próximo item. (Foto 15).



Foto 15 - Área da “favela”

Apesar da dura realidade que é a vida no Perímetro nos dias de hoje, a oportunidade de melhorar de vida oferecida pela irrigação significou, para a maioria das famílias, a grande conquista, a síntese de todos os sonhos que, infelizmente, nem todos conseguiram realizar. Talvez, porque esse é um processo em curso, no qual a qualidade da vida representada depende das possibilidades de inclusão que se apresentam as pessoas num determinado espaço.

5.2.2 - A construção da periferia: os excluídos

A relação entre as famílias do PISG, as “bem-sucedidas e os que não prosperaram” tem sido, em geral de companheirismo e amizade, apesar das diferenças evidenciadas no poder aquisitivo e nas condições de vida. No entanto, não podemos dizer o mesmo da relação entre essas famílias do PISG e as da “favela”.

A “favela” compreende exatamente a área que fica na periferia dos núcleos habitacionais. Quanto à população da “favela”, uma parte é composta pelos pequenos produtores da faixa seca. Alguns destes, são pessoas que não conseguiram ser selecionadas para o PISG e que produzem em áreas localizadas no entorno do Perímetro, em terrenos de propriedade particular ou em terrenos de propriedade do DNOCS, formam o grupo dos “favelados”. Geralmente, residem em casas que não seguem o padrão arquitetônico das casas dos núcleos planejadas pelo DNOCS, muitas das casas da “favela” não são rebocadas, não obedecem a nenhum tipo de alinhamento e não dispõem de saneamento básico.

Outra parte da população que reside na área da “favela”, é composta pelas famílias dos filhos dos colonos e que, portanto, não são reconhecidos pelas famílias colonas como “favelados”. Estes, por sua vez, residem em casas de alvenaria, algumas com padrão de construção, material do piso, banheiros, cobertura e fachada superiores aos das casas construídas pelo DNOCS. Esses filhos de colono, geralmente, trabalham com os pais, administrando o lote, especialmente, nos casos em que os pais são idosos ou doentes, ou como já citamos, administrando alguma área cedida pelos pais.

No início, a relação entre famílias faveladas e colonas foi equilibrada visto que as famílias colonas ofereciam trabalho às famílias da favela. Estas, em troca, ofereciam mão-de-obra e assim, ambas se beneficiavam. Mas, essa realidade vem sendo modificada. A falência da cooperativa e a redução no volume da água do açude têm contribuído para a redução das atividades produtivas e, conseqüentemente, para um processo de perda da capacidade de investimento das famílias colonas, agravando, ainda mais, o processo de empobrecimento das famílias que moram no entorno.

Além da diminuição das atividades produtivas no Perímetro, muitas das famílias “bem-sucedidas” não têm mais condições de oferecer trabalho aos favelados, por causa dos filhos que se casaram, sendo mais lógico para os pais beneficiar esses filhos casados ao invés de alguém de fora. A ausência de trabalho tem se refletido tanto nas condições materiais de sobrevivência das famílias da “favela” quanto na ordem moral. As análises feitas por Cynthia Sarti (2003) indicam que a base moral das famílias pobres é construída sobre os princípios do trabalho e da honestidade, uma vez que essas são igualmente importantes para o reconhecimento de uma identidade.

Quando se fala do pobre, desempregado ou aquele que não tem trabalho, a situação do desemprego atribui à expressão uma conotação negativa. No PISG, esta relação acaba servindo também para estigmatizar as famílias. Por exemplo, o fato das famílias faveladas não terem em trabalho certo e viverem de “bicos”, leva às famílias dos irrigantes, que possuem um lote para trabalhar a se auto-afirmarem, positivamente, como ‘nós’, e se referirem às famílias que moram na periferia dos núcleos, exceto seus próprios filhos, como favelados, os ‘outros’, pessoas que trazem vícios, desordem, maus exemplos e más influências para dentro do Perímetro, semelhante às categorias *outsiders e estabelecidos*, construídas por Norbert Elias (2000).

Como *outsiders*, essas famílias da “favela” são acusadas de influenciarem negativamente a vida social do Projeto, de modificarem a paisagem local, trazendo para o

PISG os bares, as mesas de sinucas e bancas de jogo. Poucos são os colonos que ressaltam as qualidades dos favelados ou a utilidade deles nos trabalhos temporários dos lotes e das casas dos colonos. A maioria, sobretudo, as mulheres dos colonos e mães de família, atribui aos favelados a responsabilidade pelo declínio da moral e dos bons costumes no Perímetro, atraindo, especialmente os jovens para o álcool e o jogo.

Talvez pela própria localização geográfica dos núcleos I e II, nas proximidades com as rodovias pavimentadas e a facilidade do acesso à água, estes têm atraído cada vez mais pessoas, sem terra e sem teto, que ali fixam moradia e alimentam a possibilidade de encontrar trabalho. Segundo informações do DNOCS, a cada dia surgem novas áreas invadidas, tanto na periferia dos núcleos, quanto do DNOCS e da Cooperativa. Já passa de sessenta e oito a quantidade de lotes irregulares no PISG. Quando é identificada uma área invadida, imediatamente, o DNOCS registra o fato *in loco*, documenta a invasão e, em seguida, envia uma comunicação formal à direção geral do órgão, que fica em Fortaleza⁶⁸. No entanto, não há registro de casos que tenham sido solucionados pelo DNOCS.

O aumento do contingente populacional nas “favelas” tem contribuído para aumentar a competição pela ocupação do espaço e pela apropriação dos recursos naturais na área do Projeto, com o processo de entrada de pessoas, os problemas relativos à falta de saneamento básico, insuficiência de redes de esgoto, água tratada e coleta de lixo se avolumaram.

Os colonos afirmaram que, desde o início, as condições de infra-estrutura do Projeto - canais, drenos, assistência técnica e de moradia - só tinham capacidade para atender satisfatoriamente à população dos núcleos I e II. Com a instalação das “favelas”, nesses núcleos, o núcleo III, que fica mais distante do açude e onde praticamente não foi permitida a instalação dessas “favelas”, ficou numa situação ainda mais difícil. A assistência e os serviços sociais nesse núcleo, atualmente são muito precários, como revela a narrativa abaixo:

É porque lá no núcleo III tem sítio que já morreu de sede lá, quando não tinha essa água saneada aqui, sabe o que é que eles faziam, tem um canal grande aí botava assim, um palmo d'água no canal, uns 20cm d'água direto, naquela água ali dentro tinha até animal morto lá dentro. E dali eles bombeavam aquela água para a caixa aí da caixa saía à água pras casa. Passaram uns 20 anos desse jeito, eu mermo cansei

68 Segundo informações das assistentes sociais do DNOCS que trabalham no PISG, o distrito do DNOCS, em São Gonçalo nunca recebeu resposta acerca dos casos de invasão denunciadas.

de ir na casa de uns irmão meu que tinha lá, do jeito que eu saía daqui voltava, a gente tinha medo de beber água lá, porque a aguinha daqui era tratada, filtrada era do açude mais já era tratada aqui pertinho num ia pra dentro de canal, vinha direto dos cano (Sr J.G., colono – 66 anos).

Nas narrativas, identificamos o impacto causado pelas mudanças nas relações de trabalho dentro do Perímetro, tanto nas atividades desenvolvidas nos lotes quanto no trabalho doméstico, especialmente, faxinas nas casas dos colonos, lavagem de roupa, cuidado com as crianças. As famílias colonas afirmam que, *já não se pode mais colocar pessoas da favela para ajudar em casa, nem para trabalhar nos lotes porque elas acabam colocando a pessoa na justiça, no pau*. É comum, entre os favelados, haver aqueles que fazem o movimento freqüente de migração⁶⁹ sazonal para São Paulo e outras regiões.

De qualquer modo, é importante reter que, sendo essa migração feita por indivíduos, o movimento que eles fazem de ida e volta, implica um processo ativo que redefine trajetórias e conceitos a partir da incorporação de novos hábitos. Em São Gonçalo, esses conceitos adquiriram visibilidade, principalmente com a introdução de uma cultura de direitos, que institui relações de trabalho as quais as famílias não estão acostumadas.

O conflito entre as famílias (*estabelecidas*) e os favelados (*outsiders*) passa a ter, como causa, a ameaça que estes últimos representam ao estilo de vida e à ordem moral das famílias colonas, simbolizadas pela concorrência e disputa de espaços entre os dois grupos. As famílias que residem nas “favelas” são acusadas de transgredirem as normas de convivência da comunidade do Projeto. Atribui-se aos favelados, a responsabilidade pelo surgimento de novos costumes e práticas como: separações, gravidez na adolescência, novos arranjos domésticos e sexo fora do casamento. Os colonos se referem a essas pessoas (*os favelados*) com certa revolta, por acreditarem que elas acabaram se apossando de áreas e oportunidades que, para eles deveriam ser exclusivamente dos seus filhos e netos.

A relação competitiva que se estabeleceu entre as famílias do PISG e as famílias da “favela” é uma situação tipicamente excludente, porque demonstra a existência de certa hierarquia social e, conseqüentemente, de um contrato que confere poder às famílias que controlam os meios de produção, fazendo com que estas ordenem a forma de viver no

⁶⁹ Esse movimento de migração será analisado no item 5.3.2 quando discutiremos as estratégias de reprodução e continuidades dos projetos das famílias.

Perímetro. Mas, de fato, esta situação conflituosa tornou-se mais evidente pela ausência de trabalho e de terra. Estes conflitos fazem parte dos processos de adaptação e resistência das famílias para garantir a permanência no Projeto e o acesso aos bens que as tornam socialmente incluídas.

5.3 - Resistência, adaptação e mudanças

As famílias, em geral, denotam preocupações com o futuro do Projeto. Entre estas, analisaremos as estratégias adotadas para viabilizar a continuidade. Desse modo, ressaltamos: as incertezas quanto ao trabalho na produção irrigada; o futuro dos jovens e as alternativas que se apresentam para permanecer ou migrar; as alianças, a ampliação das redes de parentesco; as reciprocidades e a economia das trocas e, por último, algumas conseqüências desse processo, representadas pela sucessão e herança da terra.

5.3.1 - O trabalho incerto e o futuro das famílias

O que simboliza, para as famílias do PISG, a realização como colonos é a certeza de ter uma terra para trabalhar e depois trabalhar para si mesmo, podendo oferecer aos filhos uma vida melhor com oportunidade de estudar, por exemplo. O trabalho no lote é, então, um *habitus* adquirido e internalizado pelos filhos dos colonos e que perpassa todos os campos da vida. A influência do *habitus* se manifesta nas conversas diárias, no momento das refeições, na orientação do trabalho da casa. Daí porque, a maioria desses filhos não vislumbrarem outros horizontes e expectativas de vida.

O trabalho na terra, para essas famílias tem um valor, cujo cálculo assenta-se sobre as bases da economia moral, de que fala Scott (1976), e da ordem moral como analisa Woortmann. K (1990). Em ambas, aprender a trabalhar na terra é um patrimônio, que deve passar de uma geração a outra, incorporando a lógica do trabalho familiar ancestral e tornando-se uma referência para se construir sob novas condições o futuro (Woortmann, E., 2004).

Ante a lógica do trabalho familiar, os colonos afirmaram que, desde o início, havia uma preocupação relacionada ao fato de serem numerosas as famílias selecionadas, para os colonos pais de família o envolvimento de todos os membros nas atividades do lote, em longo prazo poderia significar uma faca de dois gumes. Porque, por um lado, na medida em que toda a família se envolvesse com o trabalho do lote, o que fortalecia a lógica da produção familiar, por outro, isso certamente desencadearia um grave problema para o futuro. Isto é, como ficaria a sobrevivência do grupo quando chegasse o momento dos filhos constituírem suas próprias famílias? Isso porque não há como expandir a área do lote, nem multiplicar progressivamente a

renda gerada com a produção e assim, os recursos tornar-se-iam insuficientes para manter cinco, seis famílias, ou mais, num lote de 5 ha que, na maioria das vezes, tem apenas, 2,5 ha ou 3,5 ha produtivos (Foto 16).



Foto 16 – Lote com área improdutiva

Para solucionar o problema da falta de terra e de trabalho para os filhos, os pais utilizam a estratégia de dividir o lote com os filhos. Por exemplo, um lote de 4,5 ha, o pai destina 1,0 ha para que um filho faça algum plantio, na maioria das vezes, os pais já entregam o pedaço de terra, como eles dizem, situado com alguma cultura, banana ou coco. Nas famílias dos colonos, em que os pais já são aposentados, a responsabilidade do lote é passada para os filhos, enquanto os pais ficam apenas na administração dos lotes e na comercialização dos produtos, como narra um informante:

É os 03 homi e 04 comigo e quase todas as famílias tá nessa situação, porque o projeto que foi feito, ele num foi feito assim, numa maneira que num pensaram assim, que esse povo ia crescer e ia casar; eu acho que num pensaram, e casam quase todos com gente daqui mesmo. É, e ainda tem os netos, olhe esse pequenininho aqui (apontando para o neto) vai pra o lote todo dia, já vai já trabalhá e os meus também, desse tamanho, já iam pra o lote, deixar recado, catava feijão mais eu, tudo pequenininho assim, botava um numa carreira e eu ia em outra, botava os dois do outro lado e catava o feijão todinho e plantava, e esse aí desse tamanho a gente tira o leite da vaca, bem cedinho e ele vai levar, ele e o outro, o irmãozinho,

começa assim, e vai pra escola, aí o outro quando chega da escola vai pra o lote, o outro vai de manhã que estuda à tarde e quando os meus meninos eram pequenos era assim (Dona F. S., 38 anos – esposa de colono).

Analisando, objetivamente, os chefes da parentela reconhecem a impossibilidade de com pouca terra e recursos escassos assegurar condições de vida para tantas pessoas, mesmo dividindo o trabalho no lote com os filhos e genros que continuam ligados à parentela. Entretanto, subjetivamente, temem a saída dos filhos, sobretudo, se eles tiverem que deixar a agricultura, porque, para os pais, além da separação, encarada como o “corte do cordão umbilical”, eles acreditam que longe da família e das redes de ajuda existentes no Perímetro, os filhos enfrentarão muitas privações.

Ante as dificuldades que tornam o trabalho incerto e ameaçam o futuro das famílias, as opiniões se dividem entre pais e filhos, irmãos e parentes. Praticamente todos os filhos dos colonos, homens e mulheres têm conhecimento das práticas agrícolas, no entanto, há aqueles que não se identificam com o trabalho na agricultura, permanecendo no Perímetro, apenas, porque ainda não têm possibilidade de sair. Alguns filhos dos colonos, especialmente daqueles que “não-prosperaram” analisam a vida dos pais, as dificuldades financeiras que estes enfrentam e concluem que talvez não valha a pena trabalhar no lote. Justificam que o trabalho na roça é árduo e mal remunerado. Vejamos o que nos diz um informante:

Quem é que gosta de trabalhar em lote homi?, num tem quem goste não, eu sou doido pra sair daqui, eu já queria ter terminado o terceiro pra ir embora, como a maioria dos jovens daqui, tão indo embora por causa que num tem fonte de renda aqui (A. F. L., 17 anos – filho de colono)

Mas, a maioria dos filhos, desde muito cedo internalizam um sentimento afetivo pelo trabalho e afirmam que este ofício é contagiante, pois lidar com a terra requer envolvimento afetivo, como revela a narrativa:

Eu tenho um sobrinho que ele trabalha muito, ele estuda, a mãe dele quer que ele só estude, mais ele não quer só estudar. Ele estuda, cria bode, tira ração, vai pra o lote, ela quer tirar e ele não deixa, ela quer que ele se dedique só no estudo e ele estuda mas, num quer nem saber, começou comprando um bicho, comprando outro, aí já tem um monte num quer nem saber, ele acha bonito sabe o sonho dele é ter uma fazenda

com cavalos, bois coelhos. Eu achei tão interessante, um dia até um urubu ele inventou de criar. Ele acha muito bonito tudo o que faz parte da natureza, parece que chama a atenção dele, é vocação mesmo. E ele já diz que quer terminar o segundo grau lá na escola agrotécnica (L.B.D., 23 anos – filha de colono)

As impressões desses filhos de colonos podem ser explicadas pelo fato de que o trabalho na roça é um saber aprendido na infância, de maneira lúdica e prazerosa. Apesar da interferência da tecnologia, não há, nesta forma de produzir uma transformação alienante no curso do processo de produção, quer dizer, o agricultor não perde completamente a identificação com a sua criatura – o produto.

Portanto, essa maneira de conceber o trabalho faz como que ele seja produtor não só de mercadorias, mas também do “afeto da terra” como afirma Brandão (1999). Desse modo, o saber-fazer internalizado através da prática do trabalho e o sentimento de pertença geram disposições que, muitas vezes, levam esses filhos a transgredirem as normas instituídas, por exemplo, invadir áreas do DNOCS ou da Cooperativa com a finalidade de obter uma terra para trabalhar e fixar moradia naquele lugar.

Os terrenos invadidos correspondem às áreas onde estão localizados os prédios, galpões e garagens da Cooperativa e as áreas de Reserva Legal que estão sob o domínio do DNOCS, além dos terrenos que ficam no entorno dos núcleos habitacionais. Tais invasões ocorrem, geralmente, à revelia dos pais, antigos colonos que mesmo reconhecendo a necessidade de ampliação do Projeto para atender à demanda das famílias que se reproduziram, reprovam as atitudes dos filhos. Os pais concebem o ato de invadir e tomar posse de terras, mesmo que estas sejam do governo, como “mexer no alheio”. Para eles, isto não é atitude de gente de bem.

Quando se fala da inexistência de políticas públicas para atender às necessidades e oferta de bens capazes de favorecer a qualidade de vida das populações que vivem no meio rural, estamos nos referindo às situações como esta, na qual as famílias acreditam no trabalho da terra. No entanto, falta a elas condições para investir e tornar mais eficaz o processo produtivo como um todo. Como afirmam os informantes, *entra governo e sai governo e aqui, pra nós, não chega nada.*

Assim como a água, a falta de terras para os filhos morarem e trabalharem é um problema que influencia na qualidade de vida das famílias. Uma vez que, não havendo terra também não há como pensar em trabalho e é preciso fazer com que a terra disponível produza

incessantemente, e aí surge outro problema ainda mais grave que é o uso indiscriminado dos insumos químicos agrotóxicos, herbicidas, pesticidas. *Esta prática tem repercutido negativamente não só sobre a qualidade da água, como também sobre a saúde da população local, a biodiversidade da região, a produção, a qualidade dos produtos e a fertilidade dos solos* (Freitas, 1999: 129).

Com tudo isto que é aplicado mudou muito a qualidade do solo. Hoje, é inferior, meu pai mesmo tem lá no lote dele uma terra que plantava, sempre plantava, todo ano, plantava e dava, agora tem um terreno lá que é isolado, porque se plantar todo ano seguido num dá cultura que preste, o terreno tá muito cansado devido os venenos que usa. Os agrotóxicos. Usa muito, aqui tudo que planta só tira se tiver muito agrotóxico, o coco de 15 em 15 dias; o coqueiro aqui é pulverizado, tomate se plantar, se num pulverizar todo dia num dá por causa da mosca branca e dos insetos que tem aqui, tudo agora é agrotóxico demais. Inclusive, depois dessa época pra cá que tá tendo muito assim, essa pulverização com agrotóxico, o nível de câncer aqui dentro aumentou demais os casos de câncer aumentou bastante; e o pior, a gente consome tudo, o que eles colhem, uma parte fica em casa, né? Outra parte é pra comercializar, tem arroz, tem banana, tem goiaba tem, tem tudo o coco tudo é do lote, o milho, o feijão (L.G.,30 anos –filha de colono).

Os colonos afirmam que fazem uso dos venenos com moderação, porém reconhecem que, no início, não era necessário adotar nenhum desses procedimentos para produzir. Mas, hoje, é necessário usar mais de vinte tipos de veneno para obter qualquer produção. A aplicação desses produtos é feita, na maioria das vezes, sem nenhuma proteção e sem qualquer recomendação técnica o que, sem dúvida, acaba prejudicando a saúde das pessoas e a qualidade dos recursos, água e solo, principalmente, como narrou uma informante, quando perguntamos se havia evidências dos males causados à saúde dos colonos, em decorrência do uso de agrotóxicos:

Tem demais porque o pessoal pulveriza desde a raiz do coco e o pior que tem é a tomate, por exemplo, tem muito cabra aqui que planta tomate, mas eu num como não, eu como quando eu planto, porque eu sei o que é que eu vou fazer. Quando chega o período de colheita, eu passo 15 dias sem aplicar o veneno pra tirar, mas, tem muita gente aqui que num quer nem saber, quer saber se tira muito, pode matar como matar, se for colher amanhã ele pulveriza hoje, se tiver inseto, e colhe, chega os

cabra pra colher, num tem um controle porque era pra ter, num é? Vai colher amanhã, ele não pulveriza se não vai matar a população toda de CA, como tem por aí. E mesmo assim a produção só vem caindo depois dessa mosca branca, ninguém produz não, é tudo pela metade até os coqueiros agora num tá produzindo mais nada, você pulveriza é mesmo que nada da uma feridazinha chama ferida, da uma broca aí o pessoal num quer não, é rufugo, aquilo, aí o cabra tira 5.000 coco perde 4.000, aí o futuro ninguém sabe como é não, num tem um técnico pra orientar, num tem nada é tudo por conta da gente ai fica tudo voando, o que é que eu vou usar, num tem um técnico pra orientar num faz uma palestra, num faz nada; é claro que a maioria da gente aqui, já vive há muitos anos de agricultura mais num... de coco, é pouco tempo, de uns 10 anos pra cá, sem nenhuma assistência técnica (Sr. C.A.A., 45 anos – colono).

Segundo as agentes comunitárias de saúde (AGS), há evidências de que os inúmeros casos de câncer, descobertos recentemente, estejam relacionados aos altos índices de substâncias tóxicas. As agentes afirmaram que os exames de sangue feitos nos colonos confirmaram a existência de uma quantidade elevada de substância tóxica, encontrada na corrente sanguínea dos colonos, em particular, daqueles mais antigos. Vejamos a narrativa de uma filha de colono:

Já assim, devido ao veneno da pulverização têm muitos colonos que tiveram doenças causadas pelo veneno e morreram de câncer. Aí quando chega nos hospitais, o médico vai e diz: ‘tem tanto de veneno no sangue’, têm muitos que eu num sei do que é que morre, só sei que é mode o veneno. Lá no II mesmo teve um bocado que deu câncer, o médico diz que foi do veneno num sei se foi no pulmão, parece que foi. E antes não, num tinha isso aqui de jeito nenhum mais de um tempo desse pra cá... o veneno é quem tá matando um bocado dos colonos. Meu pai mesmo, acusou veneno no sangue dele, só que esse veneno vai gerando uma doença, né?, Aí ninguém sabe, só quando morre mesmo é que sabe (M.P da S., 28 anos – filha de colono)

Analisando as narrativas, percebe-se que, mesmo fazendo uso intensivo de agrotóxicos, a produção vem caindo, mas esse não é o único problema relacionado à produção que influencia a qualidade de vida no PISG. Registramos também, os elevados índices de salinidade nos lotes, decorrentes da falta de drenagem e do tipo de irrigação adotada (Foto 17). Para solucionar esse problema, a maioria dos colonos, considerados “bem sucedidos”, já

conseguiu modificar o sistema de irrigação, de inundação para micro-aspersão, evitando assim, um processo maior de erosão e salinidade do solo e, ao mesmo tempo, fazendo uso mais racional dos recursos hídricos.



Foto 17 - Área salinizada

Sabemos que esses problemas decorrem, em princípio, das práticas da “moderna” agricultura irrigada que também apresenta limites. Se por um lado, conseguiu aumentar a produção de frutas no semi-árido, por outro, essa mesma agricultura tem contribuído, sensivelmente, para a deterioração da qualidade de vida da população local.

Os informantes relataram que a prática da monocultura irrigada, ao longo dos anos, tem alterado a qualidade dos produtos cultivados. No PISG, a produção de frutas limita-se ao domínio de dois, no máximo três produtos, em especial, o coco e a banana (Foto 18). Para os colonos e os técnicos do DNOCS, a predominância do plantio de uma mesma espécie, numa extensa faixa de terra, durante anos consecutivos, acaba cansando os solos e tornando os insetos e pragas mais resistentes. Conseqüentemente, o combate às pragas passa a depender, cada vez mais, da aplicação dos defensivos químicos (Cavalcanti, 1999); (Mota, 2003).



Foto 18 - Lote

A falta de controle ambiental tem provocado queda na produtividade e na qualidade dos produtos. Os colonos afirmam que, atualmente, é necessário utilizar muitos e variados tipos de agrotóxicos, herbicidas e pesticidas para conseguir produzir frutos com aspecto, tamanho e sabor exigidos pelo mercado consumidor. Este problema afeta, de maneira objetiva, a qualidade de vida das famílias, porque o uso excessivo desses venenos contamina o lençol freático e conseqüentemente, a água que é usada, tanto para o consumo humano quanto para irrigar os produtos. E, também, porque o controle químico, além de elevar o custo de produção, muitas vezes, não impede que as pragas destruam as culturas, o que implica em prejuízos.

Como não há assistência técnica, os venenos utilizados na pulverização e o modo de aplicá-los são administrados pelos próprios colonos com base nos conhecimentos práticos, herdados das gerações anteriores. Essas práticas são cada vez mais comuns. O drama dessa situação foi narrado por um informante

(...) depois dessa mosca branca aí ninguém produz não, é tudo pela metade, até os coqueiros, agora num tá produzindo mais nada. Você pulveriza é mesmo que nada, dá uma feridazinha, chama ferida, dá uma broca aí o pessoal num quer não, é rufugo, aí o cabra tira 5.000 coco perde 4.000, aí o futuro ninguém sabe como é não, num tem um técnico pra orientar, num tem nada é tudo por conta da gente, aí fica tudo voando, o que é que eu vou usar... num faz uma palestra, num faz nada, é

claro que a maioria da gente aqui já vivem a muitos anos de agricultura, mas, de coco, é pouco tempo, de uns 10, 15 anos pra cá, e hoje sem nenhuma assistência técnica (Sr L S. A., 57 anos – colono)

Sobre as práticas de pulverização, concluímos que a maioria das pessoas, homens, mulheres, jovens e idosos têm consciência dos males causados pelo uso dessas substâncias, mas, segundo elas, se não fossem adotados esses procedimentos, ninguém conseguiria produzir. Nesse caso, a estratégia utilizada pelas famílias para minimizar os danos provocados pelo uso excessivo e indiscriminado dos venenos é separar os produtos que serão consumidos em casa daqueles que vão para o mercado. Assim, na banana que vai ser consumida em casa, não se utiliza o carbureto, a banana amadurece naturalmente. Já o tomate, destinado ao consumo da casa, passa quinze dias sem receber agrotóxico antes de ser colhido.

Mesmo com todos esses cuidados, não se tem muita segurança acerca da qualidade dos produtos, inclusive, porque a própria aplicação é feita sem as vestimentas e os equipamentos de proteção adequados. Neste caso, as substâncias acabam ficando impregnadas no corpo das pessoas e nas vestimentas. Esta situação foi constatada *in loco* por ocasião da hospedagem nas casas dos colonos. As roupas utilizadas no trabalho ficam expostas nos banheiros e/ou são misturadas às dos outros membros da família - crianças, mulheres e pessoas idosas - no momento da lavagem, contribuindo também para o processo de intoxicação das pessoas, uma vez que as substâncias são cumulativas no organismo humano.

O resultado mais visível do desequilíbrio nas relações entre homem, sociedade e natureza é exatamente a quantidade de pessoas, a grande maioria homens, acometidas de câncer. Além da intoxicação, supostamente, causada pelo contato excessivo com substâncias tóxicas existe ainda o problema da exposição ao sol. São Gonçalo é uma das regiões no Brasil, com forte incidência de luz solar, razão pela quais as pessoas que habitam nessa área serem mais vulneráveis a câncer de pele e à conseqüente perda da qualidade de vida. Os homens, em decorrência dos procedimentos adotados no trabalho da roça, são os mais acometidos.

Apesar das alegações dos colonos, de que as condições de trabalho são difíceis, porque os custos de produção são elevados, o preço dos produtos não consegue manter uma estabilidade, variando conforme as estações do ano, inverno – preço baixo, e verão – preço alto. As famílias revelam a satisfação delas com o trabalho, através da representação social da terra, como algo sagrado. Geralmente, elas fazem referência a passagens bíblicas para explicar o que acontece com a produção, se aumenta ou diminui há sempre uma explicação, baseada em conhecimentos populares, herdados dos mais velhos. Percebemos que para essas famílias a

terra tem, ao mesmo tempo, um significado simbólico e teológico para aqueles que dela usufruem.

É porque produzir produz, mais o negócio num tem aquele interesse por conta do preço, mas a terra aqui também já devido à banana e o coco já tá cansadinha, já tá caindo mais a produção. O pessoal mais velho diz que vai chegar à época da terra negar o pão, né?, E a gente aqui vê o povo falar nisso que a terra tá cansada, o uso dos produtos químicos também que acaba com a terra, num é? (Dona.F.P., 48 anos – esposa de colono).

Se a terra não produz mais como antes, torna-se difícil incentivar os filhos a darem continuidade a um projeto cuja “sustentabilidade” econômica é duvidosa. Além dos problemas relacionados às condições do solo, da falta de recursos para financiar a produção e sem uma política de comercialização que possibilite fixar preços, as famílias ficam subjugadas aos atravessadores. Estranhamente, alguns destes, são também colonos irrigantes, como narra a filha de um colono:

Meu esposo diz que num quer mais saber de roça não, ele tá achando melhor aí, na despoldadeira, de que na roça, porque, aí ele faz 60,00 reais por semana, enquanto no lote ele faz 200,00 por mês, num tem lucro não. Aqui, o que planta aqui num tem futuro não, assim, o pessoal num dá valor, porque tem o atravessador, eles num vendem diretamente a pessoa que vai comprar não, eles vendem mais ao atravessador e o atravessador vende a outra pessoa aí vende barato, aí o problema tá na forma de comercializar, porque num tem uma Cooperativa eles, os colonos, num tem um meio de transporte pra eles mesmo vender o que eles têm já vendem a outra pessoa, daqui de dentro mesmo, por exemplo, tem um colono que compra aí já vende aquela outra pessoa de fora, aí o colono já ganha por centagem em cima daquele, do outro colono e ganha de 10% a 20% (L.G.de M.M., 28 anos – filha de colono).

Estas práticas de exploração, vivenciadas pelos colonos dentro do Perímetro, provocam um sentimento de descrença nas pessoas em relação ao trabalho na agricultura, especialmente nos jovens. As impressões passadas para os filhos em relação ao valor do trabalho na roça estão relacionadas ao êxito, logrado ou não, pelas famílias. Isto significa que as famílias “bem-sucedidas” puderam criar oportunidades para que os filhos fizessem escolhas,

ou seja, trabalhar na agricultura se o desejassem, mas também seguir outro caminho, estudar e/ou trabalhar, desenvolver outras atividades com a qual se identificassem, como narra um informante:

A minha infância foi normal brincando, tive acesso a brinquedos de acordo com a realidade que me envolvia, até porque os meus pais, por terem certa formação, eles podiam favorecer isso pra mim tá entendendo. Meus brinquedos eram carros, bolas, bicicletas, vídeo-game, brinquedos normais. De acordo com a tecnologia, eles sempre procuravam presentear a gente com os brinquedos da moda. Então eles sempre instruíam a gente no sentido de buscar formas pra gente não ter medo de se deparar com uma realidade de longe entende, orientando pra que se a gente quisesse sair..., mais também no sentido de que se escolhessem ficar, por exemplo, como no caso dos meus irmãos que optaram por ficar na roça, lá no meio que vivem até hoje, vivendo da própria agricultura buscando nela os meios de vida... (A. P., 23 anos – filho de colono)

As oportunidades às quais se refere a narrativa são criadas na infância, através do lúdico, nas brincadeiras, no acesso aos equipamentos eletrônicos, vídeo-game, computadores e, até mesmo, na informação veiculada pela televisão, em geral ligadas por antenas parabólicas e canais por assinaturas.

Dissemos que a qualidade de vida é um termo que em si pressupõe uma infinidade de interpretações. Assim, se para muitos a vida em São Gonçalo é boa exatamente porque foi o meio de assegurar moradia, trabalho, renda e acesso ao consumo, para outros, apesar das condições ambientais e dos problemas de saúde causados pelos maus procedimentos adotados no trabalho. A qualidade de vida das famílias no PISG, traduz-se num sentimento de realização, a partir da concretização dos projetos do grupo familiar.

Também, a experiência, vivenciada por aqueles que venderam seus lotes, revelou aos colonos que o abandono de certos valores e de uma ordem moral, características de um modo de vida, ainda que ela implique em ganhos econômicos, não contribui para a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Fora do campo social, nesse caso do PISG, não há uma rede social e cultural que as ampare e o rompimento dos vínculos com o lugar, com a comunidade, em certa medida, representa um descolamento da sua própria identidade. Por diversas vezes, os colonos mais velhos e já aposentados afirmaram: *eu vou duas ou três vezes por dia no lote, às*

vezes, num vou fazer nada mais eu gosto de estar lá, de caminhar por essas estradas prosear com um e com outro e se eu vender aqui num vou ter nada disso.

A fala acima confirma a importância da interação e do pertencimento a um lugar, como elemento agregador do grupo. E que se manifesta, tanto no âmbito da solidariedade como das preferências matrimoniais. Mas, a difícil situação em que se encontra o Projeto tem contribuído para um processo de migração, especialmente dos jovens filhos de colonos. Sem alternativas, as famílias terminam recorrendo às redes de parentesco nos grandes centros buscando a migração como estratégia para garantir o futuro dos filhos e a sobrevivência da família.

No entanto, o formato tradicional e patriarcal predominante nestas famílias levou-nos a analisar a condição de vida das mulheres e o futuro dos jovens como meio de compreender a representação social desses sobre a sua qualidade de vida nesse contexto.

5.3.2 – A condição das mulheres

Em São Gonçalo, a maioria das mulheres da primeira geração de famílias não estudou e cumpriu a função de donas de casa e mães de família, ajudando o marido em casa e na roça. Já as filhas, mulheres da segunda geração, estudaram e sonham em poder exercitar aquilo que aprenderam, isto é, ter um trabalho, algo difícil de conseguir dentro do Perímetro.

Algumas moças que terminaram os estudos conseguiram um posto de trabalho no Programa Saúde da Família (PSF), como agente comunitária nos núcleos. Outras conseguiram trabalho nas escolas, e outras ainda na cidade, em Sousa ou nas cidades circunvizinhas. Aquelas que não quiseram estudar, o destino mais provável é o casamento.

Brandão (1994) afirma que nas famílias camponesas de Diolândia predomina uma identificação entre os sexos. Meninos e meninas ocupam os mesmos espaços e com o casamento, a situação da filha mulher é alterada significativamente. O contexto empírico, analisado pelo autor, revela que, no casamento, as mulheres encerram o seu ciclo de relações cotidianas com o mundo “de fora”.

No PISG, o casamento para algumas mulheres tem o mesmo significado analisado por Brandão, ou seja, a restrição de alguns sonhos, como, deixar de estudar, trabalhar no lote, não pegar no seu próprio dinheiro, uma vez que a renda do seu trabalho vai para uma receita comum, na maioria das vezes administrada pelo marido. Para outras, o casamento representa uma fuga do autoritarismo da família, a realização do sonho de deixar de ir para a roça, largar

o trabalho pesado, poder ir a festas, todas essas realizações que, para elas, simbolizam a conquista da liberdade. Há, ainda, aquelas que procuram conciliar os serviços domésticos e o espaço da casa com a rua, dando continuidade aos seus projetos de trabalho e estudo. A maioria das mulheres que trabalha fora de casa e adota uma postura autônoma, independente, vivenciam experiências matrimoniais conflituosas, seguidas de separação e divórcio.

Essas separações, muitas vezes, decorrem exatamente de conflitos culturais, da intransigência dos homens. Mesmo os mais jovens não aceitam que as mulheres trabalhem, estudem nem que tenham um trabalho fora de casa e da roça. Em geral, esses homens ficam agressivos, fazem acusações e difamam as mulheres. Também não colaboram com o trabalho doméstico. Muitos, inclusive, passam a viver do trabalho da mulher, se eximindo das despesas da casa, como meio de punir a esposa. Essa situação culmina com separação, seguida de divórcio, porque as mulheres reagem a esse modelo, autoritário e patriarcal, que as inferioriza. Por fim, percebemos que o cotidiano e a ordem moral construída historicamente acerca do homem e da mulher, são reorientados a partir do espaço cada vez maior ocupado pelas mulheres e, em postos de trabalho, nem sempre agrícolas.

Eu vejo uma coisa muito interessante, nesse aspecto, num é? É que a mulher ela, a mulher que vive da sua casa, do seu lar, eu acho que ela vive muito mais feliz do que a mulher que busca sua independência própria, por um lado, ela conquista a independência que traz prazer, traz alegria, mas, por outro lado num tem convívio familiar com os filhos com o esposo, a maioria vive, é um inferno dentro de casa. Não aqui num tem problema de divórcio, é quase nada, o que acontece é isso, quando a mulher busca muito sua independência, eu sou parceiro de ser independente, mas, por outro lado, é muito difícil uma mulher independente ela ter o aconchego do marido dos filhos dentro de casa, aquela paz, aquela tranqüilidade é muito difícil entendeu (J.R., filho 36 anos - colono).

As marcas do patriarcalismo foram de tal modo, impregnadas na sociedade brasileira que estão presentes, praticamente, em todos os espaços rurais e urbanos, representadas, principalmente pela atribuição de papéis. Tradicionalmente, a mulher é responsável pela educação dos filhos e pela casa. A ela compete também ser compreensiva e meiga, atributos genuinamente femininos, como se outras esferas da vida cotidiana não fizessem parte da vida das mulheres, como por exemplo, o lazer ou o desejo de adquirir algo que satisfaça suas necessidades, independentemente do grupo familiar.

Ao casar, as necessidades individuais se adaptam às necessidades da família. O projeto coletivo da família foi internalizado e absorvido por essas mulheres, de modo que nenhuma informante, ao narrar a sua trajetória de vida, registrou ressentimentos, tristezas ou insatisfações, embora, certas narrativas tenham revelado que as mulheres reprimem desejos sexuais e afetivos.

As análises aqui estão restritas a uma amostra de 14 famílias (ver álbum de fotografias no Anexo A), a partir das quais, podemos constatar que as mulheres da primeira geração de famílias colonas se dizem satisfeitas e felizes, porque possuem uma casa para morar e os filhos tiveram a oportunidade de estudar. Esses bens, segundo as informantes, abriram a possibilidade para a realização dos membros da família, sem contar que a vinda para o Perímetro caracterizou-se pelo rompimento com uma vida de privações.

De modo geral, mulheres e homens da primeira geração de colonos eram mais companheiros, realizavam atividades complementares evidenciadas pela mútua responsabilidade, não havia preponderância dos sexos. Como expressão desse dado, ouvimos algumas vezes dos homens a seguinte afirmação: eu comecei a levar os meninos pra o lote para dar sossego à mãe em casa, Como afirma Fukui (1979), analisando o cotidiano das famílias em Santa Brígida, os filhos homens devem maior obediência ao pai, enquanto as filhas mulheres, às mães. Levar os filhos para o lote, além do significado simbólico do aprendizado do trabalho é, também, uma maneira de dividir o trabalho e as responsabilidades da educação dos filhos com a mulher.

As narrativas dos homens revelaram que, nos limites da casa, as mulheres elegem certos bens de consumo capazes de propiciar prazer, conforto e facilidades e os exigem como condição de satisfação, bem-estar e qualidade de suas vidas. Entre estes bens, destacamos os eletrodomésticos. Então, na maioria das casas visitadas, encontramos máquina de lavar roupa, fogão a gás, geladeiras e *freezers*. A aquisição desses bens é justificada pelas famílias como a necessidade de satisfazer o desejo das mulheres de arrumar a casa e obter mais conforto. Para os homens, é igualmente satisfatório, poder atender às necessidades das esposas. Essa satisfação simboliza o reconhecimento à ajuda e ao companheirismo delas.

Se as mulheres da primeira geração se tornaram mais exigentes, as da segunda e terceira geração de colonos, portanto filhas e netas, manifestam o desejo de realizar um projeto, pessoal ou profissional, nem sempre condizente com o que foi idealizado pela família. Por exemplo, no PISG, ainda prevalece certo determinismo expresso na preferência dos pais sobre com quem os filhos devem casar. *O filho de cumpadre fulano ou de sicrano é um bom*

homem, bom partido. A respeito da vida profissional, essas mulheres desejam continuar seus estudos, fazer curso superior em outra cidade e, na maioria das vezes, elas são pressionadas a optar por um curso nas Universidades de Sousa ou Cajazeiras, porque os pais e maridos não permitem que suas filhas e esposas saiam de casa, para morar distante da família.

Os sonhos dessas mulheres de querer estudar e trabalhar podem ser interpretados como simplórios. No entanto, para o enfoque de qualidade de vida, adotado neste trabalho é importante, porque interessa saber em que medida a ausência de certos bens (necessidades e/ou sonhos) frustram o desejo e a felicidade das pessoas (Annas: 1996).

5.3.3 - O futuro dos jovens é o futuro do perímetro: migração e matrimônio

Desde o início, as famílias perceberam que no PISG, num futuro próximo, seria impossível compatibilizar a quantidade de filhos com o limite da área dos lotes, como revela a narrativa:

Aí, na época do estágio eu disse: 'doutora e terra para os filhos', essa proposta eu fiz pra Doutora Antonieta, ela disse: 'quando completar a idade recebe um lote de trabalho num pode é ficar dentro do lote do pai, num fica um'. Doutora e se na época num tiver terra? Tem, num falta não, mais parece que eu tava vendo hoje tá a maior briga pra se ter um pedaço de terra pra os filhos de colono, porque aqui de primeiro tinha ordem, mas depois que acabou esse negócio das assistentes sociais, elas visitavam e davam aquela ordem, tinha ordem aqui dentro, mas, hoje, tá muito deferente (Sr. L.D., 67 anos - colono).

A pressão demográfica associada às relações de matrimônio e à herança têm motivado a saída dos filhos mais velhos. Sem condições de permanecer no Projeto, por causa da falta de terras e sem possibilidade de construir um patrimônio independente do lote dos pais, estes jovens, ao chegarem à fase adulta, começaram a fazer o caminho para São Paulo, Mato Grosso do Sul, Paraná, Brasília e Rio de Janeiro – a migração.

O processo de migração caracteriza-se pela saída definitiva ou temporária dos filhos de colonos para outras regiões do país. Os estudos sobre migração assinalam que esses deslocamentos se explicam pelo aumento da dinâmica de desenvolvimento, urbanização e industrialização de outras áreas. Os reflexos desse processo foram apreendidos e analisados por Maria Aparecida Moraes Silva (1992), nos relatos de mães, pais e irmãos. A autora constata que essas migrações são motivadas pelas próprias relações sociais que envolvem os

agentes, geralmente relações assentadas no trabalho familiar e nas relações pessoais de parentesco e vizinhança.

Assim, tanto os homens quanto as mulheres jovens acreditam que a migração e o trabalho urbano são uma alternativa para ajudar a melhorar a condição de vida da família, sendo que, para as mulheres, filhas dos colonos, as chances de elas permanecerem no PISG e, ao mesmo tempo, realizarem os projetos individuais são ainda menores. Em geral espera-se que a mulher desempenhe sempre o papel de integradora da família. Mas, as mudanças nos papéis sociais dos homens e das mulheres têm feito com que elas tenham idéias e projetos, antes exclusivos dos homens (Lima, 1992).

Essas saídas mobilizam as redes de ajuda, que servem de apoio aos parentes e vizinhos que optaram por esse caminho. Por exemplo, sai o irmão mais velho, seis meses depois vai um outro e assim sucessivamente. No início, o êxodo se dava mais entre os homens; depois é que as mulheres passaram a fazer este percurso, embora, em situações e por motivos bem diferentes, como podemos observar na narrativa abaixo:

Agora, minhas duas meninas, não e aliás as três, as duas que tão em João Pessoa nenhuma casou com gente daqui, porque já foram estudar lá né? Foi a primeira, casou com um primo dela, primo legítimo dela, é engenheiro. E essa outra casou com um rapaz de lá mesmo, aí essa mais velha já é viúva, o marido dela morreu, mas mesmo assim graças a Deus ta levando a vida, trabalha tem duas filhas. (Sr. M. A. de Sousa., 75 anos - colono).

Como revelam os trabalhos sobre camponeses migrantes, na maioria das vezes, as mulheres, esposas e filhas de colonos não migram, quer dizer, o homem migra porque não tem espaço para o trabalho e para que a mulher não trabalhe. As remessas em dinheiro garantem a subsistência da família durante o período crítico, sem que seja subvertida a hierarquia familiar (Woortmann, 1990: 43).

Em São Gonçalo, as migrações têm sido mais do tipo definitivo, uma vez que a saída, como se costuma dizer, representa uma estratégia para viabilizar a permanência do grupo. Woortmann (1990) assinala que esta é uma das práticas adotadas pelos sitiantes para assegurar o funcionamento do sítio. Por um lado, a alternativa de migrar representa a manutenção do patrimônio e realização do projeto da família, por outro, as conseqüências do fracasso afetam a subjetividade do indivíduo, o espaço privado da família e até mesmo a comunidade.

Se para alguns informantes a migração é uma estratégia que melhora a qualidade de vida, para os pais, contrariamente, a saída dos filhos para lugares distantes causa muito sofrimento. Primeiro, porque, como alegam alguns, esta saída não ocorre espontaneamente. Ela faz parte de um “acordo”, baseado numa ordem que se adapta às circunstâncias para assegurar o bem-estar de todos, com o objetivo de garantir a manutenção do patrimônio e uma vida qualitativamente boa para a família.

Nos casos das migrações definitivas, simbolizadas pela saída de um dos filhos casados ou solteiros, as famílias avaliam que houve melhorias significativas nas condições de vida do grupo. Porque há certo dinamismo na situação econômica daquela família decorrente da entrada de outras fontes de renda. Ainda que distantes, os filhos fazem remessas de dinheiro para os pais e essas remessas são utilizadas para reformas e melhorias da unidade doméstica, aquisição de um carro ou algum outro meio de transporte, compra de gado, investimentos no lote etc. Sem contar também que essa migração, muitas vezes, representa a abertura de oportunidades, trabalho ou estudo para os filhos que permanecem. Isto é, os recursos enviados pelos que migraram são utilizados para o pagamento de trabalhadores de fora, nesse caso poupando a mão-de-obra dos de casa.

Há famílias que utilizaram essas remessas para investir no comércio informal, ambulante, trazendo confecções dos centros urbanos para venderem nos núcleos. Além disso, há aquelas que aproveitam os recursos para dinamizar as atividades, introduzindo criatórios de aves, peixes e ovelhas. Outras, ainda, preferem investir na formação dos filhos. No momento da pesquisa, os jovens filhos e filhas de colonos, falaram com entusiasmo que fazem curso de computação, cabeleireiro, manicure, bordado e corte-costura para, posteriormente, montar o seu próprio negócio.

Como analisou Woortmann E. F., (1995), nas colônias do Rio Grande do Sul, as migrações também são justificadas pela necessidade de oferecer estudo aos filhos, inclusive nos seminários católicos. Vejamos a narrativa:

Eu tenho amor aqui dentro e meus filho tem muito mais do que eu, eles têm amor a isso aqui, essa estória de ir embora pra São Paulo, Deus me defenda de uma hora dessa, Ave Maria, Ave Maria de meus filho sair daqui de perto de mim. Olhe, eu tenho um filho que vive lá estudando em Cajazeiras agora eu queria que você visse quando ele chega, ele ama a terra e diz pai, tenha cuidado no lote olhe meus irmãos, olhe pra os meninos e cuide do lote. É desse jeito com todos eles. E eu num

dou aquela terra por dinheiro nenhum (Sr. A. A de Sousa., 56 anos – colono)

Na narrativa acima, vimos que apesar da saudade, a saída dos filhos é motivo de orgulho para os pais. Geralmente, a saída de um dos membros, independentemente da situação, é previamente acordada pela família, isso porque essa saída tem sempre um custo para os que ficam. No primeiro momento, esse custo é material; de um lado, existem as dificuldades estruturais, relacionadas à escassez de água, terra e trabalho, que impedem as famílias descendentes de permanecerem no mesmo espaço. Depois, este custo passa a ser também afetivo e sentimental, porque tem-se um estilo de vida e um *habitus* que orienta as experiências dos agentes num sistema de relações, que inclui o espaço da moradia. De fato, há um sentimento de pertencimento ao grupo, internalizado, tanto nos que ficam quanto naqueles que saem.

Segundo os pais, a maioria dos filhos de colono que migrou nos anos 80 conseguiu se estabelecer. É importante reter que, ser estabelecido, para os informantes, significa ter arranjado emprego, comprar casa, carro, casar e constituir família. Num desses relatos, fomos informados que um migrante, filho de colono, havia se tornado prefeito de uma cidade no interior do estado de Rondônia.

Todavia, alguns colonos, nascidos e criados na área de São Gonçalo, mas que tiveram a oportunidade de se deslocar para outros lugares distantes e se estabeleceram no comércio, construíram família, como expressa a narrativa abaixo, afirmaram que, na primeira chance que tiveram para retornar, fizeram o caminho de volta. Segundo eles, porque, embora tivessem um rendimento que suprisse suas necessidades materiais não se identificavam com o trabalho, tampouco sentiam prazer no que realizavam.

Eu voltei de novo pro Maranhão e fui trabalhar numa fábrica de tecido, mas aí eu toda vida era muito familiarizado com a terra, quando eu via o trovão roncar e a chuva cair eu dizia: 'não agora eu vou, eu vou qualquer hora trabalhar numa roça aí', porque no Maranhão, a senhora sabe, chove muito né e eu nasci pra ser agricultor, a minha vocação é a terra e eu vou trabalhar lá em quê? Você pode pegar uma Loja, uma farmácia, um comércio e botar aqui e dizer: ' tá aqui Seu Luís vá viver que eu num sei fazer nada, num tenho espírito para viver de comércio é eu num sei, porque na cidade você tem que ter outro rumo de vida né e aqui, na terra não, aqui eu sei, eu sei cultivar o arroz, o feijão, o milho, o algodão, o coco, a banana tudo eu sei como produzir, tirar da terra e eu acho que

é muito bom tirar da terra . E meus filhos eu criei assim, quando começaram a andar, começaram a ir, é tanto que tudo só deu pra roça (Sr. L.R., colono)

Voltar ao ninho é voltar às origens e oferecer aos descendentes as oportunidades de aprender os mesmos valores sob os quais os pais foram criados e que projetam no indivíduo uma formação moral e ética, tendo como base o respeito pelos outros, a auto-estima e o orgulho de ser colono.

Da mesma forma, colonos que trabalhavam na agricultura, mas em outras localidades justificaram o seu retorno por causa da parentela, afirmando que o sujeito pode ter o que for, porém o desejo dele é sempre voltar pra sua parentela, referindo-se ao grupo familiar de origem. Constatamos que é recorrente a simbologia da família, do lugar onde mora a família como porto seguro. Sem contar com os laços de reciprocidade entre parentes e vizinhos que preenchem e satisfazem necessidades e serviços essenciais da vida das pessoas.

Sobre a vida dos filhos dos colonos que migraram, obtivemos informações distintas de parentes que afirmaram, categoricamente, ser a vida dos filhos que migraram melhor que a vida dos filhos que ficaram em São Gonçalo. Isso, porque trabalhando em São Paulo, essas pessoas já possuem casa própria e carro. Quanto aos empregos, a maioria trabalha como prestamista, ajudante em bares e lanchonetes e motoristas. No entanto, os filhos dos colonos que migraram e tiveram que retornar, revelaram que não se deram bem por causa do clima, porque os empregos que arranjaram não eram suficientes pra cobrir as despesas, uma vez que, na cidade o custo de vida é alto e o “ganho” é pouco. Além disso, muitos citaram a dificuldade em se adaptar à violência, à insegurança e ao corre-corre da cidade, a que não estavam acostumados.

Há situações nas quais os filhos dos colonos saíram do Perímetro há anos e tempos depois, necessitam retornar, porque ficaram desempregados, ou por ocasião da morte de algum parente, pai, mãe. Nesses casos, o retorno desse migrante tem sido problemático. Pois, tendo a oportunidade de conhecer a cidade grande, através das redes de parentes e amigos já estabelecidos, têm acesso ao conforto da tecnologia e a um modo de vida urbano. Os pais que já vivenciaram essa experiência, afirmaram que ao retornarem, alguns ficam ociosos e insatisfeitos. Começam a freqüentar os bares e as mesas de sinuca nos próprios núcleos e a andar em más companhias, conforme observamos na narrativa que segue:

Olhe, a causa dessa violência, no meu pensamento, a causa principal, é porque o sul do país abrigou muita gente daqui, da região e muitos desses camaradas novo, desses jovens que saíram pra lá, desempregado se envolveram com narcotráfico e voltaram, então tão colocando em prática aquilo que aprenderam lá fora e é uma multidão de gente né brincadeira não, às vez aparece de fora, mas, a maioria são daqui, mas saíram daqui pra lá, aprenderam o que num presta fora, só que quando a gente aprende o que num presta pra abandonar..., aí tão pondo em prática né? (Sr. J. R., 37 anos – filho de colono)

Identificamos dois aspectos interessantes no fenômeno das migrações que ocorrem no PISG. O primeiro deles diz respeito à relação entre o matrimônio “endogâmico” (entre pessoas do mesmo lugar) e a continuidade do patrimônio e o segundo, à origem e ao funcionamento das redes de ajuda.

Após a migração, surgem as redes de apoio que se constituem em estratégias manifestadas nas práticas de solidariedade e nas relações interpessoais, entre os parentes do lugar de destino e os migrantes. Os benefícios das redes para os que saem aparecem principalmente, no oferecimento de abrigo e na conquista de um emprego para o parente que chega. Para o parente estabelecido, a interação com o recém-chegado representa, simbolicamente, a reestruturação do espaço social de origem. Em determinadas circunstâncias, as relações entre os parentes se tornam conflituosas e se caracterizam pela incompatibilidade de hábitos e costumes.

Na maioria das vezes, o funcionamento das redes de parentesco pode representar uma solução estratégica à adaptação dos indivíduos. Segundo Ridley-Leigh (1979: 211) esta solução se materializa nas seguintes situações:

Primeiro, do ponto de vista do indivíduo no lugar de origem, que considera a possibilidade dele próprio ou de seus parentes mudarem para certo lugar de destino, onde têm parentes, os quais ele concebe como correspondendo a uma base eventual; segundo, o migrante recém-chegado no lugar de destino, que para sobreviver recorre aos benefícios concretos e imediatos oferecidos pelos parentes no lugar de destino e terceiro, o que denominamos o migrante “estabelecido” que mantém laços com os parentes na primeira e segunda categoria.

A migração motivada pela necessidade do matrimônio foi sempre do tipo temporária. Os homens, em geral, passavam um tempo fora, dois ou três anos e depois retornavam com recursos para comprar “um lote”. Os rapazes, que assumem o compromisso do noivado e não

têm condições de construir a casa e comprar uma mobília, sentem-se obrigados a migrar. Na maioria das vezes, essa migração é temporária, uma vez que ao conseguirem recursos suficientes para construir uma casa ou fazerem as chamadas puxadas, voltam e se casam.

Solucionado o problema da moradia, vem a preocupação com a provisão da família. Novamente, a migração surge como uma alternativa, sendo dessa vez, com um caráter mais sazonal, isto é, o homem, agora chefe de família, transfere as obrigações que tinha para com os pais para sua família conjugal. Assim, deixa a mulher e os filhos sob os cuidados dos pais ou do sogro, e parte. Fica ausente, trabalhando durante três ou quatro meses. Quando retorna, fica de um a dois meses em casa. Woortmann (1995) assinala que esse tipo de migração tem como finalidade a satisfação das necessidades do grupo e dar utilidade à mão-de-obra que, em tempos de crise, de seca, fica ociosa. Este argumento explica, de forma emblemática, o que se passa com alguns migrantes sazonais do PISG.

Verificamos que, em São Gonçalo, a união com pessoas de fora ocorre em menor proporção. Na maioria das vezes, essa união implica na melhoria das condições de vida dos grupos envolvidos na aliança, principalmente, através da ampliação das redes de parentesco. Situação semelhante a esta foi analisada por Godoi (1999) e Woortmann (1995), na qual as alianças possibilitam a aproximação entre grupos que passam a se ajudar mutuamente, contribuindo para a superação das dificuldades que afligem a comunidade como um todo.

Para as famílias do PISG, os benefícios criados através das alianças e, conseqüentemente, das redes, podem ser exemplificados da seguinte maneira: quando uma filha casa com alguém da cidade, de Sousa ou outra cidade qualquer, nas proximidades ou nos estados vizinhos, essa aliança representa também uma segurança econômica, social e psicológica de apoio para as famílias envolvidas, através das facilidades que são criadas, base de apoio para viabilizar o estudo dos irmãos, um tratamento mais especializado de saúde para algum dos membros, intercâmbio de mercadorias e informações. Esses fluxos recíprocos de ajuda denominados redes fazem parte de um conjunto integrado de relações interpessoais, obrigações e ordem moral.

Através das narrativas, constatamos que muitas famílias já se conheciam. Algumas porque já eram moradoras do Sítio Cajá, outras, porque vieram das redondezas e já eram conhecidas. Entretanto, a maioria era totalmente desconhecida. Com o passar dos anos, essas famílias foram se envolvendo umas com as outras, os filhos, na medida em que cresciam juntos, ficavam cada vez mais próximos, surgiram os namoros e, em seguida, as alianças, quer dizer, casa-se filho de colono com filha de colono e vice-versa.

Isto não significa que não possa haver uniões entre moradores dos núcleos e os de fora. Fazer aliança ou casar com pessoas de fora, como se referem os informantes acontece principalmente entre aqueles que migraram e esse também não é um fato comum, visto que um dos motivos que leva um jovem a migrar é exatamente o compromisso assumido com alguma moça.

Embora, não se tenham regras que definam esse padrão preferencial para o casamento, segundo Woortmann (1995), a relação entre patrimônio e matrimônio é uma das mais comuns. A preferência pela união endogâmica, entre as famílias colonas do PISG explica-se, pela convivência e pelo compartilhamento de valores e gostos, que fazem o estilo de vida e fortalecem o *habitus*. Assim, o casamento entre pessoas do mesmo núcleo favorece a conquista de bens materiais e simbólicos, através do fortalecimento das redes que satisfazem necessidades importantes para as pessoas que pertencem aquele grupo. Mas também, nesse tipo de matrimônio há existência de certa “circularidade” nas relações entre as pessoas do grupo, o que, de certo modo confina as pessoas na área do Projeto e aumenta a demanda por terra e trabalho.

Woortmann (1995) explica que, para os camponeses, a migração é uma espécie de rito de passagem, o qual atesta a preparação do homem para o casamento, pois nenhum jovem se torna um adulto sem que tenha conhecido e enfrentado o mundo. Isso explica, justamente, porque os primeiros filhos de colonos decidiram sair logo que ficaram noivos, porque a migração temporária solucionou seus problemas, na medida em que estes adquiriram condições materiais para estruturar a própria casa. Outros fizeram o processo inverso, isto é, casaram e depois migraram, levando a mulher e os filhos.

Perguntamos a uma informante que vivia nessas condições, porque ela não acompanhava o marido, indo morar com ele e os filhos em São Paulo, ela respondeu: ‘Meu marido vive lá só pra trabalhar e diz que não quer sair daqui nunca’. O PISG é um lugar para morar e trabalhar, enquanto São Paulo, longe dos parentes, é um lugar de trabalho. Esse fato não anula a representação de outros migrantes sobre a vida em São Paulo e em outros lugares de destino, especialmente, os que conseguiram se estabelecer nesses lugares ou adquiriram recursos para retornar.

A falta de investimentos públicos no Projeto, aliada à impossibilidade de solucionar o problema do endividamento da Cooperativa são alguns dos problemas que dificultam a realização das famílias pelo trabalho e, conseqüentemente, a qualidade de vida. Muitos jovens, filhos de colonos, nas suas narrativas, sugerem diversas possibilidades de desenvolvimento

econômico para o Projeto, explorando outras potencialidades relacionadas indiretamente à agricultura, mas capazes de gerar empregos, como é possível observar na narrativa que segue:

A comunidade sabe dos problemas, mas se priva, se acomoda, precisa desse tipo de alerta muita gente já está despertando, é claro que isto não é no sentido total. Muitos estão se despertando para essa realidade, de ir lá na rádio e denunciar, tá faltando isso, tá faltando aquilo, eu vejo muito isso. E em relação ao futuro do próprio lugar às expectativas são inúmeras, até como eu já falei pelo potencial que existe lá, o local tem um potencial riquíssimo a cultura naquele lugar pode ser explorada, a religiosidade, o turismo pode ser explorado, assim como, as plantações podem ser exploradas. Então eu acho que os governantes precisam investir, no sentido de proporcionar lazer, proporcionar a própria cultura, porque isto sim poderia gerar mais empregos tanto diretos como indiretos. Então, eu creio que ainda vão acordar pra essa realidade, de investir na comunidade e desenvolver o potencial que existe lá e, pra mim, eu creio que esse crescimento acontece em etapas e eu estou crescendo... (A.A.A., 21 anos – filho de colono).

Daí porque as famílias concluíram que a falta de condições para investir nas atividades produtivas representa também uma ameaça à ordem moral do grupo e enfraquece o ethos do colono. Para elas, este é um processo cíclico, tem início com a falta de condições de trabalho o que leva à ociosidade, que, por sua vez, leva à migração, transformando-se ora numa experiência exitosa, ora numa experiência frustrada e que, conduz ao vício, à promiscuidade e a outras formas de desvios de conduta que representa uma ameaça à qualidade de vida das famílias.

Se a migração aumenta as possibilidades de reprodução dos que ficam, a ausência de filhos, em algumas famílias, torna-se um fato complicado, especialmente, no momento de transmitir o patrimônio através da herança. Oficialmente, quando o primeiro herdeiro é do sexo feminino, o lote é passado da mesma maneira que se faz quando o primogênito é homem. No entanto, constata-se que, nas práticas de transmissão do patrimônio, predomina o patriarcalismo, ou seja, relações que se configuram pelo domínio masculino, através de padrões de conduta, sobre os recursos produtivos (Lima, 1992).

Para Queiroz (1973) e Fukui (1979), ao nível do comportamento, essa dominação não é tão visível. Mas, em termos de valores, o homem aparece como a figura mais importante e, portanto, o primeiro a ser beneficiado no momento de herdar, embora não haja nenhuma regra

formal que impeça a herança das mulheres. Mas, no PISG, quando as mulheres são solteiras, um dos irmãos é que acaba assumindo de fato o lote, ao passo que, quando são casadas, entregam os lotes aos maridos para administrarem-no. Donde se conclui que, na prática, os homens continuam sendo os herdeiros da terra (Woortmann, 1995), exceto nas situações de viuvez, quando identificamos alguns lotes que são administrados por viúvas, as quais gozam de respeito e são dignas de elogios por administrarem com competência os lotes e a casa.

As jovens, na sua maioria, afirmaram que, apesar de gostarem do trabalho no lote, consideravam-no sacrificado demais para a mulher, entre outras questões, por causa da exposição ao sol, da poeira e das altas temperaturas características da região. Além disso, para elas, nunca houve muito estímulo, os pais não pagavam, tampouco as gratificavam pelo trabalho que desenvolviam. Sem possibilidades de continuarem os estudos, muitas moças se acomodaram e se voltaram para o casamento. Vejamos o que revela uma informante:

*(...) mais sempre trabalhei na roça, fazia tudo na roça e minhas irmãs tudinho, tudinho era 05 e tudinho trabalhava na roça até no dia de casar mermo. Aí quando casei vim pra cá e num trabalhei mais não, aí dois anos depois eu comecei a trabalhar como agente de saúde, fiz um concurso passei e comecei a trabalhar e faz três anos, foi em 2000 que eu comecei a trabalhar como a gente de saúde, eu gosto também porque é menos cansativo né? Porque a gente trabalhando na roça né, é de sol a sol. Como agente de saúde a gente entra numa casa né, tem uma sombra né? Já conversa, entra noutra casa né num tem muito sol como a gente na roça trabalha né?, Pegando peso, limpando mato, fazendo serviço de homi né?
(L.M.M.G., 28 anos – filha de colono)*

Contudo, outras moças se qualificaram e, hoje, ocupam os poucos empregos que surgiram, nos próprios núcleos: PSF, escolas, postos de saúde, Cooperativas e outros e mesmo casadas, procuraram arranjar emprego na cidade. Essas filhas de colonos não se importam com o tipo de trabalho. Desde que não seja no sol, é sempre melhor que trabalhar no lote, porque, como elas mesmas o afirmaram: *os serviços, que são feitos à sombra não cansam nem maltratam como a lida na roça.*

De maneiras diversas, as famílias e, em especial, as mulheres reconhecem a importância que tem o trabalho na roça na formação moral das pessoas que vivem no Perímetro. Para elas, a experiência do trabalho favorece o processo de maturidade e o crescimento interior das pessoas. Desde a mais tenra idade, essas mulheres definem objetivos para sua própria vida e aprendem a tomar decisões. Diferentemente das jovens de hoje, que

nunca trabalham na agricultura, são aparentemente indecisas em relação aos objetivos pessoais e indiferentes ao projeto do grupo, não assumem responsabilidades em casa ou no lote, também não querem estudar e ficam durante os dias perambulando, sem ocupação e 'jogando conversa fora', como afirma uma informante:

Agora mesmo filha de colono como eu, num trabalha mais em lote não, hoje em dia ninguém vê mulher mais na roça trabalhando. Agora na época que eu era moça no núcleo I, quase todas as minhas colega vizinhas trabalhavam na roça. Hoje em dia, o pessoal tem tudo nas mãos, agora já é tudo mais fácil, agora tudo que compra já é pronto, ninguém vai na roça nem deixar uma comida nem aos marido, nem aos pais na roça e agora tudo é melhor que antes né, porque na época que eu era solteira, era tudo mais difícil. Hoje em dia o povo tem tudo nas mão né e ainda acha as coisas ruim né (L.G.M., 28 anos - filha de colono)

Esses novos hábitos cotidianos das moças e dos rapazes do PISG têm contribuído para a emergência de conflitos entre pais e filhos. Os pais ressaltam que esses conflitos decorrem, especialmente, da falta de oportunidades das pessoas de se realizarem pelo trabalho. Sendo eles criados sob a ética do trabalho na terra, não aceitam que os filhos mais jovens não demonstrem interesse no trabalho. Estes, por sua vez, acomodados ante a situação, sobrevivem dos recursos dos pais, da aposentadoria e da venda dos produtos. Esta maneira de viver, além de atentar contra a ordem moral do grupo, gera conflitos, como analisaremos adiante.

5.3.4 - Qualidade de vida, conflitos e valores

Para entender a qualidade de vida destas famílias, partimos da análise de que homens e mulheres não representam apenas um amontoado biológico ou uma espécie sedenta de consumo, mas são seres racionais que necessitam de alimento, abrigo, saúde e lazer. Entretanto, a satisfação dessas necessidades depende do acesso que os indivíduos podem ter aos bens. Estes, na medida em que são apropriados, assumem características específicas, que os tornam singulares, e que identificam de modo distintivo o gosto e o estilo de vida de um grupo (Sahlins, 2003: 168).

Os elementos dessa distinção estão presentes nas práticas de trabalho e na vida social a partir do *habitus*, que explica as preferências e as necessidades objetivas. Como afirma Bourdieu (1976: 83), o *habitus* está para o estilo de vida como um sistema de esquemas geradores, portanto, os aspectos sócio-econômicos, o nível de instrução e a origem permitem

compreender o gosto e as escolhas que classificam um grupo de pessoas, em particular, de famílias colonas. Os bens que as pessoas elegem, material e simbolicamente, reúnem tudo o que, para elas é importante ter e consumir para viver com qualidade.

Na verdade, a escolha dos bens está diretamente relacionada aos projetos de vida. Nem sempre, numa comunidade é possível compatibilizá-los, de modo a satisfazer os interesses de todos. Segundo autores como, Bourdieu (1962), Woortmann (1995), Abramovay (1998), Castro (2004), dentro da família e, principalmente, entre os pais e os filhos (os jovens) a definição de projetos e objetivos gera tensões e conflitos. O foco dessas tensões é exatamente a diferença entre os valores e disposições adquiridos na vivência dentro dos núcleos, o contato com a educação formal e a influência dos costumes e da vida urbana.

A opção das famílias de ir para o projeto, baseava-se num cálculo de intenções, cujo ganho maior seria a possibilidade de oferecer melhores condições de vida ao grupo. Não exatamente um cálculo de resultados, isto é, que todos os filhos se formassem, que ninguém tivesse problemas de saúde. Na análise desse cálculo, é preciso considerar dois aspectos: o comportamento individual e a capacidade de avaliar as necessidades. Para as famílias do PISG, a concretização dos objetivos não foi algo absolutamente imprevisível, contrariamente baseava-se no comportamento concreto das próprias famílias.

Os pais afirmaram que, desde o início lutaram para que os filhos pudessem conciliar o trabalho na roça com o estudo, a fim de planejar melhor o futuro, o dia de amanhã, como narrou um desses pais:

Agora você tá assim, agora, porque você é novo ainda, você num sabe o que é... Os meus toda vida, eu nunca forcei assim pra ir pra roça, pra num estudar, é porque num tive essa sorte, deles querer continuar, mas é o maior prazer (Sr. C. N colono – 66 anos).

Cintya Sarti (2003), pesquisando sobre a ordem moral dos pobres, analisa o valor atribuído à educação como elemento de distinção. E no PISG, as famílias nas quais os filhos freqüentam a escola, de algum modo são mais respeitadas, possuem status de superioridade em relação àquelas em que os filhos não estudam, tornando-se mais vulneráveis à malandragem. Bourdieu (1996) explica que a escola consiste numa das mais eficientes estratégias de reprodução, importante para os pobres e fundamentais para os ricos que vêm na instrução um meio de ascender socialmente. No caso das famílias de São Gonçalo, a educação representa uma possibilidade de reprodução social do grupo, mas também de transformação das

condições de existência. Por vezes, a educação deixa de ser uma esperança de melhoria para ser produtora de cisões dentro do próprio grupo. Por exemplo, numa mesma família existem aqueles que vivem bem porque são detentores desse capital cultural e há os que são desprovidos, sem instrução e com menos possibilidade de sobressair.

O acesso que os filhos dos colonos tiveram aos serviços de educação e saúde significou a melhoria das condições de vida das famílias, na medida em que abriu oportunidades para a profissionalização dessas pessoas. Desse modo, filhos e filhas de colonos puderam ocupar outros postos de trabalho, aumentar a capacidade de consumo do grupo e, de certo modo, garantir a reprodução social.

Constatamos que, em algumas situações, o acesso aos serviços citados simplesmente não é condição suficiente para assegurar qualidade de vida. E, em alguns casos, as experiências na escola frustraram as expectativas das pessoas, como é possível observar no relato de uma informante sobre a experiência do irmão:

(...) Carlos, que fez até o primeiro ano tinha muita vontade de concluir só depois que ele ficou reprovado aí perdeu todo o estímulo, e também já estava casado, porque ele casou bem novinho com 18 anos ele casou (F.S.S., 37 anos – filha de colono).

É evidente que esta reprovação não foi o que levou esse jovem a abandonar a escola, mas, com certeza, frustrou os sonhos de ter outras oportunidades de trabalho. Nesses casos, a tendência desses jovens é voltar-se para o trabalho na terra e, conseqüentemente, para a vida social dentro dos Núcleos, estreitando, ainda mais, as relações vicinais que, na maioria das vezes, terminam em aliança e casamento.

A distância que separa os colonos “bem-sucedidos” daqueles que “não prosperaram” marcou também a trajetória de vida dos filhos. Desse modo, justifica-se, porque o alcance dos objetivos depende das possibilidades de fazer escolhas e do comportamento individual. Os colonos “bem-sucedidos” puderam oferecer estudo aos filhos, em escolas particulares do município de Sousa e, até mesmo, custear as despesas com transporte e material escolar. Assim, os filhos e filhas, que quiseram estudar, aproveitaram o incentivo e estímulo oferecido pelos pais, para cursar faculdade e concluir um curso superior.

As mulheres, filhas dos colonos, por sua vez, souberam conciliar mais a dupla jornada, trabalho e estudo. Diferente de suas mães que, praticamente, não tiveram acesso à educação, as

moças, filhas dos colonos, enfrentaram os desafios de se deslocarem diariamente até Cajazeiras para cursar faculdade. Muitas dessas moças, atualmente, trabalham nas cidades circunvizinhas.

Nas famílias do PISG, constata-se que as moças que estudaram sentem dificuldades de fazer alianças, tanto de conseguir um casamento como de manter uma união. Ambas as situações, talvez, possam ser explicadas pelo fato de que, desde cedo essas mulheres foram habituadas ao trabalho e muitas são independentes economicamente. Essa postura, na maioria das vezes, provoca um choque cultural, dificultando a convivência entre os casais. Os homens nem sempre conseguem sustentar as famílias, enquanto as mulheres, por terem emprego na iniciativa privada, no Estado ou Município, conseguem ter um salário fixo durante o ano inteiro. Essa relação desigual na provisão da casa, em algumas situações acaba provocando o rompimento de modelos já consagrados e, que se manifesta no comportamento entre homens e mulheres dentro da própria família. A elaboração desses novos modelos implica na definição de projetos pessoais que se diferenciam das pretensões das gerações anteriores (Vaitsman, 1994).

Os estudos que retratam o modo de vida da família rural (Queiroz, 1972; Woortmann, 1995; Cândido, 1987) afirmam que, geralmente, o celibato é uma característica que atinge preferencialmente os homens, especialmente, porque, nessas sociedades, o casamento representa também, a reprodução e a continuidade da base material do grupo. No PISG, quando os pais morrem, a titularidade do lote passa para o filho mais velho, independentemente do sexo, ou seja, em termos legais as mulheres podem herdar o lote, mas, geralmente são impedidas pelos valores e costumes locais (Teixeira, et al 1994:70).

Papéis diferentes resultam em valores e padrões novos, numa outra geração de matrimônios. Para ilustrar, observamos os casamentos realizados, no PISG, entre filhos de colonos que fazem parte da segunda geração de famílias. Duas questões nos chamam a atenção: a primeira, é o fato de que, entre as famílias selecionadas para o Projeto, curiosamente, não há registro de casos de separação, nem de divórcio. Esse dado é importante na análise que fazemos acerca da qualidade de vida das famílias colonas, porque a união entre os casais ajuda a fortalecer a unidade da família, o patrimônio, garantindo o bem-estar dos indivíduos, na medida em que melhora o potencial do agente e contribui para o desenvolvimento do grupo familiar e da coletividade.

A forma de matrimônio “endogâmico” com base na territorialidade é uma característica peculiar entre as famílias do PISG. Segundo os informantes, é também com base

nessa característica que eles reivindicam o direito à propriedade da terra. Casar entre si representa o fortalecimento de um capital simbólico, que os identifica e os representa como filho e neto de colono. Então, mesmo que estes filhos e netos migrem, a eles é assegurado o direito de voltar. E esse “direito” é simbolizado pelo sentimento de segurança e pertencimento a um lugar, que é um bem fundamental na avaliação que as famílias fazem da qualidade de vida delas.

Na geração de famílias formadas pelos filhos e netos de colonos, as uniões, ao mesmo tempo, em que são relativamente instáveis, acontecem muito precocemente, entre pessoas bastante jovens, com idade que varia entre quatorze e dezoito anos. Recentemente, essas uniões têm ocorrido por força de uma gravidez indesejada, quando os pais ainda estão estudando, ou sem trabalho.

O problema da gravidez na adolescência e, conseqüentemente, o surgimento das mães solteiras é um fenômeno novo que contraria a ordem moral dessas famílias, e que, de certo modo, influencia negativamente a qualidade de vida delas. O aspecto negativo desse fenômeno revela-se tanto na questão econômica, porque se trata de uma “boca” a mais para prover, quanto na questão moral, pois, para as famílias do PISG ter uma filha “perdida”, dentro de casa é motivo de vergonha e constrangimento. Uma vez que, segundo os informantes, essa filha não vai mais arranjar casamento.

Talvez, por isso mesmo, a maioria das mulheres entrevistadas tenham mencionado que preferiam ter filhos homens. Em princípio, imaginamos que seria por uma questão de segurança de mão-de-obra para o trabalho. Entretanto a questão parece ser de ordem moral, simbolizada pelo medo de que as filhas fossem reprimidas como elas o foram, uma vez que, com os filhos homens não é preciso ter tanto cuidado, porque os homens não correm o risco de ficarem “perdidos”.

Para a maioria das famílias, as duas situações, da filha perdida ou que se tornou mãe solteira indicam que a família fracassou na transmissão dos valores do grupo que preservam a virgindade e o casamento formal. E neste contexto, a mãe aparece como sendo a maior culpada, uma vez que se atribui a ela a responsabilidade de educar os filhos e filhas.

Na maioria das vezes, a gravidez indesejada tem resultado em casamento precoce e a tendência é de que os recém-casados passem a morar na casa dos pais da mulher, ensejando outra representação da relação casa – família no meio rural. A construção de uma casa significa nas sociedades rurais, a constituição de uma família e, portanto, uma nova unidade de produção. No PISG, como já foi dito, rompe-se com esse costume e as famílias passam a

coabitar, duas, três, num mesmo domicílio, tornando ainda mais escassos os recursos disponíveis.

No PISG, há muitas famílias que, apesar de se sentirem envergonhadas, quando submetidas a essas situações, encontraram uma saída, através das redes de ajuda, que são formadas por parentes e amigos residentes em outros Estados. Assim, essas redes são contactadas para hospedarem, provisoriamente, essas moças em suas residências. A saída estratégica da jovem “perdida” da comunidade tem o propósito de evitar escândalos e comentários. Muitas dessas histórias tiveram um final feliz, segundo informações dos pais, porque as moças, ao se mudarem para São Paulo, Brasília e Rio de Janeiro, conseguiram arranjar trabalho e, até, casamento. Casadas, essas jovens estão novamente honradas e, nesse caso, podem voltar e visitar a família, sem constrangimentos.

Situação igualmente desonrosa são as separações entre os casais. Ressalta-se que essas separações ocorrem apenas entre os casais formados pelos filhos e netos dos primeiros colonos. Conversando com uma informante recém-separada, filha de um colono, perguntamos como ela encarou a vizinhança, na condição de separada. A resposta dela foi que, em tempos atrás, quando surgiram os primeiros casos de separações, toda a comunidade comentava, mas, hoje, esses casos já não representam mais novidade, pois acontecem com frequência. Por isso mesmo, a população já está acostumada.

Quando as mulheres se separam e o motivo da separação foi dado pelo homem, elas recebem total apoio dos pais e dos irmãos. São dignas do respeito e da consideração da família. De qualquer modo, a unidade básica é o casal; se esse for desfeito, a mulher procura entrar em outro arranjo para vencer o isolamento e adquirir proteção para o seu nome. Geralmente, esse rearranjo implica um retorno à família de origem, à casa dos pais. Para se livrar dos falatórios da vizinhança, elas não devem conversar com rapazes, nem com outras moças, não devem ir a festas nem chegar tarde da noite em casa e, muito menos, dormir fora do seu domicílio (Fukui,1979).

Uma informante revelou que casou dois anos depois de ter ficado viúva, e explicou, em sua narrativa, as razões:

Ah! Mulher, o tempo de viúva é uma tristeza, ah... É muito triste a pessoa, pra começar, a pessoa já tem acostumado com o seu companheiro num é, aí ficar sozinha, a pessoa fica assim, a pessoa solitária, uma pessoa sem ter vida, a pessoa num pode conversar com ninguém o povo fica tudo de olho em

cima, principalmente, num lugar desse é, aqui todo mundo se conhece. O povo, qualquer coisinha tá vendo, tá falando, não, então é melhor a vida de casado (Dona R. V. L., 39 anos – esposa de colono).

As satisfações, as quais se referem a informante, ainda que não sejam dadas à vizinhança, com certeza deverão ser dadas à família. Ao se separar ou enviudar, a mulher passa a ser duplamente vigiada pelos pais, irmãos e filhos. Em contraposição, os homens voltam a ter vida social de solteiros, sem cobranças e preconceitos. Outra informante, bastante jovem, filha de um colono, chegou a revelar que sentia vontade de deixar o esposo, pois não agüentava mais suas bebedeiras e irresponsabilidades, sendo obrigada a manter a casa e o filho. Mas lamentava não poder pedir a separação, porque não tinha a intenção de voltar para a casa dos pais e, sim, morar sozinha apenas com seu filho. Esta situação de mulher separada, que mora sozinha, é reprovada moralmente pelas pessoas da comunidade e pela própria família.

Se as condições da existência cotidiana influenciam nos princípios que afirmam ou negam a qualidade de vida das pessoas, é importante analisar as implicações dos novos costumes e práticas que modificaram a cultura local. Poderíamos citar aí a própria educação que provocou rupturas na vida social e, ao mesmo tempo, estimulou as aspirações dos projetos individuais. É preciso ressaltar que, em qualquer sociedade, o fato de ser homem ou ser mulher é uma referência significativa na avaliação que os seres fazem da sua própria vida.

Observamos, entre os jovens do PISG, que os novos valores internalizados não representam uma sobreposição de projetos (individual x coletivo), mas resultam da forte ligação com antigas redes sociais e a inserção desses agentes em novas redes. No PISG, os jovens refletem essa duplicidade de influências à medida que valorizam bens, como espaço e práticas de lazer, encontrados nas áreas urbanas e, ao mesmo tempo, valorizam atributos da paisagem dos núcleos tipicamente rural. De certo modo, os jovens acreditam que o fato de morarem numa área rural não os impede de desfrutarem no próprio espaço do perímetro de formas e ambientes de lazer semelhante aos que são encontrados na cidade.

No PISG, percebemos que o apego a certos tabus, como a virgindade e a manutenção do matrimônio dão mais visibilidade à autoridade do homem como senhor do destino de todos, principalmente das mulheres – esposas, irmãs e mães. Pois, na estrutura hierárquica dessas famílias, as mulheres são percebidas como inferiores e, por isso mesmo, necessitam do homem para representá-las (Cunha, 1998).

As diferenças que se colocam na relação entre os gêneros ressaltam uma definição do ser mulher que, culturalmente reduz seu poder de barganha, isto é, da mulher como sexo frágil (Stolke, 1994). Segundo Lia Fukui (1979: 160), os padrões de comportamento de homens e mulheres, nas famílias do meio rural, diferem, essencialmente, em dois aspectos: na postura de recato e na divisão sexual do trabalho.

Percebemos que, em São Gonçalo, a liberdade de escolher (casar ou não) pressupõe um valor moral. Já as decisões (migrar ou não), são orientadas pela necessidade do grupo ou por um desejo pessoal. No entanto, o poder de realizá-lo compete essencialmente aos homens. Essa distribuição das necessidades é fruto da educação recebida e normatizada pelo meio (Annas, 1996: 366).

Nesse sentido, as mudanças nos valores, decorrentes da atualização do *habitus* de um agente em ação, modificam o comportamento das pessoas e instituem práticas que segregam vizinhos, pais e filhos e interferem na continuidade do grupo, como, por exemplo, a sucessão e a herança.

O DNOCS, inicialmente, definiu algumas regras básicas sobre a sucessão do lote. Primeiro que o lote não é patrimônio exclusivo de uma só pessoa da família. Nesse sentido, nenhum dos membros, o marido ou a mulher, poderia dele dispor, em caráter individual. Para o DNOCS, o lote é um patrimônio que garante o futuro e a sobrevivência do grupo. Depois, o lote deveria ser sucedido na seguinte ordem: o título ficaria em nome do homem, chefe de família; em caso de sua morte, passaria para a mulher, depois para o filho mais velho, independentemente, se ele fosse homem ou mulher.

Em São Gonçalo, o critério básico da herança é o parentesco consanguíneo. Portanto, a sucessão para os filhos só deverá acontecer após a morte dos pais. Entretanto, foram relatadas inúmeras situações de filhos, que se tornaram responsáveis pelos pais, cuidando deles até à morte, e depois se consideraram legítimos proprietários do lote e da casa, excluindo da partilha os outros herdeiros, inclusive, a mãe. Observemos a narrativa desse informante:

Fica pra um agora que ele... mais fica pra um assim, no nome de um, mas isso vai depender da família, agora se for uma família controlada, unida serve pra tudinho. Olhe isso eu vou lhe dizer e explicar, eu assinei todas as pessoas que passaram aqui pra ser colono assinaram. O lote fica só pra um e os outros o DNOCS prometia que dava o lote a cada um, mas isso não aconteceu, nem acontece porque num há mais terra no lugar. Agora, o que acontece, teve o caso de uma família em

que o velho morreu a velha morreu, aí o chefe do perímetro colocou o contrato em nome de um, o mais velho aí o que acontece lutaram, lutaram brigaram aí querendo partir mais aqui não tem as escrituras o lote ainda não tem as escrituras, tem contrato o lote é familiar, mas num tem herança o lote é familiar mais numa hora dessa eu acho muito errado num era pra gente ter assinado todos nós, nenhum, mas e num assinasse também num entrava não que é uma lei federal mais ninguém fez isso. Agora só tem parte no lote se tiver contrato de compra e venda porque aí já é de todos agora se for de concessão de uso não é herança, se for de compra e venda aí todos assinam naquele contrato porque ele já é posseiro daquele lote (Sr. L. Duarte., – 66 anos – colono).

Nessa narrativa, observamos conflitos de naturezas distintas. O primeiro deles, refere-se ao aspecto legal, relativo ao tipo de contrato assinado pelas famílias com o DNOCS, no qual, formalmente a terra só passa a ser objeto de herança quando as famílias receberem os títulos de propriedade. Antes disso, em caso de falecimento dos colonos, o DNOCS firma outro contrato com um dos herdeiros, respeitando a hierarquia do grupo. O segundo, por sua vez, diz respeito aos acordos internos do grupo doméstico, que está relacionado a outras estratégias, como a migração, o casamento, que possibilitam outras formas de realização, independentemente do patrimônio dos pais.

Algumas vezes, a transmissão do patrimônio, através da herança e sucessão do lote gera conflitos que desagregam completamente as famílias. Com o envelhecimento dos pais, os filhos assumem o trabalho da terra, mas esta continua sendo formalmente de propriedade dos pais. No entanto, situações contingenciais, de doença ou velhice, que têm levado os filhos a tomarem conta da roça dos pais, faz com que um ou outro filho incorpore o direito de propriedade.

No PISG, os conflitos mais evidentes acontecem quando as filhas mais velhas não se casam, dedicando-se aos pais até a morte deles. Após o falecimento dos pais, os irmãos homens, às vezes, até os que moram distantes, retornam para reivindicar uma parte no patrimônio, isto é, da casa e do lote.

Hoje quando acontece como aconteceu lá em Seu João Neto, o menino praticamente deixou duas meninas na rua, porque ele tinha sua casinha imendada, lá tinha a casa de Seu João Neto e tinha a casa dele, as meninas ficaram na casa e ele ficou na dele, depois ele entrou na justiça, entrou com o DNOCS aí ele soltava dinheiro pra o DNOCS e o DNOCS ficou a favor dele,

soltou um contrato, passou tudo pra o nome dele como se ele trabalhasse no lote sozinho, uma coisa que não era ele quem trabalhava no lote, era o marido de Neném, marido de uma das filhas, e ele conseguiu, hoje, ele tá no lote sozinho e na casa. Mas é uma pena, eu acho que não existe lei, o DNOCS não existe, é uma farsa, ele tá ali só pra absorver dinheiro e justificar o que eles ganham ali, porque quem mora num lugar daqueles é rico, praticamente, você compra a parte da comida, não pagam aluguel, água, não pagam energia... (L.B.D., 23 anos - filha de colono).

Em casos de conflitos e desavenças familiares, o DNOCS assume as funções de juiz, cabendo ao órgão decidir sobre quem tem direito e ao quê. As famílias acusam o DNOCS de cometer injustiças, baseando-se apenas em informações falaciosas, sem aprofundar a veracidade dos fatos, nem respeitar o direito consuetudinário instituído pelas famílias. A postura do DNOCS é normativa e o órgão age conforme as suas próprias regras que já estão por demais ultrapassadas. Por sua vez, os técnicos argumentam que apenas cumprem as determinações que estão previstas nos contratos.

A maioria dos colonos acredita que uma solução para que o Projeto volte a produzir como antigamente é a entrega dos títulos de propriedades. Segundo eles, a posse dos títulos representa a conquista da “liberdade”, ou seja, com os títulos de propriedade, os colonos imaginam que poderão, individualmente, negociar e fazer empréstimos junto às agências bancárias, além de poderem dinamizar o sistema produtivo e, até mesmo, se organizarem coletivamente. As famílias reconhecem que o cooperativismo é uma alternativa interessante para todos, mas acreditam que esta só funcionará na medida em que for recuperada a confiança entre os colonos.

A situação atual do Projeto é interpretada pelas famílias, por um lado, como um processo de “libertação”. Segundo elas, simbolizada pelo direito de poder comercializar com atravessadores e pela relativa autonomia na organização da produção no lote. Hoje, as famílias podem destinar 20% do lote aos cultivos de subsistência e criar duas vacas, em média, para a produção do leite a ser consumido pela família (Queiroz, 1993). Contrariando as recomendações do DNOCS, os colonos abandonaram “as culturas rentáveis” como melão, uva, batata, cebola, tomate e alface e intensificaram o cultivo das seguintes culturas: arroz, banana e coco. Os colonos argumentam que a opção por essas culturas justifica-se pela demanda do mercado consumidor da região.

Segundo os colonos, o incentivo às chamadas culturas rentáveis, organizar a produção tomando como referência os padrões de produção vigente, fazia parte do modelo produtivista assumido pelo DNOCS. Entretanto no PISG, com a falência da cooperativa, os colonos se tornaram dependentes do mercado local, vulneráveis a flutuações dos preços, à ocorrência de superprodução e a entraves à comercialização (Freitas, 1999).

Analisando o conjunto das narrativas, percebemos que a qualidade de vida que existe no PISG é definida por uma equação, que envolve: a trajetória de vida das pessoas, o lugar, o ethos do colono e as condições de dar continuidade ao projeto de vida do grupo familiar. A partir desses aspectos, que identificam a posição dos indivíduos podemos compreender por que para alguns, a qualidade de vida no PISG é representada positivamente e, para outros, viver no Perímetro é uma luta diária. Essa divergência de opiniões explica por que alguns querem permanecer e outros, mudar.

As famílias que levaram adiante o projeto coletivo do grupo argumentam que não há lugar melhor para viver do que São Gonçalo. A certeza de que o Perímetro é o lugar ideal para se ter uma vida com qualidade se expressa na satisfação dos informantes ao falarem sobre o lugar onde moram e das conquistas, obtidas desde a vinda delas para o Projeto. Um colono do núcleo III, que é o mais carente e sofrido, declarou que, do PISG não sairia para lugar nenhum a não ser para o cemitério. Pois, segundo ele, foi lá que conseguiu tudo que tinha, e mesmo que alguém ache que ele não tem nada, ele diz: *um filho conseguiu comprar carro para trabalhar como taxista, as filhas fizeram curso superior e são empregadas lá mesmo no núcleo e o filho mais velho é dono do seu próprio lote*, ou seja, os projetos que foram idealizados se concretizaram.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo que realizamos, analisando a trajetória de vida das famílias colonas do PISG e a representação social que elas fazem da sua própria qualidade de vida, no contexto do Perímetro Irrigado, permitiu uma aproximação entre os princípios que traduzem a qualidade de uma vida idealizada pelas famílias e algumas categorias da teoria social. Esta aproximação funcionou como canetas e pincéis que, aos poucos, foram desenhando essa tese e dando a ela uma feição reflexiva e propositiva, no sentido de como abordar um tema complexo, sobre o qual existem diversas interpretações. Ao trilhar por esse caminho, nos afastamos do modelo teórico baseado na explicação causal (Durkheim e Conte) e do determinismo metodológico (Parsons e Lazarsfeld). Adentramos o cotidiano das famílias e sentimos necessidade de nos apoiar por um lado, na sociologia compreensiva de Max Weber e, por outro na sociabilidade de Simmel para compreender o significado das relações sociais, da vivência de uma cultura e da tradição nos juízos que as pessoas formulam sobre o modo de viver no contexto da modernidade.

Abordamos, então, a qualidade de vida, enquanto um objeto de investigação teórico-metodológica, a partir da vivência e da experiência das famílias colonas, aqui, concebidas como sujeitos com histórias de vida particulares e que as tornam singulares na diversidade de processos históricos e sociais.

A idéia de que a qualidade de vida poderá ser definida por um agregado de indicadores, que concorrem para a formação de um índice, reduz a discussão apenas à questão metodológica, de como encontrar uma medida, um padrão universal para avaliar o bem-estar e a satisfação dos indivíduos e grupos.

Amartya Sen (1996:16) assinala que, ao fazer inferências acerca desse tema, não podemos deixar de considerar aspectos que explicam a dificuldade dessa padronização. Primeiro, para compreender a qualidade de vida não basta quantificar o acesso aos serviços e aos bens; é necessário identificar a qualidade e a satisfação das pessoas em relação a estes. Segundo, é preciso compreender que os seres humanos se movem por sonhos e ideais,

portanto, a vida não é para estes seres um emaranhado de relações exteriores. Contrariamente, é um complexo de signos e símbolos cujos significados os diferenciam e particularizam.

Em face da heterogeneidade de preferências e valores numa mesma sociedade justifica-se a dificuldade de se encontrar uma estrutura coerente para fazer essa avaliação. Se acreditarmos realmente que avaliar a qualidade é um desafio intransponível, porque os seres humanos, geralmente, são movidos pelo auto-interesse, não teremos bases para definir as necessidades sociais, nem padrões mínimos de igualdade. Amartya Sen (2000) lembra que apesar da diversidade de percepções sobre o mundo, as idéias básicas de justiça social não são estranhas aos seres sociais. O bem-estar da família, dos vizinhos e concidadãos está na base da ética e da justiça de praticamente todos os indivíduos e em qualquer sociedade.

A nossa questão, aqui, não foi encontrar um método para mensurar a qualidade de vida, mas, compreender quais são os princípios que norteiam as afirmações das pessoas sobre a vida que elas levam: se a vida é boa ou ruim, melhor ou pior, de privação ou bonança, quais são as referências utilizadas para dar sustentação a estes argumentos. A contribuição do pensamento de Aristóteles, a noção de ética virtuosa e a releitura que Martha Nussbaum (1996) faz dessa mesma ética ajudam a entender os princípios internalizados no *habitus* e no passado como sitiante, e que teve continuidade no presente como irrigante.

Percebemos nas narrativas que elementos como a família, a relação com o espaço social, a realização pelo trabalho como estratégia de reprodução do grupo familiar e a continuidade do patrimônio, representam os bens valiosos e significativos para a qualidade de vida desse grupo. O *lócus* da pesquisa é um Perímetro Irrigado, um espaço rural onde os homens se relacionam diretamente com a natureza, donde emergem práticas e relações que, por um lado, definem uma visão de mundo específica e, por outro, uma racionalidade que articula necessidades e projetos do grupo familiar com o modo de vida proposto pelo DNOCS.

A capacidade dessas famílias de se inserir num projeto de irrigação e articular essas duas lógicas, assumindo um novo estilo de vida, do colono irrigante, imposto pelo DNOCS, sem romper com uma tradição camponesa, possibilita afirmar que a qualidade de vida dessas famílias não é definida apenas pela ampliação da capacidade de consumo de bens e serviços, ou por um padrão de condições de vida determinado *a priori*. Mas, trata-se de uma avaliação valorativa da própria vida, que sem negar a importância dos bens materiais e dos serviços sociais indispensáveis para que se tenha uma vida “boa”, reconhece aspectos legitimadores de uma ordem moral como igualmente importantes para viver com dignidade.

Dizemos que essa família é camponesa, embora, não seja o camponês tradicional aquele, do modelo original proposto por Lamarche (1993), marcado pelo alto nível de engajamento familiar e pelo grau de dependência do estabelecimento com o mercado local, mas o camponês do modelo final, aquele que evoluiu num contexto sócio-político específico e que ao se tornar um agricultor, preserva no seu modo de vida uma ordem moral e simbólica, herdada dos seus antepassados (Wanderley: 2000). É essa herança que para nós, vai legitimar um *ethos*, que se pauta na indissociabilidade dos elementos terra, trabalho e família, redefinidos simbolicamente, por meio de uma racionalidade adaptada que reconhece o mercado, o Estado e a necessidade de resistir e sobreviver enquanto grupo.

Sem dúvida, definir os procedimentos metodológicos que seriam adotados na pesquisa foi um processo difícil porque, em se tratando de um tema como qualidade de vida, permeado de sutilezas teóricas e metodológicas que se confundem, percebemos que, se por um lado existe, de fato, a dificuldade de delimitar um conceito, por outro, a utilização de determinados métodos e técnicas já pressupõe uma orientação teórica, na qual o próprio autor pode se assentar.

Nesse estudo, optamos pelo uso da metodologia qualitativa, especificamente, pela utilização dos relatos orais, cujas narrativas eram instigadas por um roteiro semi-estruturado de perguntas, procurando seguir o curso da vida dos informantes. Nesse processo, destacamos o valor incontestável da memória. A partir dos fatos que emergiram da memória dos informantes, percebemos que ao deixar o sítio para se tornarem irrigantes, as famílias passaram por processos de aprendizado e adaptações que modificaram o modo e o estilo de suas vidas. Os reflexos dessa mudança aparecem no recorte feito pelos próprios informantes e que decidimos agrupar em duas realidades espaciais e temporais: o tempo do sítio e o tempo do PISG.

Bourdieu, através das categorias *habitus e estilos de vida*, possibilitou a compreensão de que qualidade de vida para essas famílias é constituída por uma dimensão objetiva, representada por uma diversidade de bens de consumo, e por outra dimensão subjetiva, representada pelos elementos e valores de uma ética camponesa preservados no estilo de vida das famílias irrigantes. A satisfação das pessoas em relação ao presente vivido está, de algum modo, atrelada ao passado como sitiante o que fortalece a hipótese de que a racionalidade camponesa é um princípio orientador da qualidade de vida das famílias do PISG.

Essa passagem no tempo de um espaço a outro (do sítio ao PISG) transformou-se num elemento de comparação, a partir do qual as famílias avaliam sua qualidade de vida. Nem

sempre, essa avaliação coincide com os dados oficiais, nem com os discursos dos responsáveis pela política de irrigação no Nordeste. Percebemos que as expectativas em relação ao funcionamento de um Projeto de Irrigação eram totalmente distintas, tanto para as famílias quanto para o DNOCS. Estas distinções vão articular duas lógicas de avaliação sobre a vida das pessoas no espaço do PISG. A lógica do DNOCS – baseada na perspectiva do desenvolvimento como progresso econômico e a lógica das famílias – assentada na possibilidade de estruturar um projeto de vida a partir do acesso à terra.

A avaliação geral feita pelos órgãos oficiais de investimentos – Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento - BIRD e órgãos executores da Política de Irrigação no Nordeste – Ministério do Interior e DNOCS, é de que os projetos oficiais de irrigação em operação no Nordeste são considerados experiências que não atingiram as metas planejadas, como por exemplo, a criação de uma classe média rural, produtividade dos sistemas e geração de empregos e renda. Para estes órgãos, as expectativas foram frustradas, tanto no sentido de alavancar o desenvolvimento dessas regiões, quanto pelas estratégias de combate as secas. No caso específico do PISG, a tutela do Estado não foi suficiente para atingir o propósito inicial de transformar camponeses em produtores empreendedores (Bursztyn, 1984:86).

As altas rendas e a ampliação da capacidade de se capitalizar e empreender se concretizaram, apenas, para uma quantidade pequena de colonos. A maioria dos beneficiários se encontra endividada, o que contribui para um processo de rotatividade entre os produtores dentro do perímetro. De modo geral, foram muitos os equívocos cometidos no planejamento e, conseqüentemente na execução do Projeto de Irrigação de São Gonçalo. Evidencia-se que as terras irrigadas no semi-árido não foram utilizadas para produzir gêneros de alto valor, devido aos solos pobres e à falta de capacidade gerencial e de *marketing* dos próprios colonos, segundo justificativa apresentada pelo próprio gerente do Projeto, na ocasião em que fizemos a pesquisa de campo. Os colonos, entretanto, ressaltam que a precariedade econômica do Perímetro tem como causa principal o autoritarismo da administração do DNOCS, especialmente nos primeiros anos da colonização. O DNOCS desconsiderou o saber acumulado pelas famílias que já viviam do trabalho na terra, sendo que muitas naquela mesma localidade.

Para a maioria das famílias/colonos, a irrigação pública é, ainda, uma alternativa viável para transformar as condições de vida da população do semi-árido. Os informantes reconhecem que esta conclusão é puramente subjetiva, uma vez que a base dos seus argumentos reside no exercício de comparação que as famílias fazem entre as condições de

vida no PISG e as experiências anteriores, de sujeição e precariedade, além das dificuldades enfrentadas nos anos de seca. Hoje, para essas famílias, a vida no PISG é um paraíso, apesar da escassez de água e das dificuldades que as famílias enfrentam para trabalhar e produzir.

Concluimos que a qualidade de vida para as famílias do PISG não depende, apenas, dos processos de natureza econômica, contrariamente à conquista da liberdade e da autonomia, ainda que relativa. Significou para as famílias a realização de um projeto de vida, que se diferencia completamente da situação experimentada anteriormente e simbolizada por um processo de sujeição ao patrão, dono da terra e depois, ao DNOCS administrador do projeto.

É importante considerar que, se a área de São Gonçalo não se transformou num celeiro de frutas irrigadas, organizado por produtores qualificados, como pretendia o DNOCS, para as famílias selecionadas, o acesso à terra significou o grande salto das suas vidas, a conquista de todos os sonhos, ainda que não seja os sonhos de todos: uma casa para morar, a terra para trabalhar e assegurar a sobrevivência de todos os membros do grupo, o acesso aos serviços sociais (educação, saúde, transporte e saneamento básico), a permanência do grupo no mesmo espaço o que possibilita o surgimento das redes de ajuda, as relações vicinais que preencheram o sentimento de isolamento e vazio registrado pelas famílias ao falar do tempo do sítio. Todos esses sonhos, na verdade são bens que definem o bem-estar geral das famílias colonas.

Atualmente, essas famílias mencionam a falta de políticas de apoio à produção como um dos graves problemas que impede a continuidade do patrimônio. Constatamos que o acesso à terra foi uma condição para as famílias pudessem estruturar suas vidas. No entanto, não tendo essas famílias instrução, nem domínio das técnicas de irrigação, tampouco habilidade gerencial e empreendedora, é necessário, que sejam pensados mecanismos de proteção pública, assistência técnica, acesso ao crédito e, especialmente, normas e regras que, respeitando o saber e a cultura dessas famílias, possibilitem a sua emancipação.

Assim, se a qualidade de vida das famílias depende da valorização dos elementos que aproximam o grupo familiar, uma alternativa para o problema da permanência e a continuidade talvez seja a ampliação da área agricultável dos lotes ou a diversificação das atividades. Isto, certamente, daria aos filhos dos colonos a possibilidade de continuar no Perímetro, tomando conta do lote e realizando atividades com as quais estes se identifiquem. Independentemente da opção, um aspecto importante é manter de maneira sustentável a proximidade entre os parentes. Manter os membros do grupo próximos é um valor imponderável para a qualidade de vida das famílias.

Essa proximidade ajuda a fortalecer as redes de ajuda, que acabam assumindo as funções das políticas públicas na prestação de serviços e assistência social. Os filhos dos colonos, mesmo os jovens, afirmam que o desejo de permanecer no Projeto está relacionado ao gosto adquirido pelo estilo de vida, pela sociabilidade, representada pelo prazer da interação entre as pessoas que vivem do lugar. Os jovens, moças e rapazes, que têm a oportunidade de estudar ou trabalhar fora, elaboram juízos de valor sobre a vida no Perímetro, estabelecendo comparações interessantes sobre esta sociabilidade:

Lá é um lugar muito bom assim, porque você num tem... você vê assim, a pureza num é porque por mais que aconteça tudo isso mas a pureza das pessoas existe, eu acho assim, há diferença se você observar lá e for na cidade você vê, constata a diferença até a educação das pessoas, as pessoas lá são bem mais abertas do que o pessoal da cidade. Aqui se você chegar numa casa aqui, tem gente que nega até água, e eu gosto disso sabe, lá eu acho muito bom esse jeito das pessoas, esse negócio de você chegar numa casa, as pessoas num abrirem nem o portão e a gente foi criada assim, se mãe tiver comendo e chegar uma pessoa ela é capaz de dividir a comida dela, senta aí vamos comer, ou então, parar e fazer comida sempre faz mais, às vezes, chega gente ela sempre faz comida muito, porque nunca sabe, às vezes, na hora do almoço chega sempre pessoas, aí senta bota, num é aquele limite, aquela coisa pouca se bem que lá também existe pessoas que são assim, na verdade, de tudo existe mais num é maioria, eu gosto muito de viver lá, por uma parte eu acho que eu estou até me contradizendo, mas é, na verdade, eu gosto (L.B.D., filha de colono – 23 anos)⁷⁰.

A narrativa acima demonstra que os valores internalizados no curso da vida dos indivíduos são incorporados às expectativas em relação ao futuro. Por isso, o desejo de ter uma terra e assegurar a continuidade do grupo, produzir e criar, assim como o fizeram seus pais, é um problema que atualmente influencia na representação que as famílias fazem da sua qualidade de vida. Mesmo não tendo conseguido realizar tudo aquilo que foi planejado pelo grupo, ainda assim, as famílias acreditam que o trabalho na agricultura vale a pena. Atentemos para a narrativa:

⁷⁰ A entrevista com esta jovem foi gravada na cidade de Sousa, no hospital onde ela trabalha, por isto, ela usa a expressão lá, ali, para se referir ao PISG.

Eu gosto muito de agricultura, existem pessoas que não trabalham, porque não têm terra pra trabalhar. Existe agora os sem-terra que foi uma área de terra invadida. Eu plantei em dois terrenos, mas existe aquelas pessoas que pegaram só por pegar, pra depois quando ficar uma coisa fixa vender, até minha irmã Cenira pegou. Eu plantei na terra dela, colhi, mas não tem água aí o restante morreu, é tanto que não tirou nem a despesa, mas tá faltando também muita motivação..., Eu tenho muita vontade de ficar na agricultura, se bem que em São Gonçalo, as terras também estão com dificuldades para produzir por falta de água (L.B.D., filha de colono – 23 anos).

Entre os jovens, observamos certa contradição de interesses, representada pelo desejo de ficar e a impossibilidade de continuar. O fato de não haver terra para todo mundo acaba produzindo alguns dilemas, visto que a alternativa viável é a invasão de terras. Esses dilemas são, em primeiro lugar, de ordem prática, uma vez que, através da invasão, as pessoas têm acesso apenas à terra, e por não disporem de condições para produzir, acabam passando-a adiante por qualquer preço. E, em segundo, de ordem moral, porque vai de encontro aos princípios do grupo, apossar-se de um bem que não lhe pertence, como narra a filha de um colono que invadiu uma área da Cooperativa:

Foi assim a gente se combinou pra vim pra cá, nem meu sogro sabia, porque ele era da direção da cooperativa, aí nós escondemos dele Francisco disse: 'não, Remédio nós vamos ficar na nossa, num vamos nem falar pra pai, porque pode ser que ele discorde e diga alguma coisa, reclame com a gente e num queira deixar a gente ir, então, vamos ficar caladinho na nossa'. Aí nós ficamos calado, aí quando foi no dia de vim, nós saímos e viemos, e outra se nós num tivesse vindo os outros iam invadir, aí nós fí de colono, ficava na mão né., ficando sem nada (M. P. da Silva., 28 anos – filha de colono)

A falta de incentivos públicos, especialmente linhas de crédito para o trabalho da agricultura é um ponto de convergência em quase todos os trabalhos que se propuseram a avaliar a Reforma Agrária no Brasil⁷¹. Mas, em se tratando das áreas do DNOCS, a situação é ainda mais complicada, porque o Governo nem entrega os títulos, tampouco assiste à população do Perímetro. Assim, as famílias ficam à mercê da própria sorte, que nem sempre

71 Dentre esses trabalhos, destacamos os coordenados por: José de Sousa Martins (2003). *Travessia*; e o mais recente coordenado por Sérgio Leite, Beatriz Heredia, Leonilde Medeiros... [et al] (2004). *Impactos dos Assentamentos: Um Estudo Sobre o Meio Rural Brasileiro*.

lhes é favorável, uma vez que, dadas as diferenciações entre as famílias, há aquelas “bem-sucedidas” que dispõem de recursos e aproveitam as oportunidades e a vulnerabilidade daqueles que não conseguem tocar a produção, para “comprar seus lotes”. Esse fato vem dando origem a um processo de “acumulação e exploração” dentro do PISG.

Embora, sem informações mais substanciais que permitam inferir sobre este processo de acumulação, o fato é que a maioria dos colonos “bem sucedidos” conseguiram se capitalizar, fazer investimentos fora dos lotes, em atividades não-agrícolas. Como já foi dito, os “bem-sucedidos” mantem com alguns dos colonos que “não-prosperaram” negócios como agiotagem, além de contratar os seus filhos como diaristas o que acaba gerando também um processo de exploração dentro do próprio grupo. Se estes colonos “bem-sucedidos”, de fato, se tornaram empresários capitalistas, infelizmente, esta é uma questão que, ainda temos muito que investigar.

Em face dessa realidade, alguns estudos⁷² avaliam os Projetos de Irrigação Pública como uma experiência fracassada. Consideramos que estas avaliações tomam como base o fato de que apenas uma parte das famílias selecionadas conseguiu elevar significativamente o poder aquisitivo, modernizar as técnicas de produção, cultivo e comercialização. No entanto, a auto-avaliação feita pelas famílias, contradiz essa idéia de fracasso. Elas assinalam que o sucesso e o êxito podem ser avaliados na sua própria trajetória de vida, ou seja, na oportunidade de oferecer aos filhos estudo, acesso aos serviços de saúde, de não mais precisarem trabalhar como empregados e “sujeitos” dos proprietários de terra, de manterem uma ética do trabalho centrada na família, de não terem mais que migrar e mendigar, e principalmente, de poderem comer, vestir e morar, bens que são importantes para a qualidade de vida das famílias do PISG.

Quando afirmamos que as incertezas relacionadas ao futuro e à continuidade do grupo afetam a qualidade de vida das famílias, pensamos na necessidade que as famílias têm de entender a lógica do mercado e produzir aquilo que é lucrativo, utilizando produtos e técnicas que agregam valor aos produtos. Mas, para não interferir na qualidade de vida, essa relação com o mercado não pode implicar uma ruptura com a tradição camponesa que se reflete no *habitus* dessas famílias.

A preocupação com a continuidade se atém também às questões ambientais. Os informantes analisaram criticamente o uso dos agrotóxicos, os chamados venenos e

⁷² Entre os estudos destacamos: Bursztyn (1984) e Freitas (1999).

questionaram a frequência com que estes são aplicados, afirmando que, *no tempo do sítio não precisava de nada disso*, ao se referirem ao uso de defensivos químicos. Depois da pulverização, *ai foi que pareceu mais pragas nas culturas*. Este fato suscita o seguinte questionamento: Até que ponto é, realmente, viável produzir para um mercado exigente, cujas barreiras impostas elevam o custo da produção e comprometem o futuro das gerações presentes e futuras? A solução, talvez, esteja na adoção de sistemas de produção alternativos, ecologicamente sustentáveis que preencham os requisitos de um modelo de desenvolvimento que combine justiça social e prudência ecológica (Moreira, 2000).

É praga demais, insetos demais, nunca vi um negócio desse não, você planta um mundo de feijão colhe uma mixaria e eu não sei pra onde é que vai marchar não, não tem a quem a gente socorrer, nem perguntar: 'e aí eu vou usar o quê?', os técnicos que tem aí são mais ruins do que a gente, associação, cooperativa nada funciona, nada, nada, tem uns trator lá eu mesma tô com um pedaço de terra ali, doido pra fazer, esses tratores foram financiados pelo governo, eu tô com uns dois meses pra fazer um pedaço de terra, pra plantar um feijão, até hoje, num acho quem faça, vai pra os outros se o nome num tiver na relação num vai... (Sr.C.A.A.F., 45 anos - colono).

Para além dos problemas de resistência das pragas e insetos, existe o problema da contaminação do lençol freático que, de certo modo, empobrece os solos, provocando queda na produtividade. Embora não tenhamos condições de inferir sobre os níveis atuais de salinidade dos solos no PISG, sabemos que esse problema não atinge todas as áreas do Projeto.

Com todos esses problemas, fica difícil incentivar os filhos a dar continuidade ao projeto da família. De toda maneira, ficar ou sair *é uma negociação entre parentes* com a certeza de que sempre vai ter alguém, ao menos um filho, que fica e toma conta do patrimônio porque isso faz parte do amplo projeto de vida dessas famílias.

As famílias que permaneceram no PISG e levaram adiante o projeto individual da família camponesa, argumentam que não há lugar melhor para viver do que São Gonçalo. A certeza de que o Perímetro é o lugar ideal para se ter uma vida com qualidade se expressa na satisfação dos informantes ao falar sobre a vida no lugar onde moram. Um colono do núcleo III, o mais carente e sofrido, declarou que, *do PISG não sairia para lugar nenhum a não ser para o cemitério*. Pois, segundo ele, foi lá que conseguiu tudo o que tinha e mesmo que alguém ache que ele não tem nada, ele diz: *um filho conseguiu comprar carro para trabalhar como taxista, as filhas fizeram curso superior e são empregadas lá mesmo, no núcleo e o filho*

mais velho é dono do seu próprio lote, ou seja, os projetos que foram idealizados pela família se concretizaram.

Embora o PISG não seja mais sossegado como no início, as pessoas se adaptam aos novos costumes e atualizam o *habitus* para interagir, conviver e se inserir no mundo. Estas mudanças exigem novas posturas. As famílias tomaram a iniciativa de pagar pessoas para fazerem a vigilância das ruas, de recorrer à justiça para resolver questões de caráter administrativo ligadas ao lote e de modificar a organização do tempo e dos espaços em função do trabalho. Gradativamente, as pessoas estão se acostumando a resolver seus problemas, através do direito instituído, sem desprezar a importância da confiança e do direito costumeiro no processo de tomada de decisões.

BIBLIOGRAFIA

- ABBAGNANO, Nicola. (2000). *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes.
- ABRAHAM B. Sicaú.../et al. (1994). O GTDN da Proposta à Realidade: ensaios sobre a questão regional., Recife: Ed. Universitária da UFPE..
- ABRAMOWAY, Ricardo.(1998). Bases para a formulação da política brasileira de desenvolvimento rural: agricultura familiar e desenvolvimento territorial. Brasília: IPEA, (Convênio FIPE/IPEA). Relatório Final.
- _____. (Coord.) (1998). Juventude e agricultura familiar: Desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília, Unesco.
- ABRAMOWAY, Ricardo. (1992). *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Hucitec.
- ABREU, J. C de. (1982). *Capítulos da história colonial e os caminhos e o povoamento do Brasil*. Brasília: Editora da UNB, Civilização Brasileira.
- AB'SÁBER, Aziz Nacib. (1987), Sertão e sertanejos: uma geografia humana sofrida. In. *Dossiê Nordeste Seco*. São Paulo, Universidade de São Paulo/IEA. Revista Estudos Avançado. Vol. 1, nº 1.
- ALMEIDA, H. de. (1978). *História da Paraíba*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB.
- ALVES, Sinval Aribé. (1986). Análise comparativa da qualidade de vida entre os pequenos produtores rurais do Agreste de Itabaiana e do sertão sergipano. Viçosa. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Viçosa/MG.
- ANDRADE, M. C. (1998). A Terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. Recife, Editora da UFPE.
- ANDRADE, M. C. (1994) *Análise do semi-árido nordestino a visão da seca*. In. O GTDN da Proposta à Realidade: ensaios sobre a questão regional. Recife: Ed. Universitária da UFPE.
- ANDRADE, M. C. (1988). *Nordeste: alternativas da agricultura*. Campinas: Papyrus.

- ANDREWS, Frank M. e WITHEY, Stephen B. (1976). *Social indicators of well-being: American's perceptions of life quality*. New York. Plenum Press.
- ANNAS, Julia. Lãs mujeres y la calidad de vida: dos normas o una?. NUSSBAUM, Martha C. & SEN, Amartya (compiladores). (1996), *La calidad de vida*. México: D. F, Fundo de Cultura Econômica.
- ANTUNIASSI, M. H. R. (1998). Os núcleos de reforma agrária como espaço de integração social: o caso da família Pereira. In. *Para pensar Outra Agricultura*. (Org) FERREIRA, Ângela D. D.,
- ANTUNIASSI, M. H. R. (1994), Família camponesa na bibliografia sócio-antrpológica sobre o meio rural: padrões culturais e obtenção dos meios de vida. *Cadernos CERU*, série 2, n.5, São Paulo.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar de. (1994). O setor público e o Nordeste. In. *O GTDN da Proposta à Realidade: ensaios sobre a questão regional*. Recife: Ed. Universitária da UFPE.
- ARISTÓTELES. (2003), *Ética a Nicômaco*. Trad: Leonel Vallandro e Gerd Bornheim. São Paulo: Nova Cultural
- _____, (2003). *A Política*, Brasília, Trad: Torrieri Guimarães. São Paulo: Editora Martin Claret.
- BAERT, Patrick. (1997). Algumas limitações das explicações da escolha racional na ciência política e na sociologia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo: v. 12 (35): 63-74.
- BAILEY, F. G. (1979). La vision campesina de la vida mala. In: *Campesinos y sociedades campesinas*. Theodor Shanin. México: Fundo de Cultura Econômica.
- BARBOSA, Sônia Regina Cal de Seixas. (1996). *Qualidade de Vida e Suas Metáforas. Uma reflexão sócio-ambiental*. Campinas. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas (IFCH/Unicamp), Campinas
- BEM .in: ABBAGNANO, Nicola. (2000), *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, p.107-109.
- BERGAMASCO, Sônia M. P., FERRANTE, Vera B. B. e D'AQUINO, Teresinha. (1990), Assentamentos de Trabalhadores Rurais em São Paulo: a roda vida de seu passado/presente. *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo: Vértice/ANPOCS.
- BERGER, Peter & LUCKMANN, T. (1985). *A Construção Social da Realidade*. Petrópolis: Editora Vozes.

- BIRD Banco Mundial (1983). Brasil: Uma Avaliação Preliminar dos Programas de Desenvolvimento Rural para o Nordeste. Washington: D.C., EUA.
- BOURDIEU, Pierre. (1996). *Razões Práticas*. São Paulo: Papirus
- BOURDIEU, Pierre. (1989). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Difel.
- BOURDIEU, Pierre. (1983). Pierre Bourdieu. Sociologia. In ORTIZ, R. (org) BOURDIEU, P., São Paulo: Ática, (Coleção Os Grandes Cientistas Sociais)
- BOURDIEU, Pierre. (1979). *O Desencantamento do Mundo*, São Paulo: Editora Perspectiva.
- BOURDIEU, Pierre. (1979). La distinction: critique sociales du jugement. Lês Editions de Minuit, Paris
- BOURDIEU, Pierre e SAINT-MARTIN, M. (1976). Actes de la Recherche en Sciences Sociales, n5, out. Traduzido por Paula Monteiro.
- BOURDIEU, Pierre. (1974). A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva.
- BOURDIEU, Pierre. (1966). Senso de Honra, In CORRÊA, Mariza (org) Ensaio Sobre a África do Norte. Série *Textos Didáticos*, nº 46. Fevereiro de 2002, Campinas: IFCH/ UNICAMP
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (1999). *O afeto da terra*. Campinas: Editora da Unicamp.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (1995). *Partilha da vida*. São Paulo: Geic/Cabral Editora.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (1994). Parentes e parceiros. ARANTES, A. A. [et. Al.]. Colchas de retalhos: estudos sobre a família no Brasil. Campinas: Editora da UNICAMP, (Coleção Momento).
- BRANDENBURG, Alfio. (1999). Agricultura familiar, ONGs e desenvolvimento sustentável. Curitiba: Editora da UFPR.
- BUARQUE, Cristovam. (1994). Apartação – Um dicionário – Subsídio. Texto para reflexão e estudo: INESC, ano II, nº. 17
- BUARQUE, Cristovam. (1993). Qualidade de Vida: a modernização da utopia. In *Lua Nova*. Revista de Cultura e Política. São Paulo, nº. 31 (93):158-165p.
- BURSZTYN, Marcel. (1984). O Poder dos Donos: planejamento e clientelismo no Nordeste. Petrópolis: Editora Vozes.
- CÂNDIDO, A. (1964). *Os Parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Duas Cidades.

- CARMO, Roberto Luiz do. (1993). *Qualidade de vida: uma tentativa de precisar o conceito*. Campinas: 41p. (Monografia em Ciências Sociais), Universidade Estadual de Campinas (IFCH/Unicamp), Campinas.
- CARNEIRO, Maria José. (1998). Ruralidade: novas identidades em construção. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro (11): 53-75.
- CARNEIRO, Maria José. (1998a). O ideal rurbano; campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da., SANTOS, Raimundo., COSTA, Luís Flávio de Carvalho. *Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Campus.
- CARNEIRO, Maria José & MONTE-MÔR, P. (Coord). (1981). A Transformação do Camponês em 'Irrigante': estudo das condições de reprodução do pequeno produtor em projeto de irrigação. (Relatório de Pesquisa). Rio de Janeiro.
- CARVALHO, Otamar de. (1988). *A Economia Política do Nordeste (seca, irrigação e desenvolvimento)*, Rio de Janeiro: Editora Campus: Brasília: ABID-Associação Brasileira de Irrigação e Drenagem.
- CASTRO, E. G. (2004). *Sonhos, desejos e "realidade": herança, educação e trabalho de "jovens rurais" da Baixada Fluminense/RJ*. I Simpósio Internacional de Juventude Brasileira/JUBRA, Rio de Janeiro: UFRJ, out/2004.
- CASTRO, M. H. (1992), *Reforma Agrária e Pequena Produção*. Campinas: IE/ UNICAMP. Tese de Doutorado.
- CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. (1999). Globalização e processos sociais na fruticultura de exportação do vale do São Francisco, in J.S.B. Cavalcanti (org). *Globalização, trabalho e meio ambiente: mudanças sócio-econômicas em regiões frutícolas para exportação*. Recife: Editora Universitária da UFPE.
- CERTEAU, Michael de. (1994). *A Invenção do Cotidiano 2 Morar, Cozinhar*, Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- CERTEAU, Michael de. (1990). *A Invenção do Cotidiano*. Petrópolis: Editora Vozes.
- CHAYANOV, A.V. (1985). *La organización de la unidade econômica campesina*, Buenos Aires: Nueva Vision.
- CHAUI, Marilena. (1997). *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ed Ática.
- COSTA, A. P. (1984). Cooperativismo e Estado: o caso do Projeto São Gonçalo, Sousa – PB. dissertação (Mestrado em Economia), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

- CRANDALL, R. (1982). Geografia, geologia, suprimento d'água, transportes e açudagem nos estados orientais do Nordeste do Brasil: Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. Rio de Janeiro: Fundação Guimarães Duque. (Coleção Mossoroense), 4.ed.
- CROCKER, David. (1993). Qualidade de vida e desenvolvimento: o enfoque normativo de sem e Nussbaum. In *Lua Nova*. Revista de Cultura e Política, nº. 31 (93): 99-133, São Paulo.
- CRUZ, Humberto da. (1985). *Ecologia e sociedade alternativa*. Lisboa. Ed A Regra do Jogo.
- CUNHA, Auri Donato da Costa. (1998). *Relações de Gênero na Agricultura familiar: A Produção Frutícola no Projeto Irrigado de São Gonçalo – PB*. Brasília: Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade de Brasília.
- CUNHA, Luis H. (2002). *Manejo Comunitário de Recursos Naturais na Amazônia: arranjos institucionais e mediação externa*. Belém: Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido), Universidade Federal do Pará./NAEA.
- D'AQUINO, Teresinha. (1992). *Do barro ao pó: a maldição do oleiro*. São Paulo. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP.
- D'AQUINO, Teresinha. (1996). Assentamento rural: trajetórias de vida, trajetórias de pesquisa. In: Encontro Universidade e Assentamentos Rurais, Campinas: Unicamp – GEMDEC.
- D'INCAO, Maria da Conceição. (1991), A experiência dos assentamentos: contribuição ao debate político da reforma agrária. *Lua Nova*: São Paulo, n. 23, p. 83-106.
- DNOCS. (2001). *Ficha Cadastral do Perímetro Irrigado de São Gonçalo*. Distrito de São Gonçalo: Relatório Anual para o Ministério da Integração Nacional.
- DOUGLAS, Mary e ISHERWOOD, Baron. (2004). *O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- DUBOS, René J. (1972). *O despertar da razão: por uma ciência mais humana*. São Paulo: Ed Melhoramentos/EDUSP.
- DUQUE, J. G. (1953). *Solo e água no Polígono das Secas*. Fortaleza: DNOCS.
- DURKHEIM, E. (1984). *A Divisão do Trabalho Social*. Lisboa: Editorial Presença.

- DURKHEIM & MAUSS, M. (1981). Algumas formas primitivas de classificação: contribuição para o estudo das representações coletivas. *Ensaio de Sociologia*, São Paulo: Perspectiva.
- DURKHEIM, E. (1970), Representações individuais e representações coletivas, *Sociologia e Filosofia*, Rio de Janeiro: Forense.
- DURKHEIM, E. (1924), *Sociologia e Filosofia*. São Paulo: Ícone Editora – (Col Fundamentos de direito).
- ELIAS, Norbert. (2000), *Os Estabelecidos e os Outsiders*. Rio de Janeiro: Editora: Zahar.
- FERRANTE, Vera L. B. s/d. Assentamentos rurais: sistemas de avaliação e metodologias de análise. In: IX Congresso Brasileiro de Sociologia.
- FERREIRA, Ângela M. S. (1986), *Dimensões da qualidade de vida no meio rural de Santa Catarina e Rio Grande do Norte*. Viçosa. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Viçosa/MG.
- FREITAS, Kátia G. de. (1999). *Agricultura Irrigada e (DES) construção de Territórios – O caso de São Gonçalo, Sousa/PB*. Campina Grande: p.156. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Federal da Paraíba: Campina Grande.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRA DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo Demográfico. São Paulo: 2000.
- FUKUI, L. G. (1965). O Sítio Brasileiro e as Transformações de sua Situação Sócio-Econômica. *Cadernos CERU*: São Paulo.
- FUKUI, L. G. (1979). *Sertão e bairro rural*. São Paulo: Ática.
- FURTADO, C. (1964). *Dialética do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- GADELHA, J. P. (1986). *Antes que ninguém conte*. João Pessoa: União.
- GAIGER, L.I. (1994). A práxis coletiva dos sem-terra: rumo à unidade ou à heterogeneidade cultural? In: *Cadernos de Sociologia*, n.6, Porto Alegre: IFCH/UFRGS.
- GALESKI, Boguslaw. (1979). Problemas sociológicos de la ocupación de los agricultores. In: *Campesinos y sociedades campesinas*. Theodor Shanin. México: Fundo de Cultura Econômica.
- GARCIA Jr., A. R. (1988). “Libertos e sujeitos” sobre a transição para trabalhadores livres do nordeste. *RBCS*, n 7 vol. 3 junho.

- GARCIA Jr., A. R. (1975). *Terra de Trabalho. Trabalho familiar de pequenos produtores*. Rio de Janeiro: Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – UFRJ, Rio de Janeiro.
- _____. (1983a). *Sul: O Caminho do Roçado*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – UFRJ, Rio de Janeiro.
- GEERTZ, Clifford. (1997). *O Saber Local: Novos ensaios em antropologia interpretativa*, 4ª ed. Petrópolis: Vozes.
- GEERTZ, Clifford. (1978). *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar.
- GIDDENS, Anthony (1995). *Modernização Reflexiva*. São Paulo: UNESP
- GIDDENS, Anthony. (1994). *Modernidade e identidade pessoal*. Celta, Lisboa.
- GIDDENS, Anthony. (1991). *As conseqüências da Modernidade*. São Paulo: UNESP.
- GODOI, Emília P de. (1999), *O Trabalho da Memória: cotidiano e história no sertão do Piauí*. Campinas: Editora da Unicamp
- GOLDANI, Ana Maria. (1993) As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação. In: *Cadernos Pagu*, no 1, p. 67-110
- GRAZIANO da Silva, J. (Coord); Ângela Kageyama et all. (1988). A irrigação e a problemática fundiária do Nordeste. Campinas, Instituto de Economia PRONI.
- GTDN. (1967). Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste: (Estudo elaborado pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, 2. ed.,)
- GUERRERO, Sólón & ACOSTA HOYOS, Luis Eduardo. (1983). Qualidade de vida: opção teórica e metodológica. *Revista de Economia Rural*, Brasília, 21(2): 173-92, abr/jun.
- HALBWACHS, M. (1990). *Memória coletiva*. São Paulo: Vértice.
- HELLER, Agnes. (1986). *Teoria de las necesidades em Marx*. Barcelona: Edicions 62.
- HEREDIA, Beatriz. M. A de. (1979). *A morada da vida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- HIDROSERVICE. (1969). Condições sócio-econômicas atuais do Projeto São Gonçalo. São Gonçalo: DNOCS.
- HOBSBAWN, Eric & RANGER, Terence. (org). (1997). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- IENO. G. N & BAMAT, T. (orgs). (1998). Qualidade de vida e reforma agrária na Paraíba. João Pessoa: Unitrabalho/UFPB.
- JANOWITZ, Morris. (1967). "Introduction". In: Park, Robert E. *The City*.

- JUMBER, Buford M. (1971). Situação do trabalho de campo: papéis sociais para observação. In. *A Importância do trabalho de campo*. Introdução as Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Hedados, pp.40-89.
- KAGEYAMA, Ângela et all. (1987) O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. Unicamp, Campinas: Mimeo.
- LAMARCHE, Hugues. (1993). *Introdução Geral*. A agricultura familiar. Campinas, Editora da UNICAMP.
- _____. (1993/1998) 1. A agricultura familiar: uma realidade multiforme; 2 do mito à realidade. Campinas, Editora da UNICAMP.
- LAZARFELD, P. (1993). *On Social Research and its Language*. Chicago and London: University of Chicago Press.
- LECOCQ MÜLLER, Nice. (1951). Sítios e sitiantes no Estado de São Paulo. Boletim 56. FFCL da USP
- LEFEBVRE, Henri. (1991). *A vida cotidiana no mundo moderno*. (Trad. Alcides João de Barros). São Paulo: Ática.
- LE GOFF, Jacques. (1984), “História”, in História e Memória. Portugal: Imprensa Nacional, pp 158-259 (enciclopédia Einaudi, Vol. I).
- LEITE, S.; HEREDIA, B.; MEDEIROS, L.; PALMEIRA, M. & CINTRÃO, R. (2004), *Impactos dos Assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; São Paulo: UNESP.
- LYOTAARD, Jean-François. (1987). *A condição Pós-moderna*. Lisboa: Gravira.
- LIMA, I. M. R de. (1992). *Mulheres na luta pela terra e as relações patriarcais na família camponesa*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- LOBO, E. S. (1992). Caminhos da sociologia no Brasil: modos de vida e experiência. *Tempo Social; R. Social*. USP, Vol 4, n 1-2, editado em 1994, (Dossiê Modos de Vida).
- MALUF, W. S. (1999). Antropologia, narrativas e a busca de sentidos. *Horizontes Antropológicos*, ano 5. n. 12, dezembro de 1999, (Número temático: Cultura Oral e Narrativas), 353p, pp. 69-82.
- MARTINS, Jose de S. (1979), *O cativo da terra*, São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas.

- MARX, Karl. (1985), *O capital*, Livro I, vol. I, São Paulo: Difel.
- MARX, Karl. (1969), *Miséria da Filosofia*. Madrid: Aguilar.
- MARX, Karl. (1968), *A ideologia alemã*. Montevideo: Editora Povos Unidos.
- MARX, Karl e ENGELS, F. (1962), *Escritos econômicos vários*. México: Editorial Grijalbo.
- MATOS, A. G. de. (2002), Desenvolvimento humano, pobreza rural e inclusão social.. Disponível em: <<http://www.nead.gov.br/artigosdomes>>. Acesso em: 10 dez. 2002.
- MENDRAS, Henri. (1976). *Sociétés paysannes*. Paris: A Colin.
- MENEZES, M. A. (1992). Histórias de migrantes. São Paulo: Loyola.
- MENEZES, M. A. (2002). Redes e enredos nas trilhas dos migrantes. João Pessoa: UFPB / Rio de Janeiro: Relume Dumará
- MENEZES, Luis Carlos Coelho de. (1987). *Qualidade de vida no contexto da ocupação de Rondônia: o caso do Projeto Integrado de Colonização Ouro Preto*. Viçosa. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Viçosa/MG.
- MILLS, W. (1982), *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar.
- MINAYO, Maria Cecília de Sousa. (2004). *O Desafio do Conhecimento*. São Paulo: Editora Hucitec.
- MINTER/SUDENE. (1976). Nordeste: oportunidade de investimentos. Recife.
- MINTER/SUDENE. (1973). Plano integrado para o combate preventivo aos efeitos das secas no Nordeste. Brasília.
- MOREIRA, R. J. (1998). Agricultura familiar e assentamentos rurais: competitividade, tecnologia e integração social. FERREIRA, A. D. & BRANDENBURG, A. (Org). Para pensar outra agricultura. Curitiba: Editora da UFPR.
- MOREIRA, E., TARGINO, I. (1997). Capítulos de geografia agrária da Paraíba. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB.
- MOTA, Dalva Maria da. (1990). Os camponeses e a busca da autonomia possível (estratégia de sobrevivência e resistência na implantação de projetos de irrigação no Estado de Sergipe). Campina Grande: Dissertação de Mestrado (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Campina Grande (PPGS/CH).
- MOTA, Dalva Maria da. (2003). *Trabalho e sociabilidade em espaços rurais: Os Trabalhadores da Fruticultura do Platô de Neópolis*. Recife: Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de Pernambuco (PPGS/CFCH).

- MORAES, M. A. Silva. (1992). Destinos e trajetórias de camponeses migrantes. VII encontro Nacional de estudos Populacionais- ABEP. Anais, vol. 3.
- MORAES, M. D. C. (2000). *Memórias de um sertão desencantado* (modernização agrícola, narrativas e atores sociais nos cerrados do sudoeste piauiense). Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas/ Unicamp, Campinas.
- MOTTA SANTOS, M. V, (1986). A constituição simbólica da troca de alimentos e trabalho numa fazenda tradicional de Goiás. Curso de Doutorado em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Manuscrito.
- NEVES, D. P. (1995). Agricultura familiar: questões metodológicas. *Revista da ABRA*. Reforma Agrária, Campinas, n. 25 (2/3): 21-36. (Número especial sobre Agricultura Familiar).
- NORDER, Luiz A. C. (1997). *Assentamentos Rurais: casa comida e trabalho*. Campinas. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas (IFCH/Unicamp).
- NUSSBAUM, Martha C. & SEN, Amartya (compiladores). (1996), *La calidad de vida*. México: D. F, Fondo de Cultura Económica.
- NUSSBAUM, Martha C. (1998). Virtudes no relativas: Un enfoque aristotélico In: NUSSBAUM, Martha C. & SEN, Amartya (compiladores). *La calidad de vida*. México D.F, Fondo de Cultura Económica.
- OSTROM, Elinor (1998). A behavioral approach to the rational choice theory of collective action. In: *American Political Science Review*, v.92, nº. 01.
- PALMEIRA, Moacir (1997). Casa e Trabalho: nota sobre as relações sociais na plantation tradicional. *Contraponto*, 2,2: 103-114.
- PARK, Robert E. (1973). *Introduction of the science of sociology*. Chicago. The University of Chicago Press.
- POLLAK, M., (1989). Memória, esquecimento e silêncio. In: *Estudos Históricos*, vol. 2, n.3, Rio de Janeiro.
- POPKIM, Samuel L. (1979). *The rational peasant: the political economy of rural society in Vietnam*. University of California Press.
- PRAAG, B. M. S. Van. (1998), La relatividad del concepto de bienestar: un enfoque aristotélico In: NUSSBAUM, Martha C. & SEN, Amartya (compiladores). *La calidad de vida*. México D.F, Fondo de Cultura Económica.

- QUEIROZ, Claudia N. de. (1993). *O processo de construção da pequena produção (familiar) modernizada: o caso do Perímetro de São Gonçalo-PB*. 152p. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande.
- QUEIROZ, M. I. Pereira de. (1983). Variações sobre a técnica do gravador no registro da informação viva. In: *Cadernos CERU*. São Paulo: USP
- QUEIROZ, M. I. Pereira de. (1973), *O Campesinato Brasileiro*. São Paulo: Vozes.
- QUEIROZ, M. I. Pereira de. (1965), A posição social do sitiante na sociedade global brasileira. In: *Cadernos CERU*. São Paulo: USP.
- RAWLS, J. (1978), *Uma Teoria da Justiça*. São Paulo: Martins Fontes.
- REDFIELD, Robert. (1946). Peasant and Gentry. *American Journal of Sociology*, 52:1-17.
- RIDLEY-LEIGH, Dominique. (1980). Mulheres na migração: redes de parentesco como uma estratégia de sobrevivência. *Mulher Hoje*. Número Especial, n. 26.
- ROCHE, Alfred K. (1990), la dimensión cultural de la calidad de vida. El medio ambiente y el desarrollo. In *Contribuciones*. nº.3, jul-set. Buenos Aires: CIEDLA.
- RODRIGUES, Aníbal dos Santos. (1980), A qualidade dos agricultores do estado de Santa Catarina. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Viçosa/MG, Viçosa.
- SAHLINS, Marshall. (2003). *Cultura e Razão Prática*, Rio de Janeiro: Zahar Ed.
- _____. (1970). *Sociedades Tribais*. Rio de Janeiro: Zahar.
- SANTOS, B de S. (org). (2002). *A Globalização e as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez.
- SANTOS, B de S. (1997). Uma Concepção Multicultural de Direitos Humanos. *Lua Nova*. Revista de Cultura e Política. São Paulo, n. 19, p. 106-122.
- SARTI, Cyntia Andersen. (2003), *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. 2, ed. São Paulo: Cortez.
- SCHIMIDT, B.V.; MARINHO, D. N.; e COUTO, S. L. R. (Org). (1998). *Os assentamentos de reforma agrária no Brasil*. Brasília: Universidade de Brasília.
- SCOTT, J. C. (1976) *The moral economy of the peasant: rebellion and subsistence in southeast Asia*. New haven: Yale University.
- SEGALEN, Martine. (1996). *Sociologia da Família*. (Trad: de Ana Santos Silva). Lisboa: Terramar.
- SEN, Amartya. (2001). *Desigualdade reexaminada*. Rio de Janeiro: Record.

- SEN, Amartya. (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SEN, Amartya. (1999). *Sobre ética e economia*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SEN, Amartya. (1989). Food and freedom. *World Development* 16, p. 769-81.
- SEN, Amartya. (1984). Resources, avalues and development. Oxford, Blackwell: Cmabridg-MA, Harvard University Press.
- SEN, Amartya. (1980). Equality of what? In: MECMURRIM, S. M. (org). *Tonner Lectures on Humans Values*. Vol. 1. Salt Lake, University of Utah Press.
- NUSSBAUM, Martha C. & SEN, Amartya (compiladores). (1996). *La calidad de vida*. México: D. F, Fundo de Cultura Econômica.
- SETTON, Maria da Graça Jacintho. (2000-2001). A categoria “estilo de vida” nas obras de Simmel e Bourdieu: Uma aproximação sociológica. *Campinas. Idéias*, 7(2)/8(1): 47-71.
- SIGAUD, Lygia. (1979), Os Clandestinos e os Direitos: Estudo sobre Trabalhadores da Cana-de-açúcar de Pernambuco. São Paulo: Livraria Duas Cidades.
- SILVA, M. Aparecida Moraes. (1992). Destinos e trajetórias de camponeses migrantes. In: VII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 3., São Paulo: ABEP, 1992. p.161-177.
- SILVA, P. S. (2004)
- SIMMEL, Georg. (1977). El estilo de vida”. In _____. *Filosofia del Dinero*. Instituto de Estudios Políticos, Madri.
- SIMMEL, Georg. (1983). Sociabilidade – um exemplo de sociologia pura ou formal, In: E. de M. Filho (org) Simmel, São Paulo: Ática, (Coleção os Grandes Cientistas Sociais).
- SIMMEL, Georg. (1973). *A metrópole e a vida mental*. In. Velho (1973). Rio de Janeiro: Zahar Ed.
- SHANIN, Teodor. (1980). A definição do camponês: conceituações e desconceituações - o velho e o novo em uma discussão marxista. Trabalho e dominação. *Estudos CEBRAP* 26. Petrópolis: Vozes.
- SORJ, Bila. (2000). Sociologia e Trabalho: mutações, encontros e desencontros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 15, 43: 25-34. São Paulo.

- STOLCKE, V. (1994). A família que não é sagrada. ARANTES, A. A. [et. Al.]. Colchas de retalhos: estudos sobre a família no Brasil. Campinas: Editora da UNICAMP, (Coleção Momento).
- SZUREK, J. C (1984). Que lugar para que tipo de Agricultura na Polônia socialista?. In: ABRAMOVAY, Ricardo (1998), *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Hucitec.
- SUDENE – (1968). Plano de desenvolvimento econômico e social do Nordeste IV, 1969/1973.
- FIGUEREDO, (org). Questão e reforma agrária nos anos 80. *Tempo Brasileiro*, Brasília.
- TEDESCO, J. C. (1998), Terra, Trabalho e Família: racionalidade produtiva e ethos camponês. Passo Fundo: EDIUPF.
- TEPICHT, J. (1973), *Marxisme et Agriculture: Le Paysan Polonais*, Paris: Armand Colin.
- THOMPSON, E. P. (1998), *Costumes em Comum: estudos sobre cultura popular tradicional*, São Paulo: Companhia das letras.
- THOMPSON, E.. (1981), *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar.
- UNPD. (2003), Relatório do Desenvolvimento Humano. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Um pacto entre nações para eliminar a pobreza humana. Lisboa: Mensagem – Serviço de Recursos Editoriais Ltda.
- VEIGA, J. E. da. (1995), Delimitando a Agricultura Familiar. Revista da ABRA. Reforma Agrária, Campinas, nº 25 (2/3): 21-36. (Número especial sobre Agricultura Familiar).
- VEIGA, J. E. da. (2002), *Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas: Autores associados.
- VELHO, Otávio (Org). (1973), *O Fenômeno Urbano*, Rio de Janeiro: Zahar Ed.
- VIANA, Lenival Santiago. (1979), *A qualidade de vida do pequeno agricultor do sertão alagoano*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Viçosa/MG, Viçosa.
- VIEIRA, F. X. (2000), *Terras de Promissão: expressões de qualidade de vida entre o vivido e o concebido*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista/SP, Araraquara.

- VILELA, Sérgio. (1991). *Águas públicas/ riquezas privadas (a política de irrigação para o vale do São Francisco: Bebedouro e Nilo Coelho)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Campina Grande/PB, Campina Grande.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel, (2003), *Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades*. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, (21): 42-62, oct.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel, (2002), *Homenagem ao professor Marcel Jollivet*. *Revista Raízes*. Campina Grande, vol. 21, n 02, dezembro.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel, (2000), *A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo*. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, (15): 69-129, oct.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel, (1995), *A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção*. *Reforma Agrária*, Campinas, 25 (2/3): 37-57, mai/dez. 1995 (Número especial sobre agricultura familiar).
- WARING, G. A. (1923), *Suprimento d’água no Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa.
- WEBER, Max. (1994), *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília
- WEBER, Regina. (1996). *Relatos de Quem Colhe Relatos: Pesquisa em História Oral e Ciências Sociais*. *Revista Dados*. Rio de Janeiro, vol. 39, nº. 1, p. 163-183.
- WILLEMS, E. (1954). *A estrutura da família brasileira*. *Sociologia*. v. XVI, n. 4.
- WOLF, Eric. (1970), *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar.
- WOORTMANN, E. (org) (2004), *Significados da terra*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- _____. (1995), *Herdeiros, parentes e cumpadres*. São Paulo: Hucitec.
- _____. (1994) *A Árvore da Memória*. Série Antropológica, Brasília: Editora da UNB.
- Brasília: UNB.
- _____. (1990) *Migração, família e campesinato*. *Revista Brasileira de Estudos de População*, jan/jun.
- _____. (1984) *A família Trabalhadora*. *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo: Cortez/ANPOCS.

WOORTMANN, Klass. (1997), *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: UNB.

_____. (1990). *Com Parente Não se Negueia: o campesinato como ordem moral*. Brasília: UNB.

_____ (1982), Casa e Família Operária. *Anuário Antropológico*, n. 80, Fortaleza/ Rio de Janeiro: Ed. Universidade Federal do Ceará./Tempo Brasileiro.

WRIGHT, Mills. (1982). *A Imaginação Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

ANEXO A



**Pesquisadores em campo, acompanhados de técnicos do
DNOCS**



Casa de viúva colona e chefe de família no núcleo II



Família colona do núcleo I – com as filhas que já são casadas e moram em “puxadas” da casa dos pais



Canal secundário que corta os lotes



Família colona do núcleo - III



Família colona do núcleo III. Migrou p/ São Paulo, juntou dinheiro para voltar e comprar um lote no PISG



Filho de colono do núcleo III com a família – Presidente da Associação de Moradores



Família colona do núcleo III com a irmã que já morou na área do PISG, hoje reside em São Paulo



Família colona do núcleo I com as famílias gêmeas. O casal teve 21 filhos.



Casal de filhos de colonos do núcleo II, formaram uma nova família, invadiram terreno da cooperativa



Família colona do núcleo I



**Família colona do núcleo II, atualmente moram sozinhos os
04 filhos residem em João Pessoa**



Família colona do núcleo III. O casal, a filha casada e a neta que moram numa “puxada” da casa dos pais



Viúva de colono que administra o lote com os filhos – Núcleo I. A filha que está ao lado é professora e tem uma criação de aves.



Família colona do núcleo II



Família colona do núcleo I

Ata da Sessão de Defesa de Tese de RAMONILDES ALVES GOMES, do Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro e Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco.

Aos cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e cinco, reuniu-se na Sala de Seminários do 12º. Andar do prédio do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, os membros da comissão designada para o Exame da Tese de Doutorado de **RAMONILDES ALVES GOMES**, sob o título **“A Qualidade de Vida das Famílias no Perímetro Irrigado de São Gonçalo: Ética e Racionalidade”**. A comissão foi composta pelos professores: Dra. Maria de Nazareth B. Wanderley (Presidente/Orientadora), Dra. Eliane Maria Monteiro da Fonte (Titular interna), Dr. Russell Parry Scott (Titular interno), Dra. Emília Pietrafesa de Godoi (Titular externa – UNICAMP), Dra. Ghislaine Duque (Titular externa – UFCG), Dr. Remo Mutzenberg (Suplente interno), Dra. Maria Aparecida de Menezes (Suplente externa – UFCG). Dando início aos trabalhos a Dra. Maria de Nazareth B. Wanderley, explicou aos presentes o objetivo da reunião, dando-lhes ciência da regulamentação pertinente. Em seguida passou a palavra a autora de Tese, para que apresentasse o seu trabalho. Após essa apresentação, cada membro da Comissão fez sua arguição, seguindo-se a defesa do candidato. Ao final da defesa, a Comissão Examinadora retirou-se, para em segredo deliberar sobre o presente trabalho. Ao retornarem a Dra. Maria de Nazareth B. Wanderley, presidente da mesa e orientadora da candidata, solicitou que fosse feita a leitura da presente Ata, com a decisão da Comissão aprovando a Tese por unanimidade. E nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, que vai assinada pelos membros da Comissão Examinadora e pela candidata. Recife, 5 de agosto de 2005.

Ramonilda A. Alves